

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Relatório de Atividades 2017 da DGRDN

Data de finalização – março 2018

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>

INDICE

Nota de Apresentação do Relatório 2017 6
Missão, Visão e Valores 8
Quadro de Avaliação e Responsabilidade (QUAR 2017), Objetivos Estratégicos e Operacionais 9
Procedimentos para a elaboração do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação – Metodologia 10
Glossário 12
Relatório de Autoavaliação	
Nota introdutória 17
Estrutura orgânica do serviço 18
Metodologia adotada 23
Autoavaliação (análise do QUAR, resultados alcançados, desvios, avaliação dos objetivos estratégicos e operacionais, recursos humanos e financeiros) 25
Sistema de controlo interno 53
Audição externa e interna 61
Síntese do Balanço Social 69
Apreciação dos objetivos específicos das unidades orgânicas 71
Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho 72
Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação 73
Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço - resultado da autoavaliação 73
Avaliação dos Objetivos Operacionais (complementares) das Unidades Orgânicas (<i>vertente quantitativa do Relatório</i>)	
Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação 76
Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar 82
Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais 89
Direção de Serviços de Armamento e Equipamento 96
Direção de Serviços de Infraestruturas e Património 101

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente **105**

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio **112**

Divisão de Análise Jurídica e Contratual **114**

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor **116**

Listagem síntese de Programas e Ações **117**

Programas e Ações

(vertente qualitativa do Relatório – análise descritiva de Resultados)

01 Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH **127**

02 Promover o aumento das Qualificações dos RH da Defesa Nacional **139**

03 Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares **153**

04 Deveres Militares **161**

05 Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional **171**

06 Comunicação Integrada para o Serviço Militar **178**

07 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar **184**

08 Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes **197**

09 Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação) **203**

10 Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento) **208**

11 Infraestruturas **213**

12 Património Imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional **220**

13 Rentabilização do Património Imobiliário afeto à Defesa Nacional **224**

14 Acordo Bilateral de Defesa Portugal – EUA (Comissão Técnica) **229**

15 Turismo Militar **232**

16 Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade) **243**

17	Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)	253
18	Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN	259
19	Gerir os Recursos Humanos da DGRDN	265
20	Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN	270
21	Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN	275
22	Gestão e Planeamento Estratégico da DGRDN	279
23	Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional	281
24	Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e Segurança)	285
25	Fomentar a Educação Física e o Desporto Militar	287
Anexos		291
	Execução orçamental 2017	
	Siglas/Acrónimos/Abreviaturas	
	Balanço Social 2017	

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O Relatório de Atividades 2017 da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), repercute o enquadramento jurídico atribuído pelo Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, que aprovou a orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), assim como o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro, e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível deste serviço central do MDN.

A elaboração deste documento fundamenta-se nos programas e ações apresentadas no Plano de Atividades para 2017, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

Integra este Relatório a avaliação do serviço realizada no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2017) de acordo com a alínea e) do artº 8º e nº 2 do artº 5º do Decreto-Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro. Agregam-se ainda o Relatório de Autoavaliação, a análise dos objetivos globais/operacionais das unidades orgânicas e respetivas iniciativas, e procede-se à descrição detalhada das ações efetivadas (resultados) que materializam os 25 programas das áreas organizacionais da DGRDN, bem como responder às solicitações inesperadas (ações/projetos não previstas).

De entre as atribuições e competências da Direção-geral e no campo de ação das suas atividades e devida apreciação, destacam-se na transversalidade de atuação, procedimentos, propostas, estudos, produção e revisão legislativa, nos seguintes âmbitos:

- Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação;
- Profissionalização do serviço militar;
- Saúde Militar e Assuntos Sociais;
- Armamento e Equipamento;
- Infraestruturas, Património e Turismo Militar;
- Qualidade e Ambiente.

A Assessoria Técnica à Direção, Equipa Multidisciplinar (Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico), Análise Jurídica e Contratual e as funções desempenhadas pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, contribuem significativamente para a simplificação e otimização do serviço, bem como o funcionamento do Serviço de

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança, e a Comissão de Educação Física e Desporto Militar.

O orçamento executado em 2017 cujo detalhe se junta em anexo a este Relatório bem como na análise descritiva que consta do Relatório de Autoavaliação (recursos financeiros) e do Programa 18, envolveu o montante de 154.986.118,72 € (cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e seis mil, cento e dezoito euros, e setenta e dois cêntimos). A execução orçamental foi de 69,19%.

Os resultados atingidos só foram exequíveis, mercê de uma equipa formada por dirigentes superiores e intermédios, técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais, civis e militares, que em conjunto integram uma realidade de que muito me regozijo chamada Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Lisboa, 27 de março de 2018



Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-Geral

(Assinatura digitalizada)

MISSÃO

A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional

VISÃO

A DGRDN regula-se por um código de conduta organizacional assente em valores institucionais que têm em vista melhorar a eficiência e eficácia dos serviços prestados, ser uma estrutura profissional e atuante. Constitui-se ainda como um serviço de excelência da Administração Pública na preparação e execução da política superiormente determinada no que respeita aos recursos humanos, armamento, equipamento, património e infraestruturas da defesa

VALORES

Competência
Qualidade
Responsabilidade
Ética
Compromisso
Excelência
Renovação
Transparência
Isenção
Confiança

QUAR 2017

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2017

Ministério da Defesa Nacional - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

MISSÃO: A DGRDN, tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2017	TAXA REALIZAÇÃO
OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.		
OE2 - Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de formação e da profissionalização do serviço militar.		
OE3 - Promover a divulgação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas a players externos à defesa nacional, designadamente organismos com competências na área da segurança, atraindo, por esta via, novos universos de interessados para a eventual adoção do modelo aplicado nas Forças Armadas.		

Eficácia	Peso	30%
OOP1 - (OE2) Conceber uma política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.	Peso:	50%

INDICADORES	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.1 - Apresentação (em dias) de um plano de atividades para a implementação das medidas propostas ao nível da certificação da formação dos militares em RV/RC.	NA	180	10	150	100%	DEZ	96	135,00%	Superou

OOP2 - (OE2) Criar um sistema de recolha de informação que abranja o ciclo de recrutamento e de prestação de serviço militar.	Peso:	50%
--	-------	-----

INDICADORES	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.2 - Apresentação (em dias) de um plano de estudos e respetivos instrumentos de recolha (inquéritos).	N/A	180	10	120	100%	DEZ	165	106,25%	Superou

Eficiência	Peso	30%
OOP3 - (OE1) Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos.	Peso:	50%

INDICADORES	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.3 - Taxa de execução dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos, processados via GESDOC.	N/A	76%	5%	100%	100%	DEZ	93%	117,60%	Superou

OOP4 - (OE3) Organizar e participar nas "I Jornadas de Saúde e Defesa", evento subordinado ao tema "Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências", no âmbito do Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FFAA presidido pela DGRDN.	Peso:	50%
---	-------	-----

INDICADORES	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.4 - Prazo (em dias) para a realização do evento.	N/A	181	15	151	100%	DEZ	137	135,00%	Superou

Qualidade	Peso	40%
OOP5 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.	Peso:	50%

INDICADORES	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.5 - Número médio de dias de resposta a 75 % dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 20.	20	20	2	10	100%	DEZ	10	125,00%	Superou

OOP6 - (OE1) Elaborar um plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.	Peso:	50%
---	-------	-----

INDICADORES	2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês	Resultado	Taxa Realização	Classificação
Ind.6 - Apresentação (em dias) de uma proposta de plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.	N/A	181	15	135	100%	DEZ	139	122,83%	Superou



Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	20	60	64	4
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	384	372	-12
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1380	1326	-54
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	17	-1
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	584	610	26
Encarregado geral operacional	7			0
Encarregado operacional	6			0
Assistente operacional	5	205	180	-25
Total		2631	2569	-62

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	11 913 761,00	10 191 392,92	1722368
Despesas c/Pessoal	7 356 149,00	7 972 272,05	-616123
Aquisições de Bens e Serviços	4 377 612,00	2 027 197,44	2350415
Outras despesas correntes	180 000,00	191 923,43	-11923
PIDDAC	1 000 000,00	835 162,91	164837
Outros valores	158 795 988,00	143 959 563,00	14836425
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	171 709 749,00	154 986 118,83	16723630

Indicadores _ Fonte de Verificação

- 1 - Proposta
- 2 - Proposta
- 3 - Relatório
- 4 - Relatório
- 5 - Relatório
- 6 - Proposta

Notas explicativas

Ind.1 - De acordo com o planeamento original estaria reservado para a fase de recolha de dados entre 45 a 60 dias (a ser executado pelo Ramo respetivo), para o tratamento e validação dos dados entre 10 a 15 dias (a ser executado em cooperação entre a DGRDN e os Ramos), para a identificação das necessidades formativas e definição dos instrumentos de qualificação entre 45 a 60 dias (a ser executado em cooperação entre a DGRDN e os Ramos), para a consolidação e validação das necessidades formativas e instrumentos pelos Ramos das Forças Armadas 30 dias e, por fim, para elaboração e validação do relatório 15 dias. O presente objetivo foi definido pelo GabSEDN como Muito Importante. Todavia, devido à escassez de recursos humanos existentes nos Ramos a dedicar a esta tarefa, a DGRDN propôs que as fases de recolha e tratamento de dados pudesse ser conduzida por recursos desta Direção-Geral, o que foi aceite pelos Ramos. Assim, o cumprimento excecional dos prazos deveu-se à disponibilidade que os Ramos demonstraram para que esta Direção, na Divisão de Ensino e Qualificação, pudesse realizar a fase da recolha e tratamento de informação, o que permitiu reduzir muito substancialmente o planeamento original dedicado a estas fases.

Ind.3 - O indicador foi superado uma vez que em 2017 foram registados no Gesdoc 14 processos de aquisição, manutenção de bens e equipamentos. Dos 14, 13 foram dados como concluídos.

Ind. 4 - Embora a realização do evento "I Jornadas Defesa + Saúde: Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências" tivesse sido planeado, em 2016, para o início de junho de 2017, acabou por ocorrer em 17 de maio de 2017. Esta antecipação ficou a dever-se à disponibilidade de alguns dos palestrantes (identificados no programa) somente para esta data e à prestimosa colaboração da área de protocolo e relações públicas da Secretaria geral do MDN na organização do evento. Acresce que esta antecipação revelou-se bastante proveitosa, tendo permitido uma adesão muito significativa de interessados, ultrapassando as duzentas inscrições.

Ind.5 - O software da Catalogação (SPCAT II) só nos permite obter o tempo médio de resposta em intervalos de 10 dias (10; 20; 30; 40; 50, etc.). Por este motivo, no planeamento para este ano mantivemos os mesmo 20 dias do ano passado. No entanto, a meio do ano verificámos que tínhamos conseguido responder dentro dos 10 dias, o mesmo aconteceu no 3º Quadrimestre. Assim, o resultado final ficou nos 10 dias e não nos 20 inicialmente previsto.

Recursos Humanos - Os dados foram apurados sem ter sido encerrada a assiduidade do mês de dezembro podendo este facto originar (ou não) um enviesamento ligeiro na precisão; O desvio positivo registado ao nível da Direcção Superior decorre de não existir registo de férias gozadas em 2017.



Avaliação Final	
Eficácia	36,19
Conceber uma política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.	67,50
Criar um sistema de recolha de informação que abranja o ciclo de recrutamento e de prestação de serviço militar	53,13
Eficiência	37,89
Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos.	58,80
Organizar e participar nas "I Jornadas de Saúde e Defesa", evento subordinado ao tema "Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências", no âmbito do Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FFAA presidido pela DGRDN.	67,50
Qualidade	49,57
Garantir a qualidade da catalogação nacional.	62,50
Elaborar um plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.	61,42

Taxa de Realização Final	Nota Final
123,64	Bom



PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO – METODOLOGIA

O **Relatório de Atividades** tem por objetivo descrever o percurso feito pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro e na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro na sua redação atual, elabora-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades (que integra o Relatório de Autoavaliação do serviço), e deverá estar concluído até 31 de março de cada ano, e submetido à aprovação da tutela.

Principais procedimentos

Preparação dos modelos de recolha de informação;

Criação de *ligação/acesso* para preenchimento dos ficheiros correspondentes às unidades orgânicas para avaliação das ações a constar no Relatório - descrição de resultados - bem como a avaliação de objetivos, iniciativas e indicadores;

Solicitação dos elementos às unidades orgânicas (via e-mail);

Recolha dos dados e produção progressiva da redação final do Relatório de Atividades até à sua conclusão (incluindo o Relatório de Autoavaliação e QUAR);

Apreciação e aprovação superior do documento a fim de ser remetido à tutela e Secretaria-Geral, e posterior distribuição interna.

O **Relatório de Autoavaliação** é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades, por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual. Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Tem ainda por base o cumprimento dos objetivos definidos nos QUAR, observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste tipo de relatório, é solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

Principais procedimentos

Preparação do modelo e disponibilização a todas as unidades orgânicas, no sentido de recolher contributos necessários para a elaboração do QUAR;

Solicitação aos responsáveis das várias unidades orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos (resultados), a justificação dos desvios verificados, bem como elementos sobre as fontes de verificação, breve análise descritiva, síntese das atividades e recursos humanos envolvidos;

Sistematização e harmonização dos dados recolhidos, objeto de reanálise e correção pelas unidades orgânicas, sendo posteriormente elaborado o documento final que inclui a informação adicional referenciada no ponto anterior.

A colaboração, participação ativa e o empenhamento dos vários intervenientes e interlocutores com o seu comprometimento e rigor, viabilizaram a conceção, o desenho e o desenvolvimento de um processo de avaliação global de atividades/ações que se orientou pela realização de boas práticas, de acordo com o interesse estratégico desta Direção-geral.

GLOSSÁRIO*

Estratégia – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objetivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades, campo de ação...).

Objetivos estratégicos – resultados globais a atingir pela DGRDN para o cumprimento da sua missão e no âmbito das suas atribuições, que se enquadram na avaliação de desempenho do serviço. Enunciados anualmente no QUAR e materializados no Plano através de Programas.

Objetivos operacionais – resultados fixados para a iniciativa/acção a desenvolver que contribuem para um ou mais objetivos estratégicos, suscetíveis de avaliação.

Programa – conjunto interdependente de ações (atividades e projetos) enquadrado nas atribuições do serviço e alinhado com as opções estratégicas superiormente planeadas e apresentadas.

Ação – procedimento ou processo de atuação/medida (concreto, pragmático) que integra os programas, através da realização de diversos tipos de atividades e/ou projetos. Enunciam-se para cada uma o objetivo a atingir e os resultados esperados a obter.

Natureza das principais ações utilizadas

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação

Atividade – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização de um ou mais objetivos de cada serviço, que afeta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipificação das atividades:

- Periódicas (cíclicas; sazonais);
- Correntes (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré determinada p. e. jurídica, pessoal, financeira...);
- Manutenção (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos e outros, concorrendo para o seu normal funcionamento).

Projeto – forma de ação ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros, materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objetivos). Os projetos distinguem-se normalmente das atividades (conforme anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuírem um «ciclo de vida» (definição, conceção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação). A complexidade dos projetos é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos fatores, nomeadamente: meios, duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

Avaliação – processo de análise, apreciação e eventual valoração (qualitativa e/ou quantitativa) do grau de execução de objetivos e/ou ações, de acordo com os resultados esperados e critérios previamente enunciados.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

QUAR – “O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) é um quadro de referência na avaliação de desempenho dos serviços (missão), das suas decisões de ação (objetivos estratégicos), das metas a atingir, dos indicadores de desempenho e inerentes fontes de verificação, dos meios disponíveis (humanos e financeiros) e da aferição da sua realização e da identificação sumária dos desvios e respetivas causas averiguados no fim do ciclo de gestão” (*in* Agência para a Modernização Administrativa). O QUAR foi criado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP 1). Anualmente procede-se a 3 monitorizações.

* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Atividades da DGRDN

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Termos técnicos no âmbito do QUAR

Nos termos do artigo 4.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, são consideradas as seguintes expressões:

Quadro 1 – Definições/conceitos

Competências	O parâmetro de avaliação que traduz o conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e comportamentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz, adequado ao exercício de funções por dirigente ou trabalhador.
Dirigentes máximos do serviço	Os titulares de cargos de direção superior do 1.º grau ou legalmente equiparado, outros dirigentes responsáveis pelo serviço dependente de membro do Governo ou os presidentes de órgão de direção colegial sob sua tutela ou superintendência.
Dirigentes superiores	Os dirigentes máximos dos serviços, os titulares de cargo de direção superior do 2.º grau ou legalmente equiparados e os vice – presidentes ou vogais de órgão de direção colegial.
Dirigentes intermédios	Os titulares de cargos de direção intermédia do 1.º e 2.º grau ou legalmente equiparados, o pessoal integrado em carreira, enquanto se encontre em exercício de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional da carreira, os chefes de equipas multidisciplinares cujo exercício se prolongue por prazo superior a seis meses no ano em avaliação e outros cargos e chefias de unidades orgânicas.
Indicadores de Desempenho	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto.
Objetivos	O parâmetro de avaliação que traduz a previsão dos resultados que se pretendem alcançar no tempo, em regra quantificáveis.
Serviço efetivo	O trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos serviços.
Serviços	Os serviços da administração direta e indireta do Estado, da administração regional autónoma e da administração autárquica, incluindo os respetivos serviços desconcentrados ou periféricos e estabelecimentos públicos, com exceção das entidades públicas empresariais.
Trabalhadores	Os trabalhadores da Administração Pública que não exerçam cargos dirigentes ou equiparados, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que a respetiva vinculação seja por prazo igual ou superior a seis meses, incluindo pessoal integrado em carreira que não se encontrem em serviço de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional dessa carreira.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Unidades orgânicas	Os elementos estruturais da organização interna de um serviço que obedecem ao modelo e estrutura hierarquizada, matricial ou mista.
Utilizadores externos	Os cidadãos, as empresas e a sociedade civil.
Utilizadores internos	Os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das administrações regional e autárquica, com exceção das entidades públicas empresariais.
Qualidade	Conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.
Indicadores	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto. No entanto, são acima de tudo, instrumentos de informação com vista a apoiar os gestores a comunicar, a negociar ou a decidir. Representam uma grandeza, um número, uma cifra, um cálculo (n.º, % ou taxa) que permite objetivar o acontecimento ou uma situação e interpretá-los.
Eficácia	Traduzem a relação entre o planeado e o alcançado em matéria de realizações. Em regra, a eficácia é medida por unidades físicas (v.g. n.º de ocorrências) ou monetárias.
Eficiência	Relação entre os bens produzidos ou os serviços prestados e os recursos utilizados.

Nota Introdutória

Por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, o Relatório de Autoavaliação é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades de 2017.

Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2017.

O presente relatório reflete as tarefas concretizadas, durante o ano de 2017, com o empenho e dedicação de cada um e de todos os colaboradores que no seu dia-a-dia contribuíram para o cumprimento da missão e do cumprimento das atribuições confiadas à DGRDN.

O mesmo, tem ainda por base o cumprimento dos objetivos definidos no QUAR/2017, observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório, foi solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)

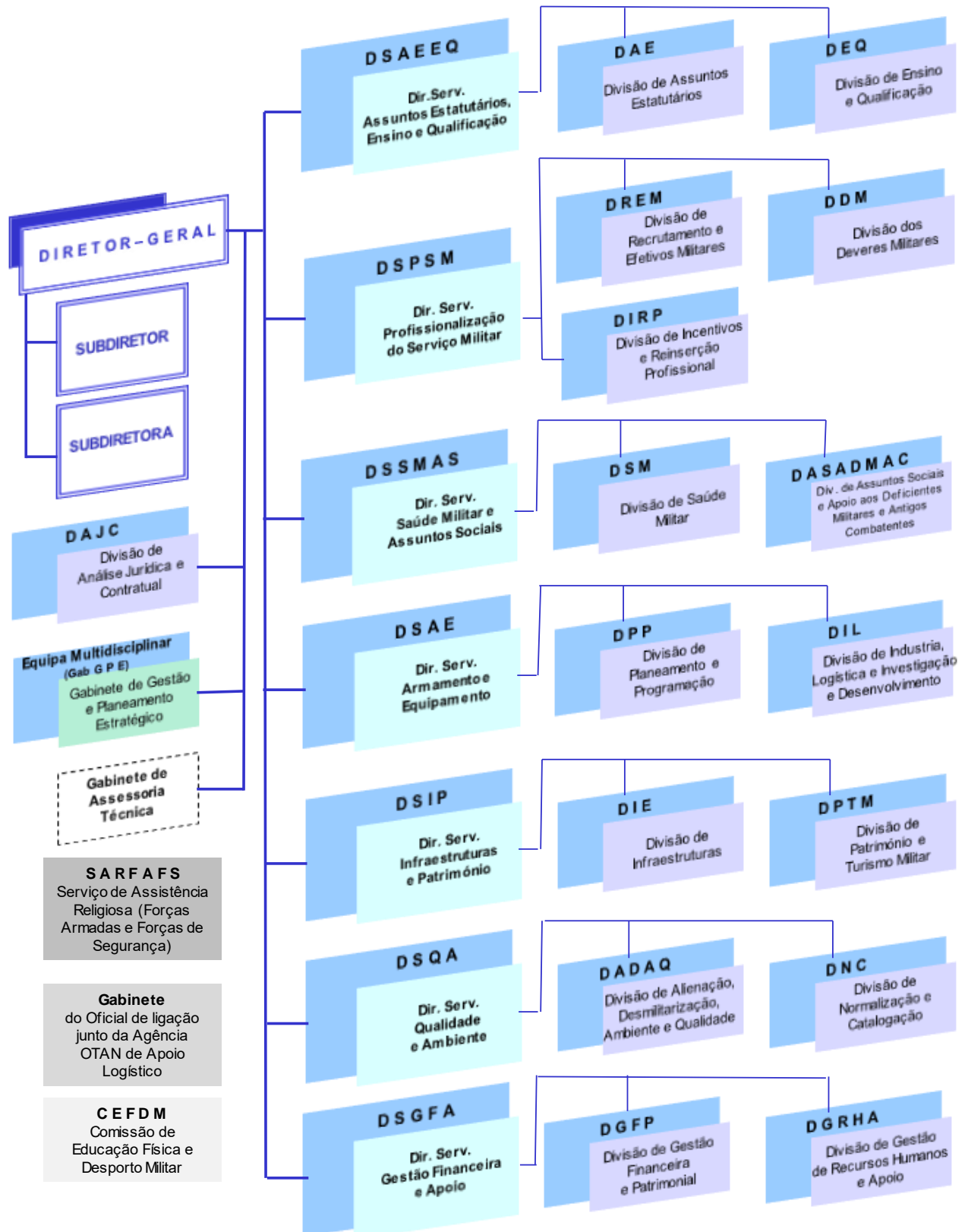
Estrutura orgânica da DGRDN

De acordo com o Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, diploma que criou a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional conjugado com o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, que define a missão e atribuições, a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que cria as unidades orgânicas fixas e as multidisciplinares, conjugados ainda com os Despachos que criam as unidades orgânicas flexíveis, todos publicados na 2ª série do Diário da República n.ºs 250, de 2014, 148 e 193 194 198 de 2015, respetivamente.

A DGRDN integra sete unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por dezasseis Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as seguintes designações no seguinte organograma:

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Figura 1 – Organograma DGRDN



- **Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação**, (DSAEEQ), compreende a Divisão de Assuntos Estatutários (DAE) e a Divisão de Ensino e Qualificação (DEQ);
- **Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar** (DSPSM) compreende a Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares (DREM), a Divisão de Deveres Militares (DDM) e a Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional (DIRP);
- **Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais** (DSSMAS) compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Militares e Antigos Combatentes (DASADMAC);
- **Direção de Serviços de Armamento e Equipamento** (DSAE) compreende a Divisão de Planeamento e Programação (DPP) e a Divisão de Indústria, Logística e investigação e Desenvolvimento (DIL);
- **Direção de Serviços de Infraestruturas e Património** (DSIP) compreende a Divisão de Infraestruturas (DIE) e a Divisão Património e Turismo Militar (DPTM);
- **Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente** (DSQA) compreende a Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ) e a Divisão de Normalização e Catalogação (DNC);
- **Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio** (DSGFA) compreende a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP) e a Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio (DGRHA);
- **Divisão de Análise Jurídica e Contratual** (DAJC);
- **Equipa Multidisciplinar** – Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico (GAB/GPE).

Missão

- **Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à Defesa Nacional**

Atribuições

Estudar, propor e emitir pareceres e monitorizar a execução das medidas de política de recursos humanos — militares, militarizados e civis —, nomeadamente as relativas a estatutos, vínculos, carreiras e remunerações;

Apoiar o Ministro da Defesa Nacional na direção da atividade interministerial de execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas, em articulação com o Estado -Maior - General das Forças Armadas (EMGFA) e a Direção -Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), nomeadamente quanto à mobilização e requisição;

Exercer as competências de órgão central de recrutamento e divulgação, planeando, dirigindo e coordenando os processos estruturantes da profissionalização do serviço militar, nos termos da Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar;

Planear, dirigir e coordenar as atividades relativas ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;

Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de ensino, investigação e desenvolvimento e inovação, formação e qualificação profissional, assegurando a devida articulação com os sistemas nacionais;

Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de saúde militar, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;

Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política no âmbito do apoio social;

Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de apoio e reabilitação dos deficientes militares, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;

Propor, avaliar e executar as políticas de apoio aos antigos combatentes;

Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional;

Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional;

Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;

Atribuições

Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;

Coordenar a elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares, de acordo com o ciclo de planeamento de defesa, assegurando a respetiva execução e controlo;

Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização;

Propor a concessão de autorizações para acesso e exercício das atividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares e proceder à supervisão da atividade das empresas do setor da defesa e ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares;

Planear, coordenar e executar as atividades relativas à aquisição, arrendamento, construção, manutenção, disposição e rentabilização das infraestruturas e demais património imobiliário afeto à defesa nacional, assegurando, designadamente, as competências legais da Unidade de Gestão Patrimonial do Ministério da Defesa Nacional (MDN);

Participar, coordenando a posição do MDN, na definição e execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a salvaguarda dos interesses da defesa nacional em sede de produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão territorial;

Participar na preparação e execução de medidas que envolvam a requisição, aos particulares, de coisas ou serviços;

Assegurar, no âmbito das suas atribuições e em articulação com a DGPDN, a representação em organizações e entidades internacionais e nacionais, definindo, propondo, coordenando e desenvolvendo protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios dos recursos humanos, do armamento, dos equipamentos, do património e das infraestruturas da defesa nacional;

Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a representação em organizações e entidades nacionais e internacionais, propondo, coordenando e desenvolvendo atividades de cooperação internacional na execução das políticas de defesa no domínio do armamento, equipamentos, infraestruturas e património;

Planear, coordenar e monitorizar, em articulação com os serviços e organismos do MDN, os ramos das Forças Armadas e outras entidades, as atividades relativas ao turismo militar, assegurando uma visão integrada do património da defesa nacional, apresentando e executando propostas de carácter educativo e formativo que valorizem a história e cultura portuguesas.

(previstas no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho)

Metodologia adotada

No ano de 2017, implementaram-se e concluíram-se um conjunto de medidas relativas à otimização da gestão dos recursos disponíveis para a prestação eficaz e eficiente dos serviços e simultaneamente promoveu-se o desenvolvimento de novos projetos que consubstanciam novas formas de relacionamento do organismo com o público-alvo.

Foi pedido a todas as unidades orgânicas os contributos necessários para a elaboração do **QUAR 2017** (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

As monitorizações realizaram-se quadrimestralmente (abril, agosto e dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, nomeadamente à identificação e análise dos desvios detetados.

De realçar ainda a aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), com base na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, contribui para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

A avaliação do desempenho, dos serviços e dos recursos humanos, integra-se no ciclo anual de gestão e assenta em parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade.

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade do GAT – Gabinete de Assessoria Técnica.

O presente relatório contém a informação indicada no nº 1 do artigo 15º, bem como a informação adicional prevista no nº 2 do supra referido normativo, tendo a seguinte estrutura:

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- Avaliação Final

Autoavaliação

Resultados alcançados e desvios verificados

Foram definidos 3 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

Objetivo estratégico 1

- **Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.**

Objetivo estratégico 2

- **Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de formação e da profissionalização do serviço militar.**

Objetivo estratégico 3

- **Promover a divulgação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas a players externos à defesa nacional, designadamente organismos com competências na área da segurança, atraindo, por esta via, novos universos de interessados para a eventual adoção do modelo aplicado nas Forças Armadas.**

Objetivos Operacionais

Na construção do QUAR de 2017, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados, com a missão da DGRDN, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam, revelam não só a capacidade da DGRDN superar e cumprir os objetivos de eficácia (3), eficiência (3) e qualidade (2), que se propôs realizar em 2017, mas também a capacidade de organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas.

OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

- OP3 - (OE1) (Eficiência) Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos;
- OP5 - (OE1) (Qualidade) Garantir a qualidade da catalogação nacional;
- OP6 - (OE1) (Qualidade) Elaborar um plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.

OE2 - Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de formação e da profissionalização do serviço militar.

- O1 (OE2) (Eficácia) Conceber uma política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ;
- O2 (OE2) - (Eficácia) Criar um sistema de recolha de informação que abranja o ciclo de recrutamento e de prestação de serviço militar;

OE3 - Promover a divulgação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas a players externos à defesa nacional, designadamente organismos com competências na área da segurança, atraindo, por esta via, novos universos de interessados para a eventual adoção do modelo aplicado nas Forças Armadas.

- O4 (OE3) (Eficiência) Organizar e participar nas “I Jornadas de Saúde e Defesa”, evento subordinado ao tema “Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências”, no âmbito do Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FFAA presidido pela DGRDN;

Cumprimento dos Objetivos Operacionais

De destacar os indicadores, que face aos 6 objetivos operacionais acima referidos evidenciam desvios positivos e por isso superados. Clareza das monitorizações trimestrais de objetivos e indicadores do QUAR, evidenciamos os esforços conjugados e as iniciativas levadas a cabo por parte dos trabalhadores e das unidades orgânicas no alcance e realização dos mesmos.

Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2017, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.

Quadro 2 – Avaliação global do grau de cumprimento dos objetivos operacionais

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)

Objetivos Estratégicos (OE)

OE1. Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

OE2. Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de formação e da profissionalização do serviço militar.

OE3 - Promover a divulgação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas a players externos à defesa nacional, designadamente organismos com competências na área da segurança, atraindo, por esta via, novos universos de interessados para a eventual adoção do modelo aplicado nas Forças Armadas.

Objetivos operacionais (OOP)	Peso Parâmetros	Peso objetivos nos parâmetros	Peso indicadores	META 2017	Tolerância	Valor crítico	Resultados	Taxa realização do Indicador	Classificação	Desvio/Indicador	Grau realização do OOP	Taxa execução dos parâmetros	Execução/peso do parâmetro	Taxa de Realização
O1. (OE2) - Conceber uma política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ. Ind.1 - Apresentação (em dias) de um plano de atividades para a implementação das medidas propostas ao nível da certificação da formação dos militares em RV/RC.	30%	50%									135%	121%	36%	124%
			100%	180	10	150	96	135,00%	Superou	35%				

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

	O2. (OE2) - Criar um sistema de recolha de informação que abranja o ciclo de recrutamento e de prestação de serviço militar.		50%								106%		
	Ind.2 - Apresentação (em dias) de um plano de estudos e respetivos instrumentos de recolha (inquéritos).			100%	180	10	120	165	106,25%	Superou	6%		
Eficiência	O3. (OE3) - Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos.		50%								118%		
	Ind.3 - Taxa de execução dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos, processados via GESDOC.			100%	76%	5%	100%	93%	117,71%	Superou	18%		
	O4. (OE3) - Organizar e participar nas "I Jornadas de Saúde e Defesa", evento subordinado ao tema "Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências", no âmbito do Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FFAA presidido pela DGRDN.	30%	50%								137%	127%	38%
	Ind.4 - Prazo (em dias) para a realização do evento.			100%	181	15	151	137	136,67%	Superou	37%		
Qualidade	O5. (OE1) - Garantir a qualidade da catalogação nacional.		50%								125%		
	Ind.5 - Número médio de dias de resposta a 75 % dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 20.	40%		100%	20	2	10	10	125,00%	Superou	25%	124%	50%

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

O6. (OE1) - Elaborar um plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.		50%								123%				
Ind.6 - Apresentação (em dias) de uma proposta de plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.			100%	181	15	135	139	122,83%	Superou	23%				

Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2017.

Objetivos Operacionais de Eficácia

Objetivo O1 (OE2) Conceber uma política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.

- Ind.1 - Apresentação (em dias) de uma proposta do plano de atividades para a implementação das medidas propostas ao nível da certificação da formação dos militares em RV/RC.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
180	10	150	96	35%	135,00%	Superou

Fontes de Verificação:

Proposta de Plano de intervenção estratégica no âmbito da formação da Defesa Nacional.

Breve Análise:

Decorrente do estudo de caracterização do Sistema de Formação das Forças Armadas e das qualificações dos militares, realizado pela DEQ durante o ano de 2017, foi definido, através de despacho de S.Exa. o Secretário de Estado da Defesa Nacional, como objetivo estratégico da Defesa Nacional a qualificação de, pelo menos, 65% dos militares com qualificações inferiores ao ensino secundário com o nível 4 de qualificações.

Síntese das Atividades:

No sentido de dar cumprimento ao despacho de S.Exa. o Secretário de Estado da Defesa Nacional, foi constituído um Grupo de Trabalho, constituído por representantes dos Ramos e desta Direção-Geral, com a missão de identificar o conjunto de atividades tendentes ao cumprimento do objetivo até 2019.

Justificação do desvio:

De acordo com o planeamento original estaria reservado para a fase de recolha de dados entre 45 a 60 dias (a ser executado pelo Ramo respetivo), para o tratamento e validação dos dados entre 10 a 15 dias (a ser executado em cooperação entre a DGRDN e os Ramos), para a identificação das necessidades formativas e definição dos instrumentos de qualificação entre 45 a 60 dias (a ser executado em cooperação entre a DGRDN e os Ramos), para a consolidação e validação das necessidades formativas e instrumentos pelos Ramos das Forças Armadas 30 dias e, por fim, para elaboração e validação do relatório 15 dias.

O presente objetivo foi definido pelo GabSEDN como Muito Importante. Todavia, devido à escassez de recursos humanos existentes nos Ramos a dedicar a esta tarefa, a DGRDN propôs que as fases de recolha e tratamento de dados pudesse ser conduzida por recursos desta Direção-Geral, o que foi aceite pelos Ramos. Assim, o cumprimento excecional dos prazos deveu-se à disponibilidade que os Ramos demonstraram para que esta Direção, na Divisão de Ensino e Qualificação, pudesse realizar a fase da recolha e tratamento de informação, o que permitiu reduzir muito substancialmente o planeamento original dedicado a estas fases.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 3 Técnicos Superiores

Objetivo 02: (OE2) Criar um sistema de recolha de informação que abranja o ciclo de recrutamento e de prestação de serviço militar.

- Ind.2 - Apresentação (em dias) de um plano de estudos e respetivos instrumentos de recolha (inquéritos).

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
180	10	120	165	6%	106,25%	Superou

Fontes de Verificação:

Proposta de plano de estudo e instrumentos de recolha de informação.

Breve Análise:

No âmbito da criação do observatório da profissionalização e para complementar todos os estudos situacionais e prospetivos que foram desenvolvidos sobre a temática, foi definida a criação de um projeto de recolha de informação (sistemática) sobre o ciclo de relacionamento dos jovens/militares com as Forças Armadas. É neste propósito que este sistema de informação se insere, permitindo a recolha de informação em todos os ramos (para possibilitar uma análise comparada).

Síntese das Atividades:

Foi desenvolvido o plano de estudo (pressupostos; objetivos e modelo concetual). Foram desenvolvidos os vários inquéritos para recolha de informação: candidatura; incorporação; final do processo de formação; durante a permanência; final da prestação de serviço (independentemente do motivo da mesma). O projeto, em todas as suas dimensões, conta com a coordenação científica de uma entidade (universitária) externa à Defesa Nacional, de forma a assegurar a sustentação e integridade de todas as fases.

Justificação do desvio:

O desenvolvimento do projeto correu bem. Houve entendimento e cooperação de todas as partes envolvidas. Falta agora passar à fase de implementação do mesmo, mas isso (que não constava da formulação do presente objetivo) carece ainda de uma componente tecnológica.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 3 Técnicos Superiores e 1 Técnico Informática

Objetivos Operacionais de Eficiência

Objetivo O3: (OE1) Melhorar a eficiência operacional dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos.

• Ind.3 - Taxa de execução dos processos de aquisição, manutenção do armamento, bens e equipamentos, processados via GÉSDOC.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
76%	5%	100%	93%	18%	117,71%	Superado

Fontes de Verificação:

Relatório.

Breve Análise:

O indicador foi superado uma vez que em 2017 foram registados no Gesdoc 14 processos de aquisição, manutenção de bens e equipamentos. Dos 14 apenas 13 foram dados como concluídos.

Justificação do desvio:

O desvio de +12% na taxa de execução dos processos de aquisição, manutenção de bens e equipamentos, no ano de 2017, deveu-se sobretudo à atividade no âmbito da gestão de projetos, concretamente MS EPM e GMDSS-MF.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão e 3 Técnico Superior

Objetivo O4 (OE3) Organizar e participar nas “I Jornadas de Saúde e Defesa”, evento subordinado ao tema “Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências”, no âmbito do Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FFAA presidido pela DGRDN. Coordenar a elaboração dos projetos NATO referentes à escola NCIS.

• Ind.4 - Prazo (em dias) para a realização do evento..

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
181	15	151	137	37%	136, 67%	Superado

Fontes de Verificação:

Informação nº 711, de 4 de abril de 2017.

Breve Análise:

A realização das I Jornadas Defesa + Saúde subordinadas ao tema da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências nas FFAA foi proposta pelo Grupo Coordenador do Programa vigente nas FFAA para esta matéria, presidido pela DGRDN, tendo em vista divulgar, por um universo alargado de destinatários, os aspetos inovadores do Programa superiormente aprovado em outubro de 2015 por S. Ex.^a a SEADN, atento o plano de comunicação respetivo.

Síntese e justificação das Atividades:

Reuniões internas preparatórias; convites dirigidos aos palestrantes; convites dirigidos aos participantes; promoção e divulgação do evento; reuniões preparatórias com entidades que participaram e colaboraram na realização do evento; participação no evento.

Justificação do desvio:

A realização do evento “I Jornadas Defesa + Saúde: Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências” foi planeada em 2016 para ocorrer, previsivelmente, no início de junho de 2017 e acabou por ter lugar em 17 de maio de 2017.

Esta antecipação ficou a dever-se à disponibilidade de alguns dos palestrantes (identificados no programa) somente para esta data e à prestimosa colaboração da área de protocolo e relações públicas da Secretaria-geral do MDN na organização do evento.

Acresce que esta antecipação revelou-se bastante proveitosa, tendo permitido uma adesão muito significativa de interessados, ultrapassando as duzentas inscrições.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão; 2 Técnico Superiores

1 Militar (Sargento)

Objetivos Operacionais de Qualidade

Objetivo O5 (OE2) Garantir a qualidade da catalogação nacional.

- Ind.5 -Número médio de dias de resposta a 75 % dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 20.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
20	2	10	10	0000%	125,00%	Superado

Fontes de Verificação:

Relatório.

Breve Análise:

O Resultado final do Ano de 2017 fixou-se nos 10 dias úteis. O Programa SPCAT atualmente apenas permite verificar aferir os dados em intervalos de 10 dias úteis (Ex. 10, 20, 30, 40...etc).

Síntese das Atividades:

Atividade normal de catalogação ao longo de todo o ano (pedidos de catalogação nacionais e internacionais).

Justificação do desvio.

O Programa de Catalogação (SPCAT) apenas permite aferir resultados em intervalos de 10 dias. À semelhança do ano anterior foi indicado o valor de 20 dias, mas com o decorrer do ano verificou-se que os tempos de resposta baixaram, fruto da maior experiência dos catalogadores.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 2 Técnicos Superiores e 7 Catalogadores

Objetivo O6. (OE1) - Elaborar um plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.

- Ind.9 - Apresentação (em dias) de uma proposta de plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
181	15	135	139	0%	122,83%	Superado

Fontes de Verificação:

Informação n.º 1126, de 19 de maio de 2017, com a apresentação da proposta de plano de formação.

Breve Análise:

Considerou-se fundamental:

Dotar os técnicos das qualificações e competências adequadas à função a fim de poderem garantir o preceituado na legislação;

A participação nos grupos de trabalho da NATO e da EDA, assegurando que, sempre que for pertinente pelas matérias em causa, seja feita a divulgação das conclusões pelos respetivos Ramos e entidades;

A frequência dos cursos de formação, pelos técnicos da DADAQ, no âmbito dos organismos supracitados, de forma poder garantir a interoperabilidade e a abordagem integrada e multidimensional no âmbito do Ambiente e Qualidade;

A colaboração ou parceria com as entidades civis primariamente responsáveis pelas matérias no domínio do Ambiente, como sendo a APA e a ADENE, assegurando o cumprimento das políticas nacionais de ambiente pelas FAA no âmbito das suas responsabilidades.

Síntese das Atividades:

Levantamento das necessidades de formação junto dos técnicos de qualidade e ambiente da DSQA e dos ramos das Forças Armadas.

Consulta de mercado de entidades formadoras certificadas.

Avaliação das propostas tendo em conta a otimização de recursos e objetivos das formações consideradas.

Seleção da melhor proposta.

Elaboração da calendarização de formação 2017-2018.

Justificação do Resultado:

A proposta de plano de formação foi apresentada em 139 (superação em relação à meta de 181) por se pretender iniciar a formação o mais cedo possível, face à

necessidade da mesma (renovação das certificações ISO 14001 e 9001, de acordo com as edições de 2015 e dar cumprimento do STANAG 4107).

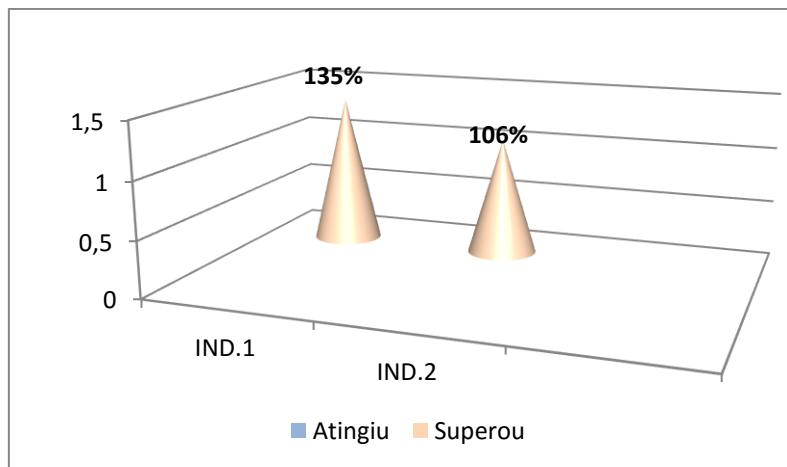
Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 3 Técnicos Superiores

Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

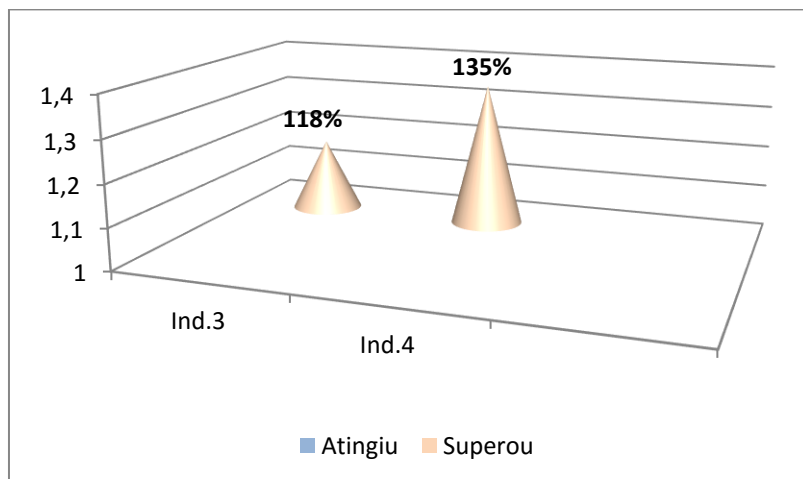
Eficácia

Gráfico 1 – Grau de concretização dos indicadores: Eficácia DGRDN



Eficiência

Gráfico 2 - Grau de concretização dos indicadores: Eficiência DGRDN



Qualidade

Gráfico 3 - Grau de concretização dos indicadores: Qualidade DGRDN

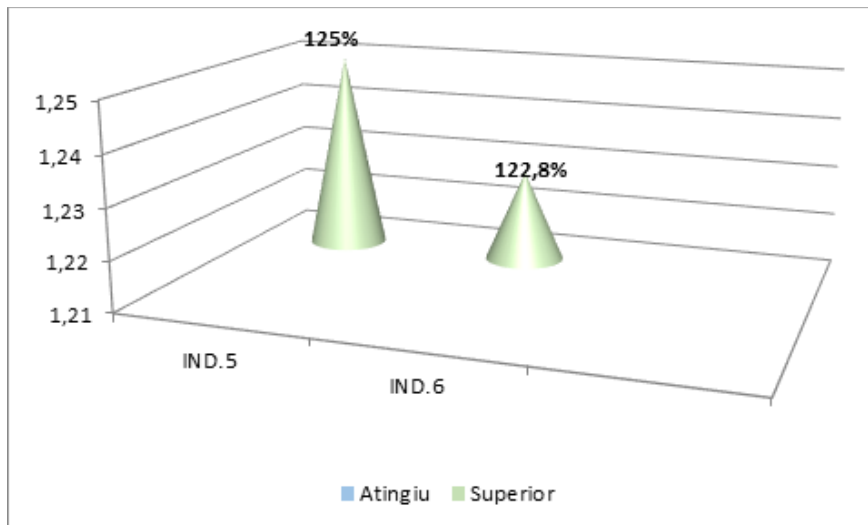


Gráfico 4 - Grau de concretização dos indicadores da DGRDN

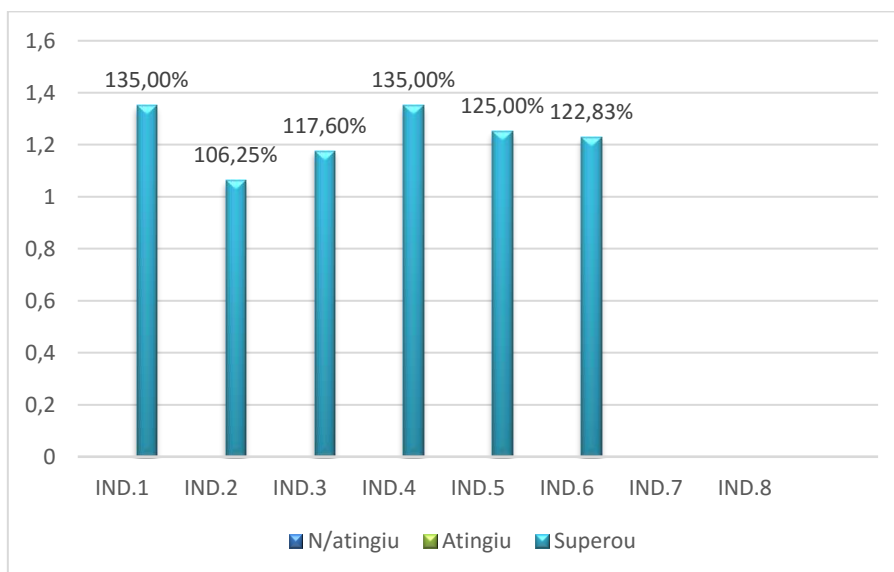
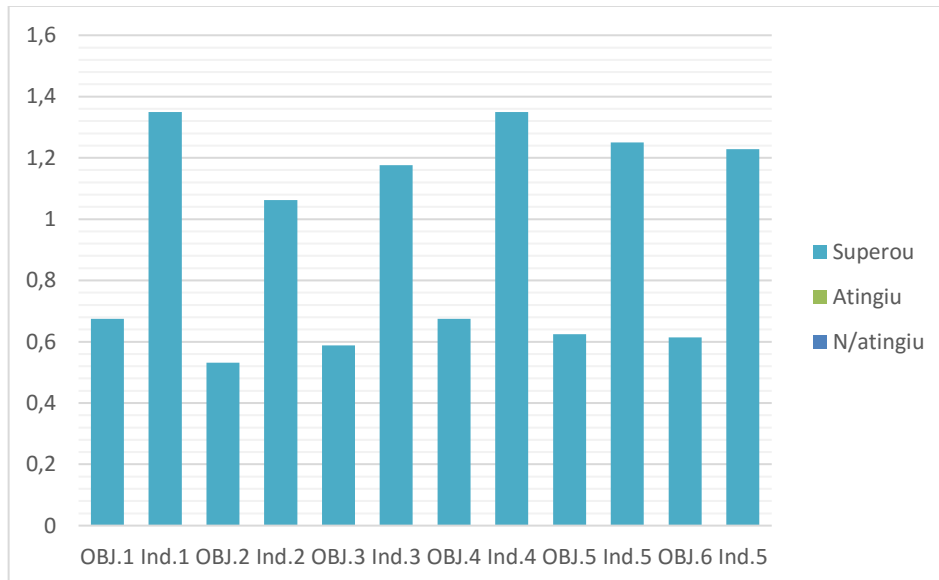


Gráfico 5 – Grau de concretização dos objetivos e indicadores DGRDN



Recursos Humanos da DGRDN

Para o apuramento da assiduidade foi elaborado um mapa onde se encontra refletido o somatório dos recursos humanos planeados – em 01 de janeiro de 2017 – e os executados – à data de 31 de dezembro de 2017 – e para o efeito contribuíram os registos de entradas e saídas de pessoal na DGRDN, bem como os dados de assiduidade fornecidos pela plataforma de gestão da assiduidade SRH Plus.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, conseqüentemente obter informações relativas à assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.

Quadro 3 – Cálculo dos pontos dos Recursos Humanos executados no ano de 2017

RH	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio	Taxa de utilização	Taxa Desvio
Dirigentes superiores	20	60	64	4	106%	6%
Dirigentes Intermédios	16	384	372	-12	96%	-4%
Técnicos Superiores	12	1380	1326	-54	96%	-4%
Coordenadores Técnicos	9	18	17	-1	94%	-6%
Assistentes Técnicos	8	584	610	26	104%	4%
Assistentes Operacionais	5	205	180	-25	87%	-13%
Total		2631	2569	-62	583%	83%

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 2631 pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes nesta Direção-geral aquando da realização do QUAR 2017, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis 228, sem contabilização dos dias de férias, fins-de-semana e feriados, destes foram executados 2569 pontos, o que significa um desvio de -62.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Para este desvio contribuiu o facto de que muitos trabalhadores não gozaram na totalidade os períodos de férias que lhes foram atribuídos. Os desvios negativos devem-se sobretudo a ausências por doença e a licenças no âmbito da parentalidade.

Assim, em 31 de Dezembro de 2017, a DGRDN conta com um efetivo 255 elementos, que se distribuem da seguinte forma:

Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria

Carreira/Categoria	Quantidade
•Dirigentes - Direção Superior	3
•Dirigentes - Direção Intermédia	23
•Técnicos Superiores	115
•Pessoal Informático	7
•Assistentes Técnicos	73
•Assistentes Operacionais	34
•TOTAL	255

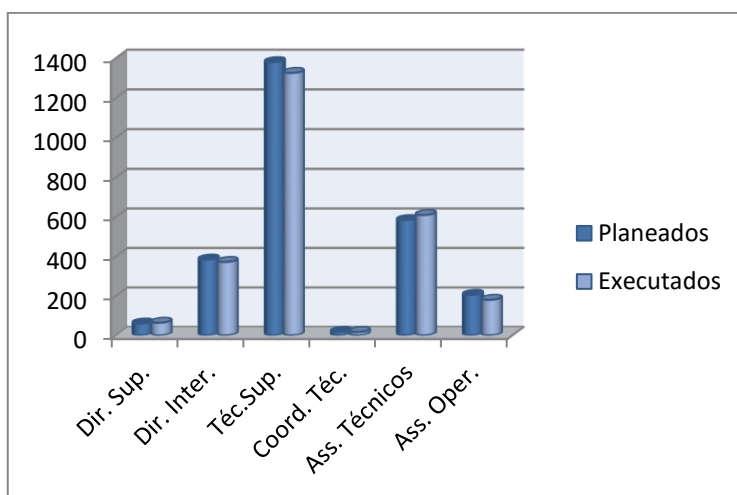
O número global de efetivos era de 255 trabalhadores, os quais se encontravam distribuídos por dois grupos de pessoal, 133 civis e 122 militares:

- 133 Pessoal Civil = 52,2 %
- 122 Pessoal Militar = 47,8 %.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

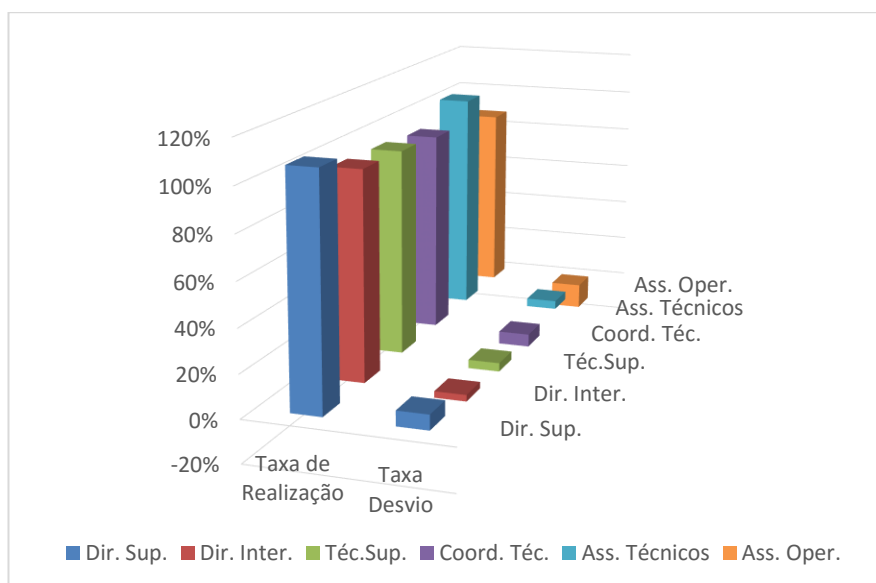
RH – Planeados e executados

Gráfico 6 – Pontuação dos Recursos Humanos planeados e executados em 2017



RH – Taxa de realização/desvios

Gráfico 7 – Taxa de realização/desvios do cálculo dos Recursos Humanos



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Quadro 5 – Quadro resumo do cálculo da execução da pontuação dos recursos Humanos em 2017

Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
2631	2569	97%	-3%

Quadro 6 – Quadro síntese do tipo de ausência ao serviço ocorridos em 2017

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Parentalidade	27	100,0%	0	0,0%	27	1,9%
Falecimento de Familiar	29	52,7%	26	47,3%	55	3,9%
Doença/Doença prolongada	343	45,0%	419	55,0%	762	54,5%
Assistência a familiares	38	30,2%	88	69,8%	126	9,0%
Acidente serviço/Doença profissional	0	0,0%	60	100,0%	60	4,3%
Trabalhador estudante	60	49,6%	61	50,4%	121	8,6%
Com perda vencimento	5	3,4%	143	96,6%	148	10,6%
Outras	32,5	32,5%	67,5	67,5%	100	7,1%
Total de dias de Faltas [DF]	534,5	38,2%	864,5	61,8%	1399	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	165	64,7%	90	35,3%	255	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*228)	37 620	64,7%	20 520	35,3%	58 140	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	1,4%		4,2%		2,4%	

Análise da produtividade

O desempenho da DGRDN, no seu global, foi superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do respetivo QUAR de 2017 de 124%, para uma taxa de utilização dos recursos humanos planeados, que se situou nos 97%, tendo em conta os desvios dos 6 indicadores alcançados.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Quadro 7 – Análise da produtividade da DGRDN em 2017

Índice	Fórmula de cálculo	Resultado
Taxa de concretização dos objetivos da DGRDN	Média Ponderada da realização dos objetivos de eficácia, eficiência e qualidade	124%
Taxa de realização dos Recursos Humanos	RH executados/RH planeados	97%
Índice de Produtividade	Taxa de concretização global dos objetivos/taxa de execução dos RH	127%

Recursos Financeiros

Em termos orçamentais, a DGRDN é constituída por 17 orçamentos/atividades distintas, distribuídas da seguinte forma:

1. Orçamento de Funcionamento, incluindo aqui não só as Receitas Gerais, resultante da atividade 256, bem como as Receitas Próprias, decorrentes das atividades 258 e 244; o Departamento dos Antigos Combatentes (DAAC), o Dia da Defesa Nacional (DDN), a Divulgação, os Incentivos, o CIOFE, os PALOP's, a Estação Ibéria NATO, o Polo NSPA, o Turismo Militar e a OCCR;
2. Orçamento da Lei de Programação Militar (LPM);
3. Orçamento da Lei de Infraestruturas Militares (LIM);
4. Orçamento da Receita Quotizações NATO;
5. E por último, integrando um capítulo diferente, os Projetos de Investimento, ex-PIDDAC.

Para efeitos de monitorização do QUAR 3º Quadrimestre, a dotação orçamental corrigida da DGRDN para o ano 2017 é aquela que se expõe nos quadros abaixo.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Quadro 8 – Orçamento da DGRDN – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2017

Valores em euros (€)

Designação	Dotação Corrigida	Executados	Taxa de Execução
Orçamento de funcionamento	13.995.425,00	10.191.392,92	72,82%
Despesas com o Pessoal	8.064.067,00	7.972.272,05	98,86%
Aquisição de bens e serviços	4.974.185,00	2.027.197,44	40,75%
Outras despesas correntes	200.000,00	191.923,43	20,05%
Ex-PIDDAC	1.000.000,00	835.162,94	83,52%
Outros valores ¹	209.775.218,00	143.959.563,00	68,63%
Total (OF + PIDDAC + Outros)	224.013.470,00	154.986.118,83	69,19%

Quadro 9 – Resumo da execução dos Recursos Financeiros da DGRDN em 2017

Planeados	Corrigido	Executados	Taxa de execução (%)	Desvio
171.709.749,00	224.013.470,00	154.986.118,83	69,19%	16.723.630,17

A DGRDN, relativamente ao ano de 2017, apresenta uma execução orçamental no montante de 154 986 118,83 €, o que representa 69,19% de execução do orçamento total aprovado.

No que diz respeito ao orçamento de funcionamento, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 9 563 563,80 €, dos quais, 7.402.823,78 € decorrem das Receitas Gerais e os restantes 2 160 740,20 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 77,41 % da execução total da despesa do

¹ «Outros valores» inclui a dotação dos orçamentos da Lei de Programação Militar, Lei de Infraestruturas Militares, Quotizações NATO, bem como as aquisições de bens de capital das Receitas Próprias (atividade 236, 244 e 258), transferências para as ONG´s e Quotas relativas à Saúde Militar e ao Desporto Militar .

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

orçamento de funcionamento e os restantes 22,59% são relativos da execução das Receitas Próprias. Esta baixa execução apresentada ao nível das Receitas Próprias justifica-se por não ter sido arrecadada a totalidade de receita planeada para 2017.

A dotação corrigida apresenta um valor superior ao montante planeado devido ao reforço orçamental decorrente das atividades financiadas com recurso a verbas da Lei do Serviço Militar, autorizadas por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.

Quadro 10 - Orçamento da DGRDN por Orçamentos – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2017

Valores em euros (€)

Centro Financeiro	Dotação Corrigida	Execução	Execução (%)
Atividades (DGRDN)	40 808 199,00	9 563 563,00	23,44%
DAAC	1 092 647,00	928 532,00	84,98%
DDN	968 190,00	870 393,57	89,90%
CIOFE	124 835,00	109 840,96	87,99%
PALOP's	60 091,00	59 797,50	99,51%
EINATO	799 825,00	794 612,33	99,35%
POLO NSPA	237 526,00	216 699,07	91,23%
Turismo Militar	230 000,00	230 000,00	100%
LPM	138 224 799,00	117 883 406,76	85,28%
LIM	23 239 404,00	20 449 287,57	87,99%
Receita Quotizações NATO	17 983 000,00	3 044 822,25	16,93%
Ex-PIDDAC	1 000 000,00	835 162,91	83,52%

A DGRDN, em 2017, como se pode constatar da análise dos quadros expostos:

1. Teve uma execução orçamental total de 69%.
2. As atividades decorrentes da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução de aproximadamente 90%.
3. Saliente-se ainda o facto, das despesas decorrentes das atribuições consagradas na Lei do Serviço Militar, na Lei Orgânica do Ministério da Defesa

Nacional, designadamente, os encargos referentes ao Recrutamento Militar, ao CIOFE, à organização e realização do DDN, bem como as verbas a atribuir de acordo com Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, apoio prestado aos cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos cidadãos dos PALOP's, não se encontrarem, por decisão política, refletidas na proposta de orçamento aprovado. Todas as atividades que tem como fonte de financiamento as verbas da Lei do Serviço Militar foram realizadas.

4. A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 870.393,57€, o CIOFE no valor de 109.840,96 €, bem como as verbas ao apoio prestado aos Cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos Cidadãos dos PALOP's no montante de 59.797,50 €.
5. O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 928.532,00 €.
6. A Lei de Programação Militar apresentou uma execução de 85,28%, esta execução diz respeito às rendas de locação do EH101, C-295 e à manutenção do contrato FISS e manutenção de motores do EH-101. Releva-se que no final do ano, procedeu-se a uma transição de saldos no montante de 16.508.039,84 €.
7. A Lei Orgânica n.º 6/2015 de 18 de maio, Lei de Infraestruturas Militares (LIM), estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos no financiamento dos projetos neles previstos, tendo apresentado em 2017 uma taxa de execução de 87,99%.
8. Na Receita Quotizações NATO, foi programado um montante de 17M€, para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso, as quais não ocorreram conforme o planeado, tendo-se verificado uma baixa taxa de execução, na ordem dos 16,93%.

Análise “Custo-Eficácia”

Uma análise do custo – eficácia pretende avaliar em que medida o custo inerente ao desempenho global foi o menor possível. O desempenho da DGRDN foi ligeiramente superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 124% em comparação com a taxa de utilização dos recursos financeiros (97%).

Sistema de Controlo Interno (SCI)

A Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro, expõe de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI). O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada (Quadro abaixo). Da análise da lista de verificação, verifica-se que a DGRDN cumpre grande parte dos requisitos enunciados, apesar de, formalmente, certos processos e instrumentos ainda não estejam totalmente implementados.

A DGRDN desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGRDN são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias/trabalhador.

A Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

Na *gestão da assiduidade* está implementado o sistema de registo de assiduidade que se processa através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador, bem como o registo diário da situação em que cada trabalhador se encontra, no que se refere a ausências, nomeadamente, faltas e de licenças (sistema SRH PLUS).

Não se encontra implementado um sistema de controlo interno no âmbito da contratação pública ou norma interna que defina responsabilidades dos respetivos intervenientes neste âmbito.

Contudo, está instituído informalmente um mecanismo de controlo interno que garante uma adequada segregação de funções no que tange aos atos de autorização, aprovação, execução e controlo da despesa. Para além do facto, destacamos a intervenção da Secretaria-geral nesta matéria, como seja, nas fases do cabimento, compromisso e processamento de pagamento.

Quanto à elaboração do Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN, foi constituído um grupo de trabalho sob a orientação da Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, estando neste momento a proceder ao levantamento e a identificação dos riscos junto de todas as direções de serviço, com o objetivo de adotar medidas de prevenção.

Tem merecido da parte da DGRDN uma atenção especial o planeamento das necessidades de pessoal, dadas as restrições para contratação de novos elementos, apenas foram recrutados trabalhadores através da mobilidade interna.

A DGRDN em 2017 prosseguiu a empenhar-se, no sentido de reforçar o seu sistema de controlo interno, considerando que ainda se mantêm formas de controlo informais.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI)

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		
1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?	X			Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro)
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			O acesso à formação processa-se de acordo com as necessidades do serviço e motivação pessoal. Em preparação um plano de formação para 2018.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Realizam-se reuniões regulares de dirigentes e com despacho diário

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

<p>1.7 O arquivo de documentos é organizado e permite a fácil localização?</p>	X			<p>A DGRDN dispõe de uma aplicação adquirida especificamente para a gestão documental.</p>
2 – Estrutura organizacional				
<p>2.1 - Existe um organograma legal da entidade? Corresponde ao organograma real?</p>	X			<p>Em atualização sempre que necessário e distribuição interna</p>
<p>2.2 - Existe uma definição clara de funções e responsabilidades por unidade orgânica e por cada dirigente e trabalhador?</p>	X			<p>As funções e atribuições de cada unidade correspondem rigorosamente àquelas que constam na legislação.</p>
<p>2.3 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?</p>	X			<p><i>A missão, atribuições e competências</i> da Direção-Geral da DGRDN fundamentam-se no Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), na Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro (circunscreve a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar)</p>
<p>2.4 Os colaboradores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?</p>	X			<p>SIADAP 2 e 3 – Entre janeiro e abril de 2017, desenvolveram-se todas as fases relativas ao processo de avaliação de desempenho referentes ao ciclo bienal 2015/2016 (auto-avaliação, harmonização das propostas de avaliação, reuniões de avaliação, validação e reconhecimento das avaliações, apreciação de avaliações pela Comissão Paritária, homologação).</p> <p>Despacho n.º 1/DGRDN/2017 – Planeamento e Orientações Gerais relativas aos Ciclo Bienal/SIADAP/2017/2018.</p>

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

2.5 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação	X			Participou-se em 201 ações (15 internas e 186 no exterior) e 115 o nº de intervenientes (45%)
2.6 – São elaborados Planos de Atividade?	X			São elaborados anualmente e sempre nos prazos legais estipulados para o efeito
2.7 – São elaborados Relatórios de Atividade?	X			São elaborados anualmente com elevado grau de detalhe e no cumprimento dos prazos legais estipulados
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação do SIADAP
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.3 A realização de despesa ocorre sempre atendendo aos limites das dotações disponíveis?	X			Orçamento da DGRDN
3.4 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGRDN
3.5 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas sempre que considerado adequado

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimo?	X			Existe manual de viaturas e de fundo de maneo funcional
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Existe um programa de gestão documental que recebe/envia os documentos dentro dos fluxos de informação inerentes às unidades orgânicas (GIlgenio)
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?		X		Constituído um grupo de trabalho para a elaboração do Plano da DGRDN (atividade em curso)
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	Ver resposta anterior
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			<p>No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGRDN utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP.</p> <p>A gestão documental possui aplicação adquirida no exterior. O controlo de assiduidade o SRH Plus. Outras áreas têm o suporte de aplicações produzidas internamente.</p>
4.2 - As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		As aplicações produzidas internamente partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

<p>4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?</p>	<p>X</p>			<p>Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos internos, contudo recorre-se igualmente à decomposição da informação e conferência dos dados.</p>
<p>4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?</p>	<p>X</p>			<p>Através de relatórios</p>
<p>4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?</p>	<p>X</p>			<p>Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos.</p> <p>Ligada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança.</p>
<p>4.6 - A segurança na troca de informações e software está garantida?</p>	<p>X</p>			<p>As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados.</p>
<p>5 – Pessoal</p>				
<p>5.1 – Quem tem competência para autorizar e quais as formalidades a cumprir na admissão de novos trabalhadores?</p>	<p>X</p>			<p>Quem tem competência é o Diretor-geral e sempre através de concurso ou mobilidade interna</p>
<p>5.2 – Existe para cada trabalhador um processo individual? Estão atualizados?</p>	<p>X</p>			<p>Cada trabalhador e dirigente tem um processo individual, sempre atualizado, devidamente numerado e onde são arquivados todos os documentos relacionados com os mesmos. Tem-se procedido à sua digitalização</p>

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

<p>5.3 - Está controlado o acesso a estes processos?</p>	<p>X</p>			<p>Os processos encontram-se em armários de arquivo sempre fechados à chave</p>
<p>5.4 – Existe controlo de horários?</p>	<p>X</p>			<p>O controlo é efetuado através de cartão magnético que regista as entradas e as saídas, havendo controlo sobre as horas de presença e as horas trabalhadas (SRH PLUS)</p>
<p>5.5 – A realização de trabalho suplementar está previamente autorizada e enquadrada legalmente?</p>	<p>X</p>			<p>Anualmente é elaborada uma informação acompanhada de despacho do Diretor-geral com a previsão eventual da necessidade de se realizar trabalho suplementar, normalmente para o motorista e secretária.</p>
<p>5.6 – É efetuado anualmente o Balanço Social do Serviço?</p>	<p>X</p>			<p>Anualmente o Balanço Social é elaborado dentro dos prazos legais.</p>

Legenda: S – sim; N – não; NA – Não aplicável

Audição Externa e Interna

Inquéritos externos

Relativamente à satisfação percebida pelos utentes das atividades realizadas, na área do **apoio aos antigos combatentes** foi efetuada a consolidação da monitorização do atendimento presencial e telefónico, através da realização de inquéritos de satisfação.

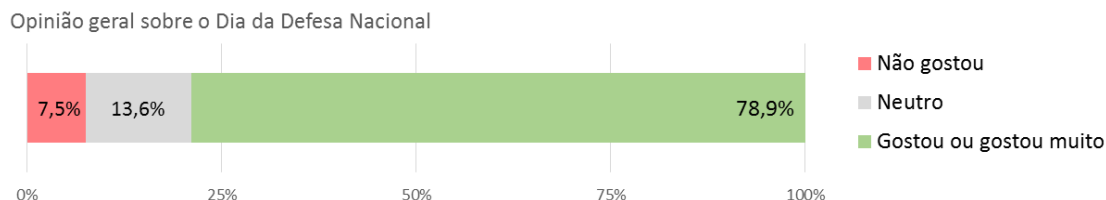
Em 2017 realizaram-se 1302 atendimentos presenciais no Balcão Único da Defesa (BUD). No primeiro trimestre assinalaram-se 290 atendimentos, no segundo trimestre registaram-se 307, no terceiro trimestre 344 e, no quarto trimestre registaram-se 361 atendimentos.

Os comentários expressos verbalmente pelos Antigos Combatentes foram no sentido de considerarem ser bastante elevado o seu nível de satisfação em relação ao modo como foram atendidos (> 92%). A escala utilizada no questionário foi a seguinte: graus (Mau, insuficiente, suficiente, bom e muito bom).

O **Dia da Defesa Nacional**, tanto pelos seus objetivos como pela abrangência associada à sua implementação, constitui-se como campo fundamental para recolha de informação passível de enformar uma análise sobre a relação dos jovens com as Forças Armadas. A edição de 2017 do Dia da Defesa Nacional configurou a continuação da mudança do ano anterior em que foram introduzidas uma série de alterações no que respeita ao processo de inquéritos, designadamente ao nível dos conteúdos e da configuração de toda a plataforma de preenchimento e recolha de dados. Enquanto objeto de estudo e com vista a avaliar a forma como o Dia da Defesa Nacional é percecionado pelos jovens que nele participam, podemos dizer que os resultados gerais foram muito satisfatórios, uma vez que 78,9% dos jovens gostaram ou gostaram muito, e apenas 7,5% dos jovens formulam uma opinião negativa.

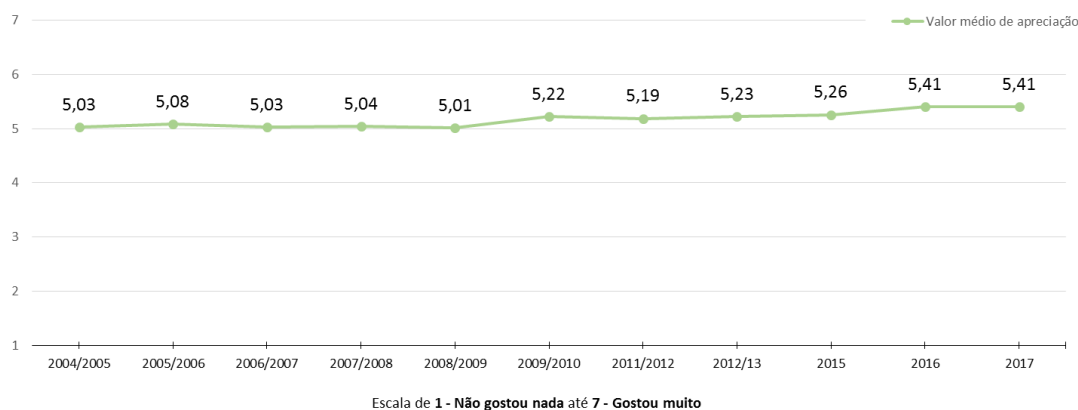
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Gráfico 8 - Dispersão da opinião geral sobre o DDN por parte dos inquiridos



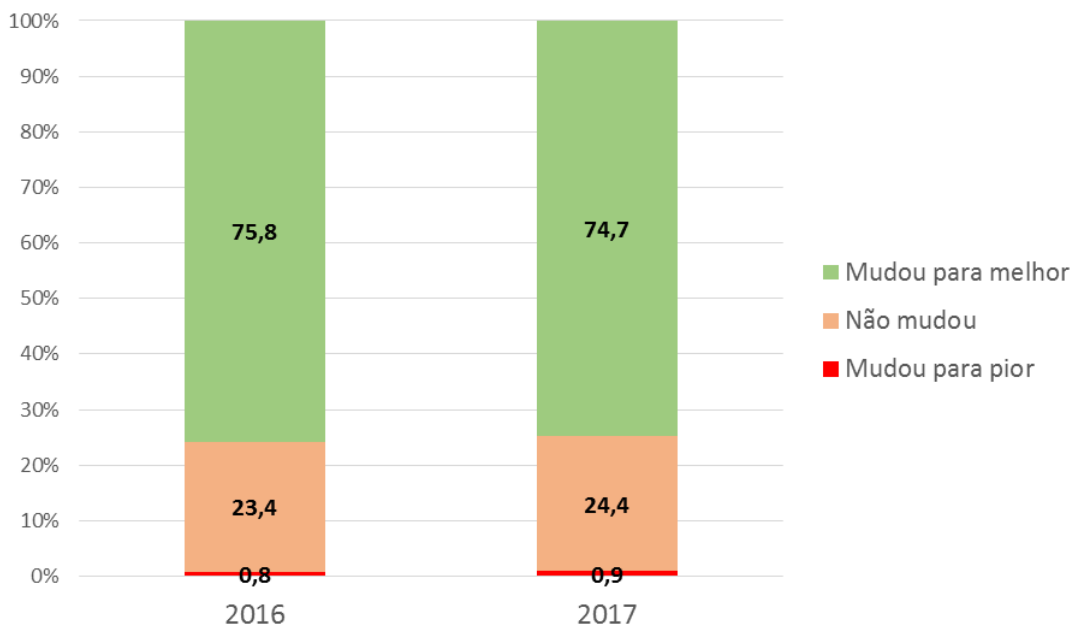
Se enquadrarmos estes valores de apreciação nos mais de 11 anos de implementação do Dia da Defesa Nacional, percebemos que as alterações que foram introduzidas não baixaram a atratividade.

Gráfico 9 - Evolução média da apreciação do Dia da Defesa Nacional



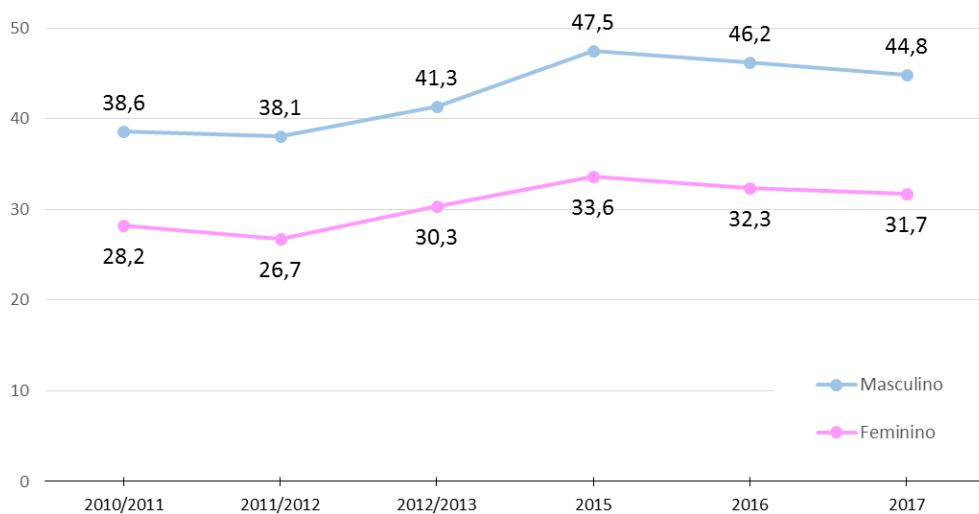
Relativamente à opinião dos jovens sobre as Forças Armadas após a participação no Dia da Defesa Nacional verifica-se que 74,7% dos jovens afirmam que a sua opinião mudou para melhor, ao passo que 0,9% dos jovens referem uma posição inversa. Estes dados demonstram, por isso, que o Dia da Defesa Nacional tem efeito positivo em matéria de estruturação de opiniões e representações sobre as Forças Armadas e deve ser valorizado enquanto tal.

Gráfico 10 - Opinião sobre as Forças Armadas após a participação no DDN (%)



No que respeita à predisposição dos jovens para ingressarem nas Forças Armadas, verifica-se que 45,9% dos jovens não manifestou interesse, 38,3% revelou predisposição para ingressar, enquanto 15,7% dos jovens não expressaram opinião. No que respeita a valores médios percentuais e por género verifica-se que as mulheres revelaram uma menor predisposição para ingressar (31,7%).

Gráfico 11 - Evolução da predisposição para ingresso nas Forças Armadas, por género (%)

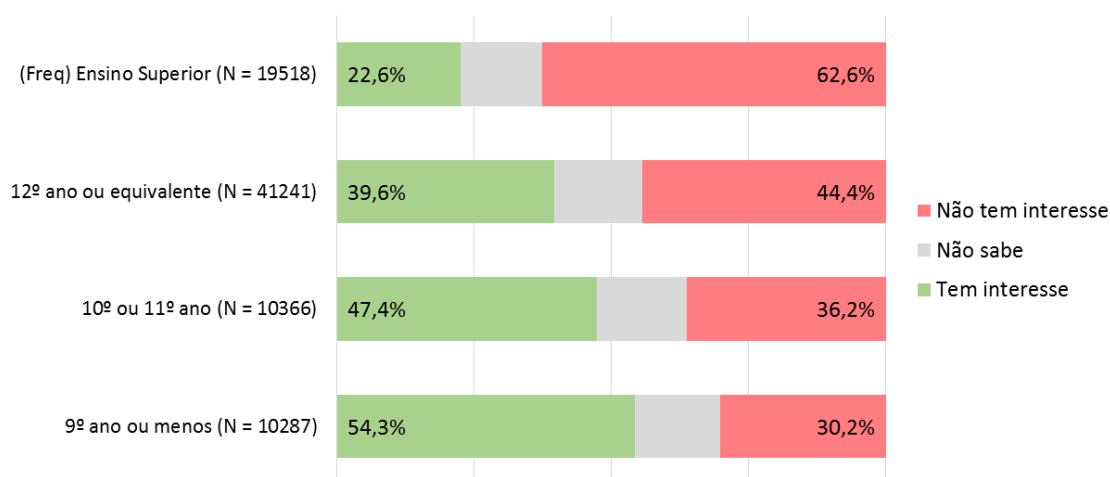


Analisando a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas **em função da escolaridade**, podemos ver que a percentagem de jovens interessados em ingressar vai diminuindo à medida que a escolaridade aumenta.

Relevante é o facto de que 39,6% dos jovens que estão no 12º ano (e que são a maioria na população em estudo) ponderam esse ingresso, dado que permite olhar o futuro com algum otimismo.

No entanto, manifestar a intenção é diferente de a concretizar, pelo que caberá às Forças Armadas alguma ação potenciadora neste domínio.

Gráfico 12 - Predisposição para ingresso nas Forças Armadas, por nível de escolaridade



Em síntese e como ideias de força, pode dizer-se que em matéria de apreciação do Dia da Defesa Nacional, este foi avaliado de forma muito positiva, tendo os valores de 2017 igualado ou suplantado de alguma forma os de 2016, o que permite dizer que a reconfiguração do modelo de implementação demonstra sustentabilidade.

No quadro das audições externas refere-se o Questionário de satisfação aplicado às entidades no que respeita ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no **domínio da cooperação com a EDA, NATO e a UE**.

Avaliação do grau de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa) e a EU: o nível de satisfação dos utilizadores internos e externos foi de entre 3 e 4 (escala 1 a 5).

Avaliação do grau de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a NATO: o nível de satisfação alcançado dos utilizadores internos e externos foi de entre 3 e 4 (escala 1 a 5).

Inquéritos internos

Relativamente aos inquéritos destinados ao pessoal da DGRDN para avaliação do grau de satisfação no serviço, aplicou-se um questionário para todos os trabalhadores.

A escala contínua que mede o grau de satisfação é a seguinte: 1 (muito insatisfeito) a 6 (muito satisfeito).

O “Questionário de satisfação para trabalhadores” apresentado *on-line*, valorou os seguintes aspetos de satisfação: perceção geral dos colaboradores com a organização, gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, desenvolvimento da carreira, motivação, estilo de liderança, e, condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços. Foram distribuídos 255 questionários (considerando o nº de trabalhadores a 31 de dezembro) e respondidos 78 (30,5%). O quadro seguinte resume os principais resultados percentuais obtidos.

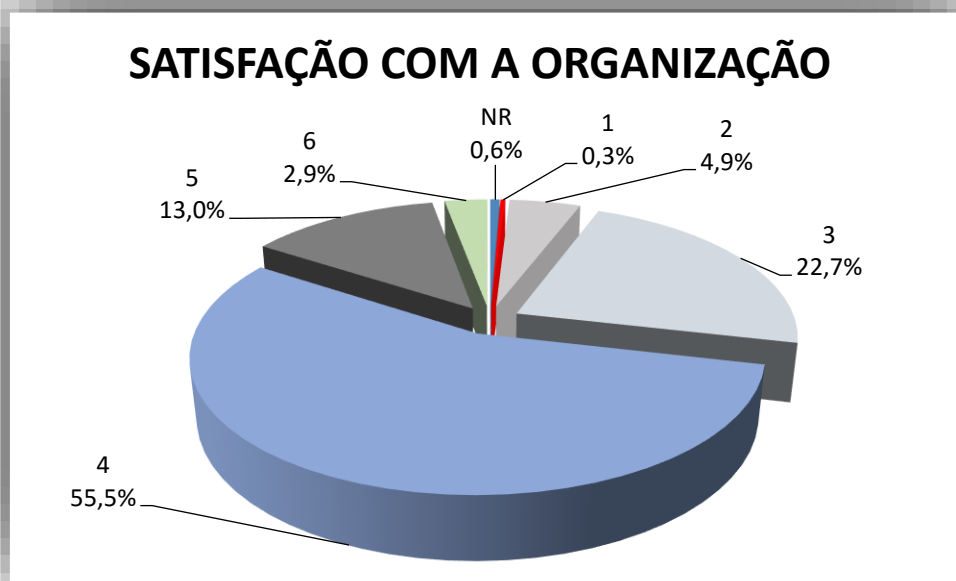
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Quadro 11 – Questionário interno (resultados)

Grau de satisfação/Questões	NR	1	2	3	4	5	6	VALOR MÉDIO DA QUESTÃO
COM A ORGANIZAÇÃO	0,6%	0,3%	4,9%	22,7%	55,5%	13,0%	2,9%	3,9
GESTÃO E SISTEMAS DE GESTÃO	7,5%	1,6%	6,2%	15,8%	46,8%	9,4%	12,7%	4,0
CONDIÇÕES DE TRABALHO	6,5%	0,9%	3,0%	13,4%	49,4%	18,0%	8,9%	4,1
DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA	6,5%	1,6%	5,5%	25,5%	49,9%	7,5%	3,6%	3,7
MOTIVAÇÃO	6,5%	1,9%	6,5%	25,0%	44,8%	9,4%	5,8%	3,8
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Superiores)	10,4%	3,5%	5,2%	16,0%	46,5%	10,0%	8,4%	3,9
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Intermédios)	59,7%	1,6%	3,4%	9,5%	17,9%	6,1%	1,8%	3,7
Higiene, Segurança, equipamentos e serviços	30,4%	1,0%	2,6%	19,0%	37,9%	8,6%	0,5%	3,8
SATISFAÇÃO GLOBAL	16,0%	1,6%	4,6%	18,3%	43,6%	10,2%	5,6%	3,9

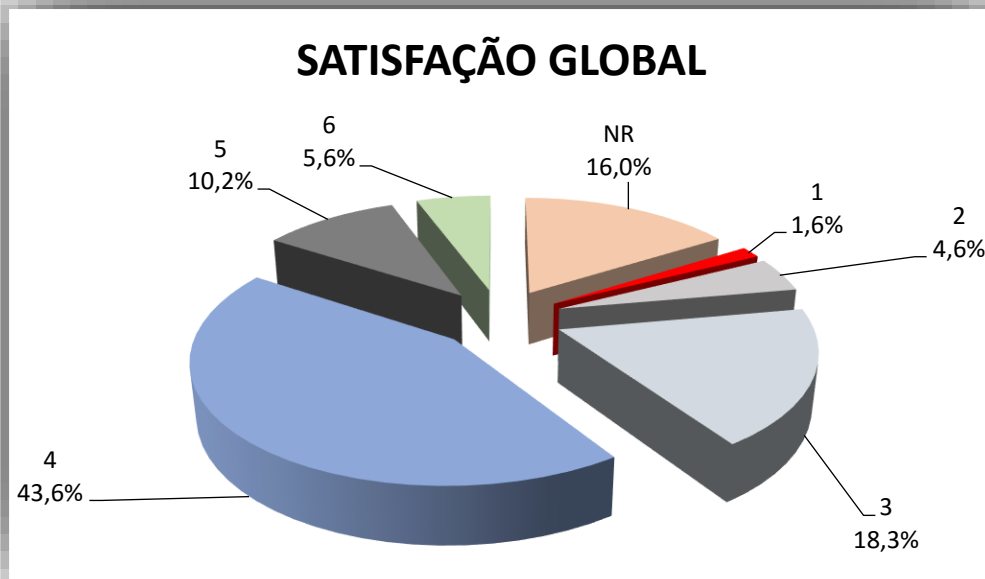
A resposta à questão “satisfação com a organização” que se apresenta no gráfico abaixo, incide em sub-questões como a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria.

Gráfico 13



O resultado atingido satisfaz positivamente considerando os valores dos graus 4, 5 e 6 (71,4%). Nas respostas a todas as questões base (8), os resultados de “satisfação global” são também positivos para os mesmos graus acima referenciados (59,4%).

Gráfico 14



Balanço Social

O Balanço Social como instrumento de gestão na área dos recursos humanos foi estabelecido com carácter obrigatório pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, e instituiu a sua elaboração para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores.

A Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, determinou a criação do Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho onde foram estabelecidas a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), definindo ainda a dotação de lugares de direção (superior e intermédia de 1º grau) e o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares, e a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que definiu a estrutura nuclear do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas, o estabelecimento de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas disciplinares.

O Balanço Social 2017, como instrumento de gestão previsional de pessoal caracteriza a situação dos recursos humanos presentes no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro, desenvolvimento e tendências.

Considerou-se sobretudo:

- Possibilitar a todos/as os/as trabalhadores/as o acesso à formação profissional na perspetiva da sua valorização e o aumento da motivação;
- Usufruir da melhoria de instalações e equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo efetivo e eficiente da assiduidade;
- A gestão e racionalização dos encargos com pessoal, de acordo com as necessidades de funcionamento do serviço.

Os efetivos em 31 de dezembro de 2017 eram de **255 trabalhadores**.

Caracterização dos fatores mais significativos do **perfil profissional do pessoal da DGRDN**:

- Grupo de pessoal – civil (52%);
- Grupos profissionais (dominância) – militar (44,8%) e técnico superior (27%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (73,7%);

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- Modalidade de vinculação – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – (45,1%);
- Colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica – DSPSM (24,7%);
- Sexo – masculino (65%);
- Idade – média 46 anos e meio;
(grupos etários dominantes: 50 a 54 anos – 19,6% e 45 a 49 anos – 16,5%)
- Antiguidade na AP – 22,4 anos (média);
- Habilitações – formação superior (56,9%);
- Assiduidade – 5,5 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 16,1 h (média horas de formação/trabalhador).

O Balanço Social da DG constitui um documento específico, já apresentado superiormente mas que se junta ao presente Relatório (vide Anexos).

Apreciação dos Objetivos Específicos das Unidades Orgânicas

Acrescentando uma análise adicional da avaliação detalhada do QUAR (objetivos estratégicos e consequentes objetivos operacionais) já apresentada, as unidades orgânicas da DGRDN definem complementarmente outros objetivos específicos/operacionais que procuram cumprir (desenvolvimento em detalhe neste Relatório de Atividades). Resumem-se os resultados obtidos.

Quadro 12 – Objetivos específicos das UO

Unidade orgânica	Nº objetivos definidos	Nº de iniciativas	Atingidas	Superadas	Não atingidas
DSAEQ	6	17	7	7	1*
DSPSM	8	20	13	4	3
DSSMAS	9	20	10	8	2
DSAE	6	12	4	6	0*
DSIP	5	11	5	5	1
DSQA	8	17	3	8	6
DSGFA	3	3	1	1	1
DAJC	3	3	0	2	1
GAT	1	3	2	1	0
Totais	49	106	45	42	15

* 2 Não Aplicáveis (vide notas respetivas no capítulo “Avaliação dos objetivos Operacionais das UO”)

Considerando todas as iniciativas planeadas, foram atingidas e superadas 82% o que se pode considerar um resultado positivo.

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho

Ações de melhoria

O ano de 2017 para a DGRDN ficou marcado com a realização de várias iniciativas/eventos consolidando o seu crescimento e desempenho, tendo como pilar principal a sua missão.

Foi preocupação permanente a integração e otimização dos processos internos, numa lógica de orientação para a gestão por objetivos e para a melhoria contínua, através da introdução de modelos e ferramentas que potenciam a melhoria do desempenho da Direção-geral, bem como pela estabilização do seu quadro de recursos humanos.

A Direção-geral, por forma orientada através das suas unidades orgânicas foi alvo de implementação de medidas que permitissem o alinhamento de processos, funções e pessoas, nomeadamente no seguinte:

- Revisão de metodologias de trabalho e processos internos;
- Integração dos Sistemas de Informação existentes e implementação de novos processos assentes nas tecnologias de informação e comunicação;
- Racionalização dos planos de ocupação de imóveis através da agregação de serviços;
- Normalização dos processos e das atividades de gestão financeira e orçamental;
- Implementação de medidas no sentido de criar sinergias e eliminar recursos duplicados, mediante a gestão da mudança com o menor impacto possível nas pessoas.
- Investimento na motivação e qualificação dos colaboradores, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano de formação orientado para as diversas áreas de atividade da DGRDN.
- Otimização dos recursos internos, com base em critérios de eficácia e eficiência, numa lógica de maximização de resultados e contenção de custos na Administração Pública, em consonância com as medidas de consolidação orçamental.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogêneos com os quais a DGRDN se possa comparar.

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGRDN no que respeita à concretização do QUAR é de 124%. Em termos qualitativos a DGRDN, dos objetivos operacionais constantes do seu QUAR, superou os seus objetivos.

Quadro 13 – Autoavaliação da DGRDN

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	30%	30%	40%
Taxa de Realização	121%	127%	124%

Quadro 14 – Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGRDN

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização	124%		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição da menção de **Bom** para o desempenho da DGRDN, visto que superou/atingiu todos os objetivos.

Avaliação dos Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários,
Ensino e Qualificação*

Objetivo 1

Elaborar projetos de diplomas, acompanhar a respetiva aplicação, e elaborar pareceres técnicos na área de atribuições da Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação

INICIATIVA 1

Elaboração de projetos de diploma no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE

Indicador

Concluídos para decisão superior dentro do prazo estabelecido

Grau de Concretização e Resultados

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação do prazo estabelecido em 2 dias	Cumprir no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido
X		

INICIATIVA 2

Elaboração de pareceres técnicos e outros documentos de análise técnica no âmbito do EMFAR, da LSM e respetivo regulamento e do regime remuneratório

Indicador

N.º de documentos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excecional complexidade

Grau de Concretização e Resultados

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou o prazo estabelecido
X		

Objetivo 2

Efetivos Cíveis e Militarizados

INICIATIVA 1

Recolha e tratamento dos dados reportados relativos ao pessoal civil e militarizado das Forças Armadas - Monitorização dos efetivos -

Indicador

Tratamento dos dados reportados no prazo de 10 dias úteis após a sua receção

Grau de Concretização e Resultados

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento dos dados 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 10 dias úteis	Conclusão do tratamento em tempo superior a 10 dias úteis
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Monitorização do Sistema Retributivo - Pessoal Militar e Pessoal Militarizado -		
Indicador		
N.º de documentos técnicos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excecional complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos de 3 dias úteis	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis

Nota: Os resultados da Iniciativa 1 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.

Nota: Não aplicável. Não houve qualquer atividade específica enquadrável na iniciativa 2 dado que a mesma estaria dependente de decisão da tutela.

Objetivo 3	Representação do MDN nas questões relativas à Igualdade de Género
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Monitorização da/e execução das medidas constantes dos Planos Nacionais Participação em reuniões convocadas pela PCM, CIG ou Gabinete		
Indicador		
1. Elaboração das planificações setoriais para aprovação superior, 60 dias após publicação dos Planos Nacionais 2. Elaboração de notícias de reunião no prazo de 5 dias úteis		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1. Antecipação em 15 dias úteis do prazo estabelecido 2. Menos de 3 dias úteis	Conclusão no prazo	Ultrapassou o prazo estabelecido
2. X	1. X	

INICIATIVA 2		
Monitorização da execução das medidas constantes dos Planos Nacionais referentes ao MDN		
Indicador		
Elaboração dos Relatórios Semestral e Anual		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação em 2 dias do prazo estabelecido	Conclusão no prazo	Ultrapassou o prazo fixado
	X	

Nota: A concretização destas iniciativas está dependente de organismos externos (CIG e ramos)

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 3		
Representação do MDN no NATO Committee on Gender Perspectives - Participação na reunião anual -		
Indicador		
Elaboração do Relatório Anual no prazo de 10 dias úteis após a realização da reunião		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do relatório 2 dias antes do prazo fixado	Conclusão do relatório no prazo fixado	Conclusão do relatório depois do prazo fixado
	X	

Nota: Os resultados das Iniciativas 1, 2 e 3 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos. Relativamente ao ponto 3 o resultado está dependente do envio de documentação pelo NCGP.

Objetivo 4	Aumentar a certificação da formação dos militares em RV/RC, alinhando os referenciais das Forças Armadas ao Catálogo Nacional de Qualificações
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Propor uma política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV/RC de modo a obterem o Ensino Secundário e o nível 4 QNQ		
Indicador		
Apresentação de uma proposta de medidas ao nível da certificação da formação profissional Peso: 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 15 de julho	Apresentação até 31 de julho	Apresentação depois de 31 de julho
X		

Nota: O Plano de Atividades e respetivo Cronograma foi elaborado e apresentado para apreciação superior em 7 de Abril de 2017.

INICIATIVA 2		
Apresentar um plano de atividades para implementação do acordo de cooperação		
Indicador		
Apresentação do Plano de Atividades Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 15 de dezembro	Apresentação até 31 de dezembro	Apresentação depois de 31 de dezembro
	X	

Nota: O Plano de Atividade foi elaborado e apresentado para apreciação superior.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 3		
Promover a criação e implementação dos processos de certificação da formação profissional ministrada pela Defesa Nacional		
Indicador		
Realização de ações relativas a processos de RVCC Escolar e Profissional Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização de duas ações	Realização de uma ação	Não realização de ações
X		

Nota: O GT da Certificação, coordenado por esta DGRDN/DEQ, recolheu e apreciou informação relativa a 3 referenciais de formação comuns aos 3 Ramos tendo elaborado um conjunto de recomendações que, após validação dos Ramos, serão apresentadas à ANQEP para integração no CNQ.

Objetivo 5	Consolidar e monitorizar a implementação da reforma Defesa 2020 no sistema de ensino superior militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Conclusão do processo de regulamentação do IUM		
Indicador		
Resposta a solicitações de apreciação das propostas de diploma Peso 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaboração de parecer até 3 dias após a solicitação	Elaboração de parecer até 5 dias após a solicitação	Elaboração de parecer mais de 5 dias após a solicitação
X		

Nota: As solicitações de pareceres e/ou informações relativas à temática do Ensino Superior Militar, nomeadamente as propostas de diploma relativos à UPM, CFS, Orgânica das UOA e IUM, entre outras, atendendo aos prazos estipulados pelos Gabinetes de S.Exa. o MDN e SEDN, foram elaborados no prazo de até 3 dias.

INICIATIVA 2		
Regulamentação da Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar		
Indicador		
Apresentação das propostas de diploma Peso 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 15 de julho	Apresentação até 31 de julho	Apresentação depois de 31 de julho

Nota: Não aplicável. O EMGFA apresentou uma proposta de Programa de Implementação da UEFISM que, após parecer desta DGRDN, ainda se encontra em apreciação pelo Gab.MDN. A regulamentação da UEFISM apenas poderá ser despoletada no âmbito da execução do Programa de Implementação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 3		
Elaboração de proposta de estudo sobre as expectativas profissionais dos alunos dos EESPUM		
Indicador		
Apresentação da proposta de estudo Peso 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 15 de dezembro	Apresentação até 31 de dezembro	Apresentação depois de 31 de dezembro
	X	

Nota: A proposta de matriz foi elaborada por esta DEQ, encontrando-se para validação e aplicação.

Objetivo 6	Promover o desenvolvimento da oferta educativa do ensino básico e secundário de matriz militar desenvolvida no âmbito da Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de proposta de modelo de financiamento e do regime especial de avaliação dos EMEs		
Indicador		
Apresentação das propostas de diploma relativas ao modelo de financiamento e do regime especial de avaliação Peso 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 15 de outubro	Apresentação até 31 de outubro	Apresentação depois de 31 de outubro
		X

Nota: Foi constituído um Grupo de Trabalho com a missão de elaborar as respetivas propostas de diploma onde foi definida a recolha de informação necessária à elaboração dos normativos. Uma vez que a informação ainda não foi enviada pelo Exército a esta DGRDN, não foi possível realizar as propostas de diploma.

INICIATIVA 2		
Monitorizar o desempenho académico dos alunos dos EMEs		
Indicador		
Apresentação de relatório comparativo entre o ano letivo 2015/2016 e o ano letivo 2016/2017 e entre o CM e o IPE Peso 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação de relatório até 30 outubro	Apresentação de relatório até 30 de novembro	Apresentação de relatório após 30 de novembro
	X	

Nota: Após a recolha da informação relevante foi elaborado um relatório prévio que se encontra para validação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 3		
Desenvolver a componente da Formação Profissional de matriz militar - IPE		
Indicador		
Apresentação de proposta de reconfiguração do modelo pedagógico de âmbito profissional. Peso 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 31 de julho	Apresentação até 31 de outubro	Apresentação depois de 31 de dezembro
	X	

Nota: Foi elaborada uma proposta de reconfiguração do modelo pedagógico de âmbito profissional baseado na continuação de estudos entre percursos de dupla certificação de nível 4, atualmente a serem ministrados pelo IPE, e os CTSP em parceria com instituições de Ensino Superior Politécnico, militares ou civis.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar*

Objetivo 1

Conceção e desenvolvimento de um observatório da
profissionalização do serviço militar

INICIATIVA 1

Apresentação de proposta de estrutura
(identificação de área de atuação e plano de recursos necessários)

Indicador

Apresentação da proposta em 90 dias

Grau de Concretização e Resultados

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento 10 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 5 dias	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo
	X	

INICIATIVA 2

Implementação da proposta e início de funcionamento do observatório 150 dias após aprovação da proposta

Indicador

Criação de uma plataforma de gestão e produção de informação

Grau de Concretização e Resultados

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Ter a plataforma a funcionar em 130 dias	Ter a plataforma a funcionar em 150 dias	Conclusão deste processo depois deste prazo
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 2	Desenvolvimento e consolidação do processo de monitorização dos efetivos e das autorizações das admissões
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Assegurar a monitorização dos efetivos militares nos termos legalmente estabelecidos		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 15 dias após a sua receção		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 15 dias	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo
	X	

INICIATIVA 2		
Assegurar a análise e tramitação dos pedidos de admissão de pessoal		
Indicador		
Emissão de parecer técnico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Emissão do parecer 10 dias após a receção	Emissão do parecer 15 dias após a receção	Conclusão num período superior a 15 dias
X		

Objetivo 3	Promover a atualização e o estudo dos dados das reservas militares (de recrutamento e de disponibilidade)
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Assegurar a atualização do estudo sobre a reserva de recrutamento (configuração quantitativa e qualitativa)		
Indicador		
Estudo sobre o universo potencial de Recrutamento Militar		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborar semestralmente a análise da informação da reserva (2 relatórios)	Elaborar anualmente a análise da informação (1 relatório)	Não conseguir efetuar a análise no prazo definido
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Identificar a informação necessária à gestão da reserva de disponibilidade e promover a sua integração		
Indicador		
Desenvolvimento de estudo situacional sobre a matéria e apresentação de proposta de plano funcional para a criação de uma Base de Dados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realizar o estudo 200 dias	Realizar o estudo 230 dias	Conclusão do processo depois deste prazo
	X	

Objetivo 4	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar, através de uma crescente implementação do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Desenvolvimento de conteúdos tendo em vista a divulgação da profissão militar		
Indicador		
Elaboração do manual das profissões militares (funções/formação/requisitos)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realizar em 250 dias	Realizar em 300 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
		X

Nota: Não foi possível, em tempo útil, receber dos ramos a informação descritiva que permitisse a realização do trabalho.

INICIATIVA 2		
Conceção e implementação do plano de atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar - 2017		
Indicador		
Proposta de plano de atividades e monitorização da implementação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborar relatórios trimestrais	Elaborar relatório semestral	Elaborar relatório apenas anualmente
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 3		
Desenvolvimento de uma proposta de configuração (temática) de um portal do recrutamento militar		
Indicador		
Apresentação de proposta		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar proposta em 150 dias	Apresentar proposta em 180 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
	X	

INICIATIVA 4		
Conceber campanha de divulgação junto dos jovens em idade escolar		
Indicador		
Apresentação de proposta (conteúdos e estrutura)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar proposta em 150 dias	Apresentar proposta em 180 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
	X	

Objetivo 5	Promover o modelo de Comunicação Integrada para o Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Proposta de um programa de encontros com OCS alargado a autores das Redes Sociais incidentes na difusão do conhecimento sobre o Serviço Militar		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30out17	Concluída até 30nov17	Após 30nov17
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Inclusão de Modelo funcional de plataforma operacional na Plataforma de Comunicação Integrada para o Serviço Militar		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30set17	Concluída até 30dez17	Após 30 dez
	X	

INICIATIVA 3		
Proposta de plano de edições gráficas no âmbito da Comunicação Integrada para 2017		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluídas até 30set17	Concluídas até 30dez17	Após 30 dez
	X	

Objetivo 6	Desenvolver o conhecimento da população portuguesa acerca das várias vertentes da Defesa Nacional, do papel das Forças Armadas e do Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos Programas das jornadas para a 14.ª edição (2017) do DDN		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30 out17	Concluída até 30 nov17	Após 30 nov
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Participação em eventos de dimensão nacional nas áreas da juventude, da formação e do emprego		
Indicador		
N.º de Participações Peso – 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2	1	0
X		

INICIATIVA 3		
Produção de série de pequenos vídeos (10") sobre várias especialidades militares nos 3 ramos (título: "Eu sou"), para inserção nas redes sociais		
Indicador		
N.º de vídeos Peso – 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 15	10	Menos de 5
	X	

Objetivo 7	Reforçar a empregabilidade dos militares dos regimes de voluntariado e de contrato
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Potenciar as qualificações dos militares e ex-militares para o mercado de trabalho		
Indicador		
N.º de horas de formação realizadas Peso – 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Aumento em 5% face ao ano anterior	Mesmo n.º de horas face ao ano anterior	N.º de horas inferior face ao ano anterior
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Fomentar o empreendedorismo junto dos militares e ex-militares		
Indicador		
N.º de ações realizadas dedicadas ao empreendedorismo Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2 ações	1 ação	Nenhuma ação
X		

Objetivo 8	Alargar os serviços de reinserção à zona Norte do País
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Apresentar o projeto de adequação das instalações		
Indicador		
Apresentação do projeto Peso – 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar projeto até 30 de abril	Apresentar projeto até 30 de junho	Não apresentar projeto
		X

INICIATIVA 2		
Iniciar empreitada de adequação das instalações		
Indicador		
Início da empreitada Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Iniciar a empreitada até 30 de set	Iniciar a empreitada até ao final do ano	Não iniciar empreitada
		X

Nota: Objetivo não concretizado por decisão superior.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Apoiar o Sistema de Saúde Militar
-------------------	-----------------------------------

INICIATIVA 1		
Realizar e colaborar na realização de estudos no âmbito do Sistema de Saúde Militar		
Indicador		
N.º de estudos realizados Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	1 - 4	0
X		

INICIATIVA 2		
Desenvolver e implementar o sistema de informação da Saúde Militar		
Indicador		
A associar a cronograma de desenvolvimento do projeto Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realizado até 30 nov 2017	Realizado entre 30 nov e 31 dez 2017	Iniciativa não realizada em 2017
		X

Nota :Não foi atingido porque dependia da participação de outras entidades e implicava a afetação de um conjunto de recursos. Não tendo sido possível reunir estas condições, veio a mostrar-se inexequível.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 2	Caracterizar os Recursos Humanos e monitorizar as atividades desenvolvidas pelas estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Caracterização qualitativa e quantitativa dos Recursos Humanos alocados às estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar/2016		
Indicador		
Relatório de caracterização/2016 Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 30MAI17	Elaborado entre 30MAI17 e 31DEZ17	Iniciativa não realizada em 2017
X		

INICIATIVA 2		
Caracterização das atividades realizadas no âmbito da Saúde Militar em 2017		
Indicador		
Relatório de atividades Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 30JUN17	Elaborado de 30JUN17 a 31DEZ17	Iniciativa não realizada em 2017
X		

Objetivo 3	Coordenar e monitorizar o Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Realização de reuniões ordinárias do GC/PPCACDFA		
Indicador		
N.º de reuniões ordinárias Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	1 - 4	0
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Elaboração do Relatório Atividades/2016 no âmbito do PPCACDFA		
Indicador		
Relatório de Atividades/2016 Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 31mai2017	Elaborado entre 31mai17 e 31dez2017	Iniciativa não realizada em 2017
	X	

INICIATIVA 3		
Elaboração do Plano de Atividades/2018 no âmbito do PPCACDFA		
Indicador		
Plano de Atividades/2018 Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 15dez2017	Elaborado entre 15dez2017 e 31dez2017	Iniciativa não realizada em 2017
		X

Nota: Este objetivo consiste na elaboração de um documento que integra os contributos a receber do EMGFA e dos Ramos. A 31dez ainda não tinha sido recebida a totalidade dos contributos; assim não foi possível concluir o documento naquela data.

INICIATIVA 4		
Ações de divulgação estratégica do PPCACDFA ao CPOS		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 15%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
N/A	1	0
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 5		
Ações de divulgação do PPCACDFA nos Cursos de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependências		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 15%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
	X	

INICIATIVA 6		
Promover a cooperação com entidades parceiras no âmbito da Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências		
Indicador		
N.º de atividades de cooperação desenvolvidas Peso: 10%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
X		

Objetivo 4	Promover a cooperação com os Países da CPLP no âmbito da Saúde Militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Organização do Fórum de Saúde Militar CPLP/ 2017		
Indicador		
Organização da IV Edição do Fórum Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
N/A	Realizado	Não realizado
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Colaborar em projetos da CTM no âmbito da CPLP		
Indicador		
N.º de projetos Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	2	0
X		

Objetivo 5	Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE
-------------------	--

INICIATIVA		
Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados, o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares		
Indicador		
Data de entrega do Relatório Anual		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
30nov2017	31dez2017	Após 31dez2017
X		

Objetivo 6	Propor medidas que contribuam para a melhoria das condições de vida dos Deficientes Militares
-------------------	---

INICIATIVA		
Monitorizar e avaliar a execução do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)		
Indicador		
Nº de iniciativas desenvolvidas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
3	2	< 2
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 7	Melhorar o padrão de serviço – áreas da saúde e assuntos sociais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Atingir um padrão de serviço que possibilite fixar um período razoável para elaboração de projetos de medidas legislativas, bem como de informações e pareceres (comum)		
Indicador		
Demora média Peso: 25%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 6 dias úteis	>=6<10 dias úteis	>=10 dias úteis
X		

INICIATIVA 2		
Reduzir tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (comum)		
Indicador		
Prazo de elaboração de respostas a solicitações institucionais e a particulares Peso: 25%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 5 dias úteis	>=5<8 dias úteis	>=8 dias úteis
X		

INICIATIVA 3		
Incrementar a frequência de ações de formação especializada (comum)		
Indicador		
Nº de ações de formação especializada frequentadas Peso: 10%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
2	1	0
X		

INICIATIVA 4		
Elaborar conteúdos para divulgação das iniciativas e temáticas da Saúde Militar e dos Assuntos Sociais, quer na Intranet quer na Internet do MDN no Portal da DGRDN		
Indicador		
Número de propostas de conteúdo Peso: 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
4	2 - 4	< 2
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 8	Reduzir a pendência processual dos processos com vista à qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA)
-------------------	--

INICIATIVA		
Reduzir o número de processos pendentes		
Indicador		
Nº de processos com decisão final/por jurista		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 120	120	< 120
X		

Objetivo 9	Melhorar o índice de satisfação dos antigos combatentes em relação ao modo como são atendidos no Balcão Único da Defesa (BUD)
-------------------	---

INICIATIVA		
Medir a satisfação dos antigos combatentes		
Indicador		
NÍVEL DE SATISFAÇÃO PERCEBIDA = $\frac{\text{(Resposta Inquérito Satisfação} \times 0,25)}{\text{(Total de respostas} \times 4)} \times 100$		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 92%	92%	< 92%
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Armamento e Equipamento</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Coordenar e executar as políticas de armamento e equipamento necessárias às Forças Armadas e à Defesa Nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos projetos dos Serviços Centrais na ferramenta de Gestão de Projetos (EPM)		
Indicador		
Taxa de projetos atualizados no EPM		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 61% dos projetos atualizados no quadrimestre	Entre 40% e 60% dos projetos atualizados no quadrimestre	Menos de 39% dos projetos atualizados no quadrimestre
X		

INICIATIVA 2		
Otimização da coordenação e execução da Lei de Programação Militar (LPM)		
Indicador		
Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados em apoio à coordenação e execução da LPM		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborados mais do que 10 documentos no quadrimestre	Elaborados entre 6 e 9 documentos no quadrimestre	Elaborados menos do que 5 documentos no quadrimestre
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 2	Implementar os processos mais adequados para a aquisição e manutenção do armamento e equipamentos
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito das tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa		
Indicador		
Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados no ano de 2017		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
X		

INICIATIVA 2		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito dos programas em curso nas agências internacionais		
Indicador		
Nº de pareceres, informações e relatórios elaborados no ano de 2017		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
X		

Objetivo 3	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa) e a UE		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a NATO		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Objetivo 4	Emitir as licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria		
Indicador		
% de licenças e certificados emitidos face aos pedidos de licenças e certificados aprovados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 95 %	Entre 90 % e 95 %	< 90 %
X		

INICIATIVA 2		
Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria cumprindo os prazos legais		
Indicador		
N.º de dias para a emissão de licenças e certificados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 14	Entre 14 e 45	> 45
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 5	Elaborar e propor medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao apoio logístico das Forças Armadas
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaboração e propostas de medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao apoio logístico		
Indicador		
% de documentos elaborados face aos solicitados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 80%	Entre 70% e 80%	< 70%
N/A	N/A	N/A

INICIATIVA 2		
Resposta em tempo útil a solicitações no âmbito da política, doutrina e procedimentos relativos ao apoio logístico		
Indicador		
N.º de dias para a resposta às solicitações no âmbito da política, doutrina e procedimentos relativos ao apoio logístico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 20	Entre 20 e 25	> 25
N/A	N/A	N/A

Nota: Não aplicável. Por opção da gestão topo da DGRDN, o apoio logístico a ser acompanhado por outra Direção de Serviços, não havendo resultados a apresentar por parte da DSAE. De salientar que, nem sempre haverá necessidade de alterar as medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao seu apoio logístico.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 6	Promover e coordenar, em cooperação com as FA e, no aplicável, com o Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a idD, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a defesa nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D nacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D internacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Cumprimento pelo empreiteiro do plano de trabalhos da empreitada de construção do edifício da Escola no Reduto Gomes Freire		
Indicador		
% de cumprimento		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Cumpriu a 100%	Cumpriu a 80%	Não foi cumprido o planeado
X		

INICIATIVA 2		
Cumprimento pelo empreiteiro do plano de trabalhos da empreitada de requalificação da Messe (para apoio à Escola) no Reduto Gomes Freire		
Indicador		
% de cumprimento		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Cumpriu a 100%	Cumpriu a 80%	Não foi cumprido o planeado
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 2	Gestão das infraestruturas NATO
-------------------	---------------------------------

INICIATIVA 1		
Proceder ao levantamento das necessidades urgentes		
Indicador		
Data de execução		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até final do 1º quadrimestre 2017	Até final do 1º semestre 2017	Até final de 2017
X		

INICIATIVA 2		
Proceder ao suprimento das necessidades identificadas		
Indicador		
Taxa de execução ao nível da realização física = (n.º de atividades realizadas / n.º de atividades planeadas) x 100		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização >= 90%	Realização >= 75%	Realização < 25%
	X	

Objetivo 3	Unidade de Gestão Patrimonial
-------------------	-------------------------------

INICIATIVA 1		
Recolha e tratamento de dados junto das entidades tuteladas pelo MDN respeitante aos imóveis afetos à Defesa Nacional		
Indicador		
Apresentação da informação quando solicitada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação em prazo inferior a 1 dia	Apresentação no prazo de 1 dia	Apresentação em prazo superior a 1 dia
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pela ocupação de património imobiliário do Estado		
Indicador		
Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Esclarecimentos prestados no prazo inferior a 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo superior a 2 dias
X		

Objetivo 4	Salvaguarda dos interesses da Defesa Nacional nos instrumentos de gestão territorial
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de pareceres sobre os projetos apresentados		
Indicador		
Pareceres concluídos dentro do prazo estabelecido por entidades externas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluiu antes do prazo estabelecido	Concluiu dentro do prazo estabelecido	Concluiu após o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Participar nas reuniões de concertação		
Indicador		
N.º de reuniões de concertação em que participou com parecer vinculativo do MDN		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participou em 100% das reuniões	Participou em 90% das reuniões	Participou em menos de 90% das reuniões
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 5	Satisfação dos requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover a avaliação de imóveis e enviar para homologação da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF)		
Indicador		
Avaliações homologadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% de avaliações homologadas	90% de avaliações homologadas	Menos de 90% das avaliações homologadas
		X

Nota: A homologação de avaliações depende da DGTF que nos vem informando de excesso de trabalho.

INICIATIVA 2		
Promover a regularização jurídico-cadastral dos imóveis disponíveis para rentabilização		
Indicador		
Tempo de preparação do processo		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Preparação do processo num prazo inferior a 3 dias	Preparação do processo no prazo de 3 dias	Preparação do processo num prazo superior a 3 dias
	X	

INICIATIVA 3		
Promover a certificação energética dos imóveis a rentabilizar		
Indicador		
Número médio de dias que o processo está com o técnico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
O processo está com o Técnico durante uma média de um dia	O processo está com o Técnico durante uma média de dois dias	O processo está com o Técnico durante uma média superior a dois dias
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Atualizar (rever) a Diretiva Ambiental da Defesa Nacional e materializar os objetivos operacionais e específicos através do Plano de Ação Ambiental
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaboração da “Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional”		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 1º semestre de 2017	Até final do 1º semestre de 2017	Após 1º semestre de 2017
		X

Nota: A proposta de atualização da “Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional” está a ser trabalhada, no entanto, devido ao elevado número de atividades inopinadas e ao facto de existirem apenas dois colaboradores (apenas um com formação na área do ambiente) não foi possível apresentar a proposta na data a que nos propusemos.

INICIATIVA 2		
Elaborar um Plano de Ação Ambiental		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 2º semestre de 2017	Até final do 2º semestre de 2017	Após 2º semestre de 2017
		X

Nota: Esta iniciativa decorre da anterior, pelo que, não tendo sido possível apresentar a proposta da Diretiva, pelo motivos apresentados anteriormente, não se deu início à elaboração do Plano de Ação Ambiental.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 2	Criar uma Estrutura Coordenadora para a Qualidade e plano de ação
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar proposta de despacho para “Estrutura Coordenadora para a Qualidade”		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 1º semestre de 2017	Até final do 1º semestre de 2017	Após 1º semestre de 2017
		X

Nota: Devido ao aumento de solicitações das empresas para obtenção da certificação AQAP, e ao facto de existir apenas um colaborador com formação e experiência na área da qualidade impossibilitaram a apresentação da proposta de despacho para a criação da “Estrutura Coordenadora para a Qualidade”

INICIATIVA 2		
Elaborar o plano para as ações da responsabilidade da Autoridade para a Garantia Governamental da Qualidade		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 1º semestre de 2017	Até final do 1º semestre de 2017	Após 1º semestre de 2017
		X

Nota: Esta iniciativa decorre da anterior, pelo que, não tendo sido possível apresentar a proposta da Estrutura, pelo motivos apresentados anteriormente, não faria sentido elaborar o plano de ações da Estrutura

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 3	Promover a gestão dos recursos energéticos na Defesa Nacional
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar um plano de educação e sensibilização para a eficiência energética		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 1º semestre de 2017	Até final do 1º semestre de 2017	Após 1º semestre de 2017
X		

INICIATIVA 2		
Identificar e implementar ações para a monitorização e análise dos consumos energéticos na Defesa Nacional		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 1º semestre de 2017	Até final do 1º semestre de 2017	Após 1º semestre de 2017
X		

INICIATIVA 3		
Elaborar um plano de ação com a identificação de oportunidades de melhoria energéticas		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 2º semestre de 2017	Até final do 2º semestre de 2017	Após 2º semestre de 2017
	X	

INICIATIVA 4		
Apresentar projetos que conduzam a uma utilização eficiente da energia		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 2º semestre de 2017	Até final do 2º semestre de 2017	Após 2º semestre de 2017
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 4	Identificar lacunas entre os processos e procedimentos da Qualidade da Defesa Nacional no sentido de os uniformizar com a EDA e com a OTAN
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaborar um relatório que permita avaliar lacunas na área da Qualidade		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 1º semestre de 2017	Até final do 1º semestre de 2017	Após 1º semestre de 2017
		X

Nota: Não foi possível concretizar esta iniciativa pelos motivos apresentados na iniciativa 1 do objetivo 2 (várias auditorias no âmbito das certificações AQAP e apenas um colaborador com formação e experiência na área da qualidade)

INICIATIVA 2		
Elaborar o plano para a mitigação das lacunas identificadas na área da Qualidade		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 2º semestre de 2017	Até final do 2º semestre de 2017	Após 2º semestre de 2017
		X

Nota: Esta iniciativa decorre da anterior, pelo que, não tendo sido possível concretizar a anterior esta iniciativa também não se concretizou.

Objetivo 5	Elaboração dos processos de alienação e desmilitarização de material de guerra
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração do contrato para desmilitarização de material explosivo oriundo das FA		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes de 31 de janeiro de 2017	Até 15 de abril de 2017	Após 15 de abril de 2017
	X	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

INICIATIVA 2		
Elaboração e execução dos projetos de alienação de material de guerra		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 4 processos em execução	Entre 2 e 4 processos em execução	Apenas um processo em execução
X		

Objetivo 6	Elaboração de Processos de Ratificação. Coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	---

INICIATIVA		
Contribuir para a elaboração dos Processos de Ratificação		
Indicador		
Propostas externas / Propostas ratificadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Taxa de execução do plano anual plena	Taxa de execução do plano anual Externos 90%	Taxa de execução do plano anual Externos < 90%
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 7	Ao nível internacional (NATO & EDA), coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Participar nas reuniões do Committee for Standardization (CS) e dos Grupos de Trabalho - Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)		
Indicador		
N.º de reuniões convocadas (CS, MSG e MSHT) / N.º de reuniões participadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participação em todas as reuniões	Participação em 50% das reuniões	Participação em menos de 50% das reuniões
X		

INICIATIVA 2		
Assegurar a resposta nacional aos documentos solicitados pelos grupos de trabalho MSG/MSHT		
Indicador		
Documentos solicitados pelo MSG/MSHT		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Envio dos documentos antes do prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos no prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos fora do prazo fixado pelo MSG/MSHT
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 8	Garantir a qualidade da Catalogação nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN AC/135		
Indicador		
Número médio de dias de resposta a 70% dos pedidos de catalogação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 20 dias	20 dias	> 20 dias
X		

INICIATIVA 2		
Proceder à catalogação dos pedidos internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135		
Indicador		
Percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação internacionais		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 20%	20%	> 20%
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Gestão Financeira
e Apoio*

Objetivo 1

Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno

INICIATIVA		
Criar um sistema de informação para a gestão do NSIP		
Indicador		
Data de criação de um sistema de Gestão do NATO Security Investment Programme (NSIP)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
<30-11-2017	[30-11-2017 a 31-12-2017]	>31-12-2017
	X	

Objetivo 2

Melhorar a qualidade e produtividade dos serviços

INICIATIVA		
Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN		
Indicador		
Prazo de implementação do Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 30-06-2017	[30-06-2017 a 31-09-2017]	>31-12-2017
X		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 3	Melhorar a qualificação dos trabalhadores
-------------------	---

INICIATIVA		
Satisfazer as necessidades formativas dos trabalhadores da DSGFA com a definição de um Plano de Formação		
Indicador		
% de execução do Plano de Formação aprovado		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 50%	[50% a 30%]	< 30%
		X

Nota: O desvio negativo verificado pode-se justificar com a constatação de que:

1. O plano de formação não foi aprovado e divulgado pela DGRDN devido a constrangimentos orçamentais e procedimentais, tendo em conta que se aguarda a operacionalização da nova legislação sobre a formação na Administração Pública, no que diz respeito à Gestão e Avaliação da Formação; e
2. Verificou-se que um número significativo de ações de formação propostas no início do ano, não se concretizaram por não existirem formandos em número suficiente nas entidades que ministram a formação ou por não existirem formadores disponíveis.

Não obstante o exposto anteriormente pode-se afirmar que as necessidades formativas dos colaboradores da DGRDN foram salvaguardadas com a execução de formação não planeada: foi executado um número significativo de ações de formação, em substituição da formação proposta no início do período que deixou de ter efeito por falta de formandos e/ou formadores.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Unidade orgânica	<i>Divisão de Análise Jurídica e Contratual</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Assegurar o apoio técnico-jurídico a todos os assuntos submetidos pela Direção
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídico		
Indicador		
Tempo Médio de Resposta (TMR) ² de 14 dias úteis ³ , exceto casos de elevada complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
TMR < 14 dias	TMR = 14 dias	TMR > 14 dias
X		

Nota: TMR informação/pareceres sobre propostas de procedimentos de contratação pública (aquisições delegadas nos Ramos) 5,8 dias; TMR processos liberação caucões 12 dias; Outros processos/informações/pareceres TMR 4 dias.

Objetivo 2	Promover a alteração legislativa na área da <i>contratação pública</i>
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaboração de projeto legislativo		
Indicador		
Apresentação do projeto até ao final do 4º trimestre de 2017		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 30 set 2017	Até 30 dez 2017	Depois de 30 dez 2017
		X

Nota: Não foi possível concretizar devido ao volume e complexidade de trabalho atribuída durante o ano à DAJC, cuja equipa é constituída pela Chefe de Divisão, uma técnica superior e um assistente administrativo, finalista de Direito, em regime de acumulação com outra unidade.

² TMR = somatório tempos resposta / n.º total de estudos/informações/pareceres produzidos.

³ A contagem do prazo interrompe-se sempre que for solicitada intervenção de um órgão ou serviço externo à DAJC.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo 3	Assegurar a conformidade legal e regularidade financeira dos contratos e atos geradores de despesa pública
-------------------	--

INICIATIVA		
Instrução e remessa dos atos e contratos ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia		
Indicador		
75% dos contratos ou outros instrumentos geradores de despesa visados pelo TC ⁴		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 75% contratos visados pelo TC	75% contratos visados pelo TC	< 75% contratos visados pelo TC
X		

Nota: Em 2017 foram remetidos a visto prévio 3 contratos, um dos quais transitou para 2018, porquanto ainda aguarda decisão do TC. Dos 2 processos concluídos, os 2 obtiverem visto favorável (grau concretização 100%).

⁴ N.º de contratos e atos visados / N.º de contratos e atos remetidos ao TC para fiscalização prévia. Aplicável aos contratos e atos cujo procedimento de formação tenha sido assegurado ou apoiado pela DAJC.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-Geral

Objetivo 1	Manter atualizados e otimizados os principais instrumentos de gestão e apoio à decisão da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (Plano de Atividades, Relatório de Atividades e Balanço Social)
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaborar o Plano de Atividades 2018		
Indicador		
Apresentar o Plano no prazo previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 30 outubro 2017	Até 15 novembro 2017	Após 15 novembro 2017
	X	

INICIATIVA 2		
Elaborar o Relatório de Atividades 2016		
Indicador		
Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15 de março 2017	Até 31 março 2017	Após 31 março 2017
	X	

INICIATIVA 3		
Elaborar o Balanço Social 2016		
Indicador		
Apresentar o Balanço Social no prazo legalmente previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15 de março 2017	Até 31 março 2017	Após 31 março 2017
X		

Listagem síntese de Programas e Ações

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 01

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Unidade responsável – Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários

Ações

01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)
01-02	Carreiras e Regime Estatutário do Pessoal Civil
01-03	Regime Estatutário do Pessoal Militarizado
01-04	Regimes Retributivos
01-05	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos
01-06	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas
01-07	Lei do Serviço Militar
01-08	Representação do MDN na CIG
01-09	Representação do MDN no âmbito da RCSNU 1325
01-10	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)
01-11	Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH
01-12	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais
01-13	Representação do MDN no âmbito das competências da DAE
01-14	Audição das associações socioprofissionais
01-15	Assessorias exteriores
01-16	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada
01-17	Assistência Religiosa das Forças Armadas
01-18	Consultadoria

Programa 02

Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

02-01	Certificação da Formação dos militares do RV/RC
02-02	Sistema da Gestão da Qualidade da Formação da Defesa Nacional
02-03	Centro Qualifica (CQ) para a obtenção de qualificações académicas e profissionais dos militares em RV e RC
02-04	Implementação do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação no âmbito das FA
02-05	Ensino Superior Público Militar
02-06	Coordenação nacional da iniciativa “Erasmus Militar”
02-07	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM)
02-08	Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas
02-09	Profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional
02-10	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação
02-11	Representação nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação
02-12	Reconfiguração do Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar (RIPSM)
02-13	Subsídio para Pagamento de Propinas
02-14	Formação em organismos NATO
02-15	Estudos relativos à Defesa Nacional
02-16	Assessoria Técnica
02-17	Organização de Conferências, Seminários e Colóquios

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 03

Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Ações

03-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar
03-02	Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das FA (através do Recrutamento Normal)
03-03	Recrutamento Especial
03-04	Recrutamento Excecional
03-05	Reserva de Recrutamento
03-06	Reserva de Disponibilidade
03-07	Monitorização dos Efetivos Militares
03-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO
03-09	Promover a conceção e implementação de um Observatório da profissionalização do serviço militar
03-10	Consultadoria

Programa 04

Deveres Militares

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares

Ações

04-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional
04-02	Gestão do processo de Convocação
04-03	Gestão do Sistema de Transportes
04-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação
04-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação
04-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN
04-07	Estabelecimento de Parcerias
04-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN
04-09	Gestão da situação militar dos cidadãos
04-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares
04-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN
04-12	Cooperação no âmbito do DDN com organizações e entidades nacionais e internacionais
04-13	Consultadoria

Programa 05

Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional

Ações

05-01	Gestão estratégica do processo de Apoio à Fase de Transição
05-02	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural
05-03	Potencialização das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato
05-04	Implementação dos novos serviços do CIOFE decorrentes da sua promoção a Centro Qualifica
05-05	Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares
05-06	Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais
05-07	Consultadoria

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 06

Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Unidade responsável – Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar

Ações

06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar
06-02	Criação do Repositório Estruturado de Informação
06-03	Criação da Identidade Visual para o Serviço Militar
06-04	Comunicação Externa – Canal Web
06-05	Comunicação interna – Corporate TV
06-06	Comunicação interna/externa – Boletim informativo “Serviço Militar”
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais
06-08	Consultadoria

Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Unidade responsável – Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar
07-02	Vigilância Epidemiológica
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar
07-04	Grupo OTAN/Saúde
07-05	Normalização na área da Saúde
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar
07-09	Saúde Mental
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção e Combate às Toxicodependências nas Forças Armadas
07-11	Segurança, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)
07-12	Consultadoria

Programa 08

Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Unidade responsável – Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Ações

08-01	Medidas de política de proteção social
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares
08-03	Reabilitação dos deficientes militares
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais
08-06	Medir a satisfação dos antigos combatentes
08-07	Consultadoria

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 09

Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Planeamento e Programação

Ações

09-01	Cooperação internacional
09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares
09-03	Lei de Programação Militar (LPM)
09-04	Apoio à Gestão de Projetos

Programa 10

Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento

Ações

10-01	Licenciamento
10-02	Controlo
10-03	Estratégia no âmbito da Logística
10-04	Estratégia de I&D (Investigação e Desenvolvimento)
10-05	Gestão de Projetos em I&D

Programa 11

Infraestruturas

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas

Ações

11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
11-02	Gestão das Infraestruturas NATO em Portugal
11-03	Manutenção/Construção de infraestruturas de âmbito NATO
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO
11-05	Construção de infraestruturas
11-06	Consultadoria

Programa 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial
12-02	Representar o MDN na elaboração dos instrumentos de gestão territorial
12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura
12-04	Cartografia e Cadastro

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 13

Rentabilização do Património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização
13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
13-03	Informação
13-04	Protocolos
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares
13-06	Consultadoria

Programa 14

Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

14-01	Reuniões da Comissão Técnica
14-02	Projetos de infraestruturas
14-03	Comissão Bilateral Permanente
14-04	Infraestruturas de uso partilhado ou de uso comum
14-05	Ambiente

Programa 15

Turismo Militar

Unidade responsável – Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

15-01	Colaborar com os estabelecimentos de ensino, centros de investigação e empresas, na produção e consolidação de conhecimento, aquisição de novas competências, e estabilização de um quadro conceptual que permita ao Ministério da Defesa definir o seu paradigma de intervenção na área do Turismo Militar (TM)
15-02	Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente para que estes se possam transformar em recursos passíveis de utilização ao nível do TM
15-03	Estabilizar e divulgar o conceito de TM
15-04	Diversificar a oferta turística, estruturando, articulando e qualificando os recursos de índole histórico-militar, promovendo a qualidade e a competitividade
15-05	Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM
15-06	Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades

Programa 16

Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade

Ações

16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente
16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente
16-05	Atualização da Diretiva Ambiental
16-06	Coordenação do Plano de Ação Ambiental da Diretiva Ambiental
16-07	Aplicação do regulamento REACH na Defesa Nacional
16-08	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional
16-09	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos
16-10	Implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis em edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN
16-11	Coordenação da Qualidade na Defesa Nacional
16-12	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)
16-13	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP (Allied Quality Assurance Publications)
16-14	Implementação de técnicas LEAN na DGRDN
16-15	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade
16-16	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas
16-17	Alienação de material de guerra das Forças Armadas

Programa 17

Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)

Unidade responsável – Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação

Ações

17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação
17-02	Representação do MDN no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)
17-03	Representação do MDN no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT
17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)
17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)
17-08	Garantir a atribuição de Números da Abastecimento Provisórios (NAP)
17-09	Garantir os carregamentos SIG/DN
17-10	Traduzir para língua portuguesa conteúdos do “NATO Master Catalogue of References for Logistics” (NMCRL)

Programa 18

Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

Unidade responsável – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Ações

18-01	Gerir os recursos financeiros da DGRDN
18-02	Gerir os recursos patrimoniais
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental
18-04	Reportes Financeiros
18-05	Gestão de economato
18-06	Consultadoria

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN

Unidade responsável – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DGRDN
19-02	Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos trabalhadores da DGRDN (Formação)
19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN
19-05	Prestar as informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da A.P.
19-06	Consultadoria

Programa 20

Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Unidade responsável – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

20-01	Gestão e Controlo de Pessoal
20-02	Sistema de Gestão Documental
20-03	Sistema de Informação e Gestão (SIG)
20-04	SIADAP (Informatização)
20-05	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
20-06	Gestão das Bases de Dados
20-07	Desenvolvimento de soluções informáticas
20-08	Gestão dos Sistemas de Informação

Programa 21

Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN

Unidade responsável – Divisão de Análise Jurídica e Contratual

Ações

21-01	Contratação Pública no âmbito da Defesa
21-02	Legislação e Regulamentos em matérias específicas
21-03	Consultadoria

Programa 22

Gestão e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN

Unidade responsável – Equipa Multidisciplinar (Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico)

Ações

22-01	Análise e apreciação de documentos transversais à DGRDN
22-02	Ações externas da DGRDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 23

Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Unidade responsável – Gabinete de Assessoria Técnica ao DG

Ações

23-01	Controlo de execução da atividade da DGRDN
23-02	Divulgar e produzir informação de interesse da DGRDN
23-03	Estrutura de Pilotagem e Técnica no âmbito da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)

Programa 24

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Unidade responsável – Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

24-01	Atividades do SARFAFS em Portugal
24-02	Atividade internacional do SARFAFS
24-03	Atividades editoriais da SARFAFS

Programa 25

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Unidade responsável – Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

25-01	Competições Desportivas Nacionais Militares
25-02	Política Desportiva Militar
25-03	Torneios e Campeonatos Mundiais de Desporto Militar
25-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Atividades executadas (resultados)

Programa 01



**Aperfeiçoar a Regulação do Sistema
de Recursos Humanos**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários,
Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos
Estatutários*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)	Realizar estudos, emitir pareceres e participar na preparação de projetos de diploma de desenvolvimento do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio	Regulamentação do EMFAR	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Elaboração de diplomas regulamentares	Projeto	ES	GabMDN/EMGFA/ Ramos
	2. Elaboração de pareceres no âmbito do EMFAR			

RESULTADOS

Análise de propostas de alteração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas da iniciativa da Assembleia da República, em particular do grupo parlamentar do PCP.

Análise do regulamento do concurso de admissão para ingresso nos quadros especiais de saúde dos oficiais dos quadros permanentes da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Ponto de Situação da Saúde Militar – estudo sobre modelos de obtenção e retenção de Recursos Humanos.

Declaração do Presidente da República em 16.09.2017, no âmbito do processo de Reabilitação moral do Soldado João Ferreira de Almeida, do Corpo Expedicionário Português, na 1.ª Grande Guerra.

Iniciativa da Liga dos Combatentes em sede de Comemorações do Centenário da Grande Guerra, nos termos do despacho n.º 15602/2012, de 27 de novembro de 2012, de Sua Excelência o MDN.

Elaboração da proposta legislativa.

Análise de projeto de alteração do Decreto-Lei que regula o Regime de Contrato Especial – idade de ingresso dos médicos.

Análise de proposta de utilização de ex-militares contratados no regime de recrutamento de vigilantes e chefes de equipa para escolas.

Análise de candidatura à Agência Europeia de Defesa e nomeação de militar para cargo na ONU.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Análise da exoneração retroativa de um general e reação às críticas do PCP.

Análise de medida legislativa que visa a reintegração do Capitão Artur Ribeiro Gomes e elaboração de pontos de situação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
01-02	Carreiras e Regime Estatutário do Pessoal Civil	Estudar, propor soluções no âmbito dos regimes de vinculação, de carreiras e regime retributivo do pessoal civil das Forças Armadas	Harmonização com o Regime da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LGTFP (Lei nº 35/2014, de 20 de junho)		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
	Emitir pareceres sobre os mapas de pessoal civil das Forças Armadas	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos/Serviços centrais MDN	

RESULTADOS

Efeitos Remuneratórios decorrentes da Aquisição do Grau de Consultor – Despacho Conjunto do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Defesa Nacional, permitindo a efetivação dos efeitos remuneratórios resultantes da integração na categoria superior de assistente graduado, por parte dos médicos dos mapas de pessoal civil do HFAR e dos Ramos das Forças Armadas sendo a efetivação do posicionamento remuneratório idêntica à dos médicos do Serviço Nacional de Saúde.

Análise de pedidos de consolidação de situações de mobilidade intercarreiras e intercategorias na Defesa Nacional.

Análise de pedidos consolidação de situações cedência de interesse público.

Análise de mapas de pessoal civil dos ramos.

Recrutamento de 42 trabalhadores para a Arsenal do Alfeite, S.A – Pedido de Parecer Prévio – artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado para 2017.

Acompanhamento do recrutamento de recursos humanos para o HFAR.

Pedido de parecer prévio de Sua Excelência o MDN ao abrigo do artigo 120.º n.º 1 da alínea e) do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 03 de março - Instituto Hidrográfico.

Pedido de parecer prévio de Sua Excelência o MDN para recrutamento/ocupação de postos de trabalhos do Mapa de Pessoal Civil do Exército.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-03	Regime Estatutário do pessoal militarizado	Estudar, propor e monitorizar medidas no âmbito da aplicação do regime	Revisão do Estatuto harmonizando-o com a LGTFP

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

estatutário do pessoal
militarizado da Marinha e da
Polícia Marítima

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Promover e coordenar estudos sobre a configuração e desenvolvimento das carreiras do pessoal militarizado	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos
2. Emitir pareceres sobre os mapas de pessoal militarizado			

RESULTADOS

Militarizados da Marinha – Carreira dos Militarizados do Troço do Mar.

Projeto de Portaria que altera a Portaria n.º 258/82, de 11 de março, que fixa os quantitativos dos efetivos de cada categoria dos grupos do quadro do pessoal militarizado da Marinha (QPMM) republicando-a.

Análise de promoção por distinção e a título póstumo na Polícia Marítima.

Pedido de parecer prévio do Ministro da Defesa Nacional para recrutamento de Pessoal da Polícia Marítima e de Pessoal no Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-04	Regimes Retributivos	Elaborar propostas e projetos relativos aos sistemas retributivos do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas e monitorizar a respetiva aplicação	Adequação das remunerações ao regime enquadrador

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos

RESULTADOS

Análise dos regimes de progressão e promoção na Defesa Nacional.

Análise das situações de inversão remuneratória no pessoal militarizado da Marinha.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-05	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos	Desenvolver e participar nos estudos relativos à revisão dos suplementos remuneratórios e abonos gerais e específicos atinentes à condição militar, adequando-os aos princípios consagrados na LTFP	Adequação do regime ao enquadramento legal em vigor, aplicando os princípios da LTFP e reduzindo o número de suplementos atribuídos
	Subações	Tipo	Natureza
	Adaptação da atribuição de suplementos dos militares aos princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 06 de fevereiro	Atividade corrente	ES
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Elaboração do parecer sobre o pagamento do Suplemento da Condição Militar a militares que prestam serviço em organismos do MDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-06	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas	Colaborar na elaboração de propostas e projetos regulamentares	Harmonização legislativa
	Subações	Tipo	Natureza
	Elaborar um projeto de diploma que altere o regime de capacidade eleitoral passiva harmonizando-o com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2015, de 29 de agosto, ao art.º 33.º da Lei de Defesa Nacional	Projeto	CAT
			Parceiros intervenientes
			GabMDN/CCEM/Ramos/Outras entidades

RESULTADOS

Análise do parecer do Ministério das Finanças sobre o projeto de diploma.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-07	Lei do Serviço Militar	Apreciar e elaborar propostas de alteração e aperfeiçoamento da Lei do Serviço Militar (LSM), respetivo Regulamento e demais legislação complementar	Aperfeiçoamento legislativo
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	ES
			Parceiros intervenientes GabMDN/EMGFA/ Ramos

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-08	Representação do MDN na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)	Assegurar a representação do MDN no Conselho Consultivo da CIG	Acompanhar a execução do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017), V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017) e III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017), no âmbito do MDN Contribuir para a igualdade efetiva das mulheres e dos homens. Harmonização legislativa
	Subações	Tipo	Natureza
	1. Acompanhar a implementação dos Planos Nacionais pelos organismos que integram a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MDN	Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes GabMDN/CIG/ Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género e várias entidades

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

2. Monitorizar o Plano Sectorial de Ação para a Igualdade do MDN

RESULTADOS

Realização de reuniões de acompanhamento com a Equipa Interdepartamental do MDN no âmbito do V PNI.

Colaboração com a CIG no âmbito dos demais Planos Nacionais.

Organização de uma visita ao Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, em Queluz, por estudantes Australianos do curso «*Empowering Women – sobre in the 21 st Century*» - Inclui a realização de uma palestra sobre a perspetiva de género nas Forças Armadas (ISCTE).

Elaboração de resposta ao questionário da OSCE sobre mulheres nas Forças Armadas.

Monitorização do Plano Setorial do MDN através da realização de reuniões periódicas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-09	Representação do MDN no âmbito da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (RCSNU)	Coordenar, no âmbito do MDN, a operacionalização do II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018)	Contribuir para a implementação de medidas referentes às questões de género nas operações militares

	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Representar o MDN no âmbito II PNA 1325, aprovado pela RCM n.º 50/2014, de 26 de agosto	Atividade corrente	CIN	GabMDN/CIG/ Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género/PNA 1325 e várias entidades
2.	Participar nas reuniões do GT interministerial			
3.	Acompanhar a implementação do Plano pelo EMGFA, ramos e demais serviços envolvidos. Monitorização do Plano Setorial do MDN, aprovado por Despacho de 03Out.2014, de S. Ex.ª a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional			
4.	Colaboração com o Gabinete			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Representação do MDN em todas as reuniões convocadas pela PCM/CIG no âmbito deste Plano.

Convocação de reuniões do GT Interministerial com vista ao acompanhamento e avaliação das medidas previstas para 2017.

Elaboração dos relatórios semestrais.

Reporte ao Gabinete das medidas executadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-10	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)	Assegurar a representação do MDN no Comité sobre Perspetiva de Género da Organização do Tratado do Atlântico Norte	Colaborar com os representantes dos países da NATO nas medidas que visam permitir a integração da perspetiva de género nas FA Participar na Reunião Anual a realizar no Quartel-General da Nato em Bruxelas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Responder às solicitações do NCGP e dos países-membros	Atividade corrente	CII	GabMDN/NATO/EMGFA e Ramos
2. Preparação e envio do relatório anual			

RESULTADOS

Elaboração e envio do Relatório Nacional dentro dos prazos estabelecidos com a colaboração do EMGFA e Ramos.

Articulação com o EMGFA e ramos das Forças Armadas na preparação da participação nacional da reunião anual do Comité.

Preparação da candidatura nacional ao cargo de Deputy Chair do NCGP que resultou na eleição da Major Diana Morais do Exército.

Elaboração do relatório da reunião e envio do mesmo ao Gab. MDN.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-11	Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH	Colaborar na produção legislativa no âmbito dos recursos humanos da Defesa Nacional	Consagração ou aperfeiçoamento do regime jurídico aplicável aos recursos humanos da DN
	Subações	Tipo	Natureza
	Elaboração de um projeto de DL que visa aprovar o regime jurídico dos adidos militares, dos cargos internacionais e das missões militares	Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			EMGFA/Ramos/SGMDN/DGPDN

RESULTADOS

Análise de propostas de alteração dos seguintes projetos legislativos:

Estatuto da Guarda Nacional Republicana.

Lei Eleitoral da Assembleia da República e Presidente da República (voto antecipado dos militares); Decreto-Lei que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra-incêndios.

Decreto-Lei que visa estabelecer um regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com carreiras contributivas muito longas.

Decreto-Lei que altera o regime do internato médico.

Análise e contributos à DGPDN e ao Ministério do Trabalho no âmbito da 106.º Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, sobre a Recomendação da OIT «o emprego e o trabalho digno ao serviço da paz e da resiliência».

Análise da recomendação n.º 205, sobre o emprego e trabalho digno ao serviço da paz e da resiliência, 2017. Análise do procedimento da efetivação dos dispositivos desta recomendação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-12	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais	Apoio aos Ramos, aos Órgãos e Serviços Centrais e aos organismos tutelados pelo MDN na elaboração e aperfeiçoamento da sua legislação orgânica e outros diplomas legais	Colaborar, mediante solicitação, com as várias entidades e organismos na elaboração e aperfeiçoamento de diplomas legais
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Atividade corrente CAT GabMDN/EMGFA/
Serviços Centrais
MDN/Ramos

RESULTADOS

Comissão Informal de Simplificação Legislativa – Projeto Revoga + anos – 1979, 1980, Proposta de Lei e Decreto-Lei, fase final projetos legislativos.

Análise de projetos de diplomas agendados para RSE e RCM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-13	Representação do MDN no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
	Subações	Tipo	Natureza Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-14	Audição das associações socioprofissionais	Participar em processos de audição das associações de militares e de militarizados em matérias relativas aos respetivos estatutos profissionais	Auscultar as preocupações das associações em sede própria e dar conhecimento das mesmas à tutela
	Subações	Tipo	Natureza Parceiros intervenientes
	1. Realização de reuniões	Atividade corrente	ES GabMDN/EMGFA/ Ramos
	2. Elaboração de notas de reunião e de relatórios		
	3. Atualização e divulgação dos dados relativos às Associações		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

no portal da DGRDN e
comunicação dos mesmos ao
EMGFA e aos ramos

RESULTADOS

Registo das Associações profissionais de Militares.

Comunicação ao EMGFA e aos ramos dos dados relativos ao número de associados inscritos em cada uma das Associações Profissionais de Militares e atualização da identidade dos titulares efetivos e suplentes dos seus órgãos sociais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-15	Assessorias exteriores	Participar em ações inseridas no âmbito da cooperação bilateral instituída com países terceiros, no domínio das competências atribuídas à DSAEEQ	Assegurar a representação da DSAEEQ no âmbito das relações bilaterais
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes
			DGPDN

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-16	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada	Dar parecer no âmbito do procedimento de aprovação dos modelos de uniforme das entidades autorizadas a prestar serviços de segurança privada	Harmonização de procedimentos. Inconfundibilidade com os uniformes das Forças Armadas
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			MAI/Ramos

RESULTADOS

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Conclusos 30 processos de aprovação/ junção de peças aos modelos de uniformes.

Acompanhamento do projeto de Implementação do Uniforme de Cerimónia, Passeio e Serviço em substituição dos uniformes n.º 1 e n.º 2 do Exército.

Análise de Regulamentos de Uniformes dos Ramos, PSP e GNR.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-17	Assistência Religiosa das Forças Armadas <i>Nota – Dependente de articulação com o MAI</i>	Reestruturação do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e de Segurança (RCM n.º 26/2013) e respetivo acompanhamento	Aprovação do diploma que procede à reestruturação do Serviço de Assistência Religiosa e acompanhamento da respetiva implementação

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Prestar apoio técnico-jurídico ao Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e Forças de Segurança	Atividade corrente	ES	GabMDN/SEDN, EMGFA, Ramos e MAI
2. Secretariar as reuniões do Conselho Consultivo de Assistência Religiosa			

RESULTADOS

Elaboração de pontos de situação remetidos por e-mail ao Gab.MDN e SEDN.

Elaboração de informação relativa à prestação de assistência religiosa a militares Evangélicos.

Elaboração de projeto de despacho relativo à prestação de assistência religiosa nas Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-18	Consultadoria	Apreciar requerimentos e exposições dos cidadãos em sede de procedimento administrativo no âmbito da área de atribuições da DSAEEQ/DAE	Responder aos requerimentos e exposições nas matérias que caibam no âmbito de atribuições da DSAEEQ/DAE

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	Ramos e várias entidades

RESULTADOS

Análise do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 379/2017, de 12 de junho – Remunerações adicionais fixadas na Portaria n.º 1157/2004, de 22 de outubro, aos militares enquanto permaneceram em exercício de funções na Missão de Construção de Submarinos (MCSUB), na delegação da Alemanha, com efeitos a 1 de julho de 2008 (Programa relativo à aquisição de submarinos destinados à Marinha Portuguesa).

Análise do regime jurídico aplicável à Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) de um Técnico Especialista em Procedimentos de Voo por instrumentos (PANS-OPS) da Força Aérea Portuguesa;

Reintegração no Quadro Permanente da Armada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril, que estatua que seriam reintegrados nas suas funções se o requererem, os militares que tenham sido demitidos, reformados, aposentados ou passados compulsivamente e separados do serviço por motivos de natureza política.

Integração no Quadro de Pessoal Militarizado do Exército, nos termos do Decreto-Lei n.º 550-R/76, de 12 de julho.

Reclamação. Tabela Remuneratória única. Procedimento de transição de militarizados. Requerimentos para alteração da posição remuneratória.

Análise das Propostas de Lei – Orçamento de Estado para 2018. Implicações na área da defesa.

Análise da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio – Regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público (RVP).

Análise de pedidos de revisão da situação de ex militares.

Análise de medida legislativa que visa a reintegração do Capitão Artur Ribeiro Gomes e elaboração de pontos de situação.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 02



Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Unidade orgânica

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-01	Certificação da Formação dos Militares em RV e RC	Potenciar a certificação da formação dos militares em RV/RC, alinhando os referenciais das Forças Armadas (FA) ao Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)	Aumento do índice de certificação da formação dos militares das FA com o Ensino Secundário e/ou Nível 4 de Qualificação	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Constituir uma equipa técnica, no sentido de definir e implementar o processo de certificação da formação nos Ramos	Projeto	CAT/AA/ CIN/FOR	EMGFA, Ramos, Entidades certificadoras e formadoras, ANQEP e IEFP
	2. Definir a política ao nível da certificação da formação de nível não superior, para os militares em RV e RC, de modo a obterem o Ensino Secundário e/ou Nível 4 de Qualificação Profissional			
	3. Criar referenciais que promovam a formação comum nas FA e que potenciem a formação específica de cada Ramo, em articulação com o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)			
	4. Rever os instrumentos legais que dão suporte à formação profissional (por exemplo: Lei do Serviço Militar e Regulamento da Lei do Serviço Militar, Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar)			
	5. Emitir pareceres técnicos sobre diplomas de alteração nos sistemas formativos nacionais			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Decorrente do Despacho de S.EXA o SEDN, esta DGRDN promoveu a constituição de um Grupo de Trabalho com a missão de identificar e conceber propostas de ação para o sistema de formação das Forças Armadas.

Foi elaborado um Plano de Atividades e respetivo Cronograma 2017-2019, com a identificação dos eixos prioritários de intervenção e respetivas ações, aprovado por unanimidade pelos Ramos das Forças Armadas e esta Direção-Geral. Foi dado conhecimento ao Gab. SEDN.

O GT da Certificação realizou as diligências necessárias à criação do Conselho Sectorial para as Qualificações para as áreas da Segurança e Defesa Nacional, no âmbito da ANQEP, tendo ultimado os referenciais do Mergulhador Profissional e Nadador-Salvador com o objetivo da sua integração no Catálogo Nacional de Qualificações. Atualmente, o GT da Certificação encontra-se em processo de preparação de mais 3 referenciais de formação tendente a alcançar a sua atualização, alinhamento e integração no Catálogo Nacional de Qualificações.

Foram elaboradas, analisadas e emitidos contributos no âmbito do processo de revisão legislativa do Regime de Contrato Especial e do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar.

Emissão de pareceres e informações sobre várias propostas e/ou requerimentos no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
02-02	Sistema de Gestão da Qualidade da Formação da Defesa Nacional	Conceber e implementar um sistema de gestão da qualidade da formação no âmbito da Defesa Nacional	Promoção da qualidade e da credibilização externa da formação ministrada no âmbito da Defesa Nacional para efeitos da certificação da formação		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
	1. Assegurar a certificação das entidades formadoras e dos formadores dos Ramos das FA	Projeto	CAT/CIN	Ramos, ANQEP, DGERT e IEFP	
	2. Criar uma bolsa de formadores certificados ao nível das FA				
	3. Criar um sistema de gestão da qualidade da formação ministrada no âmbito da Defesa Nacional de forma a garantir os critérios de qualidade por parte das entidades formadoras das FA e a monitorização e reconhecimento da qualidade da formação desenvolvida pelas mesmas				
	4. Desenvolver os trabalhos necessários à implementação e monitorização da Gestão da Qualidade nas entidades formadoras da Defesa Nacional				

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Foi realizado o levantamento e caracterização das múltiplas entidades formadoras das Forças Armadas. Com base na informação coligida, está a ser elaborado um referencial técnico para aferir da necessidade de capacitação destas entidades por forma a garantir o cumprimento dos diversos referenciais de certificação de entidades formadoras, em particular o referencial DGERT.

As ações prévias à realização da atividade (bolsa de formadores) não foram ainda concluídas, pelo que a mesma ainda não sofreu desenvolvimentos significativos. Todavia, os Ramos em colaboração com esta DGRDN, encontram-se em processo de identificação dos recursos habilitados com o CCP.

No sentido de se criar um Sistema de Gestão da Qualidade da Formação, foram realizadas várias reuniões com as entidades de referência no setor da formação profissional (ANQEP/DGE) e várias visitas a estabelecimentos de ensino e entidades formadoras de modo a coligir informação crítica e identificar constrangimentos e potenciais desafios que possam impactar a edificação de um sistema de gestão da qualidade na Defesa Nacional.

Nada a referir (subação 4).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-03	Centro Qualifica (CQ) para obtenção de qualificações académicas e profissionais dos militares em RV e RC	Criar uma oferta formativa na modalidade de ensino a distância (<i>e-learning</i>) para a obtenção/aumento das qualificações com especial ênfase no ensino profissional (RVCC Pro)	Qualificação com o ensino secundário ou nível 4 de qualificação dos militares e ex-militares do RV/RC	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Conceber um conjunto de <i>guidelines</i> de apoio à planificação, conceção e avaliação de ações de formação (<i>e-learning</i>)	Projeto	CAT/CIN/ FOR	Ramos, ANQEP e ME
2.	Criar um laboratório de <i>e-learning</i> , centralizado ao nível da DGRDN, para a conceção, desenvolvimento e gestão partilhada de conteúdos e recursos multimédia			
3.	Planificar, conceber e implementar um projeto-piloto na modalidade de ensino a distância (<i>e-learning</i>) de modo a responder aos desafios específicos dos militares em RV/RC que, por força da atividade operacional, vêm impedidas ou dificultadas a obtenção de maiores qualificações pela via tradicional (modalidade presencial)			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

No sentido de se criar uma nova metodologia de ensino e formação baseada na modalidade educativa especial de *e-learning* foi realizada uma reunião com a DGE, entidade de referência no setor, no sentido de se criar um Grupo de Trabalho responsável por criar um novo modelo de ensino adaptado aos desafios da Defesa Nacional, elaborar e propor um diploma que vise a regulamentação desta modalidade especial de educação à realidade da Defesa Nacional e, também, estudar as salas de aula do futuro adaptadas ao meio militar.

Nada a referir (subações 2 e 3).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-04	Implementação do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação no âmbito das FA	Apoiar a coordenação das ações necessárias para a implementação do Acordo e consequente cumprimento dos objetivos assumidos	Harmonização dos dispositivos de educação e formação dos militares existentes, de forma a concorrerem para a certificação escolar de nível secundário e qualificação profissional de nível 4 do Quadro Europeu de Qualificações	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Concretizar a assinatura do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação ao nível do Ministério da Defesa Nacional (MDN), Ministério da Educação (ME) e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS) de modo a que este instrumento seja mais operacional, ajustado e eficaz no que respeita à certificação e qualificação dos militares	Atividade corrente	CAT/CIN	EMGFA, Ramos, MTSS, ANQEP, ME e IEFP
2.	Apoiar tecnicamente a Equipa de Coordenação do acordo			
3.	Desenvolver proposta de plano de atividades para o ano de 2017			
4.	Acompanhar o processo de implementação do acordo			

RESULTADOS

Foi elaborada e apresentada ao Gab.S.Exa MDN uma proposta de revisão do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação ao nível do Ministério da Defesa Nacional (MDN), Ministério da Educação (ME) e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS).

A proposta mereceu a concordância do Gab.S.Exa MDN, encontrando-se atualmente para aprovação pelas restantes áreas governamentais.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Não aplicável (subações 2, 3 e 4).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-05	Ensino Superior Público Militar	Consolidar o sistema de ensino superior militar	Contribuir para a adequação dos modelos de ensino às necessidades das Forças Armadas, e a respetiva acreditação junto da A3ES	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Emitir informações e pareceres técnicos sobre o edifício legislativo e funcionamento do IUM e respetivas unidades orgânicas de ensino e ID&I	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, MCTES, DGES e A3ES
	2. Apoiar técnico-jurídico na configuração do IUM			
	3. Apoiar técnico-jurídico na regulamentação nas matérias do ensino superior militar decorrentes da revisão do EMFAR			
	4. Monitorizar a efetiva implementação das linhas de ação do processo de Bolonha no sistema de ensino do IUM			
	5. Acompanhar o processo de acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento no IUM e nas respetivas Unidades Orgânicas Autónomas			
	6. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar			
	7. Regulamentar o Programa “Defesa Qualifica +”			

RESULTADOS

No âmbito do acompanhamento ao processo de consolidação da Reforma do Ensino Superior Militar, despoletada pela Reforma 2020, e de apoio à edificação do IUM e suas Unidades Orgânicas Autónomas, esta DEQ procedeu à elaboração, análise e emissão de propostas e pareceres, nomeadamente, sobre a criação da Unidade Politécnica Militar, a criação do ciclo de estudos de nível 5 que constitui a habilitação de ingresso na categoria de Sargentos, os Decretos Regulamentares da Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, a criação do ciclo de estudos de Doutoramento em Ciências Militares, entre outros.

Resposta anterior (subações 2 e 3).

Foi endereçado um pedido de atualização da informação acerca da atividade do IUM e suas UOA.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

A DGRDN participa e tem prestado apoio jurídico e administrativo às atividades do CESM.

Encontra-se neste momento em fase final de elaboração uma proposta de regulamento a aplicar a todas as entidades e beneficiários do Programa “Qualifica+”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-06	Coordenação nacional da iniciativa "Erasmus Militar"	Assegurar o desenvolvimento dos princípios da iniciativa e garantir a participação e coordenação dos subsequentes trabalhos de implementação a nível nacional	Garantir, a nível nacional, a conceção e apoio técnico na divulgação, defesa e implementação da iniciativa. Assegurar a representação nacional nas instâncias internacionais	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar a participação nacional nas reuniões da iniciativa	Projeto	CII/CIN	EMGFA, Ramos, DGPDN, MNE, MCTES e DGES
	2. Conceber e implementar ações de intercâmbio de oficiais alunos durante o seu período de formação militar inicial			

RESULTADOS

Foi garantida a representação nacional na iniciativa, quer nas reuniões ordinárias quer nas extraordinárias, pela Dr.ª Isabel Elias da Costa, Diretora de Serviços da área do Ensino e Qualificação.

Foi constituído um Grupo de Trabalho com representação dos Ramos das Forças Armadas por forma a garantir o acompanhamento e adequabilidade das propostas nacionais em sede da presente iniciativa. Foi igualmente promovida uma sessão de esclarecimentos realizada pela Agência Nacional para o Programa Erasmus+, por forma a promover a implementação de projetos de intercâmbio no âmbito do Ensino Superior Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-07	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM)	Apoiar técnico-juridicamente o processo de conceção e configuração da UEFISM	Contribuir para a criação e regulamentação da UEFISM	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Apoiar técnico-juridicamente a criação e configuração da UEFISM	Projeto	CAT	EMGFA
	2. Apoiar técnico-juridicamente o processo de regulamentação dos			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

conteúdos decorrentes da
alteração orgânica do EMGFA

RESULTADOS

Foi realizada a análise e emissão do competente parecer relativamente à proposta de Programa de Implementação da UEFISM, apresentado pelo EMGFA, tendo sido operacionalizada a harmonização do documento final.

Nada a referir (subação 2).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-08	Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas	Acompanhar e monitorizar a consolidação da reforma do ensino não superior ministrado nas Forças Armadas	Consolidar os projetos pedagógicos dos EMEs	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico ao processo de regulamentação dos EMEs (estatutos e regulamentos)	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, Ramos, MEdu, ANQEP e outras entidades
	2. Acompanhar e monitorizar o funcionamento do ensino militar não superior			
	3. Uniformizar o modelo pedagógico dos EMEs			
	4. Monitorizar os resultados académicos dos alunos dos EMEs			
	5. Harmonizar e potenciar a qualidade do ensino e dos respetivos resultados académicos			

RESULTADOS

Foi constituído um Grupo de Trabalho, com representação desta Direção-Geral, da Direção de Educação, do Colégio Militar e do Instituto dos Pupilos do Exército para estudar e conceber as propostas legislativas tendentes à revisão do modelo de financiamento dos EMEs e da revisão do despacho comum que aprova o modelo de avaliação do projeto pedagógico em vigor nos EMEs.

Esta DEQ encontra-se em fase de recolha de dados para proceder ao acompanhamento regular da implementação da Reforma dos EMEs.

Resposta anterior (subações 3, 4 e 5).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-09	Profissões Regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional	Assegurar a implementação e consolidação das políticas sectoriais para as Profissões Regulamentadas	Garantir a implementação das políticas e diretivas sectoriais europeias no âmbito das Profissões Regulamentadas.	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a representação nas Comissões Técnicas para o Mergulho Profissional e Nadador-Salvador	Atividade corrente	CAT/AA	AMN, ISN e outras entidades
2.	Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico na regulamentação do regime legal enquadrador			
3.	Acompanhar a implementação e monitorização no âmbito das Profissões Regulamentadas da Defesa Nacional			

RESULTADOS

No seguimento da nomeação de dois elementos desta DEQ para assegurarem a representação de S.Exa o MDN na CTSA, foi assegurada a presença e participação nos trabalhos desta comissão. Na comissão técnica para o Mergulho Profissional, uma vez que esta DGRDN não se encontra representada, foi efetuado o acompanhamento da sua atividade e respetivo reporte à tutela.

Foi prestado apoio técnico-jurídico a todas as atividades e solicitações rececionadas por parte da DGAM.

Está a ser ultimada a matriz de recolha de dados respeitantes à atividade das profissões regulamentadas da esfera da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-10	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação	Assegurar a representação da Defesa Nacional, junto da ANQEP, nos Conselhos Setoriais para a Qualificação considerados estratégicos para o EMGFA e Ramos	Identificar as necessidades de qualificações e a compatibilidade com os perfis profissionais e os correspondentes referenciais de formação e de RVCC	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a representação do MDN nos grupos de trabalho técnico-consultivos com responsabilidades ao nível da identificação das evoluções	Atividade corrente	CAT	EMGFA, ANQEP e Ramos

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

ocorridas nos correspondentes setores de atividade

2. Analisar todas as propostas que são objeto de discussão/aprovação em conselho
3. Desenvolver e apresentar propostas no âmbito da Defesa Nacional

RESULTADOS

Foi assegurada a representação e assessoria técnica nas reuniões dos CSQ's com interesse estratégico para a Defesa Nacional.

Resposta anterior (subações 2 e 3).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-11	Representação Nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Assunção de responsabilidades decorrentes da qualidade de país membro da UE, OTAN e outras instituições internacionais, reforçando a presença nacional nas instituições internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação. Representação nas reuniões propostas e consequente desenvolvimento dos trabalhos.
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			EMGFA e Ramos

Fóruns de interesse identificados (Informação 1387-DEQ de 5 de agosto de 2016)

1. NATO e-Learning
2. NATO Education & Training
3. Lifelong Learning Programme
4. Open Education Europe
5. Electrocnic Platform for Adult Learning in Europe
6. Observatório Panorama e-learning em Portugal

RESULTADOS

Devido a restrições orçamentais não foi possível assegurar a representação desta DEQ em qualquer dos fóruns identificados. Reitera-se a importância destes fóruns no acompanhamento e execução das competências desta Divisão.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-12	Reconfiguração do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar (RIPSM)	Apoiar técnico-juridicamente no processo de reconfiguração do RIPSM	Contribuir para o processo de revisão do RIPSM de forma a assegurar, em especial, a promoção e desenvolvimento dos incentivos relativos à formação e qualificação	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Apoiar técnico-juridicamente no processo de revisão do RIPSM, em especial, dos conteúdos relativos à formação e qualificação	Projeto	CAT	EMGFA e ramos
	2. Acompanhar o processo de revisão do RIPSM			

RESULTADOS

Foi analisada e emitidos os contributos no âmbito do processo de revisão legislativa do RIPSM.

Resposta anterior.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-13	Subsídio para Pagamento de Propinas	Proceder à gestão do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas	Apoiar os militares e ex-militares do RC na obtenção de qualificações de nível superior	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Efetuar a gestão corrente dos pedidos de concessão e renovação do subsídio	Atividade corrente	AA/DIV/ APL	Militares e Ex-Militares
	2. Aumentar a eficiência do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas			
	3. Concretizar o processo de desmaterialização, por recurso a uma plataforma informática de gestão académica			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

4. Elaborar proposta para cabimentação da verba para o pagamento dos subsídios
5. Desenvolver um estudo de avaliação da execução do processo

RESULTADOS

Foi elaborada a divulgação do calendário de execução do Incentivo Subsídio para Pagamento de Propinas para o ano de 2017, coligidas as candidaturas e desenvolvidos os processos de gestão de concessão ou renovação.

Resposta anterior (subação 2).

Por constrangimentos orçamentais não foi possível executar o presente projeto.

Foi elaborada a informação contendo a proposta de definição de verba e proposta de despacho de SExa. o SEDN.

Foi elaborada um mapa de execução do incentivo para o ano 2017.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-14	Formação em organismos NATO	Proceder à divulgação de cursos promovidos pelas escolas de formação da NATO	Gerir eficientemente os pedidos de cativação de vagas por parte das entidades intervenientes	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Elaborar o Plano Anual de Formação	Atividade corrente	DIV/APL	EMGFA, Ramos, SG-MDN, DGPDN, ANPC
2.	Efetuar a gestão corrente dos pedidos de formação			
3.	Concretizar o processo de desmaterialização, por recurso a uma plataforma informática de gestão académica			
4.	Elaborar um relatório anual de avaliação da execução do processo			

RESULTADOS

Foi elaborada a divulgação do plano académico para o ano de 2017, coligidas as manifestações de interesse e desenvolvidos os processos de gestão escolar em colaboração com os Ramos e as escolas NATO.

Resposta anterior (subação 2).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Por constrangimentos orçamentais não foi possível executar o presente projeto (processo de desmaterialização).

Foi elaborada um mapa de execução do planeamento do ano 2017.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-15	Estudos relativos à Defesa Nacional	Conceber e concretizar estudos ao nível sociodemográfico, jurídico e das ciências da educação, relativos aos domínios da educação, formação e ID&I (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) da Defesa Nacional	Caracterizar os domínios definidos para cada projeto	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Definir o projeto de estudo, incluindo a problemática, enquadramento sociológico, definição de metodologias de investigação e plano de trabalhos	Projeto	CAT/CIN/ CII	Ramos das Forças Armadas e outras entidades
	2. Conceber os instrumentos de recolha de informação			
	3. Recolher, tratar e analisar os dados			
	4. Elaborar o relatório			

Estudos em curso ou em fase de implementação

1. Integração das mulheres nas missões internacionais de apoio e manutenção de paz.
2. Modelos de ensino e formação respeitantes à realidade da DN.
3. Custos do Sistema Educativo.

RESULTADOS

Relativamente ao estudo “Integração das mulheres nas missões internacionais de apoio e manutenção de paz.” foram tratados os dados recolhidos e aguarda-se pela análise consubstanciada a ser realizada em parceria entre a DEQ e a DREM.

Relativamente aos restantes estudos as matrizes estão a ser ultimadas por forma a serem validadas internamente e aplicadas nos Ramos.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-16	Assessoria Técnica	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Ensino, Qualificação e Formação, Certificação Profissional e ID&I	Apoio técnico que contribua para a adoção de soluções eficientes. Aproximação da Administração Pública aos cidadãos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON/ CAT/AA
			Parceiros intervenientes
			Entidades que solicitem

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-17	Organização de Conferências, Seminários e Colóquios	Propor, organizar e conduzir conferências, seminários e colóquios subordinados às temáticas afetas à Divisão de Ensino e Qualificação	Divulgar e sensibilizar nos domínios específicos de cada temática
	Subações	Tipo	Natureza
		Projeto	CIN/CII/ DIV/CAT
			Parceiros intervenientes
			Entidades relevantes consoante a temática

Ações de interesse identificadas

1. Seminário sobre "Certificação da Formação Profissional" de modo a sensibilizar os cidadãos em geral e os militares em particular para a importância dos mecanismos e processos de certificação.
2. Seminário sobre o panorama do *e-learning* a nível nacional e internacional de modo a sensibilizar os cidadãos em geral e os militares em particular para a importância das novas tecnologias da informação e comunicação no ensino e formação profissional.

RESULTADOS

Devido a restrições orçamentais não foi possível assegurar esta atividade. Reitera-se a importância desta atividade para o desenvolvimento e execução das competências desta Divisão.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 03



Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e
Efetivos Militares*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar, da consolidação do funcionamento do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação	Melhorar a informação sobre o recrutamento; potenciar a eficiência dos processos	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Apoiar a implementação do plano de atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e Centro de Dados da Defesa
	2. Apoiar o desenvolvimento de uma política integrada de comunicação do serviço militar (vertente recrutamento: análise de conteúdo da atual mensagem de recrutamento);			
	3. Desenvolver uma proposta de Portal do Recrutamento Militar			

RESULTADOS

Foram apresentadas (com base nos resultados dos estudos) propostas para o desenvolvimento de um plano de comunicação da profissão militar.

Foi definido e implementado um plano de atividades para a comissão de planeamento e coordenação do recrutamento.

Foi desenvolvido um estudo situacional sobre os portais de recrutamento dos ramos, assim como de Forças Armadas de outros países, tendo em vista a identificação de modelo de referência.

Foi desenhada toda a estrutura temática do Portal de Recrutamento Militar (que foi inscrito como medida simplex).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-02	Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das Forças Armadas (através do recrutamento normal)	Potenciar a obtenção de efetivos militares para o regime de voluntariado e de contrato	Contribuir para a satisfação das necessidades das Forças Armadas em termos de efetivos RV/RC	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar a atualização dos dados sobre o potencial de atratividade de cada ramo em termos profissionais (no âmbito da participação dos jovens no DDN)	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
	2. Promover a comparabilidade da informação recolhida nas diversas fases do recrutamento (da candidatura à incorporação), para a caracterização dos candidatos, avaliação de processos e aferição de expectativas			
	3. Assegurar o funcionamento dos processos de recurso das provas de classificação e seleção			
	4. Emissão de pareceres técnicos relativos às propostas de admissão para o regime de voluntariado e de contrato			
	5. Promover a divulgação da profissão militar junto dos jovens em idade escolar			

RESULTADOS

Foi desenvolvido o estudo de segmentação do público predisposto a ingressar nas Forças Armadas (caraterísticas sociodemográficas e perceções sobre a profissão militar).

Foi desenhado (a estrutura e instrumentos de recolha de informação) o projeto “profissionalização 360º” que visa recolher informação desde o processo de candidatura até ao retorno à vida civil.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Foi reconfigurado e desenvolvido o processo relacionado com as admissões às Forças Armadas, tendo em vista a obtenção dos pareceres prévios do MinDefesa e MinFinanças.

Foi assegurado o processo relacionado com os recursos hierárquicos das provas de classificação e seleção.

Foi apresentada uma proposta para o desenvolvimento de uma campanha de divulgação da profissão militar nas escolas (mas não executada por falta de recursos).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-03	Recrutamento Especial	Contribuir para a melhoria do processo de recrutamento especial	Harmonizar procedimentos; otimizar processos de análise de perfis de candidatos/incorporados	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Desenvolver a configuração do processo de autorização das admissões	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ, ramos das FA e outras entidades
2.	Colaborar na apreciação das propostas dos Chefes de Estado Maior de cada ramo das FA relativas ao número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos QP			
3.	Tratar a divulgação do recrutamento especial no âmbito do portal de recrutamento			

RESULTADOS

Tudo o que estava relacionado com os processos de admissão (análises, autorizações, monitorizações) foi executado. A componente de divulgação acabou por não entrar (ainda) na esfera de atuação do OCRD.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-04	Recrutamento Excepcional	Estabelecer as linhas de orientação geral a adotar em caso de Recrutamento Excepcional	Elaborar proposta relativa a procedimentos gerais em caso de convocação, mobilização e requisição	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

1. Consolidar a definição dos conceitos e dos processos que lhe estão associados	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta e indireta no Recrutamento Excecional
2. Conceber proposta de sistema de gestão da informação			

RESULTADOS

Foi desenvolvido o estudo relacionado com o tipo de dados (e entidades envolvidas na recolha/fornecimento dos mesmos) necessários à operacionalização deste processo.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-05	Reserva de Recrutamento	Garantir o estudo dos dados da reserva de recrutamento e promover a sua atualização	Utilizar a informação para sustentar políticas de recrutamento
	Subações	Tipo	Natureza
	Manter atualizado o estudo sobre a reserva de recrutamento (configuração quantitativa e qualitativa)	Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			Centro de Dados da Defesa; Ramos das FA; outros ministérios

RESULTADOS

Esta atividade foi desenvolvida, tendo por base a atualização da informação de “recenseamento” fornecida pelo IRN, tendo por base a participação no DDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-06	Reserva de Disponibilidade	Conceber e gerir um sistema de informação sobre a reserva de disponibilidade com base nos dados fornecidos pelos ramos das Forças Armadas	Obter a caracterização da Reserva de Disponibilidade através da integração de dados cedidos pelos ramos das FA e avaliação do percurso profissional desenvolvido nas FA
	Subações	Tipo	Natureza
	1. Identificar a informação (e as fontes da mesma) necessária à gestão da reserva de	Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA; Centro de Dados da Defesa

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- recrutamento e promover a sua integração e atualização
2. Promover a atualização dos estudos de caracterização da reserva de recrutamento (configuração qualitativa e quantitativa)
 3. Conceber proposta de sistema de gestão da informação

RESULTADOS

O estudo sobre o sistema de gestão de informação está feito, mas a atividade não foi desenvolvida porque os dados necessários para o efeito estão na posse de cada um dos ramos das Forças Armadas e não foi ainda disponibilizado o acesso aos mesmos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-07	Monitorização dos Efetivos Militares	Promover a atualização permanente do registo de efetivos do pessoal das Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço. Comparar os efetivos autorizados através de diploma legal com os efetivos existentes. Proceder à análise estatística dos efetivos militares	Fundamentar as propostas de redimensionamento dos efetivos militares e sustentar os processos que exigem parecer do MF Acompanhar a evolução dos efetivos face aos critérios fixados na «Reforma Defesa 2020»	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a existência de procedimentos de monitorização dos efetivos militares	Atividade corrente	CAT	EMGFA e Ramos
2.	Desenvolvimento de estudos situacionais e evolutivos sobre os efetivos militares que contribuam para o diagnóstico de necessidades de admissão			
3.	Assegurar o funcionamento de uma plataforma integrada de gestão, tratamento e divulgação da informação sobre efetivos militares			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Os dados foram recolhidos e analisados tendo por base os procedimentos que estavam estabelecidos (tanto na forma como no tipo de dados). Foram ainda desenvolvidos estudos situacionais e evolutivos pedidos pela tutela e pela direção da DGRDN no âmbito dos processos de admissão/planeamento de efetivos.

Foi concebido e desenvolvido um novo sistema de recolha e tratamento de dados de efetivos, que irá permitir a construção de “um histórico” de dados e uma disponibilização dos mesmos (e da análise) mais imediata. No final do ano estava em fase de testes finais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO	Colaborar com a DGPDN, EMGFA e Ramos no âmbito do ciclo de planeamento das forças, nomeadamente através da participação nas respetivas reuniões de trabalho	Contribuição para a articulação legal e institucional	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Representação da DGRDN nas atividades relacionadas com a NATO Annual Defense Review - Defence Planning Review Questionnaire	Atividade corrente	CAT	DGPDN, EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Foi assegurada toda a informação associada a este processo, tendo a equipa estado disponível/presente em todas as reuniões realizadas neste âmbito.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-09	Promover a conceção e implementação de um Observatório da Profissionalização do Serviço Militar	Contribuir para a sustentabilidade do modelo de profissionalização do serviço militar	Assegurar a interligação entre informação e propostas de melhoria	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Promover a divulgação e utilização da informação recolhida	Atividade corrente	CON	Ramos; entidades académicas

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- | | |
|---|---|
| <p>no âmbito dos estudos sobre a profissionalização</p> <p>2. Promover a integração da informação associada ao recrutamento, efetivos e reservas</p> <p>3. Potenciar a capacidade de monitorização do funcionamento do modelo de profissionalização</p> | <p>externas; outras unidades orgânicas da DGRDN</p> |
|---|---|

RESULTADOS

Foi elaborada a proposta de criação do observatório.

Foram desenvolvidos estudos (DDN; RV/RC; Efetivos) na lógica estrutural que o observatório prevê (em parceria; com resultados acessíveis; que apresentam propostas).

Falta apenas avançar para a sua formalização enquanto “estrutura”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-10	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Recrutamento Militar, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
RESULTADOS			

Foi dado apoio na Revisão do regulamento de incentivos; na elaboração da revisão do Regime de Contrato Especial.

Foram asseguradas todas as análises jurídicas que foram colocadas no âmbito do Dia da Defesa Nacional.

Incentivos ou prestação de serviço.

Foram analisadas todas as propostas de diploma legislativo que foram solicitadas.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 04



Deveres Militares

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional (DDN)	Assegurar a concretização das medidas de política no âmbito dos Deveres Militares Otimizar o modelo do Dia da Defesa Nacional	Otimização da 13.ª Edição, em sintonia com o Despacho Nº155/MDN/2013 do MDN e o Despacho n.º 2063/2014 de SEXA MDN	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Supervisão e coordenação da 13.ª edição do DDN	Atividade corrente	CAT	Comissão para o Planeamento e Conceção do Dia da Defesa Nacional
	2. Planeamento da 14.ª edição do DDN			
	3. Apoio técnico e administrativo-logístico à Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN			
	4. Supervisionamento da execução do DDN			
RESULTADOS				

Foi estabelecido 1 protocolo de cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional, na área do programa e conteúdos do DDN.

Foi realizada uma reunião da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN e foi organizada uma Reunião de Coordenação com os Comandantes das Unidades onde estão sediados os Centros de Divulgação do DDN, em paralelo com os representantes das parcerias institucionais na área dos conteúdos.

Foi elaborado o planeamento da 14.ª edição do DDN, que terá lugar em 30 locais de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, iniciando-se a 09 de janeiro e terminando a 30 de novembro, envolvendo 138 954 cidadãos e 30 unidades militares dos 3 Ramos das Forças Armadas.

No âmbito da supervisão da execução do DDN foram realizadas 90 visitas aos diferentes Centros de Divulgação do DDN.

Foi realizada em 29 de agosto de 2017 em Sintra e Vila Real, o DDN para os cidadãos emigrantes portugueses de férias em Portugal.

Foi realizada a 16 e 17 de junho de 2017 o DDN Comunidades, realizado em Santos (São Paulo, Brasil) para os cidadãos portugueses residentes nesta cidade estrangeira.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-02	Gestão do processo de Convocação	Assegurar a gestão do processo de convocação dos cidadãos para o DDN	Publicação dos Editais (até final de novembro) Envio das cartas recordatórias por lotes trimestrais (nov/fev/mai/ago) Aumentar a taxa de presenças de cidadãos no DDN	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Preparação e envio para o Centro de Dados da Defesa dos dados necessários para a edição dos Editais de Convocação	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação (OCDR)
2.	Envio dos Editais de Convocação para afixação nos locais legalmente previstos			
3.	Publicação online dos Editais de Convocação e sua atualização			
4.	Disponibilização digital das Requisições de Transporte			
5.	Produção e envio via correio das cartas recordatórias			

RESULTADOS

Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 138 954 cidadãos nascidos em 1999 (111 mil residentes no continente, 7 mil nas ilhas e 19 mil no estrangeiro, sendo 71 mil masculinos e 68 mil femininos) e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 14.ª Edição.

Para a preparação da 14.ª Edição do DDN não foram impressos Editais de Convocação, tendo estes sido gerados em formato PDF por uma aplicação criada para o efeito que os enviou, por correio eletrónico, para cada um dos 308 municípios, salvaguardando-se assim a desmaterialização de procedimentos prevista no âmbito do Plano Funcional do OCDR. Concomitantemente, os editais foram disponibilizados *online* (conforme previsto), tendo sido consolidado a disponibilização dos editais *online* dinâmicos e interativos.

No ano de 2017 relativo à 13ª edição do DDN, foram impressas e enviadas 118 999 cartas recordatórias.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-03	Gestão do Sistema de Transportes	Assegurar o transporte para o DDN	Assegurar o transporte de acordo com o planeado e contratualizado

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Supervisionamento do Sistema de Transportes	Atividade corrente	CAT	Secretaria-Geral do MDN, ramos das FA e outras entidades
2. Colaboração no preparo de eventual procedimento de ajuste direto ou concursal para a contratualização de serviços de transporte			
3. Coordenação da implementação do sistema de requisição de transporte digital			
4. Elaboração do Plano de Transportes para o DDN 2017			

RESULTADOS

No âmbito do planeamento para a 13.^a edição do DDN promoveu-se uma racionalização do sistema de transportes tendo como foco uma gestão mais sustentável acomodando as diretivas do Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), conforme determinadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de Novembro, seguindo a orientação estratégica Europeia na sequência da elaboração do Roteiro Europeu de Baixo Carbono. No mesmo sentido, procurou-se promover a mobilidade sustentável, em particular através do uso do transporte público afeto às redes rodoviárias e ferroviárias locais mediante a utilização da Requisição de Transporte (introduzida na 10.^a Edição).

Desta forma, 24% dos 119 240 cidadãos convocados passaram a apresentar-se diretamente nos Centros de Divulgação, 40% passaram a ter direito a requisição de transporte e apenas 36% foram transportados de autocarro da sede do município para o local de convocação através de operadora contratada centralmente pela DGRDN.

A implementação da Requisição de Transporte tornou necessária a articulação com várias transportadoras de âmbito nacional e local, designadamente, Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Braga, Zona do Algarve, Instituto de Mobilidade Terrestre, ANTROP e ARP.

Dado o sucesso desta iniciativa e procurando promover a desmaterialização da Requisição de Transporte, obviando a necessidade de envio desta ao cidadão junto com a carta recordatória, numa estratégia de redução de custos, foi consolidada a aplicação *online* capaz de mediante a solicitação do cidadão, gerar as Requisições de Transporte em PDF, e enviá-las para o correio eletrónico do cidadão. Este sistema entrou em funcionamento na 11.^a edição do DDN.

Em termos de execução orçamental a implementação das Requisições de Transporte correspondeu a 129 345,00€ e o sistema de transporte baseado em autocarro 360 400,00€.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	Enquadrar e gerir os recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	Assegurar o enquadramento e gestão dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Gestão dos divulgadores no âmbito das jornadas do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
2. Gestão da formação dos divulgadores			
3. Apoio administrativo-logístico aos divulgadores			

RESULTADOS

Foram constituídas 5+1 Equipas de Divulgação que dinamizaram as jornadas nos 5+1 circuitos criados para a 13ª Edição (Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo + Fox). Durante toda a atividade foi garantido o apoio administrativo-logístico aos divulgadores.

No mês de dezembro foi dada formação aos divulgadores nas áreas comportamentais e conteúdos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação	Planear, coordenar e supervisionar o processo administrativo-logístico dos locais de divulgação	O funcionamento dos locais de divulgação, no suporte às atividades programadas para a jornada, decorre em conformidade com o planeado em sede da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Coordenação e monitorização do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
2. Coordenação e supervisão do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores			
3. Gestão dos bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação			

RESULTADOS

Foi garantida a coordenação e monitorização efetiva do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN.

Foi garantida a coordenação e supervisão efetiva do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores.

Em todo o tempo foi garantido o apoio em bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN	Promover a atualização dinâmica do Programa do DDN, bem como a sua supervisão pedagógica	Viabilizar a avaliação do estado e adequação de execução do programa do DDN na edição em curso, bem como as medidas de correção e melhoria necessárias numa ótica de implementação imediata ou transponível para a edição seguinte	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Monitorização dos instrumentos de recolha de informação, especialmente os suportados na utilização da plataforma tecnológica em uso no DDN (tablets), que permitam em tempo útil conhecer e avaliar o modo diário de funcionamento das jornadas, bem como as incidências e ocorrências verificadas	Atividade corrente	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
2.	Supervisão pedagógica da edição em curso, presencialmente e remotamente através das ferramentas indicadas em 1.			
3.	Estudo, planeamento e proposta de um Plano de Melhorias em conformidade com o sistema de qualidade a implementar			

RESULTADOS

Foi consolidada a aplicação que permite recolher um conjunto de indicadores relativamente ao decurso das atividades do DDN. No final do dia estes indicadores são enviados para a DGRDN, sendo depois objeto de análise para posterior envio para os ramos das FA's e demais parceiros institucionais.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-07	Estabelecimento de Parcerias	Potenciar a participação de entidades e instituições não-militares no âmbito da Defesa Nacional nas jornadas do DDN Promover a adesão à participação económica e/ou financeira de parceiros exteriores ao âmbito da Defesa Nacional na ótica de uma redução de custo e otimização dos resultados	Assegurar a obtenção de parcerias adicionais para as jornadas do DDN	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Conceção e produção de um portfolio com informação sobre as atividades do DDN, dirigido às parcerias não-militares no âmbito da Defesa Nacional	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
	2. Conceção e produção de uma brochura contendo os indicadores principais (estatística do universo abrangido, experiências anteriores e casos de sucesso, etc.) com relevo para parceiros externos, bem como um "caderno de encargos" tipo relativo à sua participação			
	3. Promoção e negociação da participação das entidades referidas			
RESULTADOS				

Durante o ano de 2017 foi formalizado 1 protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Vendas Novas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN	Assegurar o processo de controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN	Certificação do cumprimento do dever militar Relatório Estatístico da participação dos cidadãos no DDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Controlo das presenças ao DDN	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA

RESULTADOS

No que respeita à taxa de cumprimento da 13.º edição do DDN, levando em consideração que foram recenseados 138 098 estiveram presentes ao DDN 100 367 cidadãos (72,7%), foram dispensados 12 495 (9%) e Isentos 652 (0.47%) a taxa de cumprimento foi de 82,17%.

No âmbito do controlo de presenças efetuado nos Centros de Divulgação do DDN, foram emitidas 100 367 Cédulas Militares, às quais se terá de somar as emitidas a nível de BackOffice (Dispensas e 2ª Vias).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-09	Gestão da situação militar dos cidadãos	Assegurar a tramitação dos processos de adiamento, dispensa e isenção à comparência no DDN em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar	<p>Prestação ao cliente dos serviços relativos aos processos de adiamento e de dispensa de comparência ao DDN, na observância de critérios de eficiência operacional</p> <p>Registo e controlo dos processos de atribuição do estatuto de objetor de consciência</p> <p>Relatório Estatístico dos processos de adiamento, dispensa e isenção</p>

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Gestão dos pedidos de adiamento ao DDN	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA e Comissão Nacional dos Objetores de Consciência
2. Gestão dos pedidos de dispensa do DDN			
3. Acompanhamento dos pedidos de atribuição do estatuto de objetor de consciência			
4. Gestão dos cidadãos faltosos assegurando a análise dos motivos apresentados e marcação de novas datas			
5. Atualização dos dados dos cidadãos sujeitos aos deveres militares			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Em 2017, ao nível do BackOffice foram tratados 34 142 processos relativos à 13.ª edição do DDN (mais 4 666 que o ano anterior), de acordo com a seguinte distribuição:

Processos de Dispensa: 12 495 (+ 1 775)
Processos de Adiamentos: 6 399 (+ 946)
Emissão de Cédulas Militares: 26 (- 11 549)
Emissão de Declarações de Situação Militar: 1 788 (+ 1 315)
Processos de Isenção de Deveres Militares: 652 (-200)

O Call-Center do Balcão Único da Defesa/DDN cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial:

11 674 chamadas atendidas (- 1 772)
1 108 atendimentos presenciais (- 36).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares	Assegurar a uniformização de procedimentos no âmbito do atendimento relacionado com os deveres militares em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento, demais legislação e normas técnicas em vigor	Garantir a harmonização de procedimentos entre os diferentes intervenientes relativamente às situações de atendimento no âmbito dos deveres militares	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Garantir a atualização das Normas Técnicas no âmbito do atendimento relativo aos deveres militares	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Comissão Nacional dos Objetoires de Consciência
2.	Divulgação das Normas Técnicas			
3.	Solicitar ao Centro de Dados da Defesa a atribuição de permissões de acesso ao SIPORG			
4.	Propor atualizações ao SIPORG no âmbito dos deveres militares			
5.	Implementação de atualizações ao nível dos procedimentos eletrónicos no âmbito do atendimento dos deveres militares			

RESULTADOS

Durante 2017 foi supervisionada a atividade de atendimento ao público efetuada ao nível do Balcão Único da Defesa, sendo emanadas um conjunto de diretivas por email com o intuito de uniformizar o atendimento.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Foram efetuados os pedidos de permissão de acesso ao SIPORG necessários mediante requerimento da DGRDN e por necessidades de serviço interno ou por solicitação do Centro de Recrutamento da Armada, do Exército, e Força Aérea.

Por indefinição do SI a vigorar (SIPORG VS SIGRHV) não foi efetuada qualquer atualização às Normas Técnicas, nem qualquer divulgação das mesmas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN	Melhorar a qualidade de serviços prestados ao cliente nos processos atinentes ao DDN	Implementação do novo modelo de cédula militar (desmaterialização da emissão da cédula militar/ declaração da situação militar) Simplificação do processo de solicitação dos diferentes pedidos atinentes ao Dia da Defesa Nacional (Adiamentos e Dispensas)
	Subações	Tipo	Natureza
		Projeto	CAT
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Ao nível do atendimento foi consolidada a desmaterialização do processo de registo e arquivo de correspondência, passando esta a ser registada e tratada através da Gestão Documental:

- Registada no NPA – 4 860 (- 1 066)
- Regista na DDM (resultante de email) – 5192 (+ 575)

Ao nível do atendimento foi consolidado a desmaterialização do processo de emissão das Requisições de Transporte e o processo de emissão e envio dos Editais de Convocação para os Municípios.

Foi desenvolvida a medida Simplex para desmaterialização da Cédula Militar para entrar em vigor a 01jan2017.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-12	Cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com os deveres militares	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes às várias dimensões dos deveres militares

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

A DSPSM participou ainda em reuniões com os Adidos Militares sempre que solicitado.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-13	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do DDN, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

No ano de 2017 foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 05



Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar/Divisão de Incentivos e
Reinserção Profissional*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-01	Gestão estratégica do processo de Apoio à Fase de Transição	Assegurar a concretização das medidas de política no âmbito da Reinserção Profissional Elaborar e propor documentos estruturantes, com linhas de orientação estratégica, relativos ao processo de Reinserção Profissional	Implementação do processo de Reinserção Profissional em sintonia com o Plano Funcional do OCRD Continuação da implementação das fases iniciais da componente Apoio à transição presentes no Despacho 8474/2016 de 30 de junho de SEXASEDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Implementar um polo do CIOFE na cidade do Porto	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
2. Garantir a existência de Recursos Humanos para implementação de uma nova equipa no polo do Porto			

RESULTADOS

Objetivo não concretizado por decisão superior.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-02	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural	Monitorizar a aplicação do Regulamento de Incentivos, assegurando a sua adequação às características do seu público-alvo e a toda a legislação com que se inter-relaciona	Exequibilidade e utilidade dos diferentes incentivos legalmente previstos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Analisar os impactos no Regulamento de Incentivos das	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ; Ramos das FA;

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

alterações legislativas que ocorram em matérias com ele conexas	Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras;
2. Promover ações de divulgação dos incentivos junto do público-alvo	Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP; ANQEP; Ramos;
3. Divulgar Normas de Orientação Técnica relativamente à aplicação do Regulamento de Incentivos junto dos Ramos das FA	Ministério da Educação; Ministério da Economia e
4. Desenvolver ações de (in)formação sobre os incentivos em U/E/O militares	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

RESULTADOS

No ano de 2017 efetuaram-se 64 ações de divulgação dos serviços do CIOFE (cerca de 7 vezes mais ações do que em 2013). Foram ainda realizadas 101 ações de esclarecimento: 61 dedicadas ao Regulamento de Incentivos, abrangendo cerca de 3065 militares e ex-militares do RC, e 40 dedicadas ao Quadro Legal da Proteção no Desemprego, abrangendo cerca de 1186 militares e ex-militares do RC.

Para este incremento ao nível da atividade de divulgação contribuiu o facto de, pela primeira vez, a Marinha ter solicitado os serviços do CIOFE no âmbito da divulgação do Regulamento de Incentivos e Quadro Legal de Proteção no Desemprego, tendo a equipa CIOFE efetuado 20 deslocações a Unidades da Marinha e efetuado 31 palestras.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-03	Potenciação das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato	Contribuir para que a formação adquirida pelos militares na formação inicial, ao longo do seu percurso profissional ou no final da prestação do serviço militar seja rentabilizada	Aumentar o número de militares com a formação certificada necessária à potenciação da sua empregabilidade no acesso ao mercado de trabalho civil	
	Subações	Tipo	Natureza	
	Parceiros intervenientes			
1.	Garantir o acesso dos militares e ex-militares do RC a ações de formação certificada pertencentes ao Sistema Nacional de Qualificações, assentes em Unidades de Formação de Curta Duração disponibilizadas por entidades parceiras que recorrem aos Fundos Sociais Europeus	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ, Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP; ANQEP; Ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e
2.	Garantir o acesso a formações especializadas que conferem acesso a certificações para o			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- | | |
|--|--|
| desenvolvimento de determinadas atividades profissionais (profissões regulamentadas) | Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social |
| 3. Organização de formação comportamental que permita potenciar a empregabilidade | |
| 4. Divulgar os apoios à obtenção de habilitações académicas | |
| 5. Protocolar com entidades formadoras e instituições de ensino superior, condições mais vantajosas no acesso a formação | |

RESULTADOS

Durante o ano de 2017, foram realizadas 4 sessões de aplicação de testes com aplicação de provas de interesses e testes de aptidões, e desenvolvidos 32 processos de Orientação e entrevistas. Face ao ano passado a grande evolução consistiu no desenvolvimento de várias ações de esclarecimento em Lisboa, Porto e Viseu.

Em Lisboa foram desenvolvidas 10 ações abrangendo 141 (ex-) militares do RC dedicadas às seguintes temáticas:

- Trabalhar em Organizações Internacionais (2 edições)
- Trabalhar para a NATO – Vector Sinergy
- Vem conhecer a Carristur
- Vem conhecer a MSearch
- LinkedIn – Vem aprender a otimizar o teu perfil!
- Academia de Código
- Vem conhecer a OGMA
- CV Europass – Vem aprender a construir o teu CV Europeu!
- Vem conhecer a Adecco

No Porto, em colaboração com O Centro de Recrutamento do Exército, foram desenvolvidas as seguintes 4 ações abrangendo 104 (ex-)militares do RC:

- «Superior Aqui Vou Eu!» – Concluí o Secundário e Agora?
- «Queres Completar o Ensino Secundário?» – Como posso concluir o Ensino Secundário?
- Trabalhar para a NATO – Vector Sinergy
- Trabalhar em Organizações Internacionais

Em Viseu, por solicitação do Comandante do Regimento de Infantaria n.º 14, foram realizadas 2 ações abrangendo 141 militares do RC e dedicadas às seguintes temáticas:

- «Superior Aqui Vou Eu!» – Concluí o Secundário e Agora?
- «Queres Completar o Ensino Secundário?» – Como posso concluir o Ensino Secundário?

Resumindo, em 2017, foram realizados 16 ações de esclarecimento que abrangeram 386 (ex-)militares do RC.

Um dos vetores de intervenção do serviço de formação assenta na disponibilização de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), de 25h e 50h, pertencentes ao Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), nas instalações do BUD, a título gratuito, ao abrigo da parceria efetuada entre o Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA) e o CIOFE. Em 2017, ao abrigo deste protocolo, foram efetuadas 13 UFCDs que totalizaram 600 horas de formação e abrangeram 254 formandos.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Dando continuidade ao programa «Defesa Qualifica», lançado em 2016, no presente ano manteve-se a possibilidade em participar as formações que permitissem aos militares a obtenção de Títulos Profissionais para o desempenho de uma determinada profissão ou para completarem a sua escolaridade ao nível do 12.º ano. Infelizmente, dado o atraso na aprovação do orçamento para o CIOFE, com a disponibilização de verbas só em Setembro, das 128 candidaturas apresentadas, só foi possível apoiar 98, ou seja, uma taxa de execução de 76,6%.

Através do programa «Defesa Qualifica» foi assim possível participar ações de formação em áreas de qualificação diversas, como por exemplo a área da Formação Inicial de Formadores para a obtenção do Certificado de Competências Pedagógicas (representando 22% das candidaturas), Segurança Privada – formação inicial e contínua – (18% das candidaturas), condução profissional, nomeadamente cursos que permitem a obtenção do Certificado de Aptidão de Motorista (CAM), a carta de condução de motorista de pesados ou mesmo a obtenção da licença para Transporte Coletivo de Crianças (TCC) representando 18% das candidaturas, e depois surgem áreas com uma menor expressividade como a Estética (4% das candidaturas), Desporto (3% das candidaturas) e Informática (2%). No âmbito do aumento das qualificações escolares procurou-se também participar os militares do RC que se encontram a completar a escolaridade mínima obrigatória através do ensino recorrente, participando-se uma propina a 39 militares do RC que prestam serviço nas Unidades situadas no eixo do Entroncamento e que representaram 31% das candidaturas apresentadas.

Ainda no âmbito deste programa, que prevê o estabelecimento de protocolos com entidades formadoras, visando o acesso dos inscritos do CIOFE à oferta formativa das entidades protocoladas com condições mais favoráveis, foi ainda possível aumentar o número de entidades protocoladas de 13, em 2016, para 32, no final de 2017. Acresce ainda dizer que 94 dos 128 candidatos ao programa «Defesa Qualifica» fizeram a sua formação em entidades formadoras protocoladas havendo ainda 12 (ex-)militares que, apesar de não se terem candidatado ao programa, solicitaram uma declaração para beneficiar das condições protocoladas. Em suma, 106 militares e ex-militares do RC beneficiaram da rede protocolada no âmbito do Programa «Defesa Qualifica» tendo acesso a condições especiais naquelas entidades.

Quanto ao Ensino Superior, o número de novas candidaturas ao Subsídio para Pagamento de Propinas (SPP) tem aumentado, atingindo-se, em 2017, um novo recorde com 198 novas candidaturas. Este incremento deve-se-á em alguma medida às diferentes ações de divulgação que a equipa do CIOFE tem realizado em diversas Unidades e Bases Militares, um pouco por todo o país. Destas 198 candidaturas, recolhidas até 31 de maio, 156 foram validadas cumprindo todos os critérios para a sua elegibilidade. Do ano transacto, 105 ex-militares renovaram o SPP prevendo-se assim que no final de 2017 existam 261 beneficiários deste incentivo.

Em 2016 foi celebrado um conjunto de protocolos com instituições do ensino superior não ocorrendo um alargamento da rede protocolada, mantendo-se em 2017 os mesmos 14 protocolos:

- Faculdade de Farmácia - Universidade de Lisboa
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL)
- Universidade de Évora
- Universidade Europeia
- Universidade Lusófona
- Universitas
- Católica Lisbon School of Business & Economics
- Universidade da Beira Interior
- Instituto Politécnico de Portalegre
- Instituto Superior de Administração e Línguas
- Universidade Portucalense
- Universidade da Madeira
- Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Ao CIOFE foi solicitada a emissão de declarações para 16 militares beneficiarem das condições protocoladas com as entidades.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-04	Implementação dos novos serviços do CIOFE decorrentes da sua promoção a Centro Qualifica	Alargar a atividade do CIOFE à área de Reconhecimento, Validação e Certificação de competências	Cumprimento dos resultados anuais definidos para os Centros Qualifica pela ANQEP, I.P., no âmbito da qualificação e certificação dos militares e ex-militares do RV/RC	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Contratação de Recursos Humanos da área de Psicologia	Projeto	CAT	DGRDN/DSAEQ; Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras;
2.	Formação dos novos reforços da equipa CIOFE de forma a garantir o cumprimento dos resultados estipulados pela ANQEP			Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP; ANQEP; Ministério da Educação;
3.	Contratação de professores tendo em vista o desenvolvimento do reconhecimento de competências			Ministério da Economia e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
4.	Divulgação do CIOFE enquanto Centro Qualifica junto dos ramos das FA			

RESULTADOS

Foi enviado ao Gabinete de SEXA SEADN, a coberto do ofício n.º 8189, de 02 de outubro de 2017, uma proposta de implementação e capacitação do Centro Qualifica da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-05	Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares	Incentivar o autoemprego como estratégia de apoio à fase de transição	Reduzir a dependência dos militares e ex-militares do subsídio de desemprego e potenciar a criação do auto-emprego	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
3.	Implementação da Quarta Edição do programa <i>Defesa Empreende</i>	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras;
4.	Alargamento do programa <i>Defesa Empreende</i> a outras entidades parceiras			Organizações não-governamentais, Consultoras; IEFP;

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

5. Promoção da instalação dos Centros de Incubação Empresarial da Defesa em Lisboa	ANQEP; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
--	--

RESULTADOS

No âmbito do apoio à criação do próprio emprego, durante o ano de 2017, foi ainda implementada a 3.ª edição do programa «Defesa empreende». Este programa destinado a fomentar o empreendedorismo junto dos militares e ex-militares do RC, foi lançado no dia 27 de janeiro com a abertura de candidaturas.

Seguiram-se 18 ações de divulgação do programa junto com as deslocações às diferentes U/E/O da equipa CIOFE, mais 3 ações de divulgação específicas em Lisboa (no BUD) e no Porto (Centro de Recrutamento do Exército), e a produção e o envio de 200 cartazes para as diferentes U/E/O e serviços de emprego e formação do IEFP. Nesta primeira fase do programa recolheram-se 36 candidaturas com as ideias de negócio de 40 militares e ex-militares do RC. Antes da avaliação das ideias foi disponibilizado aos candidatos sessões de preparação para irem a júri em Lisboa, nas instalações da Start-up Lisboa, e no Porto, no Centro de Apoio Social (CAS) do Porto.

Decorrentes das sessões de júri foram aprovados 25 projetos com destino à segunda fase do programa: a capacitação dos promotores. Nesta fase, composta por 12 dias de formação em 2 locais pertencentes ao Instituto de Apoio Social das Forças Armadas (IASFA), participaram 12 projetos em Lisboa (CAS Oeiras) e 13 projetos no Porto (CAS Porto). Finda esta fase decorreram novamente sessões de júri que resultaram na passagem de 12 projetos para a fase seguinte do programa de apoio técnico especializado. Os projetos que continuam em acompanhamento dedicam-se a áreas de negócio diversas, como por exemplo: Estética e Bem-Estar, Saúde Mental, Jogos Eletrónicos, Calçado, Venda de Equipamento Industrial, Informática, Bordados, Turismo, Restauração, Escape Games e Lavagem Automóvel.

Não foi efetuado qualquer desenvolvimento no âmbito da instalação dos Centros de Incubação Empresarial em Lisboa.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-06	Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com a Reinserção Profissional	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes à Reinserção Profissional
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII e CIN
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta no macroprocesso Reinserção Profissional previstas no Quadro

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

de Gestão
Estratégica do
OCDR

RESULTADOS

A DIRP respondeu às solicitações efetuadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-07	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito da Reinserção Profissional, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Foram passadas 919 declarações de equiparação funcional (artigo 30.º do RIPSM) em resposta aos requerimentos de militares e ex-militares que pretendiam ser opositores a procedimentos concursais comuns para os quais se exigia a existência de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 06



Comunicação Integrada para o Serviço Militar

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Estruturar e inserir organicamente o estudo, planeamento, coordenação e execução da promoção e divulgação da temática da Defesa Nacional, das Forças Armadas e do Serviço Militar segundo uma ótica de comunicação integrada	Estabelecimento da base orgânica e funcional da Comunicação Integrada para o Serviço Militar. Operacionalização de iniciativas de comunicação interna, externa e institucional de base estruturante	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Revisão parcelar do Plano de Comunicação integrada para o Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do OCRD
	2. Atualização anual do subplano de comunicação para o Dia da Defesa Nacional – componente Programas e Conteúdos			

RESULTADOS

Foi revisto e atualizado o Plano de Comunicação Integrada para o Serviço Militar (PCISM), tendo por base a necessidade de implementação e estudo das ações previstas no despacho de SEXA o SEDN nº 8474/2016, de 20 de junho, relativas à divulgação do Serviço Militar em apoio do recrutamento.

Foi ainda revisto o sub-plano para o DDN, incorporando, a reformulação da formação para divulgadores militares do DDN., com o alargamento para um contexto de formação contínua, redefinindo os parâmetros e configuração do período de dezembro como momento de ação presencial anual.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-02	Criação do Repositório Estruturado de Informação	Conceber a estrutura, e estabelecer através de estudo, as formas de operacionalização de um repositório estruturado de informação sobre o serviço militar que permita apoiar e documentar as atividades de comunicação relativas ao serviço militar, contribuindo em extensão para o apoio à decisão	Disponibilização <i>online</i> (internet) de conteúdos do Repositório	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Produção da Plataforma de Comunicação Integrada	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
	2. Conceção e entrada em produção da Plataforma técnica e operacional, integração na Plataforma de Comunicação Integrada			
	3. Interligação dos números 1 e 2 com o Repositório Estruturado de Informação			

RESULTADOS

Foi disponibilizada a versão 1 da Plataforma de Comunicação Integrada para o Serviço Militar (PCISM), assente no repositório estruturado de informação entretanto consolidado. A entrada em produção (numa fase de testes) desta plataforma sobre protocolo web revelou necessidades de correção em alguns aspetos bem como a reformulação de outros (nomeadamente nas questões de disponibilização de serviços e informação online interligada com outras bases de dados) que, devidamente ponderados, analisados e estudados, ditaram a necessidade de, para o ano de 2008, se avançar para a sua resolução através do lançamento de uma versão 2 do produto (PCISM).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-03	Criação da Identidade Visual para o Serviço Militar	Aumentar a visibilidade do Serviço Militar caracterizando-o, positivamente junto aos públicos-alvo, num contexto de coerência transversal aos seus intervenientes institucionais	Construção de componentes da Identidade Visual para o Serviço Militar

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Estudo e conceção do logotipo para o Serviço Militar (com declinações por ramo)	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Após estudo nas vertentes da simbologia, cromática e design, foi criado o logotipo do Serviço Militar e o seu manual de normas, prevendo as respetivas declinações por ramo das Forças armadas e aplicações específicas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-04	Comunicação Externa – Canal Web	Potenciar a visibilidade e o conhecimento sobre o Serviço Militar, através de informação direcionada aos públicos-alvo no domínio externo, disponibilizando cumulativamente novos serviços, em canais de comunicação suportados na utilização da internet	Construção de componentes a integrar e direcionar a partir do Portal para o Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Testes para produção do sitio web “DDN”	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD, público em geral
2. Produção da página DDN na rede social Facebook			
3. Estudo e conceção da página Serviço Militar na rede social Facebook			

RESULTADOS

Foi iniciado o estudo de uma proposta gráfica para os interfaces de um novo sitio web do DDN a incorporar no portal do BUD, mais amigável e intuitiva para o utilizador e que disponibilize todos os critérios de acessibilidade previstos pela legislação. Concomitantemente foram executadas algumas correções terminológicas e de conteúdos na atual página por forma a mantê-la minimamente compatível com as exigências legais e de clareza e certeza da informação contido nos seus conteúdos. Iniciou-se, de igual forma, o estudo para abertura de uma página do Serviço Militar na rede social Facebook, na

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

linha das ações de comunicação externa para o SM, reforçadas pelo despacho de SEXA o SEDN nº 8474/2016, de 20 de junho, e projetando-se para o ano de 2018 a preparação de conteúdos AV específicos que sustentarão a prossecução dos objetivos da presença do SM nesta rede social.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-05	Comunicação Interna – Corporate TV	Promover e potenciar o conhecimento interno dos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD	Corporate TV do Serviço Militar – canal DDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Produção do canal Dia da Defesa Nacional inserido na Corporate TV do Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

O canal DDN inserido nas iniciativas de comunicação externa do SM, entrou em fase de produção durante o corrente ano, tendo sido acompanhado, e monitorizado, o seu funcionamento técnico e em termos de conteúdos. Foi assim possível detetar algumas necessidades de “fine-tuning” no que diz respeito sobretudo à grelha de conteúdos, bem como de melhorias em relação à infraestrutura técnica utilizada para a sua reprodução nos CDDNs e a cargo das equipas de divulgação. Estes aspetos serão alvo de estudo e solução ao longo de 2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-06	Comunicação interna/externa – Boletim informativo “Serviço Militar”	Promover e potenciar o conhecimento interno e externo dos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD	Anuário das atividades, iniciativas, programas e projetos do âmbito do Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Conceção, edição e produção de anuário (versões webletter e pdf)	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Estratégica do
OCRD, público em
geral

RESULTADOS

Dada a escassez de recursos humanos apenas foi possível implementar a produção, não regular, de uma webletter informativa centrada nos conteúdos respeitantes ao DDN, e vocacionada para a atualização/aquisição de informação pertinente. No entanto continuaram a ser coligidos e estruturados os conteúdos e dados que, e assim que estruturalmente seja possível, permitam a edição do anuário do Serviço Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Estreitamento dos laços, aquisição de conhecimentos e experiências nos processos atinentes aos vários domínios da comunicação integrada no âmbito Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

A colaboração e representação junto de parceiros do DDN (como o Min. Educação, Saúde, Autarquias e Governos Regionais, etc.) e outros stakeholders no âmbito do Serviço Militar foram continuadas em múltiplas ações ao longo do ano. Neste domínio destaca-se a participação no programa "We are NATO" com a inclusão ativa em várias atividades e produções de eventos/conteúdos lançados em 2017 e a continuar ao longo de 2018.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-08	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Proposta de soluções para casos particulares. Aproximação do Serviço Militar, nas suas várias vertentes, aos cidadãos	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Foram executadas várias iniciativas em apoio de entidades, ramos e stakeholders, bem como dirigidas ao apoio à decisão e ação superiores. Destacaram-se os estudos e pareceres no âmbito do desenvolvimento do apoio ao processo de recrutamento militar e ações de programação e construção de meios de comunicação com os públicos-alvo.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 07



Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar	Participar, colaborar e desenvolver os estudos necessários à reestruturação da Saúde Militar	Adotar as medidas de racionalização da Saúde Militar. Adequar os recursos humanos e materiais da Saúde Militar às necessidades funcionais		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Participar no estudo de medidas de política de Saúde Militar e acompanhar a respetiva implementação	Projeto	CAT	EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos, DSAEEQ	
2.	Conceber e implementar o Sistema de Informação da Saúde Militar	Atividade corrente	CAT		
3.	Monitorizar as atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar (SSM)	Atividade corrente	AA		
4.	Assegurar continuamente a caracterização quantitativa e qualitativa dos recursos da Saúde Militar, através do Sistema de Informação da Saúde Militar	Atividade corrente	CAT		
5.	Apoiar o Conselho da Saúde Militar (COSM)	Atividade periódica	CAT	EMGFA, Ramos, Min. Saúde, Min. Finanças	
6.	Acompanhar a aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN	Atividade corrente	CAT	EMGFA, Ramos, Min. Saúde	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

7.	Promover a articulação entre SSM e o Serviço Nacional de Saúde, bem como com entidades públicas e privadas no âmbito da saúde	Atividade periódica	CON	EMGFA, Ramos, Min. Saúde, Min. Finanças
8.	Participar no processo de criação da Unidade de Ensino, Formação e Investigação em Saúde Militar (UEFISM)	Projeto	CAT	EMGFA/DIRSAM

RESULTADOS

Acompanhamento da aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao acesso e frequência do internato médico por médicos militares, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN, designadamente no que concerne à avaliação das necessidades formativas, mudanças de áreas de especialização, reafecção de estabelecimentos de colocação e de suspensão do internato médico para satisfação de necessidades de âmbito operacional.

Participação em reuniões do Conselho Nacional do Internato Médico.

Participação nas reuniões da Mesa Negocial do Acordo Coletivo de Empregador Público aplicável aos médicos civis do Hospital das Forças Armadas (HFAR).

Elaboração de ofícios entre o EMGFA e o Ministério da Saúde a comunicar as necessidades formativas.

Elaboração de respostas a exposições efetuadas por interessados no âmbito do protocolo relativo ao internato médico.

Análise do Plano Funcional da UEFISM e participação em reuniões para a sua discussão.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-02	Vigilância Epidemiológica	Cooperação Civil-Militar em matéria de Saúde Pública, com vista ao conhecimento, prevenção, deteção e controlo de doenças que, pelas características epidemiológicas, constituem sérios riscos para o pessoal das FA e dos Serviços e demais estruturas do MDN, podendo comprometer a missão	Articular eficazmente com as entidades civis e militares na área da saúde, visando a intervenção expedita em caso de crise ou catástrofe	
	Subações	Tipo	Natureza	
			Parceiros intervenientes	
1.	Acompanhar o SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica)	Atividade corrente	CIN	INEM, DGS, IPST, INFARMED, SNPC, CVP, ANPC, RAutónomas, EMGFA
2.	Cooperar e promover a cooperação com entidades			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

parceiras em situações de
pandemia

(DIRSAM/HFAR),
Ramos

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar	Assegurar a divulgação de informação no domínio da saúde militar e respetiva atualização no Portal da DGRDN	Informação dos profissionais e utilizadores dos Serviços de Saúde Militar	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Atualizar a informação acerca do Sistema de Saúde Militar Português no “ALMANAC of Medical Corps Worldwide”, publicado pelo Medical Corps International Forum	Atividade corrente	DIV	
2.	Divulgar informação remetida por entidades internacionais pelos diversos interessados	Atividade corrente	DIV	
3.	Atualizar conteúdos no domínio da Saúde Militar no Portal da DGRDN	Atividade periódica	DIV	
4.	Clipping de informação noticiosa acerca da Saúde Militar	Atividade corrente	DIV	
5.	Assegurar a recolha e a sistematização da informação relativa aos recursos humanos, infraestruturas e atividade hospitalar no âmbito do Anuário Estatístico da Defesa Nacional	Atividade corrente	CAT	MDN/Ramos

RESULTADOS

Atualização das grelhas de recolha de informação estatística dos Recursos Humanos da Defesa Nacional a integrara no anuário estatístico.

Realização de reuniões de trabalho com vista a consolidação da informação estatística a recolher no âmbito do Anuário estatístico da Defesa Nacional.

Validação dos dados sobre os Recursos Humanos previamente enviados pelos ramos na plataforma SAP/Anuário Estatístico.

Participação em ações de formação com vista à utilização (inserção de dados e validação) da plataforma informática de suporte ao Anuário Estatístico.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Atualização da informação acerca do Sistema de Saúde Militar Português no “ALMANAC of Medical Corps Worldwide”, publicado pelo Medical Corps International Forum.

Divulgação de informação remetida por entidades internacionais, designadamente sobre ações de formação, pelos diversos interessados, principalmente EMGFA e Ramos.

Atualização da informação relativa ao IV FSM/CPLP constante do link Saúde Militar do sítio do SPAD/DGPDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-04	Grupo OTAN/Saúde	Acompanhar a doutrina da OTAN imposta pelo novo conceito estratégico da Aliança com base na experiência e conhecimento adquiridos através da participação nos vários Grupos de Trabalho da OTAN no âmbito da Saúde Militar	Alinhamento da Saúde Militar pelos parâmetros da OTAN no âmbito da uniformização e racionalização de material e equipamentos, organização e procedimentos

	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a representação da SM no Committee of the Chiefs of Military Medical Services (COMEDS) Steering Group	Atividade corrente	CII	Ramos
2.	Assegurar a representação da SM no MMSG	Atividade corrente	CII	
3.	Assegurar a representação da SM no Military Medical Structures, Operations and Procedures Working Group (MMSOPWG)	Atividade corrente	CII	
4.	Assegurar a representação da SM no Chemical, Biological, Radiation and Nuclear Medical Working Group (CBRNMedWG)	Atividade corrente	CII	
5.	Assegurar a representação da SM no Medical Standardization Working Group (MEDSTDWG)	Atividade corrente	CII	
6.	Assegurar a representação da SM no âmbito da Cooperação Civil-Militar	Atividade corrente	CIN	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Acompanhamento da doutrina OTAN no domínio da Saúde Militar, através da sistematização da informação, e da representação portuguesa no Steering Group do Committee of Medical Chiefs (COMEDS) e do Medical Standardization Working Group.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-05	Normalização na área da Saúde	Participar no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos STANAG's da área da Saúde Militar	Implementação eficaz dos STANAG's

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Elaborar pedidos de parecer a enviar aos Ramos e preparar processos para ratificação do DGRDN	Atividade corrente	CII	EMGFA, Ramos
2. Atualizar a base de dados relativa aos STANAG's	Atividade corrente	CII	
3. Organizar o Arquivo de documentação relacionada com a OTAN, no âmbito da SM	Atividade corrente	CII	

RESULTADOS

Elaboração de pedidos de parecer a enviar aos Ramos e EMGFA e preparação dos processos para ratificação do DGRDN, através da elaboração de informações.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde	Desenvolver e participar em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde, nomeadamente no que respeita ao recrutamento, ensino e formação nas áreas da Saúde Militar	Elaboração de propostas de diplomas legais relativos ao regime dos quadros especiais da área da Saúde das Forças Armadas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Participar no estudo para a regulamentação das carreiras dos quadros	Projeto	CAT	EMGFA, Ramos, DGRDN/DSAEQ

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

especiais das áreas de Saúde nas Forças
Armadas

RESULTADOS

Estudo de modelo de obtenção e retenção de recursos humanos dos Quadros Especiais da Saúde das Forças Armadas e apresentação de proposta de medidas neste domínio.

Elaboração de projeto de portaria que regulamenta o concurso de admissão para ingresso nos Quadros Especiais de Saúde.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN	Colaborar na definição das políticas da Saúde Militar fora do âmbito da OTAN	Intercambio com os países da CPLP e outros no âmbito da Saúde Militar	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Organizar/participar nos Eventos de Saúde Militar da CPLP	Atividade corrente	CII	DGPDN, EMGFA, Ramos das FA
2.	Colaborar em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde	Atividade corrente	CII	DGPDN, EMGFA
3.	Acompanhar/participar na atividade do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar)	Atividade corrente	CII	EMGFA

RESULTADOS

Organização e participação no IV Fórum de Saúde Militar da CPLP e coordenação da atividade desenvolvida por este Fórum.

Preparação e realização da visita dos delegados do FSM/CPLP ao Polo de Lisboa do HFAR.

Elaboração do Plano de Formação para 2017, no âmbito do Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, em articulação com o EMGFA/DIRSAM e respetiva operacionalização.

Análise das candidaturas recebidas no âmbito do Plano de Formação e prestação de apoio administrativo durante o processo.

Aquisição de medicamentos ao LMPQF para doação a S. Tomé e Príncipe, por ocasião da visita de SEXA o Secretário de Estado da Defesa nacional àquele país.

Identificação de equipamento e material hospitalar excedentário passível de ser disponibilizado às Forças Armadas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, em articulação com a DGPDN e o EMGFA.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Participação no estudo da possibilidade de adesão a seguro de saúde dirigido aos militares em missões de CTM, em articulação com a DGPDN, que coordenou os trabalhos, EMGFA e IASFA.

Avaliação do apoio a prestar a PALOP através da disponibilização do equipamento de saúde remanescente do processo da reforma hospitalar militar.

Prestação de contributos no domínio da Saúde Militar no âmbito das relações bilaterais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar	<p>Participar nas reuniões e atividades decorrentes de diferentes Comissões e Grupos de Trabalho (GT) em representação do MDN ou DGRDN/MDN, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa - Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais - Grupo Multisectorial VIH/SIDA - Conselho Nacional do Internato Médico - Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA - Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA - Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental - Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e Subcomissões - Fórum Nacional Álcool e Saúde 	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN

RESULTADOS

Participação nas reuniões e demais atividades das comissões e grupos de trabalho acima identificados, em representação do MDN ou da DGRDN.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-09	Saúde Mental	<p>Estudar e propor medidas de política de saúde mental. Colaborar na definição das políticas de apoio aos portadores de <i>stress</i> pós-traumático de guerra</p> <p>Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA.</p> <p>Participar no Projeto de “Redesenho do Processo de Qualificação como DFA”</p> <p>Participar na implementação de um “Centro de Recursos de <i>Stress</i> em Contexto Militar (CRSCM)</p>	<p>Articulação eficaz com as entidades civis e militares na vertente da saúde mental; funcionamento mais eficaz da RNA; bem-estar dos utentes da RNA; redesenho do Processo de Qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA), tendo em vista a eliminação de pendências processuais e funcionamento eficaz do Centro de Recursos de <i>Stress</i> em Contexto Militar</p>

	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Participar nas reuniões das Comissões atinentes à Saúde Mental	Atividade corrente	CIN	Ramos e entidades civis
2.	Participar na Equipa de Projeto para o “Redesenho do Processo de Qualificação como DFA”	Atividade corrente/Projeto	CAT	Ramos
3.	Implementar o “Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar”	Atividade corrente/Projeto	CAT	Ramos e entidades civis
4.	Acompanhar a atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar e prestar apoio técnico à CNA	Atividade corrente	AA	Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA)
5.	Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. de Antigos Combatentes) no âmbito da RNA e propor eventuais alterações	Atividade corrente	AA	
6.	Acompanhar a implementação da Reforma da Saúde Mental	Atividade de manutenção	CAT	Min. da Saúde
7.	Rever a metodologia de acompanhamento dos protocolos com as ONG’s com vista à implementação de procedimentos comuns no preenchimento da Proposta de Orçamento e dos Relatórios de Atividades	Atividade de manutenção	CAT	ONGs, CNA
8.	Rever as ferramentas informáticas de suporte às			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Propostas de Orçamento e
Relatórios de Atividade das ONGs
protocoladas

AA

ONGs, CNA

RESULTADOS

Acompanhamento da atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos cidadãos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a prestação de serviço militar.

Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA, elaboração de informações e prestação de apoio técnico-jurídico ao Presidente da CNA.

Análise de pedidos de autorizações provisórias para acesso à RNA, bem como para emissão do Modelo 2.

Elaboração dos documentos a enviar às ONG com as respetivas autorizações.

Análise das Propostas de Orçamento enviadas anualmente pelas ONGs.

Elaboração das informações/pareceres a submeter a S.EX^a SEDN para pagamento das subvenções protocoladas com as ONGs.

Elaboração de respostas e esclarecimentos vários às ONG,s.

Consolidação e aprovação do Plano de Estudos do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar (CRSCM) em sede de Comissão Científica.

Estabelecimento e assinatura de Protocolos de colaboração científica com diferentes centros de Investigação de Universidades civis.

Reuniões de trabalho com vista ao início de trabalhos interdisciplinares decorrentes do plano de estudos aprovado.

Acolhimento e orientação de estágio curricular, no âmbito do Mestrado Integrado de Psicologia Social da Saúde, do ISCTE-IU, decorrente dos trabalhos definidos no Plano de estudos do CRSCM.

Acompanhamento da implementação da Reforma da Saúde Mental – Plano Nacional de Saúde Mental, nomeadamente através da participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Presidir e coordenar o Grupo Coordenador para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Assegurar o desenvolvimento nas FA de um programa coerente e adequado, sobretudo, ao meio laboral militar, no que respeita a prevenção primária, secundária e terciária dos comportamentos aditivos e dependências, que contribua para a sua redução

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apoiar a coordenação do novo Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)	Atividade corrente	CAT	Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM, MS/SICAD
2. Desenvolver trabalhos atinentes à implementação do PPCACDFA	Atividade corrente	CAT	Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM
3. Implementar novas matrizes para o Plano de Atividades (PA) e Relatório de Atividades (RA) do PPCACDFA	Atividade corrente	CAT	Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM
4. Elaborar e apresentar superiormente o PA e RA anuais e assegurar a monitorização das respetivas atividades	Atividade periódica	CAT	
5. Implementar o Plano de comunicação e realizar ações de divulgação estratégica do Programa	Atividade corrente	CAT	
6. Participar em ações de formação	Atividade corrente	FOR	
7. Dinamizar ações de formação e promover e propor ações de investigação que determinem a evolução técnica e científica do PPCACDFA	Atividade corrente	CAT	
8. Realizar informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FFAA	Atividade corrente	CAT	
9. Implementar mecanismos de avaliação do PPCACDFA, tendo em vista o aperfeiçoamento das medidas preconizadas, o ajustamento das atividades e a melhoria dos resultados obtidos	Atividade corrente	CAT	
10. Promover o intercâmbio e a cooperação com organismos institucionais responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências	Atividade corrente	CAT	
11. Acompanhar as iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso	Atividade corrente	CAT	MDN/MS-SICAD

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

12. Organizar e promover a realização das “I Jornadas de Saúde & Defesa” subordinadas ao tema “Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas”	Projeto	CAT	Ramos, EMGFA, Entidades civis
---	---------	-----	-------------------------------

RESULTADOS

Organização, divulgação e participação nas “I Jornadas Defesa + Saúde: Comportamentos Aditivos e Dependências”.

Elaboração do Plano de Atividades e Relatório de Atividades do PPCACDFA.

Prestação de apoio ao Grupo Coordenador do novo Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA), nomeadamente nas reuniões.

Estudo do normativo comum aos ramos para aplicação do PPCACDFA.

Implementação de programa de intervenção preventiva, no âmbito dos CAD, destinados a alunos do Ensino básico (1º, 2º e 3º ciclo) e secundário dos estabelecimentos Militares de Ensino.

Realização de ações de divulgação do PPCACDFA nas diferentes estruturas das Forças Armadas no âmbito do Plano de Comunicação do PPCACDFA.

Elaboração e atualização de material de divulgação do PPCACDFA.

Reestruturação dos conteúdos programáticos do Curso de Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (COPCAD).

Palestras no IUM (CPOG e CPOS) e na Escola do Serviço de Saúde Militar (COPCAD) relativas ao PPCACDFA.

Participação em eventos científicos no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências, nomeadamente no *Lisbon Addictions* e *European Drugs Summer School*.

Cooperação com organismos responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências, designadamente com o SICAD, através de reuniões.

Acompanhamento das iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso, bem como apresentação de dois compromissos para o ciclo 2018-2020 (“Curso de Operadores de Prevenção” e “Intervenção nos Estabelecimentos Militares de Ensino”).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-11	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)	Colaborar com a SG/MDN na definição, organização e implementação de um serviço de SHST destinadas à prevenção de riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores da DGRDN, enquadrado na legislação em vigor	Sujeição dos trabalhadores da DGRDN ao normativo em vigor sobre a matéria	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Participar na organização das atividades de SHST destinadas aos trabalhadores da DGRDN	Atividade corrente	CAT	SG/MDN

RESULTADOS

Participação em ações de formação, informação e sensibilização no âmbito da SHST.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-12	Consultadoria	Consultadoria técnica e jurídica em matéria de saúde militar	Apoio à decisão superior em matéria de Saúde Militar, através de informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Emitir pareceres/informações de âmbito variado no domínio da Saúde Militar	Atividade corrente	CON	EMGFA, RAMOS, Ministérios da Saúde e das Finanças
	2. Analisar e prestar contributos relativamente a propostas e projetos legislativos	Atividade corrente	CON	EMGFA, RAMOS, Ministérios da Saúde e das Finanças

RESULTADOS

Análise e parecer sobre pedidos de cedência de interesse público para movimentação de médicos de hospitais EPE do SNS para o HFAR.

Análise e contributos relativamente ao Acordo Coletivo de Empregador Público para os médicos civis do HFAR.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Prestação de esclarecimentos sobre as Tabelas Gerais de Inaptidão e Incapacidade para prestação de serviço militar, incluindo uma questão levantada pelo Provedor de Justiça.

Análise e prestação de contributos relativamente à PL Orçamento do Estado 2018.

Análise da questão da eventual prestação de apoio psicológico às populações em caso de catástrofe (Despacho/MDN de 31.10.2017).

Análise de proposta de recrutamento de recursos humanos para o HFAR (civis).

Análise do projeto de diploma que altera o Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde.

Apreciação de Petição Pública relativa ao apoio social e clínico prestado aos militares e respetivos agregados familiares.

Análise do projeto de diploma que estabelece critérios de minimização e de monitorização da exposição da população a campos magnéticos, elétricos e eletromagnéticos.

Análise do projeto de diploma que cria o Centro de Competências Jurídicas do Governo.

Apreciação do projeto de diploma que altera o regime jurídico do internato médico.

Esclarecimento do Direito aplicável e promoção da igualdade, justiça e imparcialidade.

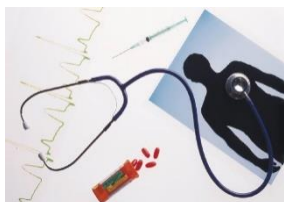
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 08



Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-01	Medidas de política de proteção social	Estudar, conceber e propor as medidas de política de proteção social dirigidas aos militares das FA e avaliar os respetivos impactos	Melhoria das condições de vida dos militares e suas famílias	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Acompanhar as alterações legislativas na área da proteção social	Atividade corrente	CAT	MFinanças / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/ Ramos

RESULTADOS

Apreciação do PDL n.º 539/2016, que adapta o regime da CGA ao RGSS em matéria de aposentação e cálculo de pensões.

Apreciação do PDL n.º 250/2007, que regulamenta a atualização extraordinária das pensões.

Apreciação do PDL n.º 314/2017, que procede à alteração do DL n.º 498/72, de 9 de dezembro (EA) e do DL n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades invalidez e velhice do RGSS.

Informação n.º 2443/DASADMAC, de 22 de Novembro de 2017- Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 380/97, 30 de Dezembro.

Informação n.º 2442/DASADMAC, de 22 de Novembro de 2017- Análise das Propostas de Adoção de medidas apresentadas por Antigos Combatentes /Associações de Antigos Combatentes – Proposta de constituição de grupo de trabalho para criação de Estatuto de Antigo Combatente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-02	Ação Social Complementar e assistência na	Conceber e propor medidas, no âmbito dos regimes da segurança social, da ação social complementar que	Melhoria e adequação contínua da ação social complementar disponibilizada aos respetivos beneficiários, atentos,

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

doença aos deficientes militares	contribuam para a melhoria das condições de vida dos deficientes militares	designadamente, os novos modelos de organização familiar		
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
	Atividade corrente	CON	IASFA/Ramos	

RESULTADOS

Apreciação da problemática apresentada pela ADFA respeitante ao processamento de descontos indevidos para o subsistema da ADM, efetuado pela CGA.

Apreciação crítica do projeto de Relatório de Atividades/2016, do IASFA, I.P..

Elaborada reflexão respeitante à problemática da sustentabilidade financeira do IASFA/ADM.

Manutenção da adoção de medidas necessárias para o bem-estar social dos ex-militares que possuem processo por acidente/doença a decorrer para a qualificação de DFA, nomeadamente junto da Ação Social da área da residência de alguns ex-militares.

Foram ainda, efetuados contactos com os diversos departamentos dos Ramos das FFAA, HFAR, IASFA, CGA e CNP, acompanhando de perto a evolução do percurso dos referidos processos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-03	Reabilitação dos deficientes militares	Estudar, conceber e propor as políticas de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas (DFA) e avaliar os respetivos impactos; assegurar a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE	Melhorar o apoio aos deficientes militares	

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Monitorização do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)	Atividade corrente	ES	Ramos/ Associações
2. Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados (Ramos; IASFA, I.P./ADM CGA), o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

3. Coordenar o processo de monitorização das medidas inscritas na “Estratégia e Guidelines para a Deficiência 2015-2020” (ENDEF), da responsabilidade do MDN

RESULTADOS

PADM:

Atendimento e esclarecimento das questões colocadas por deficientes militares ou respetivos familiares, no âmbito da Linha de Atendimento dos Deficientes Militares (LADM). Preenchimento da ficha de sinalização e encaminhamento de deficientes militares para os técnicos de serviço social.

Participação nas 2.ªs Jornadas de Trabalho da Equipa de Implementação.

Apreciação crítica do Modelo de Atribuição de Produtos de Apoio a deficientes militares.

Elaboração de informação relativa à atribuição à ADFA de subvenção, no âmbito do PADM.

Revisão do Manual de Informações e Procedimentos relativo aos apoios de reabilitação e assistência aos deficientes militares.

Participação nas reuniões técnicas de coordenação do PADM e elaboração das respetivas atas.

Análise dos dados fornecidos pelos intervenientes do PADM (Ramos, HFAR, IASFA, Lar Militar da CVP) com vista à elaboração do Manual do PADM.

Manutenção da base de dados dos Deficientes Militares atualizada.

Consultadoria específica:

Apreciação de solicitação da IGDN respeitante a processo de reforma por invalidez de militar, no âmbito do DL n.º 503/99, de 20 de novembro, e necessidade de articulação de procedimentos com a CGA.

Elaboração de *Tableau de bord*, respeitante à proposta reivindicativa da ADFA – “Questões prementes”.

Elaboração de parecer sobre questões integrantes de Memorandos da ADFA: Reposição do cálculo do Abono Suplementar de Invalidez e da Prestação Suplementar de Invalidez pela Remuneração Mínima Mensal Garantida; Ampliação do prazo para efeitos de revisão do processo por agravamento das lesões/deficiência.

Apreciação crítica do Projeto de Lei n.º 456/XIII/2.ª, do CDS-PP, que Cria o Regime Excecional de Indexação das Prestações Sociais dos DFA.

Elaboração de parecer respeitante aos constrangimentos decorrentes da aplicação do DL n.º 503/99, de 20 de novembro, aos deficientes militares.

Elaboração de projeto de diploma que visa ampliar o prazo para efeitos de revisão de processos de deficientes militares por agravamento das lesões/deficiência.

Apreciação crítica da petição da ADFA-PM, dirigida ao MDN.

Apreciação do pedido de legalização da Associação dos Ex-Combatentes Deficientes das Forças Armadas Portuguesas na Guiné-Bissau.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Apreciação do PDL n.º 293/2017, que define e regulamenta a proteção na eventualidade de encargos no domínio da deficiência no âmbito do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas	Apreciar e elaborar as propostas de decisão dos processos instruídos com fundamento em qualquer dos factos previstos no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro	Melhorar o apoio aos deficientes das Forças Armadas	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	Ramos/HFAR

RESULTADOS

Foram concluídos 360 processos (decisão final) e analisados 448 processos.

Atendimento de 444 chamadas telefónicas de ex-militares (deficientes militares) e com processo para qualificação como DFA em curso.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais	Participar nas reuniões e atividades das diversas Comissões e GT, em representação do MDN ou DGRDN, bem como coordenar as da sua responsabilidade	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Conselho Consultivo do IASFA	Atividade corrente	CIN	Diversas entidades
	2. Conselho Consultivo para a Promoção do Voluntariado			
	3. Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD)			
	4. Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA)			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

5. Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes (CCAAC)

RESULTADOS

Participação nas reuniões do Conselho Consultivo do IASFA.

Participação nas reuniões da Equipa de Projeto para o Redesenho do Processo de Qualificação como DFA e elaboração das respetivas atas.

Participação nas reuniões da Comissão Científica do Centro de Recursos de Stress (em contexto) Militar – CRSCM.

Participação na reunião alargada Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-06	Medir a satisfação dos antigos combatentes	Melhorar o Índice de satisfação dos antigos combatentes em relação ao modo como são atendidos no Balcão Único da Defesa (BUD)	Nível elevado de satisfação dos antigos combatentes
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
1.	Nomear responsável	Atividade corrente	AA
2.	Aplicar um inquérito de satisfação aos Antigos Combatentes elaborando análise estatística trimestral		

RESULTADOS

Em 2017 realizaram-se 1302 atendimentos presenciais no Balcão Único da Defesa (BUD).

No primeiro trimestre registaram-se 290 atendimentos, no segundo trimestre registaram-se 307, no terceiro trimestre registaram-se 344 e, no quarto trimestre registaram-se 361 atendimentos.

Os comentários expressos verbalmente pelos Antigos Combatentes foram no sentido de considerarem ser bastante elevado o seu nível de satisfação em relação ao modo como foram atendidos.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-07	Consultadoria	Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais	Esclarecimento de dúvidas Esclarecimento do direito aplicável Proposta de soluções para casos particulares Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade Aproximação da Administração aos cidadãos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes Ramos/CGA/ Outros

RESULTADOS

Análise e preparação de respostas a solicitações institucionais e de particulares versando, designadamente, questões relativas:

- ao aumento de pensões mínimas de deficientes militares em serviço e civis,
- fundo de pensões dos militares das Forças Armadas e complementos de pensão;
- aplicação da Lei n.º 25/2000, de 23 de agosto;
- descontos para a ADM;
- apoio específico para propinas;
- regime especial de reparação aplicável aos militares no caso de acidentes/doenças ocorridos em situações de risco agravado no âmbito da proteção florestal (defesa da floresta contra incêndios);
- alojamento e transporte de deficientes militares residentes no estrangeiro para tratamento em Portugal;
- proposta de alteração do PO Centro, no âmbito do CIC Portugal 2020.

Proposta de alteração do artigo 12.º do CIRS, no sentido da isenção de tributação no complemento, suplemento e acréscimo vitalício de pensão, benefícios dos Antigos Combatentes previstos na Lei n.º 3/2009, de 13.01.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 09



**Armamento e Equipamento
(Planeamento e Programação)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Planeamento e
Programação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
09-01	Cooperação Internacional	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais	Contribuir para o desenvolvimento de protocolos, projetos e demais atividades de cooperação internacional nos domínios do armamento e edificação de capacidades.

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais de âmbito bilateral e multilateral	Atividade corrente	CAT/CII	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, REPER EU e DEL NATO
2. Propor e desenvolver, no âmbito das suas competências, protocolos, programas, projetos e atividades de cooperação de âmbito nacional e internacional			

RESULTADOS

Em 2017 foi assegurada a presença e a participação nacional nos diversos fóruns de decisão da Agência Europeia de Defesa, Comitês Diretores de Capacidades e Armamento, bem como nos fóruns estratégicos e técnicos no âmbito da cooperação internacional. Foi igualmente assegurada a presença e a participação nas iniciativas europeias relacionadas com a edificação das capacidades, nomeadamente no que respeita ao financiamento europeu e Cooperação Estruturada Permanente. A DSAE contribuiu para o desenvolvimento de protocolos, projetos e demais atividades do âmbito bilateral, multilateral, nacional e internacional em coordenação com todos os parceiros intervenientes.

A DSAE participou nas reuniões e acompanhamento das atividades do Working Group of National Technical Experts (WGNTE) Air Command and Control (AirC2), do NATO Office of Resources (NOR); participou nas reuniões e acompanhamento das atividades do ACCS Replication Coordination Working Group (RCWG), da NATO Communications and Information Agency (NCIA); participou nas reuniões e acompanhamento das atividades da CAPTECH RADIOFREQUENCY SENSOR TECHNOLOGIES (RADAR), da Agência Europeia de Defesa (EDA).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

No âmbito das suas atribuições, a DSAE participou e representou PRT nos Capability Development Plan Team (CDP-T) Meetings da EDA, os quais tiveram como principal objetivo em 2017 a revisão do CDP com vista ao estabelecimento de prioridades de edificação de capacidades militares e identificação de tendências futuras das mesmas, face ao previsível quadro securitário europeu. Neste âmbito a DSAE participou igualmente no Table Top Exercise (TTX) referente ao desenvolvimento do Strand B do CDP.

No âmbito das suas atribuições, a DSAE participou e assessorou a representação PRT do Diretor Nacional de Armamento na *Conference of National Armaments Directors (CNAD)* e no *Resource Policy and Planning Board (RPPB)* que constituem os principais fóruns relacionados com armamento e equipamento, e com a utilização dos fundos comuns da NATO, respetivamente; participou nas reuniões e acompanhou as atividades da *CAPTECH Ground Systems (Land)*, da Agência Europeia de Defesa (EDA); participou no processo tendente à assinatura da 2ª emenda ao Memorando de Entendimento do projeto de *Smart Defence “Multinational Cooperation on Air-to-Ground Precision Guided Munition (PGM)”*, na coordenação da adesão nacional ao projeto *“Smart Defence Land Battle Decisive Munitions (LBDM)”* e na avaliação da possibilidade de adesão ao projeto *Smart Defence “Maritime Battle Decisive Munitions (MBDM)”*, esta última avaliação ainda em curso; participou no processo de desenvolvimento e de negociação do *Project Arrangement* do projeto de categoria B da Agência Europeia de Defesa *“Military Search Capability Building (MSCB)”*, cujo início e adesão formal se prevê para o ano de 2018, e cujo objetivo é edificar e/ou robustecer a capacidade de Busca Militar nas Forças Armadas dos Estados-membros da União Europeia.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares	Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA, contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Potenciar a execução dos Programas de reequipamento associados à edificação de capacidades militares	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Elaborar, propor e atualizar, com a colaboração das FA, os planos decorrentes da análise das necessidades previstas nas capacidades militares e acompanhar a respetiva execução	Atividade corrente	AA/CAT/CII	GabMDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
	2. Participar nas atividades de programação inerentes ao ciclo de planeamento de forças e desenvolvimento de capacidades militares de âmbito nacional e internacional			
	3. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Em 2017 a DSAE participou na elaboração do processo de candidatura nacional ao acolhimento do Galileo Security Monitoring Centre (GSMC) em Portugal, no âmbito da União Europeia. Participou igualmente na elaboração de uma proposta de aproveitamento das instalações da Estação Ibérica NATO (EINATO) que contribua para a edificação da futura capacidade satélite nacional.

Foram ainda realizados diversos pareceres técnicos e apresentadas propostas para aquisição de diversos equipamentos para o Exército e cuja aquisição se encontram neste momento em curso por via da NSPA.

No que concerne à LPM, esta ação materializa-se aquando da análise de portfólio das propostas de forças para efeitos de revisão da LPM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
09-03	Lei de Programação Militar (LPM)	Contribuir para a eficiente coordenação e execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar	Otimização da execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar

	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Atividade corrente	CAT	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
2.	Assegurar a execução (projetos dos Serviços Centrais), monitorização e controlo da execução da Lei de Programação Militar (LPM)			
3.	Assegurar o apoio técnico e a emissão de pareceres e propostas de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamento, em articulação com o EMGFA e as FA			

RESULTADOS

Em 2017 a DSAE através do seu representante, enquanto Diretor do Projeto, efetuou a Direção e coordenação da execução do projeto POACCS III.

Foi feito o acompanhamento da execução do projeto ARS Monsanto, enquanto representante da DGRDN na MAF ARS Monsanto; o acompanhamento e controlo da execução do projeto I&D SUB-ECO, enquanto

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

POC da DGRDN na CGA SUB-ECO e acompanhamento e controlo da execução do projeto I&D FIREND, enquanto Presidente da CGA FIREND.

Decorrente das suas atribuições, a DSAE controlou a execução da Lei de Programação Militar, emitindo pareceres quando solicitados relativamente a projetos de edificação de capacidades propostos pelas entidades executantes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
09-04	Apoio à Gestão de Projetos	Promover e coordenar o planeamento e execução, em cooperação com o EMGFA, os ramos das FA e outras entidades intervenientes, os projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa	Garantir a máxima utilização do <i>Enterprise Project Management</i> (EPM) no planeamento e controlo da execução dos projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apoiar, enquanto entidade coordenadora da LPM, as entidades que executam os projetos de armamento, equipamentos e sistemas de defesa previstos na lei	Atividade corrente	CAT	SG/MDN, EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea
2. Desenvolver ações de formação, com o apoio da Bright Partners e da SG/MDN, na ferramenta de Gestão de Projetos EPM			

RESULTADOS

Em 2017 foram efetuadas várias reuniões de trabalho com as entidades executantes da LPM, com objetivo de alinhar o portfólio LPM para 2017 bem como alinhar as estruturas SIG - MS EPM.

Ao nível técnico, foram ativados os interfaces SIG – EPM do EMGFA e da FAP e foi corrigido o dos Serviços Centrais, colocando a passagem da informação entre estruturas a 100%. Após esta ação seguiram-se os trabalhos de análise da informação bem como a correção da mesma, quer em SIG quer em EPM.

Outro ponto alcançado foi a disponibilização do Helpdesk do MS EPM através do ServiceDesk da Defesa. Ao nível do controlo da execução orçamental foi desenvolvido o ficheiro LPM e LIM, preenchido pelas entidades executantes da LPM, com acesso via MS EPM. Para a implementação do ficheiro foram realizadas várias reuniões de acompanhamento presencial e à distância assim como desenvolvida uma norma de preenchimento como apoio ao procedimento.

Como apoio à tomada de decisão da gestão topo foram desenvolvidos dashboards de controlo da execução financeira e material da LPM disponibilizados via MS EPM.

No que respeita à formação foram realizados trabalhos de apoio direto e “*on job training*” aos gestores de projeto.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 10



**Armamento e Equipamento
(Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e
Investigação e Desenvolvimento*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-01	Licenciamento	Desenvolver ações de atualização de normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Contribuir para o desenvolvimento e atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> No âmbito das suas competências, a atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, através da transposição de legislação comunitária Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais sobre a transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa Organização de ações de divulgação junto dos operadores económicos 	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, COARM, AT DGPE/MNE

RESULTADOS

Através do DL n.º 56/2017, de 9 de junho, foi transposta para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2017/433, da Comissão, de 7 de março de 2017, procedendo a uma atualização à Lista de Produtos Relacionados com a Defesa, que constituiu a sexta alteração à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Foi assegurada a participação em quatro reuniões do grupo de trabalho da Comissão Europeia sobre a harmonização da implementação da Diretiva 2009/43/CE.

Foram efetuadas várias ações de sensibilização junto de operadores económicos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
10-02	Controlo	Zelar pelo cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Garantir o cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, por parte dos operadores económicos autorizados		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e emitir as respetivas licenças e certificados	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPE/MNE, AT, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, Operadores económicos, COARM	
2.	Elaborar e propor, em articulação com os ministérios competentes, a legislação referente ao controlo da atividade de indústria e comércio de produtos relacionados com a defesa				
3.	Proceder a ações de auditoria junto dos operadores económicos autorizados				

RESULTADOS

No âmbito da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, foram licenciadas 9 empresas para o exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

Relativamente à circulação de produtos relacionados com a defesa, foram emitidas 6 licenças globais, 339 licenças individuais de exportação/transferência, 201 certificados internacionais de importação, 187 certificados de garantia de entrega, 49 certificados de destino final, 14 licenças de trânsito.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-03	Estratégia no âmbito da Logística	Estudar e propor, em coordenação com as FA, as medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao seu apoio logístico	Contribuir para o desenvolvimento das medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao seu apoio logístico

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Propor e desenvolver, no âmbito das suas competências, documentos contendo as medidas de política, doutrina e procedimentos relativos ao seu apoio logístico	Atividade corrente	CAT/CIN /CII	DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, REPER EU e DEL NATO

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-04	Estratégia de I&D	Estudar e propor, em articulação com os centros de investigação e desenvolvimento dos ramos, as medidas de política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional	Contribuir para a definição e implementação da política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> Elaborar e propor a atualização, no âmbito das suas competências, do documento da estratégia de investigação, desenvolvimento e inovação da defesa nacional Proceder a ações de divulgação junto das FA, do IUM, SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) e BTID (Base Tecnológica e Industrial de Defesa) 	Atividade corrente	CAT/CIN /CII	DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, Industrias de Defesa (idD)

RESULTADOS

Realizados os seguintes eventos:

- Conferências sobre os projetos de investimento e I&D da Defesa ao Curso de Estado-Maior Conjunto no IUM em 12JAN17 e 05DEZ17;
- II Encontro de Estudantes da AFCEA em 09JUN17;
- Palestra na AFCEA de divulgação da Ação Preparatória no âmbito do futuro programa de I&D de defesa europeu em 23MAR17.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
10-05	Gestão de Projetos em I&D	Promover e coordenar, em cooperação com as FA, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional	Garantir o cumprimento da eficiente execução dos projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Promover reuniões de acompanhamento junto das entidades dos consórcios	Atividade corrente e projeto	CAT/CIN /CII/ CON	MAI, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, idD
	2. Promover reuniões das “Comissões de Gestão e Acompanhamento” (CGA) dos projetos			
	3. Controlar o efetivo cumprimento da execução do planeamento do projeto através da análise dos relatórios produzidos pelos respetivos consórcios			

RESULTADOS

Realizadas as seguintes reuniões de acompanhamento da execução dos projetos de I&D nacionais:

- Projeto SUBECO em 14FEV17 e 06NOV17;
- Projeto GAMMAEX em 14fev17;
- Projeto Andrómeda em 20ABR17;
- Projeto FIREND em 07ABR17
- Projeto TROANTE em 20ABR17;
- Projeto BMS-EMM em 03JUL17;
- Projeto Auxdefense em 09MAR17.

Realizada uma palestra no workshop em Braga no âmbito do projeto Auxdefense, em 11OUT17.

Participação nas seguintes ações de demonstração:

- Projeto BMS, em 17NOV17, em Vila Real;
- Projeto GAMMAEX, em 31OUT17, na Base Naval de Lisboa.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 11



Infraestruturas

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Infraestruturas e
Património/Divisão de Infraestruturas*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)	Cumprir a decisão NATO, aprovada pela Capability Package 9C0101, que aprovou a realocização da NCISS de Latina - Itália para Oeiras-Portugal	Início da empreitada de construção do edifício da escola e continuação da implementação da empreitada de remodelação da Messe	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Apresentação de relatórios periódicos, no âmbito do comité de acompanhamento das novas estruturas de comando NATO (CANEC), sobre o ponto se situação do desenvolvimento deste projeto NATO	Projeto	AA/CAT	Empresas de projeto e empreitada contratadas
	2. Representação da DGRDN no "Steering Committee" criado pela Agência NATO NCI para acompanhamento da transferência da Escola			
	3. Representação da DGRDN, enquanto Gestora de Projeto, no Academy Program Management Board onde está representada a NCIA, através do Project Manager, e o EMGFA			
	4. Lançamento do procedimento para serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde em obra para a empreitada do edifício			
	5. Fiscalização direta da empreitada de remodelação da Messe			
	6. Coordenação de segurança e saúde em obra na empreitada da Messe			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

7. Coordenação/gestão da fiscalização e da coordenação de saúde em obra para o desenvolvimento da empreitada de construção do edifício da Escola

RESULTADOS

Foi disponibilizada informação relativa ao desenvolvimento do projeto da Escola para todos os relatórios do CANEC e assegurada a representação da DGRDN nas reuniões do Steering Committee.

Foram ainda concretizadas oito reuniões do Grupo de Trabalho designado Program Management Board (PMB) constituído para tratar de todos os assuntos relacionados com a materialização da transferência da Escola ao nível da decisão dos gestores de projeto da Agência e da DGRDN.

Finalizou-se a empreitada de remodelação da Messe dentro do prazo contratualmente previsto.

Concretizou-se o procedimento pré-contratual para realização da empreitada de construção da NCI Academy (passou a ter esta designação sendo que inicialmente era NCISS), com um valor de adjudicação de €19.500.000,00, tendo a mesma sido consignada em abril de 2017. Foi efetuado o acompanhamento técnico de suporte à contestação apresentada em Tribunal (acompanhamento jurídico da Secretaria Geral do MDN) quanto à adjudicação. Foi o contencioso resolvido a favor do Ministério da Defesa.

Foi efetuada a fiscalização da empreitada de construção da NCI Academy, tendo sido cumprido o planeamento para o ano de 2017, com suporte técnico no local de quatro elementos (2 fiscais e 2 engenheiros) sendo a direção da fiscalização de obra efetuada por elemento da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-02	Gestão das infraestruturas NATO em Portugal	Manter as infraestruturas dentro dos parâmetros operacionais e de segurança, para os quais foram designados pela NATO, com programas de manutenção anual geridos através do orçamento das receitas com IE NATO	Efetuar o cumprimento do programa anual de manutenção para cada infraestrutura NATO	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Preparação e acompanhamento das inspeções NATO em território nacional	Atividade corrente/projeto	AA/CAT	NATO, Ramos
	2. Elaboração de cadernos de encargos para projetos e obras dentro dos programas de manutenção estabelecidos para cada infraestrutura			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

3. Elaboração de procedimentos pré-contratuais de empreitada/serviços
4. Gestão dos contratos de armazenamento da capacidade sobranse das Infraestruturas NATO

RESULTADOS

Foram adquiridos serviços e realizadas empreitadas de manutenção nas infraestruturas NATO, num valor global de cerca de € 1.000.000,00, para dar resposta às necessidades de operação e manutenção registadas para 2017 nos locais: Infraestrutura NATO de Porto Santo, Depósito de Munições NATO de Lisboa e Depósito POL de Ponta Delgada.

Preparação e coordenação das necessidades de operação e manutenção para o ano de 2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-03	Manutenção/ Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de construção de infraestruturas transversais à Defesa (serviços centrais do MDN/EMGFA/Ramos e outros)	Dar resposta às diversas solicitações técnicas anuais, ou continuidade de resposta quando se trate de programas plurianuais	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Elaboração de projeto e lançamento da empreitada de Construção da nova Portaria e Armazém para a Infraestrutura NATO de Porto Santo	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
	2. Operacionalização de intervenções em infraestruturas da DGRDN (DDN/ BUD/outros)			
	3. Operacionalização de intervenções em infraestruturas por solicitação do EMGFA/ Ramos e outros			
	4. Operacionalização de intervenções Base das Lajes (BA4)			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

5. Operacionalização de intervenções nos Ramos relativas a processos de descontaminação em infraestruturas
6. Colaboração com a área financeira no acompanhamento do controlo financeiro dos projetos NATO

RESULTADOS

Desenvolvimento da empreitada de Construção da nova Portaria e Armazém para a Infraestrutura NATO de Porto Santo.

Foram executadas diversas intervenções em infraestruturas da DGRDN, dos Ramos e do EMGFA, nomeadamente: Beneficiação de edifício na Póvoa do Varzim para o DDN; preparação de relatório de levantamento de necessidades e subsequente caderno de encargos para Beneficiação de espaços no IGDN; Empreitada de reparação da ER4 (Pico do Areeiro).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO	Planeamento/Elaboração de novos projetos a submeter à NATO, atualização do inventário das infraestruturas NATO em Portugal, bem como elaboração de pareceres/respostas a diversa documentação NATO no âmbito do NSIP	Planeamento adequado de modo a possibilitar a submissão de novos projetos à NATO (Minor works/urgent requirements), bem como emissão de pareceres/respostas atempadas no âmbito do NSIP, recebidas através da Delegação Portuguesa na NATO		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
	1. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Reposição da plataforma do Cais NATO de Ponta Delgada	Atividade corrente	AA	EMGFA/Ramos	
	2. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Reparação do cais de munições NATO de Lisboa				
	3. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Reparação do cais de atracação na Base Naval de Lisboa				
	4. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Remediação da Contaminação Devido à rotura do pipeline da				

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- Infraestrutura NATO de Porto Santo
5. Preparar e submeter à aprovação NATO TBCE para o projeto de Alargamento do Taxiway da base Aérea de Beja
 6. Tratamento de toda a documentação NATO que é entregue na Divisão através do posto de Controlo OTAN com registo em base de dados

RESULTADOS

Foram preparados os *Minor works* elencados em 2., 3. e 4. e submetidos para aprovação NATO.

Foi preparada a TBCE referida em 5. e enviado para aprovação NATO.

O MW previsto em 1., não foi preparado por se considerar não ser oportuno enquanto não esteja estabilizado o investimento da empreitada de restabelecimento das Condições do cais de Ponta Delgada. Efetuado o tratamento de toda a documentação entregue o que permitiu acompanhar e tomar as ações necessárias em tempo oportuno (respostas à NATO).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-05	Construção de infraestruturas de âmbito NATO	Cumprir decisões de implementação de projetos de âmbito NATO	Dar resposta aos projetos aprovados no NSIP (NATO Security Investment Program)	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Conclusão da empreitada de Beneficiação da Estação de Tratamento de Águas de Lastro no Depósito POL NATO de Ponta Delgada (DPNPD)	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
	2. Execução da empreitada de alteração do oleoduto aéreo no DPNPD			
	3. Verificação, aprovação do projeto de execução para a empreitada de recuperação do cais NATO de Ponta Delgada			
	4. Implementação da empreitada de recuperação do cais NATO de Ponta Delgada			
	5. Lançamento do concurso para elaboração do projeto de execução para a Base Aérea do			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- Montijo, no âmbito do projeto NATO aprovado
6. Lançamento do concurso para elaboração do projeto de execução de sistema de abastecimento por oleoduto para a Base Aérea de Beja, no âmbito dos projetos NATO aprovados
 7. Coordenação da elaboração dos projetos em 5. e 6.

RESULTADOS

Concluiu-se a empreitada de Beneficiação da Estação de Tratamento de Águas de Lastro do DPNPD, pelo valor de € 932.000,00. Foi detetada uma deficiência que não permitiu a receção provisória da empreitada tendo sido efetuada coordenação técnica das diversas intervenções para deteção real do problema e sua solução.

Foi adjudicada a empreitada de execução de novo troço dos oleodutos no Depósito POL de Ponta Delgada foi necessário suspender o início da empreitada, nos termos do Código dos Contratos Públicos, por não estar devidamente desimpedido o local dos trabalhos ficando acordado entre as partes que o início será em fevereiro de 2018.

Foi adjudicada a empreitada para Reposição das condições de operacionalidade do cais NATO de Ponta Delgada, num valor de € 5.299.000,00 e prazo de execução de 18 meses, tendo a mesma sido consignada em outubro de 2017.

Foram preparados cadernos de encargos, lançados procedimentos para adjudicação de coordenação de segurança e saúde em obra e de fiscalização residente concluídos em tempo oportuno para acompanhamento da Empreitada de Restabelecimento das Condições do cais de Ponta Delgada.

Foi efetuada a gestão da fiscalização da Empreitada de restabelecimento das Condições do cais de Ponta Delgada.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-06	Consultadoria	Elaboração de informações, estudos e pareceres no âmbito do projeto, construção e manutenção de infraestruturas	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a decisão sobre os assuntos apresentados	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Consultadoria no âmbito da elaboração do Plano Diretor para o Quartel da Medrosa e outros	Atividade corrente	AA/CAT	EMGFA/Serviços Centrais do MDN
2.	Avaliação de espaços para colocação de novos serviços com elaboração de planos de			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

intervenção e estimativa para o investimento.

RESULTADOS

Ação integralmente cumprida com definição de linha de ação, realização de reuniões de esclarecimento, entrega de elementos técnicos ao EMGFA para prosseguir com alguns procedimentos pré-contratuais no âmbito da aquisição de serviços de topografia e levantamento arquitetónico.

Elaboração de estimativas orçamentais para suporte ao “Host Nation Support” que caberá ao EMGFA com a vinda da Agência NCI (NCI Academy) para Portugal.

Efetuada o levantamento do anexo ao PM40 para avaliação da instalação dos serviços de Capelania.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 12



Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Infraestruturas e
Património/Divisão de Património e Turismo Militar*

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial	Assegurar que o inventário dos imóveis afetos à defesa nacional se encontra devidamente atualizado	Possibilidade de disponibilizar em tempo real informação sobre os imóveis afetos à defesa nacional	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	AA	Todas as entidades tuteladas pelo MDN

RESULTADOS

Concretizado

	Objetivo (2)	Resultado esperado		
	Prosseguir com o preenchimento no SIIE de valências com informação que até agora não têm estado a ser incluída, designadamente quanto à melhor especificação da caracterização física dos imóveis	Consolidação e ampliação das bases de trabalho de gestão patrimonial		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT, CIN	

RESULTADOS

Não concretizado

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Assegurar o cumprimento das disposições legais relativamente à obediência ao princípio da onerosidade		Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pelos serviços públicos Providenciar para que deixem de existir situações de cobrança excessiva	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade de manutenção	CAT	

RESULTADOS

Foi assegurado o esclarecimento das dúvidas apresentadas pelos serviços e organismos que se encontram abrangidos pelo princípio da onerosidade.

Objetivo (4)		Resultado esperado	
Promover a revisão ou esclarecer o quadro legal e regulamentar de elegibilidade ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial		Procurar que as intervenções em edifícios afetos à defesa nacional continuem a beneficiar deste Fundo	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	AA	DGTF

RESULTADOS

Não concretizado

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
12-02	Representar o Ministério da Defesa Nacional na elaboração dos instrumentos de gestão territorial	Garantir que nos instrumentos de gestão territorial fiquem salvaguardados todos os interesses e condicionantes essenciais para garante da segurança de pessoas e bens	Instrumentos de gestão territorial (Planos Diretores, de Urbanização e de Pormenor) consentâneos com o dispositivo territorial das Forças Armadas, não só nas vertentes de implantação e acessos como também na inclusão dos diversos

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA

tipos de servidão terrestre, aeronáutica e radioelétrica

RESULTADOS

Concretizado em todas as situações que foram dadas a conhecer a esta DPTM

Objetivo (2)		Resultado esperado	
Assegurar a eficiência na emissão de pareceres sobre a possibilidade de intervenção em território sujeito a servidão militar		Garantir o cumprimento das restrições impostas em zonas de servidão militar	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA

RESULTADOS

Concretizado

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Promover a consulta pública e propor a emissão de instrumentos constitutivos ou modificativos de servidões militares		Assegurar que os diplomas de servidão militar estão conforme as reais necessidades operacionais dos Ramos	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	AA	Ramos das FA e EMGFA

RESULTADOS

Concretizado

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura	Contribuir para a emissão de pareceres e formulação de propostas por solicitação do Diretor-Geral do Património Cultural, no âmbito do património arqueológico e arquitetónico	Garantia de salvaguarda dos interesses da defesa nacional nas disposições emanadas do membro do Governo responsável pela área da Cultura	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Foi assegurada a participação nas reuniões previstas e concretizada a elaboração e posterior aprovação dos pareceres requeridos sobre classificação de imóveis.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
12-04	Cartografia e Cadastro	Implementar estrutura de sistemas de informação geográfica e serviços de cartografia	Aperfeiçoar e complementar o conjunto de instrumentos base de gestão patrimonial, compatibilizando com a legislação mais recente	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Projeto	AA	

RESULTADOS

Não concretizado.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 13



Rentabilização do património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização	Elencar os imóveis suscetíveis de rentabilização através da Lei de Infraestruturas Militares (LIM)	Coordenar e controlar os imóveis que, em cada altura, serão objeto de despacho para integração na LIM, disponibilizando oportunamente a informação adequada	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	Ramos das FA

RESULTADOS

Concretizado.

	Objetivo (2)	Resultado esperado		
	Assegurar a elaboração dos instrumentos legais para autorização das operações de rentabilização de cada imóvel	Desafetação do domínio público militar e autorização para as operações de rentabilização de cada imóvel		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Concretizado para todas as situações requeridas.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis	Promover a avaliação dos imóveis suscetíveis de rentabilização	Promoção de relatórios de avaliação e respetiva submissão a homologação pela DGTF, determinando o valor/ base a considerar na rentabilização
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA

RESULTADOS

Promovidas todas as avaliações necessárias e requeridas no período em causa.

	Objetivo (2)	Resultado esperado
	Promover e atualizar a inscrição matricial e registo predial dos imóveis disponibilizados	Exercer, mediante credencial própria, competências da DGTF no sentido de registar os imóveis que transitam para o domínio privado do Estado, ação indispensável para a respetiva rentabilização. Assegurar a classificação junto da Direção-Geral do Território
	Subações	Tipo
		Natureza
		Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT
		DGTF, DGT, Repartições de Finanças e Conservatórias do Registo Predial

RESULTADOS

Regularizados alguns imóveis, contudo a dependência de ações da responsabilidade de outras entidades condicionou significativamente esta atividade.

	Objetivo (3)	Resultado esperado
	Promover a emissão de Certificações Energéticas	Disponibilização de elemento essencial para a transação imobiliária

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
----------	------	----------	--------------------------

Atividade corrente CAT

RESULTADOS

Concretizado para todas as situações do período em causa em que tal foi necessário.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

13-03	Informação	Disponibilizar a entidades externas informação sobre os imóveis a rentabilizar	Promover e acompanhar visitas aos imóveis, organizar o conjunto adequado de elementos caracterizadores da infraestrutura em rentabilização e responder às questões que, sobre o assunto, são colocadas através de diversos meios
-------	-------------------	--	--

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
----------	------	----------	--------------------------

Atividade corrente DIV

RESULTADOS

Concretizado para as necessidades do período em causa. É uma atividade contínua.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

13-04	Protocolos	Análise e parecer sobre propostas de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Conformidade legal dos protocolos de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional
-------	-------------------	---	---

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
----------	------	----------	--------------------------

Atividade corrente AA

RESULTADOS

Foram analisadas e redigidas todas as situações que foram solicitadas no período em causa.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares	Coordenar a proposta de aplicação de receitas e controlar a sua execução	Proposta de aplicação de receitas decorrente da análise de prioridades indicada pelo EMGFA e Ramos e de orientações da tutela	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CAT	EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Foi elaborada e apresentada a despacho a proposta de aplicação de receitas da LIM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
13-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a exposições e pedidos de informação no âmbito da gestão, utilização e rentabilização das infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a resolução dos assuntos apresentados	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Atividade contínua e corrente que resultou num significativo conjunto documental o qual, na generalidade, contribuiu para o andamento e resolução de processos de gestão patrimonial.

Atividades e Projetos não previstos

Acompanhar diversas entidades públicas e privadas em visitas a instalações militares disponibilizadas para rentabilização.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 14



Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)



Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-01	Reuniões da Comissão Técnica	Coordenar a delegação portuguesa	Convocar as reuniões, coordenar a delegação portuguesa e presidir às reuniões preparatórias da Comissão Técnica, pelo menos duas vezes por ano Elaborar as atas a submeter ao Ministro da Defesa Nacional
	Subações	Tipo	Natureza Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA

RESULTADOS

Foi promovida e coordenada a realização de duas reuniões da Comissão Técnica e de várias reuniões entre técnicos de Portugal e dos EUA.

Foi ainda assegurada a participação de especialistas externos sobre questões ambientais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-02	Projetos de infraestruturas	Analisar e emitir parecer sobre anteprojetos de infraestruturas a implementar ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa	Com base na análise efetuada, e após discussão em sede de Comissão Técnica, submeter anteprojetos a autorização do Ministro da Defesa Nacional
	Subações	Tipo	Natureza Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Em 2017 Sua Excelência o MDN emitiu dois despachos autorizando a realização de diversos projetos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
14-03	Comissão Bilateral Permanente	Reporte interministerial no âmbito de reuniões bi-anuais entre Portugal e os Estados Unidos da América do ponto de situação dos trabalhos da Comissão Técnica	Procurar em conjunto com o coordenador da delegação norte-americana a elaboração de uma declaração conjunta	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	DGPDN

RESULTADOS

Executado.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
14-04	Infraestruturas de uso partilhado ou de uso comum	Assegurar a disponibilização de dados sobre infraestruturas	Promover a atualização do registo de infraestruturas de uso comum ou de uso partilhado entre Portugal e os Estados Unidos da América, designadamente após conclusão das intervenções aprovadas em Comissão Técnica	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CAT	ZAA

RESULTADOS

Cumpru-se o fornecimento de dados sempre que solicitado.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-05	Ambiente	Conhecer a situação ambiental e promover ações de remediação quando necessárias	Organização e acompanhamento de <i>Baseline Study</i> sobre a contaminação de infraestruturas Promoção de diligências para ações de remediação do derrame de combustível no PIT 18
	Subações	Tipo	Natureza
		Projeto	AA
			Parceiros intervenientes LNEC

RESULTADOS

Acompanhamento do parecer sobre o *Environmental Baseline Survey*.

Início da revisão do *Area Development Plan* em conjunto com técnicos dos EUA.

Verificação dos projetos de execução e acompanhamento das intervenções em imóveis autorizadas por SEXAMDN

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 15



Turismo Militar - Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-01	Colaborar com os estabelecimentos de ensino, centros de investigação e empresas, na produção e consolidação de conhecimento, aquisição de novas competências, e estabilização de um quadro conceptual que permita ao Ministério da Defesa definir o seu paradigma de intervenção na área do Turismo Militar (TM)	Produzir um documento orientador que consubstancie uma definição operacionalizada de TM, tendo por base uma ampla revisão do conhecimento e identificação de boas práticas mundiais, e que operacionalizem os Quadros e Modelos de intervenção definidos ao nível estratégico	Documento que consubstancie uma política e uma estratégia para o TM Realização de workshops temáticos em unidades produtoras de conhecimento e em centros empresariais e organizacionais que permitam dotar a estratégia de TM da horizontalidade e nível de consensualização adequada
	Subações	Tipo	Natureza
		Projeto	CII CIN
			Parceiros intervenientes Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Secretaria de Estado do Turismo Universidade de Aveiro Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar, entregue em 22-12-2017.

Congresso Internacional de Turismo Militar, organizado pelo MDN e a Universidade de Aveiro, no contexto da InvTur, conferência internacional, organizada pela Universidade de Aveiro desde 2010, em colaboração

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

com várias universidades parceiras de diferentes países. A 4ª edição da InvTur decorreu de 16 a 19 de maio de 2017, com a participação de 700 investigadores internacionais, no âmbito da Defesa, da economia, das tecnologias e do turismo, provenientes de mais de 30 países dos cinco continentes. A InvTur integrou o debate “Desafios para o Turismo Militar”, e sessões paralelas e workshops dedicados ao Turismo Militar. As Forças Armadas participaram no evento, sobretudo no dia 16 de maio, com demonstração de capacidades direcionada para a promoção junto dos jovens, assim como o Dia da Defesa Nacional.

Objetivo (2)		Resultado esperado	
Desenvolver e implementar políticas públicas no âmbito da estratégia para o TM visando o crescimento sustentado da economia nacional, particularmente das regiões do interior		Candidatura da Estratégia Nacional para o TM ao “UNWTO Awards for Excellence and Innovation in Tourism”	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT CIN CII	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Câmara Municipal de Elvas Exército Português

RESULTADOS

Propostas apresentadas no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar:

Estabelecimento da 1ª. Rede de Turismo Militar

Optou-se por identificar uma sub-região piloto (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – proposta votada e aprovada por unanimidade pelos treze presidentes de câmara), que possuísse características adequadas à adoção de um modelo de rede para o Turismo Militar, com potencial replicável para o conjunto do território nacional.

Apoio à realização da "Military Tourism World Summit 2018" pela Câmara Municipal de Elvas:

Em Elvas, classificada como Património Mundial da UNESCO em 2012, e o maior sistema de fortificações abaluartadas do mundo, vai ter lugar a "Military Tourism World Summit 2018". Esta será a primeira Cimeira Mundial de Turismo Militar, e será um grande evento internacional inédito em Portugal, que reunirá investigadores, empresários, associações e visitantes de todo o mundo, com o objetivo de desenvolverem soluções inovadoras para a fruição turística de espaços com características históricas e militares. Decorrerá de 21 a 25 de novembro de 2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-02	Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e	Estabelecer o conjunto de propostas de valor da marca TM, afirmando o seu potencial e a sua simbologia nos contextos da segmentação (padrões de consumo) e posicionamento de mercado	Apresentação das propostas de valor para a marca TM

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

**internacionalmente,
para que estes se
possam transformar
em recursos
passíveis de
utilização ao nível
do TM**

(estratégia para a
diferenciação do produto)

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT CIN CII	

RESULTADOS

Propostas apresentadas no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar:

EIXO 3 - Operacionalização e promoção da rede turismo militar (Quadro do desenvolvimento de produto e operacionalização): Capacitar as empresas turísticas sobre a oferta associada ao património histórico-militar, aos eixos temáticos diferenciadores da oferta, ao perfil de turista; Apoio ao desenvolvimento de itinerários temáticos supramunicipais com foco no património histórico-militar e no quadro dos eixos temáticos; Desenvolvimento de conteúdos em idiomas sobre oferta no âmbito dos eixos temáticos; Desenvolvimento de ações piloto de promoção internacional com líderes de opinião e operadores nacionais e internacionais; Partilha de informação, projetos e iniciativas desenvolvidas pelos agentes públicos e privados no âmbito do Turismo Militar; Desenvolvimento de projeto conjunto com parceiro internacional – Imperial War Museum ou British Museum.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Definir a campanha promocional para o TM, considerando as motivações, perceção e satisfação dos consumidores e os mecanismos de ligação à marca, sobretudo aos níveis simbólico e experiencial, particularmente relevantes no contexto histórico-militar	Apresentação da campanha promocional para o TM

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver ponto anterior.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
15-03	Estabilizar e divulgar o conceito de TM	Elaboração de um livro de fotografia dedicado ao TM, a ser utilizado como ferramenta promocional orientada para os mercados tradicionais (em português, espanhol, inglês, francês e alemão), e realizado com o envolvimento de fotógrafos contemporâneos	Publicação do livro de fotografia sobre o Turismo Militar	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver n.º 15-01.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
15-04	Diversificar a oferta turística, estruturando, articulando e qualificando os recursos de índole histórico-militar, promovendo a qualidade e a competitividade	Criação de uma matriz de avaliação e certificação que permita hierarquizar o património histórico-militar material e imaterial passível de integrar uma oferta estruturada de produtos de TM, que providencie informação relevante para apoio à decisão, identificando os fatores de atração e os fatores de sustentabilidade	Implementação da matriz de avaliação e certificação patrimonial	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT CIN	

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Quatro matrizes de caracterização e seleção de património militar, e de projetos em curso, relacionados com a temática do Turismo Militar, apresentadas no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar, para um trabalho de sinalização que possibilite densificar os Eixos Temáticos («Templários em Portugal: a Ordem do Templo de Salomão»; «Descobrimientos Portugueses: a viagem de Circum-Navegação de Fernão de Magalhães»; «Invasões Francesas»; «I Guerra Mundial»):

- Matriz de Caracterização n.º 1: Infraestruturas da Defesa Nacional em funcionamento assentes nos Eixos Temáticos definidos (Anexo 3);
- Matriz de Caracterização n.º 2: Projetos existentes que se enquadram no conceito de Turismo Militar assentes nos Eixos Temáticos definidos (Anexo 4);
- Matriz de Caracterização n.º 3: Infraestruturas da Defesa Nacional sem utilização operacional que poderão ser afetadas ao Turismo Militar assentes nos Eixos Temáticos definidos (Anexo 5).
- Matriz de Caracterização n.º 4: Infraestruturas ligadas à História Militar assentes nos Eixos Temáticos definidos (Anexo 6).

As matrizes identificam os Eixos Temáticos em que cada imóvel ou projeto pode ser inserido.

Objetivo (2)		Resultado esperado	
Incentivar a realização de concursos de ideias visando o desenvolvimento de soluções empresariais socialmente integradas e economicamente sustentáveis para os ativos patrimoniais relevantes		Realização anual do “Military Tourism Hack Attack”, programa de aceleração de <i>startups</i> promovido pelo MDN visando o empreendedorismo e a inovação no contexto do TM	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT CIN CII	Universidade de Aveiro Universidade Federal Fluminense Ramos das Forças Armadas, em especial o Exército Português Marinha e Exército brasileiros

RESULTADOS

• Concurso de Ideias Mentas Brilhantes para o Turismo Militar

O concurso de ideias “Mentas Brilhantes para o Turismo Militar” foi concebido como uma ação de sensibilização para a relevância do Turismo Militar, organizado pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), a Universidade de Aveiro e o Exército Português.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Foi um evento de âmbito internacional, com a participação das Forças Armadas, academias e empresas relevantes para o sector, assinalando a importância do Turismo Militar para a sustentabilidade económica e o reforço da identidade nacional.

O Concurso de ideias “Mentes Brilhantes para o Turismo Militar” teve como objetivos promover a conceção de ideias e soluções criativas e inovadoras para a área do TM em Portugal; desenvolver dinâmicas contemporâneas para a sociedade portuguesa se organizar, rever e envolver com as suas instituições e organizações, militares e civis; criar novas abordagens de gestão e modelos económicos que tenham por base a história, o património e a identidade nacionais; e desenvolver novos paradigmas de gestão e planeamento para o sector do turismo.

O concurso foi articulado com a rede de instituições dos ensinos secundário, profissional, politécnico e superior, com o objetivo de sensibilizar e estimular a criatividade dos alunos para as temáticas relacionadas com o Turismo Militar.

O lançamento do concurso de ideias decorreu no Regimento de Infantaria n.º 10 (RI10) em São Jacinto, Aveiro, em novembro de 2016. Estiveram presentes cerca de 1900 alunos e professores de 33 estabelecimentos de ensino do Continente.

O evento teve uma importante repercussão mediática, com notícias e reportagens em oito jornais, uma estação de rádio e três televisões. São de destacar a transmissão de uma reportagem no telejornal das 13 horas da SIC (simultâneo SIC e SIC Notícias) do dia 16 de novembro, e uma reportagem extensa no programa “Portugal em Direto” da RTP na tarde de 16 de novembro.

Foram admitidos ao concurso de ideias 63 projetos, de 21 escolas do Continente e da Região Autónoma dos Açores.

Dos 63 projetos, 17 são de alunos do ensino secundário e profissional, e 46 de alunos do ensino superior e politécnico. No tocante à tipologia dos projetos apresentados, 14 são projetos de animação turística, três propõem a criação de centros interpretativos, dois destinam-se à realização de eventos em unidades militares, dois são guias turísticos on line, cinco consistem na instalação de hotéis ou hostels em unidades militares, 11 são projetos baseados em novas tecnologias (e para além destes, há aplicações informáticas variadas em outros projetos), seis são recreações históricas, dois são projetos de restauração, e 12 são roteiros.

No tocante ao nível de organização interna dos projetos, 26 estão organizados por grupos que demonstram a preocupação de estruturar o seu trabalho como empresas, incluindo alguns dos projetos apresentados por menores; de resto, 16 projetos incluem menores, designadamente todos os do ensino secundário com exceção de um.

Já quanto a apoios institucionais, quatro projetos contam com apoio explícito de câmaras municipais, e sete projetos, embora não tenham esse apoio explícito, são de molde a ser simples a sua obtenção. Em termos de localização geográfica dos projetos, 23 situam-se em municípios de baixa densidade, e há vários que abrangem todo o país.

Quanto à distribuição geográfica da origem dos autores dos projetos, há um projeto dos Açores, dois de Lisboa, oito do Alentejo, 20 do Centro, e 32 do Porto e Norte.

Os mais de 60 projetos apresentados no concurso de ideias refletem o que o MDN pretendeu com o lançamento e discussão desta nova estratégia para o Turismo Militar: por um lado, soluções criativas e inovadoras para a utilização do património militar, quer o que está ainda a ser utilizado pelas Forças Armadas, quer aquele que passou a ter outras utilizações, mas está ligado pela história à realidade militar. Por outro lado, a aplicação das tecnologias mais inovadoras a este património, ao território em que ele se localiza, à criação de produtos turísticos que utilizam esse património e a vertente militar da história portuguesa para a promoção das pessoas, da cultura, e do desenvolvimento económico, social e territorial.

O encerramento do concurso de ideias, em maio de 2017, teve de novo uma repercussão mediática assinalável, com notícias e reportagens em 12 jornais, incluindo o Público, o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias. A participação da piloto de camiões Elisabete Jacinto, só por si, originou notícias em dez jornais da especialidade. Foram ainda transmitidas notícias em duas estações de rádio. A transmissão em direto do evento no Facebook alcançou cerca de 40.000 pessoas.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

A sessão de encerramento do concurso de ideias e de abertura do Congresso Internacional de Turismo Militar foi presidida por S. Exa. o Secretário de Estado da Defesa Nacional.

• Concurso de Ideias Mentres Brilhantes no Brasil

O “Seminário Internacional de Turismo Militar: Uma abordagem Histórica, Patrimonial e Económica”, que decorreu no dia 17 de março de 2017 no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, foi organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A UFF acompanhou o lançamento do concurso de ideias “Mentes Brilhantes para o Turismo Militar”, no dia 16 11-2016, no RI 10, em São Jacinto, Aveiro, e adaptou o concurso à realidade cultural, económica e social brasileira.

O seminário foi encerrado com a entrega dos prémios do concurso de ideias “Mentes Brilhantes para o Turismo Militar” brasileiro.

Sua Exa o SEDN integrou a Comissão de Honra da organização do seminário e do concurso de ideias. O coordenador do grupo de trabalho interministerial para o Turismo Militar também participou no seminário, tendo efetuado uma apresentação com o tema “Turismo Militar: Cultura, Defesa e Turismo, um novo paradigma”. De Portugal participou ainda o Diretor do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, Prof. Doutor Carlos Costa, que proferiu uma palestra sobre a dimensão social e económica do Turismo Militar.

O seminário teve cerca de 300 participantes, incluindo militares, operadores turísticos e estudantes de várias universidades, tendo as inscrições sido limitadas ao espaço disponível.

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Estruturação e qualificação da oferta		Realização anual de um seminário dedicado à recriação histórica e outras atividades de TM com os órgãos de cultura das Forças Armadas, as autarquias e as empresas do setor para debate e promoção de boas práticas	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT CIN CII	Câmara Municipal de Elvas OTAN

RESULTADOS

Propostas apresentadas no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar:

- Realização, com periodicidade anual, de um evento público para o Turismo Militar.
- Apoio à realização da Military Tourism World Summit Elvas 2018.
- Criação de um centro de excelência para o Turismo Militar, segundo o modelo dos centros de excelência da NATO.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-05	Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM	Construção de um sistema de informação para o TM, desenvolvendo uma estrutura semiótica em rede, visando o estabelecimento de sinergias e a complementaridade de recursos entre as diferentes entidades envolvidas	Apresentação da rede

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT CIN	

RESULTADOS

Propostas apresentadas no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar:

Dinamização do conhecimento sobre património e Turismo Militar: Necessidade de agregar os trabalhos produzidos, e desenvolver dinâmicas de investigação futuras. A FCT, no exercício de avaliação 2017/2018, contempla o Turismo, Hospitalidade e Gestão do Lazer nas Agendas Temáticas de Investigação e Inovação. Proposta de repositório da informação (base de dados) na DGRDN.

Fatores diferenciadores do Turismo Militar em Portugal e recursos associados: Identificação de recursos relevantes em cada um dos eixos temáticos, afetos a diferentes tutelas; Necessidade de sistematização e atualização de informação sobre as diferentes tipologias de recursos associados ao Turismo Militar. Proposta de repositório da informação (base de dados) na DGRDN.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Construção de um sítio (online), com conteúdos institucionais de referência sobre TM, para divulgação nacional e internacional	Ativação do sítio do TM no 4º trimestre de 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver anterior.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Desenvolvimento de conexões funcionais interministeriais que garantam maior flexibilidade para a realização e promoção dos produtos de TM		Articulação interministerial efetiva	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT CIN CII	OTAN

RESULTADOS

Propostas apresentadas no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar:

Acompanhamento da implementação do plano de ação e articulação entre as iniciativas dinamizadas pelos vários organismos da Administração Pública: Definição de pontos focais em cada organismo e modelo de funcionamento de Grupo Técnico, para dinamizar e acompanhar a implementação das ações, mantendo articulação entre os organismos com competências no âmbito do conhecimento, património e estruturação de produto.

“Military Tourism and Warfare Centre of Excellence”: criação de um centro de excelência para o Turismo Militar, segundo o modelo dos centros de excelência da NATO, para definição do papel das Forças Armadas e dos seus recursos patrimoniais no contexto do Turismo Militar, relevando a investigação científica e os recentes desenvolvimentos tecnológicos estruturantes para o desenvolvimento de produtos turísticos competitivos. O centro de excelência deverá ser um órgão de acompanhamento, reflexão e produção doutrinária com características internacionais na esfera do Turismo Militar, devidamente articulado com a tutela para a execução da estratégia para o Turismo Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-06	Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades	Reforçar o papel das Forças Armadas e da sua rede de museus na estratégia nacional para o TM, designadamente na ativação turística do seu património relevante para a visitação	Colaboração com os órgãos de cultura dos Ramos na organização de programas temáticos para os seus museus, nomeadamente: Marinha: Os 500 anos da primeira viagem de circum-navegação por Fernão de Magalhães (1519-1522). Força Aérea: Os 100 anos da primeira travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral (1922). Exército: 800 anos de proximidade, potenciando a cooperação dos diversos museus do Exército com as autarquias na realização conjunta de eventos de natureza histórico-militar.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Apoiar as colaborações com o British Museum e o Kremlin, e a presença portuguesa nas salas da Grande Guerra do Imperial War Museum.

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CIN	Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Proposto no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar:

Capacitação dos recursos de turismo militar: Incrementar o número de Museus Militares associados ao património histórico- militar na Rede Portuguesa de Museus, como medida de melhoria das componentes técnicas associadas à museologia, conservação e condições de visitação.

Implementação de projetos-piloto museológicos de referência em Museus Militares: Museu da Marinha (2ª fase); Museu Militar; Museu do Ar: Necessidade de capacitar recursos relevantes em termos de conteúdos e experiência turística: projetos museológicos com recurso a ferramentas expositivas e interativas, conteúdos em idiomas; acessibilidade a todos, mediante a definição de caderno encargos para projetos museológicos e respetivo enquadramento financeiro.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Promover práticas, em cooperação com os ramos das Forças Armadas, que estimulem a descoberta e interação com a cultura militar por parte dos jovens e que contribuam para a melhoria dos índices de recrutamento	Descentralização dos campeonatos desportivos militares para infraestruturas públicas exteriores aos aquartelamentos garantindo maior visibilidade a estas iniciativas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN	

RESULTADOS

Não realizado.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Desenvolver rotas regionais alicerçadas em património histórico-militar e religioso relevante		Desenvolvimento das rotas de TM apoiadas no dispositivo territorial das Forças Armadas, valorizando as suas coleções visitáveis, em colaboração com as autarquias locais	
		Estabelecimento e implementação da "Rota dos Monumentos aos Combatentes" com a Liga dos Combatentes, e articulação das rotas de TM com património religioso relevante com o Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT CIN	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Exército Português

RESULTADOS

Proposta apresentada no Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar:

Estabelecimento da 1ª. Rede de Turismo Militar (ponto 4.2.1, página 58).

Optou-se por identificar uma sub-região piloto (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – proposta votada e aprovada por unanimidade pelos treze presidentes de câmara), que possuísse características adequadas à adoção de um modelo de rede para o Turismo Militar, com potencial replicável para o conjunto do território nacional.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 16



**Qualidade e Ambiente
(Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Qualidade e
Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização,
Ambiente e Qualidade*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto	Atualizar com a informação recebida anualmente os parâmetros do inventário de amianto do MDN no Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE)	Até ao final do ano obter o inventário de amianto atualizado com os dados mais recentes transmitidos pelas entidades da Defesa Nacional	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	AA	Ramos das Forças Armadas, IDN, IASFA, IGDN e Serviços Centrais

RESULTADOS

Cumprido. Levantamento junto dos Ramos e demais Entidades da afetas à Defesa, atualização do SIIE, e prioridades de ação constantes no relatório do Grupo de Trabalho de Amianto.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental	Em 2017, assegurar a manutenção da certificação dos sistemas de gestão ambiental das unidades certificadas, através da realização de auditorias e promover a implementação de novos sistemas (ISO14001 e EMAS)	Até ao final de 2017 realizar pelo menos uma auditoria a um sistema de gestão ambiental de uma das unidades certificadas	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Realização de auditorias	Atividade de manutenção	AA	Unidades das Forças Armadas

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Auditoria à BA5 no decurso do processo de manutenção do EMAS.
Auditoria pedagógica à BA6.

Apoio à Academia da Força Aérea para implementação do EMAS.

Formação de Auditores Internos de Ambiente, com objetivo de implementar sistemas de gestão ambiental, de acordo com a nova ISO14001:2015.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente	Promover a cooperação institucional nacional e internacional da DGRDN no âmbito do ambiente ao longo de 2017	Assegurar a representação e participação ao longo de 2017, em grupos de trabalho internacionais relativos ao domínio ambiental e responder às solicitações apresentadas pelas entidades nacionais e internacionais
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	Parceiros intervenientes EDA, NATO, APA, UNL-FCT

RESULTADOS

Participação nas reuniões previstas, no âmbito da EDA e NATO, conforme constante nos relatórios de missão.

Reuniões com APA e UNL-FCT, com a finalidade de prestar apoio e divulgação de iniciativas ambientais.

Reuniões com a ADENE no âmbito da eficiência energética.

Reunião no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial do Amianto

Reunião com Instituto Conservação da Natureza e Florestas.

Resposta às solicitações dos vários Grupos de Trabalho Nacionais e Internacionais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	Promover as boas práticas ambientais das unidades, estabelecimentos ou órgãos das Forças Armadas	Coordenar os trabalhos de divulgação da edição dos prémios, efetuar a abertura de concurso, proceder à análise das candidaturas apresentadas, compilar os resultados e presidir à reunião do júri de atribuição do prémio

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atualizar o Regulamento do PDNA – proposta de despacho 2. Atualizar os critérios de apreciação das candidaturas ao prémio 3. Solicitar à SG/MDN a conceção da imagem da edição do prémio 4. Efetuar a proposta de divulgação do prémio nas páginas de internet e intranet 5. Atualizar os conteúdos da página do prémio com as candidaturas, regulamento e matriz de votação; 6. Analisar candidaturas recebidas 7. Presidir à reunião do júri para a atribuição do prémio 	Atividade periódica	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

RESULTADOS

Cerimónia do PDNA2015.
Revisão e publicação do novo Regulamento.
Relativamente à 24ª edição do PDNA, foram realizadas todas as subações.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-05	Atualização da Diretiva Ambiental	Efetuar uma proposta de revisão dos objetivos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional	Coordenar o processo de atualização da Diretiva Ambiental junto da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais e apresentar até ao final de 2017, uma proposta de revisão

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Efetuar uma proposta de revisão dos objetivos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional 2. Apresentar um conjunto de indicadores associados aos objetivos para validação 3. Analisar o feedback e contributos das entidades representadas na ECAA 	Projeto	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Não aplicável (transitou para 2018).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-06	Coordenação do Plano de Ação Ambiental (PAA) da Diretiva Ambiental	Promover a consecução dos objetivos estratégicos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional através da elaboração do PAA em 2017	Coordenar o processo de elaboração do Plano de Ação Ambiental junto da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais e apresentar até final de 2017 uma proposta do PAA	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Analisar o feedback e contributos das entidades representadas na ECAA	Projeto	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)
	2. Efetuar proposta do plano			

RESULTADOS

Não aplicável (transitou para 2018).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-07	Aplicação do regulamento REACH (Registo, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas) na Defesa Nacional	Promover a definição de um procedimento para a atribuição de isenções de defesa do REACH através da colaboração com as entidades competentes REACH e da participação no grupo especialistas REACH da EDA (Agência Europeia de Defesa)	Ao longo de 2017, participar nas reuniões do grupo de especialista REACH da EDA e reunir com as entidades competentes com o objetivo de se obter uma proposta para um procedimento de isenções de defesa ao regulamento REACH	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT	Forças Armadas; APA; DGAE e DGS

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Participação na reunião plenária REACH da EDA. Análise de procedimentos já existentes em outros Estados Membros.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-08	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional	Assegurar o apoio às Forças Armadas no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis	Prestar apoio no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente, o reporte do uso crítico de halons nas Forças Armadas, o inventário nacional de PCB e registo de resíduos	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade periódica	AA	Forças Armadas

RESULTADOS

Conforme legislação aplicável, foram realizadas as atualizações nas plataformas da APA, relativamente a PCB's, Resíduos, Gases Fluorados e comunicada a informação relativa aos Halons, à APA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-09	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos	Promover a integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos através da apresentação de proposta no ano de 2017	Prestar apoio técnico na inclusão de critérios ambientais nos contratos referentes a processos aquisitivos	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade periódica	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Inclusão de Cláusulas específicas no Contrato de Desmilitarização no âmbito do Ambiente e Qualidade.

Participação na Equipa de Acompanhamento do Contrato de Desmilitarização, para estas áreas específicas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-10	Implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis em edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN	Promover a implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis através da apresentação de propostas, do acompanhamento de projetos e da indicação de possíveis fontes de financiamento	Até ao final de 2017, apresentar pelo menos um projeto de implementação de medidas de eficiência energética com a indicação de fonte de financiamento
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade periódica/Projeto	CAT
			Parceiros intervenientes
			Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

Apresentadas propostas de projetos para implementação de medidas nos Ramos, com recurso à Lei de Infraestruturas Militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-11	Coordenação da Qualidade na Defesa Nacional	Definir as políticas da Qualidade na Defesa Nacional nos setores aplicáveis e coordenar as medidas definidas em sede da Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional	Identificação das áreas da Defesa Nacional sobre as quais incidem as políticas da Qualidade. Elaboração das políticas de implementação, revisão e divulgação da Qualidade. Coordenação das medidas a implementar

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CIN	Entidades intervenientes na Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional (ECQDN)

RESULTADOS

Não aplicável (transitou para 2018).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-12	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)	Coordenar as ações necessárias ao cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal resultantes da ratificação do STANAG 4107, bem como coordenar os pedidos de Portugal a outros Estados membro da OTAN para acompanhamento de contratos da Defesa Nacional no âmbito da GGQ e realizar atividades como <i>“Governmental Quality Assurance Representative”</i> (GQAR)	Coordenar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos colocados na Indústria de Defesa Nacional. Coordenar e solicitar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos da Defesa Nacional colocados em indústrias nacionais e em indústrias de países membros da OTAN. Exercer a atividade técnica GQAR de acompanhamento de contratos, no âmbito da GGQ

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade de manutenção e periódica	CII/CIN	Estados membro da OTAN, Marinha, Exército e Força Aérea

RESULTADOS

Atualmente estão a ser acompanhados 10 contratos, exclusivamente da indústria aeronáutica .

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-13	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP	Proporcionar à Indústria de Defesa Nacional a igualdade competitiva perante as Industrias de Defesa de outros Estados membro da OTAN em sede de Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP	Quando solicitado pelas Indústrias de Defesa nacionais, proporcionar a obtenção, manutenção e revisão da Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade periódica	CIN
			Parceiros intervenientes
			Empresas da Indústria de Defesa

RESULTADOS

Atualmente a DGRDN garante a Certificação nacional de acordo com as “NATO Allied Quality Assurance Publications (AQAP)” a 11 (onze) empresas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-14	Implementação de técnicas LEAN na DGRDN	Prosseguir a adoção das melhores práticas de melhoria contínua e de eliminação de desperdício na DGRDN visando uma otimização de serviços e obtenção da melhor eficiência da nossa atuação	Formalização e constituição do “Lean Office” da DGRDN a fim de poderem ser promovidas as melhores iniciativas no âmbito da aplicação das técnicas LEAN
	Subações	Tipo	Natureza
		Projeto	CAT
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Projeto não concretizado.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-15	Representação nos fora nacionais e	Assegurar a representação nacional nos fora da Qualidade em território nacional e no estrangeiro a fim	Transmitir a posição da Defesa Nacional nas reuniões e grupos de trabalho da Qualidade e recolher informação sobre as posições e

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

**internacionais da
Qualidade**

de defender a posição da Defesa Nacional e recolher informação pertinente para a tomada de decisão neste âmbito

interesses de terceiros que possam influenciar o rumo de atuação no âmbito da Qualidade

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Participação nas reuniões previstas, no âmbito da NATO, conforme constante nos relatórios de missão. Resposta às solicitações dos vários Grupos de Trabalho Nacionais e Internacionais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-16	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos obsoletos, oriundos dos ramos das Forças Armadas, através da execução de um contrato com empresa certificada e qualificada para o efeito	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos mais prioritários (que representam maior risco para a segurança) face à sua validade ou estado de deterioração
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	APL
			Parceiros intervenientes
			Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Contrato de desmilitarização celebrado dentro da meta estimada e para os materiais mais prioritários. Contrato celebrado em 11 de abril de 2017 com a idD.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-17	Alienação de material de guerra das Forças Armadas	Instruir e executar, em estreita colaboração com os ramos das Forças Armadas, os processos de alienação de material de guerra das Forças Armadas, garantidos que estejam todos os preceitos legais	Garantir para a Defesa Nacional o maior encaixe financeiro possível resultante dos projetos de alienação de material de guerra através de Procedimento de Contratação Pública. Rentabilizar armamento que esteja classificado como menos prioritário, através de venda

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	APL	Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Diversos processos de alienação de material em curso de acordo com os diplomas legais em vigor. (p.ex.: Alienação F-16 (aviões); F16 (Spares); P-3; Aviocar; Carros Combate M60A3).

Atividades e Projetos não previstos

Participação nas atividades da Equipa de Negociação da Aeronave de Transporte KC-390.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Programa 17



**Qualidade e Ambiente
(Normalização e Catalogação)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Qualidade e
Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação	Contribuir para a elaboração dos processos de ratificação, nomeadamente a sua publicação em DR	Ratificação dos STANAG
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes
			DS/DGRDN, EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Execução plena das propostas de ratificação recebidas dos diversos EPR's

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-02	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG) e Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)	Assegurar a representação do MDN nas reuniões dos Grupos de Trabalho [Materiel Standardization Group (MSG) e Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes
			MDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Representação nas reuniões dos grupos de trabalho acima da meta estimada.

Participação em 100% das reuniões convocadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-03	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO	Assegurar a representação do MDN nas reuniões do Committee for Standardization (CS) no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Representação nas reuniões dos grupos de trabalho acima da meta estimada.

Participação em 100% das reuniões convocadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT	Assegurar a resposta em tempo às solicitações dos grupos de trabalho MSG e MSHT	Responder em tempo às solicitações dos MSG e MSHT
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Todos os documentos desta área foram respondidos em tempo (antes do prazo fixado).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)	Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais e definidos pelo Comité OTAN AC/135	Manter o número médio de dias de resposta a 70% dos pedidos de catalogação, quer nacionais, quer internacionais, em menos de 20 dias úteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

O Resultado final do Ano de 2017 fixou-se nos 10 dias úteis. O Programa SPCAT atualmente apenas permite verificar aferir os dados em intervalos de 10 dias úteis (Ex. 10, 20, 30, 40...etc).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)	Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135	Manter a percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação solicitados pelos NCB's estrangeiros abaixo dos 20%
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			"National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

O resultado final de 2017, 6.42% de rejeições aos pedidos de catalogação internacionais, resulta da média dos dois Semestres (6.54% no 1º Semestre; 6.30% no 2º Semestre) e traduz-se num excelente resultado para o CNC de Portugal. 20% é o patamar definido pelo AC/135. O CNC de Portugal conseguiu um resultado muito inferior.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)	Proceder à atribuição de Código de Organização (CORG) dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135	Proceder à atribuição dos Código de Organização (CORG) em menos de 15 dias uteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros; Empresas e organizações nacionais

RESULTADOS

Tempo médio de atribuição de CORG's situou-se nos 3 dias para pedidos dos NCB's estrangeiros e 1 dia para os pedidos das SECA's dos Ramos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-08	Garantir a atribuição de Números de Abastecimento Provisórios (NAP)	Proceder à atribuição de NAP's, a pedido dos utilizadores nacionais (Ramos das Forças Armadas, EMGFA, IASFA e SG/MDN), de acordo com parâmetros de qualidade e rapidez auto-impostos	Proceder à atribuição de 99% dos NAP's, a pedido dos utilizadores nacionais, em menos de 3 dias úteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas, Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Após a emissão da Instrução Técnica N° 04/Catologação de 9Mai16, em consequência da alteração do software de catalogação SPCAT, os NAP's passaram a ser atribuídos de imediato, após receção do pedido de catalogação, sendo posteriormente o pedido reencaminhado para o NCB Estrangeiro respetivo.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-09	Garantir os carregamentos SIG/DN	Proceder ao carregamento dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN; proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas pelos Ramos das Forças Armadas e Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN	Proceder ao carregamento de 99% dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN e/ou proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas, em menos de 3 dias úteis

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN	Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas, Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN

RESULTADOS

Carregamentos efetuados em SIG-DN em média abaixo de 1 dia útil (0.236).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-10	Traduzir para língua portuguesa conteúdos do "NATO Master Catalogue of References for Logistics" (NMCRL)	Proceder à tradução e carregamento dos menus de entrada e de pesquisa do NMCRL, bem como promover integração da versão portuguesa do ACodP-2 (Grupos/Classe de material), possibilitando com isso a pesquisa em língua portuguesa a todos os utilizadores	Proceder à tradução e carregamento dos menus de entrada e pesquisa do NMCRL, bem como promover o "upload" da versão portuguesa do ACodP-2 (Grupos/Classe de material), até 30Jun17

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Projeto

CII

NATO Supply and
Procurement
Agency

RESULTADOS

Concluída a tradução e realizado o “upload” no NMCRL da versão portuguesa do ACodP-2 (Grupos/Classe de material), no primeiro trimestre de 2017.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 18



Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Gestão Financeira e
Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-01	Gerir os recursos financeiros da DG	Otimização dos recursos financeiros afetos à DGRDN	Cumprimento atempado dos prazos, bem como as formalidades legais	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Proceder à elaboração da proposta orçamental, integrando as várias fontes de financiamento – receitas gerais, próprias e investimento (orçamentos de Funcionamento, Antigos Combatentes, LPM, LIM, Receitas Próprias, Investimento, Polo NSPA, Infraestruturas NATO) de acordo com as orientações da DGO e plafond atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis da sua execução	Atividade de manutenção	APL	
2.	Acompanhamento da execução dos orçamentos financiados pela Lei do Serviço Militar (Dia da Defesa Nacional, CIOFE, Incentivos, PALOP's, OCRD, Recrutamento e Divulgação)			
3.	Gestão financeira e orçamental dos projetos do NATO Security Investment Programme (NSIP) e proceder à sua análise, acompanhamento e reporte no CIRIS			
4.	Proceder à preparação e acompanhamento das auditorias nacionais e internacionais (NATO)			
5.	Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE, do Balanço Social, Plano de Atividades, Relatório de			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- Atividades, QUAR, Rescisões e Aposentações
6. Preparar, elaborar e remeter à Secretaria-Geral do MDN os elementos necessários para a elaboração da Conta de Gerência
 7. Gerir a frota automóvel no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE) da ESPAP
 8. Levantamento, mapeamento e avaliação de processos no âmbito financeiro

RESULTADOS

A execução orçamental da DGRDN, em 2017, foi acompanhada pelo grupo de 6 técnicos da DGFRH, através da análise detalhada dos mapas emitidos pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG).

A DGRDN, relativamente ao ano de 2017, apresenta uma execução orçamental no montante de 154.986.118,83 €, o que representa 69,19% de execução do orçamento total face ao planeado.

No que diz respeito ao orçamento de funcionamento, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 9.563.563,80 €, dos quais, 7.402.823,78 € decorrem das Receitas Gerais e os restantes 2.160.740,02 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 77,41 % da execução total da despesa do orçamento de funcionamento e os restantes 22,59 % são relativos da execução das Receitas Próprias.

O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 928.532€.

A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 870.393,57 € e o CIOFE o montante de 109.840,96 €.

O apoio prestado aos Cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos Cidadãos dos PALOP's Apresenta uma despesa de 59.797,50 €.

As atividades do Turismo Militar tiveram uma execução de 230.000 €.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-02	Gerir os recursos patrimoniais	Elaborar e manter atualizado o inventário do património afeto à DGRDN	Assegurar o normal funcionamento dos serviços
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço	Atividade de manutenção	APL

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Foi elaborado e atualizado o cadastro relativo ao imobilizado da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental	Acompanhar e controlar a execução dos vários orçamentos	Garantir um acompanhamento permanente dos níveis de execução orçamental	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Proceder à análise da informação financeira registada no Sistema Integrado de Gestão, SIG, alertando para eventuais incorreções nos lançamentos efetuados pela Secretaria-geral	Atividade de manutenção	APL	
2.	Preparar as propostas das alterações orçamentais, propostas de transição de saldos e propostas de abertura de crédito especial			
3.	Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN			
4.	Registar e controlar a execução dos projetos da NATO no CIRIS			
5.	Criação de um sistema de Gestão do NSIP			
6.	Registar nominalmente as regularizações financeiras dos projetos da NATO em território nacional			
7.	Gerir o Fundo de Maneio			
8.	Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros			
9.	Assegurar os procedimentos inerentes à cobrança e entrega das receitas próprias			
10.	Assegurar a execução financeira e o controlo dos orçamentos da LPM, LIM e Investimento			
11.	Entrega do Imposto sobre o Valores Acrescentado dos Contratos de manutenção			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

12. Reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado a fornecedores de Obras NATO
13. Gerir tarefas inerentes à contratação pública de bens e serviços, assegurando a gestão do aprovisionamento dos bens de consumo corrente
14. Acompanhar e controlar a execução do Plano de Deslocações na plataforma de controlo interno
15. Acompanhar e controlar a execução do Plano de Formação

RESULTADOS

Elaboração e análise de mapas financeiros de apoio à gestão.

Elaboração mensal dos Fundos Disponíveis no SIGO, Site da DGO.

Elaboração dos mapas mensais sobre Pagamentos em atraso, no Site da DGO.

Elaboração mensal da Unidade de Tesouraria, no Site da DGO.

Elaboração da previsão mensal da despesa numa perspetiva mensal, no site da DGO.

Criação de um sistema de Gestão do NSIP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-04	Reportes Financeiros	Elaboração dos reportes referentes aos Serviços Integrados no site da Direção-Geral do Orçamento	Garantir um acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, Pagamentos em Atraso, PME, Unidade de Tesouraria e Deslocações ao Estrangeiro, execução mensal e análise de desvios
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	1. Gestão mensal do lançamento dos reportes financeiros no portal da DGO (Fundos Disponíveis, Previsão Mensal de Execução, Pagamentos em atraso e validação do SIPI)	Atividade de manutenção	APL
	2. Gestão anual no portal da DGO da Transição de saldos		
	3. Proceder trimestralmente ao acompanhamento e controlo dos encargos plurianuais na		

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

- plataforma de reporte SCEP da DGO
4. Proceder ao acompanhamento e reporte mensal das deslocações e estadas em território nacional e internacional, assim como o reporte da unidade de tesouraria
 5. Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE

RESULTADOS

Acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, pagamentos em atraso, unidade de Tesouraria, Deslocações ao estrangeiro (anual), execução mensal e análise de desvios.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-05	Gestão de economato	Disponibilização e distribuição atempada do material de escritório	Assegurar o normal funcionamento dos serviços
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock	Atividade de manutenção	APL

RESULTADOS

Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente funções consultivas, estudo e elaboração de pareceres técnico-jurídicos no âmbito financeiro e patrimonial	Apoio à gestão da DGRDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
----------	------	----------	--------------------------

	Atividade corrente	CON	
--	--------------------	-----	--

RESULTADOS

Nada a referir.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN



**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Gestão Financeira e
Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos
e Apoio*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DG	Contribuir para a prossecução da missão da DGRDN, garantindo o funcionamento do sistema de gestão e administração dos recursos humanos	Garantir o regular funcionamento da DGRDN através de uma gestão eficaz dos RH
	Subações	Tipo	Natureza
	Parceiros intervenientes		
1.	Assegurar os procedimentos relativos à administração do pessoal da DGRDN (executar os instrumentos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego)	Atividade corrente	APL
2.	Desmaterializar os processos individuais dos trabalhadores		

RESULTADOS

Elaboração de ofícios relativos a mobilidades internas e mobilidades intercarreiras.

Elaboração despachos de consolidação de mobilidades, e de períodos experimentais.

Elaboração de ofícios relativos aos diversos tipos de licenças (longa duração, organismos internacionais, etc...).

Elaboração do Mapa de Pessoal.

Resposta a questionários, mapas e reportes diversos no âmbito dos RH solicitados por entidades externas (Finanças e DGAEP).

Colaboração nos diversos instrumentos de gestão da Direção-Geral (Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Relatório Sintético, Relatório de Autoavaliação).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
19-02	Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos trabalhadores da DGRDN	Potenciar o desenvolvimento pessoal e contribuir para o aumento do nível de motivação dos trabalhadores (formação)	Proporcionar o acesso à formação profissional		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
	1. Diagnosticar as necessidades de formação	Atividade corrente	FOR	Toda a DGRDN; Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (ex-Instituto Nacional de Administração)	
	2. Elaborar a proposta do Plano Anual de Formação				
	3. Gerir o Plano de formação				
	4. Promover a formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal afeto à DGRDN				

RESULTADOS

Promoção e divulgação de oferta formativa e inscrição dos trabalhadores da DGRDN em formação.

Elaboração de Base de Dados no âmbito da frequência de formação.

Desenho de modelo de gestão da formação da DGRDN (a decorrer e a aguardar desenvolvimentos no âmbito da operacionalização do novo diploma que rege a formação na Administração Pública, no que à avaliação da formação concerne).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)	Coordenação e monitorização do SIADAP 2 e 3 (participação coordenadora do GAT na elaboração do SIADAP 1 - QUAR)	Acompanhar processo de avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores. Cumprimento dos prazos estipulados na lei		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
		Atividade corrente	AA	Toda a DGRDN	

RESULTADOS

SIADAP 1 - Acompanhamento das monitorizações do QUAR 2017 (ver ação 23.1 GAT).

SIADAP 2 e 3 – Entre janeiro e abril de 2017, desenvolveram-se todas as fases relativas ao processo de avaliação de desempenho referentes ao ciclo bienal 2015/2016 (auto-avaliação, harmonização das

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

propostas de avaliação, reuniões de avaliação, validação e reconhecimento das avaliações, apreciação de avaliações pela Comissão Paritária, homologação).

Despacho n.º 1/DGRDN/2017 – Planeamento e Orientações Gerais relativas aos Ciclo Bienal/SIADAP/2017/2018.

Apoio na elaboração das atas do Conselho Coordenador de Avaliação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN	Estudar e implementar novos mecanismos organizacionais e de sistemas de informação, necessários à melhoria da eficiência e eficácia dos processos de funcionamento da DGRDN	Desburocratização e simplificação de procedimentos e processos administrativos	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Acompanhar as medidas de simplificação propostas pelas unidades orgânicas e aprovadas superiormente	Atividade corrente	CAT	Toda a DGRDN
	2. Apoiar tecnicamente na área dos sistemas de informação			
	3. Participação na iniciativa “Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública” e estabelecimento de prazos de conservação de documentos (Projeto MEF – DGLAB) (Participação do GAT)			

RESULTADOS

Durante este período foi prestada a colaboração a todos os serviços na exploração dos recursos informáticos existentes e procedeu-se a algumas melhorias com o objetivo de melhorar e aligeirar os processos de funcionamento da DGRDN.

Os projetos MEF (Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública) e ASIA (criação de um instrumento comum para a Administração Pública que determine os prazos de conservação e do destino final dos documentos) relativos à gestão documental da iniciativa da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, não tiveram desenvolvimento durante o ano de 2017, que envolvessem a participação da DGRDN (DGRHA e GAT).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-05	Prestar informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da AP	Promover a divulgação das atividades da DGRDN ou de outras matérias ao nível dos RH's das FA de interesse para a comunidade Colaborar com as demais entidades do Ministério na divulgação das suas atividades	Divulgação de informação relevante sobre a DGRDN e a Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Manter atualizado o sítio da DGRDN na Internet, com as informações relativas aos instrumentos de gestão e outras matérias relevantes	Atividade corrente	DIV	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Prestação regular e em tempo de informação respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.

Prestação regular e em tempo de informação respeitante ao RAF na plataforma do INA.

Prestação regular e em tempo de informação respeitante às rescisões e aposentações, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN.

Prestação regular de informação, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN, no âmbito do Princípio do Utilizador-Pagador.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente funções consultivas, estudo e elaboração de pareceres técnico-jurídicos no âmbito da relação jurídica de emprego público e recursos humanos, acompanhamento de inspeções e auditorias à Direção-Geral	Apoio à gestão da DGRDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Elaboração de pareceres, informações, notas internas no âmbito de matérias diretamente relacionadas com os recursos humanos, nomeadamente, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Código do Trabalho, Estatuto do Pessoal Dirigente, Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na AP, Processo de Recrutamento e Seleção, Código dos Contratos Públicos, Leis do Orçamento do Estado e Leis de Execução Orçamental, e de outras matérias transversais à Direção-Geral, designadamente, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Lei de Defesa Nacional, Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, e demais e demais legislação complementar da mesma natureza.

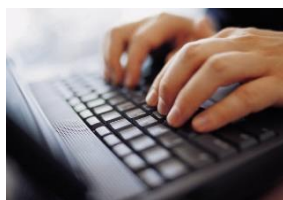
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 20



Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-01	Gestão e Controlo de Pessoal	Manter atualizada a base de dados de Recursos Humanos da DGRDN	Dar resposta às várias solicitações neste domínio
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Garantir o funcionamento e a atualização da informação relativa aos trabalhadores	Atividade de manutenção	APL

RESULTADOS

Utilização de Base de Dados subordinada ao SIOE, atualizada, no mínimo, trimestralmente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-02	Sistema de Gestão Documental	Controlar a entrada e saída de documentos	Manter atualizado o registo de documentos
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	1. Efetuar o registo das entradas e saídas de documentos	Atividade de manutenção	APL
	2. Protocolar a informação		

RESULTADOS

No ano de 2017 foram registadas na aplicação de Gestão Documental 25.610 entradas e 14.825 saídas.

Internamente a aplicação faz os encaminhamentos sem protocolos (só há documentos protocolados quando entregues a entidades externas em mão).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-03	Sistema de Informação e Gestão (SIG)	Planeamento orçamental no SIG, módulo "SEM-BW" do MDN, através da elaboração de diferentes cenários para o orçamento dos Serviços Próprios e para a Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais (antigos combatentes)	Apresentação de diferentes cenários para o orçamento da DGRDN e para os diferentes Centros Financeiros que o compõem	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Elaboração de documentos de suporte à análise de custo/benefício das atividades a desenvolver	Atividade de manutenção	APL	
	2. Elaboração de vários cenários orçamentais a remeter à Secretaria-Geral, em cumprimento de Despacho Ministerial			

RESULTADOS

Elaboração do mapa final para a Proposta de Orçamento da DGRDN, de acordo com as normas estabelecidas na Circular da DGO bem como dos Plafonds atribuídos pela Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-04	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) - informatização -	Planear e monitorizar o desempenho da organização, das unidades orgânicas e respetivos trabalhadores	Melhoria do desempenho, da qualidade dos serviços e harmonização da ação das unidades orgânicas, dirigentes e demais trabalhadores da DGRDN	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	APL	DGRDN

RESULTADOS

No âmbito das atividades tendentes ao processo do SIADAP, foi possível aferir com exatidão o nível de concretização dos objetivos correspondentes a cada trabalhador.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Neste particular, e das atividades desenvolvidas, importa realçar a realização dos diversos relatórios de apoio de monitorização e acompanhamento do processo de avaliação do SIADAP, assim como, a implementação do sistema de alarmística, que visa apoiar os diversos intervenientes no processo na condução das respetivas das atividades.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-05	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)	Recolher os dados relativos aos efetivos e prestadores de serviço na Administração Pública	Manter atualizado o sistema de dados pessoais e profissionais para tratamento estatístico na Direção-Geral da Administração e Emprego Público	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Introdução dos dados relativos ao número de efetivos e suas variáveis	Atividade de manutenção	APL	

RESULTADOS

Prestação regular e em tempo de informação, de carácter trimestral, respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-06	Gestão das Bases de Dados	Proceder à gestão das Bases de Dados em exploração	Desenvolver e administrar de modo centralizado as estratégias, procedimentos e práticas para o processo de gestão das bases de dados	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	1. Garantir a integridade do sistema de informação	Atividade de manutenção	APL	
	2. Garantir a otimização do acesso aos dados			
	3. Definição da estratégia relativa aos procedimentos de segurança e restauro da informação			

RESULTADOS

Neste âmbito foram assegurados os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Adicionalmente, importa realçar, a atempada calendarização e verificação da integridade da informação que foi alvo de cópia de segurança.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-07	Desenvolvimento de soluções informáticas	Proceder à análise e ao desenvolvimento de soluções informáticas tendo por base as necessidades dos serviços	Dar resposta aos pedidos solicitados
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade de manutenção	APL
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Foram concretizadas diversos desenvolvimentos que consubstanciaram melhorias na interação dos cidadãos com a DGRDN, nomeadamente naquilo que se refere ao processo de confirmação de presença dos cidadão que se apresentam nos centros de divulgação para cumprir o Dia da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-08	Gestão dos sistemas de informação	Disponibilizar os meios de tratamento automático de informação necessários ao funcionamento da Direção-Geral, proceder ao desenvolvimento e atualização dos sistemas informáticos, assim como apoiar os seus utilizadores	Disponibilizar os meios de informação necessários ao bom funcionamento da DGRDN
	Subações	Tipo	Natureza
	1. Garantir o funcionamento e a atualização das diversas aplicações informáticas	Atividade de manutenção	APL
	2. Prestar apoio e formação aos utilizadores		
	3. Manter atualizados e com uma elevada taxa de disponibilidade os serviços prestados online ao cidadão		
			Parceiros intervenientes
			Toda a DGRDN SG/MDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

A ação em apreço reveste-se de importância estratégica uma vez que influencia claramente o regular funcionamento do organismo.

Nessa perspetiva, a infraestrutura foi alvo de um investimento no que concerne à renovação do parque informático, designadamente através da aquisição de novos equipamentos e subsequente renovação dos equipamentos considerados obsoletos, de acordo com o plano estratégico definido pela DSGFA para 2017.

Foi ainda realizado um reforço da capacidade disponível para o alojamento dos diversos serviços que dão suporte ao bom funcionamento da DGRDN.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 21



Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN

**Unidade
orgânica**

Divisão de Análise Jurídica e Contratual

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
21-01	Contratação pública no âmbito da Defesa	Assegurar o apoio técnico-jurídico aos procedimentos de contratação pública	Conformidade legal e regularidade financeira dos procedimentos Execução da Lei de Programação Militar (LPM)	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamentos militares, em particular os referentes a projetos inscritos nas capacidades da LPM	Projeto/atividade corrente	AA/CON	DSAE, DSQA, DSGFA, Ramos das FA
2.	Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos que visam o desenvolvimento de projetos de I&D da DefesaNeste			
3.	Apoio técnico-jurídico aos procedimentos de alienação e desmilitarização de material de guerra			
4.	Acompanhamento jurídico da execução dos contratos, incluindo gestão e liberação das garantias bancárias			
5.	Elaboração de pareceres sobre propostas de procedimentos de contratação pública a realizar pelos Ramos das Forças Armadas			

RESULTADOS

A DAJC participou, durante o ano de 2017, em 26 procedimentos de contratação pública, dos quais 2 concursos públicos. Destacam-se, em especial, os procedimentos relativos a programas de aquisição financiados pela LPM: programa de industrialização do SIC-T (Sistema de Informação e Comunicação

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Tático do Exército), aquisição dos módulos (37,5M€) e Rádios Táticos (7,5M€); e Serviços de Desmilitarização de Munições e Explosivos (1M€).

Apoio aos processos de extensão dos Protocolos de I&D de Defesa AUXDEFENSE e BMS&EMM.

Apoio a 6 procedimentos de alienação de equipamentos militares, encontrando-se em fase de conclusão os processos de alienação de 15 Aeronaves C-212 100 AVIOCAR (1 dos lotes não foi alienado) e de 18 lotes de material de guerra da aeronave F-16 (15 lotes não foram alienados), e tendo sido concluído a Alienação de duas Aeronaves P-3P para sucata. O processo de alienação dos PUMA foi cancelado por decisão Ministerial, tendo ainda sido assegurado o apoio à resposta de Portugal à 'Request for Information' da Bulgária quanto aos F-16; e à assinatura de TA no âmbito da Alienação de 12 Aeronaves F-16 à Roménia.

Foram instruídos um total de 16 pedidos de liberação de cauções contratuais, dos quais foram concluídos até final do ano 14.

Foram elaboradas informações/pareceres relativos a 21 propostas de aquisição oriundas dos três Ramos das FA. Das 16 novas propostas iniciadas em 2017 destacam-se o processo de aquisição do «Evolved SeaSparrow Missile Block 2», a concretizar no âmbito da NATO (19,5M€) e os programas de aquisição de Artilharia Antiaérea (32M€) e Armamento Ligeiro (43M€) para o Exército, a realizar através da NSPA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
21-02	Legislação e Regulamentos em matérias específicas	Assegurar o apoio jurídico à elaboração de projetos legislativos e de regulamentos	Atualização da legislação Harmonização dos procedimentos internos	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Participação na elaboração, revisão de legislação e regulamentos em áreas específicas tais como contratação pública no domínio da Defesa, atividade de indústria e comércio de produtos da Defesa, I&D, Qualidade e Ambiente	Projeto/atividade corrente	CAT/ CON	DSAE, DSQA
2.	Acompanhamento da evolução da legislação da União Europeia nas áreas e matérias específicas identificadas e sua transposição e aplicação no âmbito da Defesa			
3.	Elaboração e apresentação de propostas de regulamentos internos tendo em vista a sistematização e harmonização de procedimentos de contratação pública ou similares no âmbito da DGRDN			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Durante o ano de 2017, a Divisão colaborou na elaboração/ou revisão dos seguintes diplomas legislativos e regulamentares: (1) projeto de DECRETO-LEI que procede à sexta alteração da Lei n.º 37/2011, de 2 de junho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo a DIRETIVA (EU) 2017/433 da Comissão de 7 de Março (atualiza a Lista de Produtos Relacionados com a Defesa), e que viria a culminar na aprovação do DL n.º 56/2017 de 9 de junho (DR 1ª S n.º 112 9/6/2017; (2) Projeto de RCM que determina a Participação de Portugal no Programa *Space Surveillance and Tracking* (SST) e a Criação da Estrutura de Missão SST (RCM N.º 116/2017 de 13/7/2017 (DR 1ª S 163, 24/8/2017); (3) Projecto de RCM relativo ao processo negocial tendo em vista a aquisição pelo Estado Português de 5 aeronaves KC-390, com opção de mais uma, e respetivo Simulador (RCM n.º 109/2017, de 8/6, I Série, n.º 144, 27/7/2017); (4) projeto de DESPACHO que cria a equipa de negociação no âmbito do processo KC-390 ((Despacho 9485/2017 de 14/8, public. DR 2ª S, 208, 27/10/2017). Participou ainda na revisão dos textos dos seguintes Acordos ou Protocolos: Protocolo de Colaboração no âmbito do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ADENE); NONDISCLOSURE AGREEMENT (NAD) – IAE/EMBRAER/MoD Regras de disponibilização e uso da informação trocada no âmbito do projeto KC-390; MOU CANADA-PORTUGAL sobre Cooperação no domínio do Material da Defesa.

Destaca-se neste âmbito (subação 2) a participação nas reuniões do Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão Europeia “EXPERT GROUP ON DEFENCE AND SECURITY PROCUREMENT.”

Não foi possível concretizar a subação 3 devido ao volume e complexidade do trabalho a cargo da Divisão que conta apenas com 3 colaboradores (incluindo a Chefia) e às prioridades definidas superiormente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
21-03	Consultadoria	Assegurar o apoio e tratamento técnico-jurídico de todos os assuntos remetidos pela Direção	Apoio à gestão da DGRDN, através de uma resposta atempada a todas as solicitações
	Subações	Tipo	Natureza
	Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos sobre assuntos, matérias e procedimentos administrativos da competência da DGRDN, que não se enquadrem nas ações 21-01 e 21-02	Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos sobre, entre outros, os seguintes assuntos:

Rentabilização da “Fábrica” da BA 11 (Beja) – Arrendamento para o exercício da atividade de desmantelamento de aeronaves; financiamento de Encargos com atividades de Vigilância e Segurança de Infraestruturas Militares ao abrigo da LIM (Lei das Infraestruturas Militares); trabalhos no âmbito da Comissão Paritária do SIADAP III; apoio ao GabMDN no âmbito do processo de audição do Estado Português relativo ao contrato de aquisição dos NPO; pareceres sobre diversas propostas de Protocolos de Cooperação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Atividades e Projetos não previstos

Realização de uma ação de formação interna versando as principais alterações introduzidas no regime de Contratação Pública com a alteração do Código dos Contratos Públicos que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 22



Gestão e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN

*Equipa Multidisciplinar
(Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico)*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
22-01	Análise e apreciação de documentos transversais à DGRDN	Coordenação de documentos de índole transversal a todos os objetivos estratégicos da DGRDN	Apreciação no prazo máximo de 5 dias de modo a ser apresentado aos Dirigentes Superiores	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Elaboração de documentos relativos a elementos indicativos de cooperação com: Brasil, Espanha, Argélia, Turquia, Uruguai, Venezuela, Ucrânia, Itália, Paraguai, Marrocos, Reino Unido, EUA, Canadá, (AA/CAT/CII).

Briefings ao Curso de Estado-Maior Conjunto e a Adidos Militares; (AA/CIN/DIV).

Preparação de documentos de apoio a reuniões de SEXAMDN e SEXASEDN com os seus homólogos de diferentes países aliados; (AA/CAT/CIN).

Preparação de documentos relativos a diplomas para entrar em circuito legislativo (AA/CAT/CIN).

Elaboração de documentos de apoio para a Direção – Diretor e Subdirector (AA/CAT).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-02	Ações externas da DGRDN	Coordenação das ações externas da DGRDN – NATO, EU e outras instâncias internacionais	Elaboração dos documentos finais resultantes das ações concertadas entre as entidades intervenientes
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA

RESULTADOS

Participação em reuniões NATO e UE; (AA/CAT).

Participação como representante da DGRDN nas reuniões do “Grupo de Acompanhamento do Planeamento de Defesa (GPAD); (AA/CAT/CIN).

Participação em eventos relacionados com armamento e indústrias de Defesa; (AA/CAT).

Atividades e Projetos não previstos

Defence Procurement Course (FOR)

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

com a Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, especialmente na definição de objetivos estratégicos e das unidades orgânicas que se materializam em programas e ações.

Procedeu-se no âmbito deste documento à sua reestruturação, nomeadamente o *design* gráfico dos “Objetivos operacionais das unidades orgânicas”, dos “Programas de ação” e dos capítulos introdutórios, tendo em vista realçar e tornar mais intuitiva a análise da informação nele inserida. Introduziram-se novos conteúdos e reformularam-se outros, designadamente no que refere às secções “Recursos humanos, financeiros e informáticos”, “Procedimentos para a elaboração do Plano – metodologia”, “Glossário” e “Siglas/Acrónimos/Abreviaturas”.

Elaboração do Balanço Social 2016 da DGPRM:

O Balanço Social estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estudá-los e possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal

Acompanhamento das monitorizações do QUAR 2017 e preparação do QUAR 2018. Salienta-se:

Conforme o previsto na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é desenvolvido anualmente, sendo elaborado de acordo com os contributos solicitados às unidades orgânicas da DGRDN, (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo). A metodologia adotada para a monitorização do QUAR foi a mesma para a sua construção, pelo que se solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-02	Divulgar e produzir informação de interesse da DGRDN	Divulgar informações provenientes de outros Organismos da AP, meios de comunicação social e outros com importância para a DGRDN Dar a conhecer as atividades internas do serviço	Divulgação de informação relevante sobre a DGRDN e a Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Elaborar um «Guia Informativo» da DGRDN para trabalhadores e visitantes	Atividade corrente	DIV	Toda a DGRDN
2. Apoiar a DGRDN na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros)			
3. Participar na coordenação e organização de informação relevante para a Direção (apresentações e outros)			
4. Distribuir informação			

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Gestão do acervo de documentação especializada enviada a esta direção-geral e remetida ao GAT; difusão de informação especializada em matérias de defesa nacional e segurança, via correio eletrónico, à direção e às unidades orgânicas; divulgação de informações recolhidas através de imprensa escrita e outras fontes, nomeadamente páginas eletrónicas das seguintes estruturas: EMGFA, Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, associações, revistas, clubes e blogues militares, sindicatos da administração pública, tribunais administrativos, comissão de defesa nacional, embaixadas/adidos militares, direções-gerais do MDN e de diversos departamentos governamentais que incidam nas áreas de avaliação, estudos, formação, planeamento e políticas públicas.

Início do estudo da elaboração de um «Guia Informativo» (acolhimento) da DGRDN para dirigentes, trabalhadores e visitantes.

Apoio ao Diretor-Geral na preparação de documentos (intervenções, dissertações, apresentações) a realizar nas várias Instituições e outros, sobre diversas temáticas como “Os Recursos da Defesa Nacional” – Instituto de Defesa Nacional; o “Estatuto Militar das Forças Armadas” - na Faculdade de Direito de Lisboa; e ainda no âmbito das “Políticas de Pessoal para a Defesa Nacional” – no Instituto Universitário Militar.

Análise, preparação e elaboração de um estudo sobre os vários Instrumentos de Gestão na Função Pública, promovendo a sua aplicabilidade junto da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, por forma a acompanhar o seu desempenho e crescimento.

Sem desenvolvimento durante o ano de 2017. Participação da DGRDN (DGRHA e GAT), nos projetos MEF (Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública) e ASIA (criação de um instrumento comum para a Administração Pública que determine os prazos de conservação e do destino final dos documentos) relativos à gestão documental da iniciativa da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

Elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (atualização do organograma da DGRDN).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-03	Estrutura de Pilotagem e Técnica no âmbito da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	Participar no projeto em que a Defesa Nacional integra a estrutura de pilotagem responsável pela avaliação e acompanhamento de várias ações que incorporam a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR), bem como a estrutura técnica por si coordenada, na medida em que a ANSR considerou pertinente incluir no novo plano uma atividade que incida sobre “o ensino das matérias relacionadas com a segurança rodoviária junto das Forças Armadas”	Participação dos Ramos no projeto da ANSR, no sentido de organizar internamente em 2017 (aguardam-se diretivas) formação específica para os seus militares (e se possível civis) no âmbito da prevenção e segurança rodoviária, sob acompanhamento da DGRDN

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	DSAEQ/DGRDN, ANSR, Dir. Geral Educação e Ramos

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento).

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 24



**Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa
(Forças Armadas e de Segurança)**

*Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das
Forças de Segurança*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-01	Atividades do SARFAFS em Portugal	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS em Portugal	Realização de encontros, conferências, retiros, peregrinações, cursos de formação, campanhas de solidariedade e outros
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN

RESULTADOS

Curso de Capelães; Peregrinação Fátima a Pé; apoio às diversas peregrinações ciclomotores ao Santuário de Fátima promovidas pelas capelanias dos Ramos e das Forças de Segurança; Apoio às peregrinações a pé a santuários promovidas pelas capelanias dos Ramos e das Forças de Segurança; Apoio nas unidades que promovem ações de apoio social; Realização de simpósio internacional; Realização da Peregrinação a Fátima pelas Forças Armadas e pelas Forças de Segurança; Encontro de Militares e civis da Família Militar; Apoio na BA6 ao Agrupamento de Escuteiros do Ar; Dádivas de Sangue; apoio às áreas atingidas pelos incendiados.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-02	Atividade internacional do SARFAFS	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS no estrangeiro	Participação em peregrinações, encontros e reuniões de âmbito internacional
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

RESULTADOS

Participação em Congressos de âmbito internacional; Participação da LIX Peregrinação Militar Internacional a Lourdes; Participação nas reuniões preparatórias para a LIX PMI Lourdes; Realização de uma peregrinação das Forças Armadas e das Forças de Segurança à Terra Santa.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-03	Atividades editoriais do SARFAFS	Apoiar a publicação de edições do SARFAFS, nomeadamente o Jornal Centurião	Publicação do jornal "O Centurião", divulgação de atividades, elaboração de cartazes, produção de desdobráveis e outros. Além disso, manutenção e atualização do domínio e «website» do Ordinariato
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	DIV
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Publicação trimestral do Jornal "O Centurião", lançamento do Livro "Paz e Futuro da Humanidade"; apoio com o "Guia do Peregrino" para a atividade da Peregrinação Terra Santa; Atualização da Pagina web "Ordinariato Castrense".

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 25



Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
25-01	Competições Desportivas Nacionais Militares	Promover o intercâmbio entre os militares dos Ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, organizando e coordenando a realização de Campeonatos Nacionais Militares, em várias modalidades desportivas	Fomentar a amizade, camaradagem e espírito de corpo aliados ao desenvolvimento de uma cultura desportiva. Elevado índice competitivo e técnico que permita a constituição de Seleções Nacionais Militares		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
	1. II CNM de Estrada e Corrida do CISM, 16 e 17 de fevereiro (Força Aérea);	Atividade corrente	CIN	Ramos/FS	
	2. XXXIX CNM de Orientação, 19 a 21 de abril (PSP);				
	3. XLVIII CNM de Tiro, 22 a 25 de maio (PSP);				
	4. VIII CNM de Voleibol de Praia, 21 a 23 de junho (Força Aérea);				
	5. VIII CNM de Duatlo BTT, 12 e 13 de outubro (GNR);				
	6. XXXIII CNM de Futsal, 8 a 10 de novembro (Marinha);				
	7. XXXIX CNM de Corta-Mato, 23 e 24 de novembro (Exército)				

RESULTADOS

II Campeonato Nacional Militar (CNM) de Estrada e Corrida do *Conseil International du Sport Militaire* (CISM), organizados pela Força Aérea no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), na Ota, em 16 e 17 de fevereiro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

XXXIX CNM de Orientação, organizado pela Polícia de Segurança Pública na região de Torres Novas pela Escola Prática de Polícia, de 19 a 21 de abril, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

XLVIII CNM de Tiro, organizado pela Polícia de Segurança Pública na Unidade Especial da Polícia e Estádio Nacional, de 22 a 25 de maio, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

VIII CNM de Voleibol de Praia, organizado pela Força Aérea no Depósito Geral de Material da Força Aérea (DGMFA) em Alverca, de 21 a 23 de junho, com a participação da Marinha, Força Aérea e Polícia de Segurança Pública.

VIII CNM de Duetlo BTT, organizado pela Guarda Nacional Republicana na Escola da Guarda em Queluz, a 12 e 13 de outubro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

XXXIII CNM de Futsal, organizado pela Marinha no Centro de Educação Física da Armada (CEFA) na Base Naval de Lisboa em Alfeite, de 8 a 10 de novembro, com a participação da Marinha, Força Aérea e Polícia de Segurança Pública.

XXXIX CNM de Corta-Mato, organizado pelo Exército na Brigada Mecanizada localizada no Campo Militar de Santa Margarida, em 23 e 24 de novembro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-02	Política Desportiva Militar	Continuar o estudo e elaboração de legislação e regulamentos que permita uma uniformização do sistema desportivo militar, assim como promover a divulgação da Educação Física e Desporto Militar	Uniformidade nas políticas desportivas dos Ramos e nos regulamentos desportivos, fomentando a evolução dos quadros e a modernização do desporto, assente numa política coerente e sustentada de divulgação
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			Ramos/FS

RESULTADOS

Elaboração e consolidação dos Regulamentos adstritos aos Campeonatos Nacionais Militares.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-03	Torneios e Campeonatos Mundiais de Desporto Militar	Promover o intercâmbio com entidades congêneres das FAs estrangeiras, nomeadamente através da participação em Campeonatos Mundiais (CM) e Torneios Internacionais (TI) de Desporto Militar	Fomentar o espírito cooperativo e de sã convivência entre as FA dos diferentes países
	Subações	Tipo	Natureza
	Participação da Seleção Nacional de Orientação no Campeonato Mundial Militar de Orientação, 10 a 16 de junho, Hamina, Finlândia	Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Participação da selecção nacional militar masculina de Orientação (constituída por 5 elementos: um da Marinha, dois do Exército e dois da Guarda Nacional Republicana, no L Campeonato Mundial Militar de Orientação, organizado pelas Forças Armadas da Finlândia na região de Hamina/Finlândia, de 10 a 16 de junho.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)	Coordenar a ação da delegação portuguesa junto do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM)	Manter a cooperação no âmbito das atribuições de um país membro do CISM
	Subações	Tipo	Natureza
	1. Participação na LXXII Assembleia Geral do CISM, 2 a 8 de maio, Atenas/Grécia	Atividade corrente	CII
	2. Participação na Conferência Europeia 2017 do CISM, 2 a 6 de outubro, Nicósia/Chipre		
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Participação da CEFDM (um elemento) na LXXII Assembleia Geral do CISM, realizada em Atenas/Grécia de 2 a 8 de maio.

Participação da CEFDM (um elemento) na Conferência Europeia 2017 do CISM, realizada em Nicósia/Chipre de 23 a 26 de outubro.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

ANEXOS

Execução Orçamental da DGRDN
Siglas/Acrónimos/Abreviaturas
Balanço Social

Execução Orçamental da DGRDN

6.1.1.4 - Análise de Execução Orçamental

Ano de Análise 2017
 Período de Anál 1..12
 Orgânica Legal Todos
 Orgânica Intern Todos
 Programa Orçar Todos
 Funcional Todos

Empresa DGRDN
 Divisão LIKE 13*, #
 Centro Financeiro Todos
 Económica de Despe Todos
 Sub-Fonte de Financi Todos
 Actividade Todos

Organica Legal		Organica In		Divisão	Funcion	Sub-Fonte	Económica de Despesa	Activid	Programa Orç	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Cabimentado (5)	Comprometido (6)	Liquidado (7)	Cabimentado não Liquidado (8)=(5)-(7)	Pagamentos (9)	Cativos (10)	Dotação Disponível (11)=(2)-(10)-(5)	Despesa Processada (13)	Dotação Corrigida Líquida de Cativos (14)=(2)-(10)
01.04.01	ATIVIDADES	50.01	DGRDN (atividades)	1350	121	10.111	01.01.03	256	006.005	1 728 385,00	2 628 900,00	2 628 896,87	2 628 896,87	2 614 896,87	14 000,00	2 614 896,87		3,13	2 628 896,87	2 628 900,00
			DGRDN (atividades)				01.01.08	256	006.005		12,00	11,19	11,19	11,19		11,19		0,81	11,19	12,00
			DGRDN (atividades)				01.01.09	256	006.005	2 120 229,00	1 490 009,00	1 489 858,64	1 489 858,64	1 489 858,64		1 489 858,64		150,36	1 489 858,64	1 490 009,00
			DGRDN (atividades)				01.01.11	256	006.005	105 728,00	90 388,00	90 385,11	90 385,11	90 385,11		90 385,11		2,89	90 385,11	90 388,00
			DGRDN (atividades)				01.01.12	256	006.005	327 791,00	353 632,00	353 367,84	353 367,84	353 367,84		353 367,84		264,16	353 367,84	353 632,00
			DGRDN (atividades)				01.01.13	256	006.005	189 101,00	190 233,00	190 229,24	190 229,24	190 229,24		190 229,24		3,76	190 229,24	190 233,00
			DGRDN (atividades)				01.01.14.SF.00	256	006.005	320 635,00	320 635,00	373 969,45	373 969,45	372 769,45	1 200,00	372 769,45		7 132,55	373 969,45	374 102,00
			DGRDN (atividades)				01.01.14.SN.00	256	006.005	320 635,00	374 750,00	374 290,05	374 290,05	373 090,05	1 200,00	373 090,05		459,95	374 290,05	374 750,00
			DGRDN (atividades)				01.02.02	256	006.005	6 221,00	19 127,00	19 125,87	19 125,87	19 125,87		19 125,87		1,13	19 125,87	19 127,00
			DGRDN (atividades)				01.02.04	256	006.005	68 712,00	74 812,00	74 582,91	74 582,91	74 582,91		74 582,91		229,09	74 582,91	74 812,00
			DGRDN (atividades)				01.02.08	256	006.005	9 293,00	6 293,00							6 293,00	6 293,00	
			DGRDN (atividades)				01.02.12	256	006.005		1 050,00	1 048,57	1 048,57	1 048,57		1 048,57		1,43	1 048,57	1 050,00
			DGRDN (atividades)				01.02.14	256	006.005	36 810,00	10 150,00	9 179,13	9 179,13	9 179,13		9 179,13		970,87	9 179,13	10 150,00
			DGRDN (atividades)				01.03.01.A0.00	256	006.005		36,00	2,98	2,98	2,98		2,98		33,02	2,98	36,00
			DGRDN (atividades)				01.03.03	256	006.005	3 953,00	4 553,00	4 466,70	4 466,70	4 466,70		4 466,70		86,30	4 466,70	4 553,00
			DGRDN (atividades)				01.03.04	256	006.005	3 200,00	1 000,00							1 000,00		1 000,00
			DGRDN (atividades)				01.03.05.A0.A0	256	006.005	743 152,00	1 037 582,00	1 037 300,71	1 037 300,71	1 033 300,71	4 000,00	1 033 300,71		281,29	1 037 582,00	1 037 582,00
			DGRDN (atividades)				01.03.05.A0.B0	256	006.005	200 489,00	230 789,00	230 636,20	230 636,20	230 636,20		230 636,20		152,80	230 636,20	230 789,00
			DGRDN (atividades)				01.03.10.P0	256	006.005	4 654,00	4 652,28	4 652,28	4 652,28	4 652,28		4 652,28		1,72	4 652,28	4 654,00
			DGRDN (atividades)				02.01.02	256	006.005	54 019,00	44 069,00	30 042,61	30 042,61	29 628,36	414,25	29 628,36	8 103,00	5 923,39	29 628,36	35 966,00
			DGRDN (atividades)				02.01.04	256	006.005	7 299,00	4 638,68	4 638,68	4 638,68				1 095,00	65,32	4 638,68	4 704,00
			DGRDN (atividades)				02.01.05	256	006.005	3 500,00	3 500,00						525,00	2 975,00	2 975,00	
			DGRDN (atividades)				02.01.07	256	006.005	800,00	800,00	661,93	661,93	661,93		661,93	120,00	18,07	661,93	680,00
			DGRDN (atividades)				02.01.08.A0.00	256	006.005	4 530,00	4 530,00	2 030,78	2 030,78	2 030,78		2 030,78	1 812,00	687,22	2 030,78	2 718,00
			DGRDN (atividades)				02.01.08.B0.00	256	006.005	4 529,00	4 529,00	1 571,94	1 571,94	1 571,94		1 571,94	1 812,00	1 145,06	1 571,94	2 717,00
			DGRDN (atividades)				02.01.08.C0.00	256	006.005	4 709,00	4 709,00	3 983,48	3 983,48	3 983,48		3 983,48	706,00	19,52	3 983,48	4 003,00
			DGRDN (atividades)				02.01.15	256	006.005	18 223,00	9 723,00	6 415,42	6 415,42	6 415,42		6 415,42	2 733,00	574,58	6 415,42	6 990,00
			DGRDN (atividades)				02.01.18	256	006.005	500,00	800,00	678,90	678,90	678,90		678,90	75,00	46,10	678,90	725,00
			DGRDN (atividades)				02.01.21	256	006.005	39 400,00	11 400,00	5 058,10	5 058,10	5 058,10		5 058,10	5 910,00	431,90	5 058,10	5 490,00
			DGRDN (atividades)				02.02.02	256	006.005	80 000,00	89 500,00	77 413,20	77 413,20	77 413,20		77 413,20	12 000,00	86,80	77 413,20	77 500,00
			DGRDN (atividades)				02.02.03	256	006.005	18 600,00	14 600,00	11 791,29	11 791,29	11 791,29		11 791,29		18,71	11 791,29	11 810,00
			DGRDN (atividades)				02.02.06	256	006.005	16 200,00	16 200,00	10 875,48	10 875,48	10 875,48		10 875,48	2 430,00	2 894,52	10 875,48	13 770,00
			DGRDN (atividades)				02.02.08	256	006.005	7 000,00	9 000,00	4 339,44	4 339,44	4 339,44		4 339,44	1 050,00	3 610,56	4 339,44	7 950,00
			DGRDN (atividades)				02.02.09.A0.00	256	006.005	15 000,00	15 000,00	11 599,59	11 599,59	10 677,54	922,05	10 677,54	2 250,00	1 150,41	10 677,54	12 750,00
			DGRDN (atividades)				02.02.09.B0.00	256	006.005	14 700,00	2 700,00						2 205,00	495,00	14 700,00	
			DGRDN (atividades)				02.02.09.C0.00	256	006.005	5 000,00	2 000,00	116,44	116,44	116,44		116,44	750,00	1 133,56	116,44	1 250,00
			DGRDN (atividades)				02.02.09.D0.00	256	006.005	14 400,00	14 400,00	11 611,93	11 611,93	11 611,93		11 611,93	2 160,00	628,07	11 611,93	12 240,00
			DGRDN (atividades)				02.02.09.F0.00	256	006.005	5 975,00	26 975,00	19 989,85	19 989,85	19 989,85		19 989,85	896,00	6 089,15	19 989,85	26 079,00
			DGRDN (atividades)				02.02.10	256	006.005	9 000,00	23 800,00	21 831,50	21 831,50	21 831,50		21 831,50	1 350,00	618,50	21 831,50	22 450,00
			DGRDN (atividades)				02.02.11	256	006.005	7 600,00	13 768,69	13 768,69	13 768,69	13 768,69		13 768,69	1 140,00	5 691,31	13 768,69	19 460,00
			DGRDN (atividades)				02.02.12.B0.00	256	006.005	4 300,00	4 300,00	1 106,82	1 106,82	1 106,82		1 106,82	645,00	2 548,18	1 106,82	3 655,00
			DGRDN (atividades)				02.02.13	256	006.005	136 432,00	136 432,00	95 049,30	95 049,30	91 567,82	3 481,48	91 567,82	34 108,00	7 274,70	91 567,82	102 324,00
			DGRDN (atividades)				02.02.14.B0.00	256	006.005	58 430,00	47 619,12	47 619,12	47 619,12	47 619,12		47 619,12	5 750,00	5 060,88	47 619,12	52 680,00
			DGRDN (atividades)				02.02.15.B0.00	256	006.005	25 000,00	15 000,00	7 820,57	7 820,57	7 260,57	560,00	7 260,57	3 429,43	11 250,00	7 260,57	11 250,00
			DGRDN (atividades)				02.02.16	256	006.005	24 994,00	14 994,00	7 104,61	7 104,61	7 104,61		7 104,61	3 749,00	4 140,39	7 104,61	11 245,00
			DGRDN (atividades)				02.02.17	256	006.005	1 500,00	5 220,01	5 220,01	5 220,01	5 220,01		5 220,01	225,00	6 304,99	5 220,01	11 525,00
			DGRDN (atividades)				02.02.19.A0.B0	256	006.005	30 000,00	49 700,00	30 744,88	30 744,88	30 369,26	375,62	30 369,26	13 337,00	5 618,12	30 369,26	36 363,00
			DGRDN (atividades)				02.02.20.A0.C0	256	006.005	31 680,00	16 680,00	7 345,95	7 345,95	7 345,95		7 345,95	7 920,00	1 414,05	7 345,95	8 760,00
			DGRDN (atividades)				02.02.25	256	006.005	13 466,00	29 966,00	24 258,33	24 258,33	24 258,33		24 258,33	2 020,00	3 687,67	24 258,33	27 946,00
			DGRDN (atividades)				04.09.03	256	006.005	13 100,00	12 600,00	12 600,00	12 600,00	12 600,00		12 600,00		500,00	12 600,00	13 100,00
			DGRDN (atividades)				07.01.07.A0.C0	256	006.005	65 000,00	30 000,00	29 446,08	29 446,08	29 446,08		29 446,08		553,92	29 446,08	30 000,00
			DGRDN (atividades)				07.01.08.A0.B0	256	006.005	74 300,00	29 723,00	29 722,33	29 722,33	29 722,33		29 722,33		0,67	29	

			Polo NAMSA				04.09.03	256	006.005	40 000,00	50 400,00	49 988,72	49 988,72	49 988,72		49 988,72		411,28	49 988,72		50 400,00
			Polo NAMSA				07.01.07.A0.C0	256	006.005	1 000,00											
			Polo NAMSA				07.01.08.A0.B0	256	006.005	700,00	300,00									300,00	300,00
			Polo NAMSA				07.01.09.A0.B0	256	006.005	500,00											500,00
			Polo NAMSA				Resultado			226 556,00	237 526,00	216 699,07	216 699,07	216 699,07		216 699,07	2 214,00	18 612,93	216 699,07		235 312,00
			Polo NAMSA	Resultado						226 556,00	237 526,00	216 699,07	216 699,07	216 699,07		216 699,07	2 214,00	18 612,93	216 699,07		235 312,00
		50.10	Polo NAMSA	Resultado						226 556,00	237 526,00	216 699,07	216 699,07	216 699,07		216 699,07	2 214,00	18 612,93	216 699,07		235 312,00
			Turismo Militar		121	10.111	04.03.05	256	006.005	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00		60 000,00			60 000,00		60 000,00
			Turismo Militar				04.07.01	256	006.005	300 000,00	170 000,00	170 000,00	170 000,00	170 000,00		170 000,00			170 000,00		170 000,00
			Turismo Militar				Resultado			300 000,00	230 000,00	230 000,00	230 000,00	230 000,00		230 000,00			230 000,00		230 000,00
			Turismo Militar	Resultado						300 000,00	230 000,00	230 000,00	230 000,00	230 000,00		230 000,00			230 000,00		230 000,00
			Turismo Militar	Resultado						300 000,00	230 000,00	230 000,00	230 000,00	230 000,00		230 000,00			230 000,00		230 000,00
			Resultado							42 408 276,00	44 323 440,00	12 800 143,16	12 800 143,16	12 773 439,23	26 703,93	12 773 439,23	1 523 468,00	29 999 828,84	12 794 108,22		42 799 972,00
01.04.02	LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR	51.00	LPM	1350	123	20.111	01.02.04	125	006.007	180 000,00	180 000,00	87 151,41	87 151,41	87 151,41		87 151,41		92 848,59	87 321,92		180 000,00
			LPM				02.01.02	125	006.007	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	593,68		2 406,32			593,68		3 000,00
			LPM				02.02.07	125	006.007	60 948 700,00	60 948 700,00	60 948 700,00	60 948 700,00	57 742 147,19	3 206 552,81	57 742 147,19			60 948 700,00		60 948 700,00
			LPM				02.02.10	125	006.007	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	7 071,76		2 928,24			10 000,00		10 000,00
			LPM				02.02.11	125	006.007	20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	7 266,86		12 733,14			20 000,00		20 000,00
			LPM				02.02.13	125	006.007	280 000,00	275 000,00	273 385,52	273 385,52	262 239,82	11 145,70	262 239,82		1 614,48	273 490,04		275 000,00
			LPM				02.02.14.D0.00	125	006.007	220 000,00	212 000,00	212 000,00	212 000,00	70 452,35		141 547,65			212 000,00		212 000,00
			LPM				02.02.15.B0.00	125	006.007	50 000,00	42 000,00	41 440,00	41 440,00	33 473,02		7 966,98		560,00	41 440,00		42 000,00
			LPM				02.02.16	125	006.007	8 000,00	8 000,00	8 000,00	8 000,00	4 779,34		3 220,66			8 000,00		8 000,00
			LPM				02.02.19.A0.B0	125	006.007	25 000,00	25 000,00	16 337,00	16 337,00	7 711,64		8 625,36	8 663,00		16 337,00		16 337,00
			LPM				02.02.20.A0.C0	125	006.007	26 550 000,00	19 975 000,00	17 720 701,65	17 720 701,65	16 199 666,67	1 521 034,98	16 199 666,67		2 254 298,35	17 720 701,65		19 975 000,00
			LPM				02.02.25	125	006.007	88 000,00	88 000,00	88 000,00	88 000,00	15 517,36		72 482,64			88 000,00		88 000,00
			LPM				04.07.01	125	006.007	3 316 800,00	3 380 125,00	3 380 124,26	3 380 124,26	1 594 754,26		1 785 370,00		0,74	3 380 124,26		3 380 125,00
			LPM				04.09.03	125	006.007	818 500,00	604 500,00	603 967,19	603 967,19	169 059,69		434 907,50		532,81	603 967,19		604 500,00
			LPM				07.01.14	125	006.007	4 500 000,00											
			Resultado							96 922 000,00	85 771 325,00	83 412 807,03	83 412 807,03	76 202 798,77	7 210 008,26	76 202 798,77	8 663,00	2 349 854,97	83 413 082,06		85 762 662,00
			LPM			20.113	01.02.04	125	006.007	100 000,00	100 000,00	20 558,65	20 558,65	20 558,65		20 558,65			79 441,35		100 000,00
			LPM				02.02.13	125	006.007	200 000,00	200 000,00	79 695,59	79 695,59	79 695,59		79 695,59			120 304,41		200 000,00
			LPM				02.02.20.A0.C0	125	006.007	6 520 074,00	6 520 074,00	6 520 074,00	6 520 074,00			6 520 074,00			6 520 074,00		6 520 074,00
			LPM				04.03.01.27.91	125	006.007	150 000,00									150 000,00		150 000,00
			LPM				04.03.01.27.92	125	006.007	150 000,00									150 000,00		150 000,00
			LPM				04.03.01.27.93	125	006.007	150 000,00		87 623,12	87 623,12	87 623,12		87 623,12			87 623,12		150 000,00
			LPM				04.07.01	125	006.007	1 915 000,00	230 203,55	230 203,55	230 203,55	230 203,55		230 203,55		1 684 796,45	230 203,55		1 915 000,00
			LPM				04.09.03	125	006.007	250 000,00	13 496,08	13 496,08	13 496,08	13 496,08		13 496,08			236 503,92		250 000,00
			Resultado							9 435 074,00	6 951 650,99	6 951 650,99	6 951 650,99		6 951 650,99		2 483 423,01	6 951 700,99		9 435 074,00	
			LPM			20.121	02.02.20.A0.C0	125	006.007	8 217 768,00	8 217 768,00	8 217 768,00	8 217 768,00	8 217 768,00		8 217 768,00			8 217 768,00		8 217 768,00
			LPM				08.03.01.27.93	125	006.007	7 000 000,00	7 000 000,00	7 000 000,00	7 000 000,00	7 000 000,00		7 000 000,00			7 000 000,00		7 000 000,00
			Resultado							15 217 768,00	15 217 768,00	15 217 768,00	15 217 768,00		15 217 768,00			15 217 768,00		15 217 768,00	
			LPM			20.123	02.02.11	125	006.007	100 000,00								100 000,00		100 000,00	
			LPM				02.02.20.A0.C0	125	006.007	9 150 632,00	961 189,00	961 189,00	961 189,00	961 189,00		961 189,00		8 189 443,00	961 189,00		9 150 632,00
			LPM				04.03.01.27.91	125	006.007	3 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00		5 000 000,00			5 000 000,00		5 000 000,00
			LPM				04.03.01.27.92	125	006.007	3 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00		5 000 000,00			5 000 000,00		5 000 000,00
			LPM				04.03.01.27.93	125	006.007	8 550 000,00	8 550 000,00	8 550 000,00	8 550 000,00	8 550 000,00		8 550 000,00			8 550 000,00		8 550 000,00
			Resultado							12 550 000,00	27 800 632,00	19 511 189,00	19 511 189,00	19 511 189,00		19 511 189,00		8 289 443,00	19 511 189,00		27 800 632,00
			LPM				Resultado			109 472 000,00	138 224 799,00	125 093 415,02	125 093 415,02	117 883 406,76	7 210 008,26	117 883 406,76	8 663,00	13 122 720,98	125 093 740,05		138 216 136,00
			LPM	Resultado						109 472 000,00	138 224 799,00	125 093 415,02	125 093 415,02	117 883 406,76	7 210 008,26	117 883 406,76	8 663,00	13 122 720,98	125 093 740,05		138 216 136,00
			Resultado							109 472 000,00	138 224 799,00	125 093 415,02	125 093 415,02	117 883 406,76	7 210 008,26	117 883 406,76	8 663,00	13 122 720,98	125 093 740,05		138 216 136,00
01.04.03	LEI DE INFRAESTRUTURAS MILITARES	52.00	LPIIM	1350	123	25.121	04.03.01.27.90	258	006.007	486 000,00	486 000,00	486 000,00	486 000,00	486 000,00		486 000,00			486 000,00		486 000,00
			LPIIM				04.03.01.27.91	258	006.007	3 183 411,00	3 183 410,52	3 183 410,52	3 183 410,52	3 183 410,52		3 183 410,52		0,48	3 183 410,52		3 183 411,00
			LPIIM				04.03.01.27.93	258	006.007	3 183 471,00	3 183 470,17	3 183 470,17	3 183 470,17	3 183 470,17		3 183 470,17		0,83	3 183 470,17		3 183 471,00
			LPIIM				07.01.14	258	006.007	2 712 604,00									2 712 604,00		2 712 604,00
			LPIIM				08.03.01.27.90	258	006.007	1 435 000,00	1 435 000,00	1 435 000,00	1 435 000,00	1 435 000,00		1 435 000,00			1 435 000,00		1 435 000,00
			LPIIM				08.03.01.27.92	258	006.007	4 810 000,00	4 810 000,00	4 810 000,00	4 810 000,00	4 810 000,00		4 810 000,00			4 810 000,00		4 810 000,00
			Resultado							15 810 486,00	13 097 880,69	13 097 880,69	13 097 880,69	13 097 880,69		13 097 880,69		2 712 605,31	13 097 880,69		15 810 486,00
			LPIIM			25.123	02.02.03	258	006.007	200 000,00	60 370,00								60 370,00		60 370,00
			LPIIM				07.01.14	258	006.007	1 036 500,00	307 500,00	290 360,00	290 360,00	290 360,00		290 360,00		17 140,00	290 360,00		307 500,00
			LPIIM				08.03.01.27.92	258	006.007	7 061 048,00	7 061 046,88	7 0									

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

SIGLAS/ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS**DESCRIÇÃO****Estrutura orgânica da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)**

CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
DADAQ	Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade
DAE	Divisão de Assuntos Estatutários
DAJC	Divisão de Análise Jurídica e Contratual
DASADMAC	Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes
DDM	Divisão dos Deveres Militares
DEQ	Divisão de Ensino e Qualificação
DGFP	Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
DGRHA	Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio
DIE	Divisão de Infraestruturas
DIL	Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento
DIRP	Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional
DNC	Divisão de Normalização e Catalogação
DPP	Divisão de Planeamento e Programação
DPTM	Divisão de Património e Turismo Militar
DREM	Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares
DSAE	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento
DSAEEQ	Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação
DSGFA	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
DSIP	Direção de Serviços de Infraestruturas e Património
DSM	Divisão de Saúde Militar
DSPSM	Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar
DSQA	Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente
DSSMAS	Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais
GAT	Gabinete de Assessoria Técnica ao DG
GPE	Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico
SARFAFS	Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Outras Siglas/Acrónimos/Abreviaturas utilizadas

AA	Avaliação e Análise
A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APL	Apoio Logístico

AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BA 4	Base Aérea Nº 4 (Açores)
BTID	Base Tecnológica e Industrial de Defesa
BUD	Balcão Único da Defesa (DGRDN)
CANEC	Comissão de Acompanhamento da Nova Estrutura de Comandos (NATO)
CAT	Conceção e Apoio Técnico
CBRNMedWG	Chemical, Biological, Radiation and Nuclear Medical Working Group
CCAAC	Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes
CCADFA	Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CII	Cooperação Institucional Internacional
CIMM	Comité Internacional da Medicina Militar
CIN	Cooperação Institucional Nacional
CIOFE	Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego (DGRDN)
CIRIS	Sistema de Informação de Programas de Investimento da NATO
CISM	Conselho Internacional de Desporto Militar
CISMIL (EMGFA)	Centro de Informações e Segurança Militares
CM	Colégio Militar
CMO	Câmara Municipal de Oeiras
CNA	Comissão Nacional de Acompanhamento (antigos combatentes)
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRIPD	Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
COARM	Grupo de Trabalho da União Europeia sobre Exportações de Armas Convencionais
COMEDS	Committee of the Chiefs of Military Medical Services
CON	Consultadoria
CORG	Código da Organização
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Committee for Standardization
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DEL NATO	Delegação Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte
DFA	Deficiente das Forças Armadas
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPE	Direção-Geral de Política Externa
DGPDN	Direção-Geral de Política da Defesa Nacional
DGS	Direção-Geral de Saúde
DGT	Direção-Geral do Território
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DIRSAM (EMGFA)	Direção de Saúde Militar
DIV	Divulgação

ECAA	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional
ECQDN	Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional
EDA	European Defense Agency
EDP	Energias de Portugal
EINATO	Estação Ibéria NATO
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
EMEs	Estabelecimentos Militares de Ensino
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
ENDEF	Estratégia Nacional para a Deficiência
ENSR	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
EPM	Enterprise Project Management
ES	Estatutária
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ESSM	Escola Serviço Saúde Militar
FA	Forças Armadas
FOR	Formação
FSM (CPLP)	Fórum de Saúde Militar da CPLP
GQAR	Governmental Quality Assurance Representative
GGQ	Garantia Governamental da Qualidade
HFAR	Hospital das Forças Armadas
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IdD	Indústrias de Defesa
ID&I (Defesa)	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IDN	Instituto de Defesa Nacional
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
JMC	Joint Maintenance Committe
LEAN (Técnicas)	Utilização na organização das melhores práticas de aperfeiçoamento contínuo e de eliminação de desperdício visando uma otimização de serviços e obtenção da melhor eficiência
LIM	Lei das Infraestruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
LSM	Lei do Serviço Militar
LTFP	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
MAI	Ministério da Administração Interna
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Educação
MEDSTDWG	Medical Standardization Working Group
MEF	Macroestrutura Funcional (interoperabilidade semântica na Administração Pública – DGLAB)
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MSG	Ad Hoc EDA Materiel Standardization Group

MSHT	Materiel Standardization Harmonization Team
NATO (OTAN)	North Atlantic Treaty Organization / Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)
NATO AC/135	NATO Allied Committee 135 (Catalogação)
NATO ACodP-1	NATO Allied Codification Publication No. 1
NATO AQAP	Allied Quality Assurance Publications
NATO NCIA	NATO Communications and Information Agency
NCB	National Codification Bureaux (NATO)
NCGP	NATO Committee on Gender Perspectives
NCISS	NATO Communications and Information Systems School
NSIP	NATO Security Investment Programme
NSPA	NATO Support and Procurement Agency
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCRD	Órgão Central de Recrutamento e Divulgação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Plano de Ação Ambiental (da Diretiva Ambiental)
PADM	Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares
PCB	Bifenilos Policlorados (produtos químicos incluídos no Inventário Nacional de PCB – Agência Portuguesa do Ambiente)
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PJM	Policia Judiciária Militar
PME	Plano Mensal de Execução
PNA (RCSNU)	Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325
POL NATO	Depósitos (combustíveis)
PPCACDFA	Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
QP	Quadros Permanentes
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RC	Regime de Contrato
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325
REACH	Registo, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas
REPER EU	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RETURMIL	Rede de Turismo Militar
RIPSM	Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar
RNA	Rede Nacional de Apoio (antigos combatentes)
RV	Regime de Voluntariado
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Sistema Nacional de)
SCEP	Sistema Central de Encargos Plurianuais (DGO)
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SICAD (MS)	Serviço de Intervenção de Comportamentos Aditivos e Dependências
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão da Defesa
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SINAVE	Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
SIPI	Sistema de Informação dos Projetos de Investimento (DGO)
SIPORG	Sistema Informático para Operações de Recrutamento Geral
SMG	Standardization Management Group
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SSM	Sistema de Saúde Militar
STANAG	Standardization Agreement
TC	Tribunal de Contas
TM	Turismo Militar
UE	União Europeia
UEFISM	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar
U/E/O	Unidade/Estabelecimento/Órgão
UMT (EMGFA)	Unidade Militar de Toxicologia
UNL/FCT	Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia
UO	Unidade Orgânica
UTITA (EMGFA)	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo
ZAA	Zona Aérea dos Açores

Balanço Social

BALANÇO SOCIAL

2017

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Balanço Social 2017 da DGRDN

Data de finalização – março de 2018

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica

Colaboração – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1 – 4º Piso 1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>

INDICE

Nota de apresentação ... 3

RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA ... 5

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE ... 9

ESTRUTURA HABILITACIONAL ... 11

MOBILIDADE DO PESSOAL ... 13

MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE ... 15

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL ... 18

HIGIENE E SEGURANÇA ... 20

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ... 21

RELAÇÕES PROFISSIONAIS ... 24

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN ... 25

Anexos

Anexo 1 – Índices de Gestão de Pessoal ... 26

Anexo 2 – Mapas anexos ao DL nº 190/96, de 9 de Outubro ... 29

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O Balanço Social como instrumento de gestão na área dos recursos humanos foi estabelecido com carácter obrigatório pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, e instituiu a sua elaboração para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, (*vide* quadros oficiais, Anexo 2).

A Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, determinou a criação do Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho onde foram estabelecidas a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), definindo ainda a dotação de lugares de direção (superior e intermédia de 1º grau) e o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares, e a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que definiu a estrutura nuclear do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas, o estabelecimento de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas disciplinares.

O Balanço Social 2017, como instrumento de gestão previsional de pessoal caracteriza a situação dos recursos humanos presentes no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro, desenvolvimento e tendências. Os índices e taxas apurados (indicadores) ilustram estatisticamente neste âmbito as continuidades, alterações e mudanças ocorridas no serviço.

Considerou-se sobretudo:

- Possibilitar a todos/as os/as trabalhadores/as o acesso à formação profissional na perspetiva da sua valorização e o aumento da motivação;
- Usufruir da melhoria de instalações e equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo efetivo e eficiente da assiduidade;
- A gestão e racionalização dos encargos com pessoal, de acordo com as necessidades de funcionamento do serviço.

Deste modo, sintetiza-se a seguinte análise descritiva:

A 31 de dezembro de 2017 o número de efetivos a desempenharem funções na Direção-geral era de **255 trabalhadores** (sem alteração relativamente a 2016), 188 dos quais no exercício de «funções técnicas». O **índice de tecnicidade** foi de **47,8%** (+2,4%). Relativamente à estrutura etária, a **idade média** do pessoal da DGRDN aumentou para **46 anos e meio** (+ 1 ano). A **taxa de emprego jovem** (menos de 25 anos), decresceu para **2,4%** (- 0,7%). Em consequência a **taxa de envelhecimento (22,3%)** aumentou 2,7% (idade igual/superior a 55 anos).

A **antiguidade** na Administração Pública é de **22,4 anos** de serviço.

O **índice de formação superior (57%)** aumentou 2%. O grupo de trabalhadores com ensino até 9 anos manteve-se em 8% e o secundário diminuiu 2% (35%).

O indicador da **rotatividade de efetivos (0,83)** subiu 0,12 pontos. Na taxa em causa, a maior valor absoluto (entre 0 e 1) corresponde a diminuição da mobilidade externa, inferindo-se que em 2017 houve menor movimentação de pessoal. O **índice de entradas** foi de **10,5%** (-18,1%) e o **índice de saídas 10,5%** (-9,9%). A **taxa de cobertura** ou compensação entradas/saídas foi de **100%** (o nº de admissões coincidiu com o nº de saídas).

Em 2017 a **taxa de absentismo** correspondeu a **2,4%** (-1%). Assiduidade geral dos trabalhadores: 97,6% (presenças).

A **taxa de encargos sociais** foi de **3,5%** tendo-se mantido praticamente estável (-0,1%).

No que respeita à política de formação do pessoal da Direção-geral, verificou-se o aumento do nº de ações frequentadas (+24). O **índice de participação** na formação foi de **60,7%** (+ 15%) e o encargo global teve um incremento de 252 % (explicitação p. 22).

Pela análise de conjunto, podemos garantir que a DGRDN apresenta através dos indicadores alcançados, uma estratégia de investimento na qualidade dos seus RH, que se tem mantido equilibrada e inclusiva desejando-se prospectivamente um aumento do potencial de desempenho individual e de todos/as os/as trabalhadores/as, observando um espírito comum de pertença ao serviço.

Lisboa, 14 de março de 2018



Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-Geral
(assinatura digitalizada)

RECURSOS HUMANOS EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA

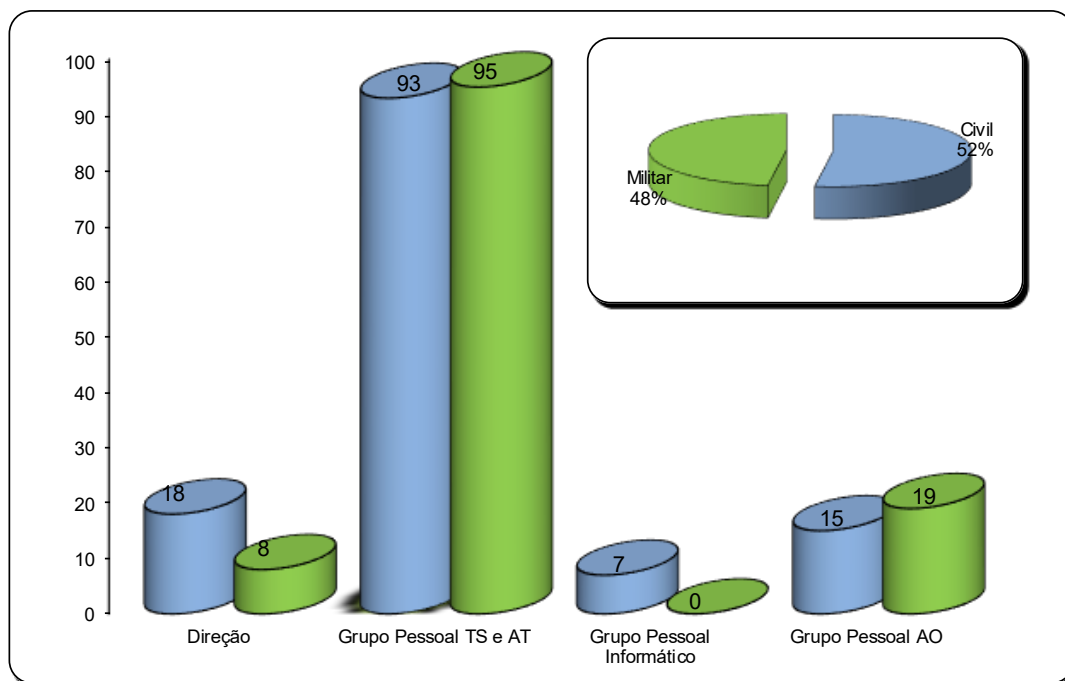
A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) possuía no exercício de funções em 31 de dezembro de 2017, **255 trabalhadores**, incluindo-se **52%** dos efetivos no **peçoal civil** e no **peçoal militar, 48%**. (Figura 1). Este quantitativo global manteve-se idêntico relativamente a 2016. Na divisão por género, 165 trabalhadores eram homens e 90 mulheres, correspondendo reciprocamente a uma **taxa de masculinização** de **65%** e **taxa de feminização** de **35%** (Gráfico 1) (detalhe em Anexo 2, quadro 1).

2015
234

2016
255

Figura 1

Distribuição de Efetivos (Pessoal civil e militar)



Grupos/Cargos/Carreiras	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGRDN	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	2		2			1		1	3	1,2%
Direção intermédia	16		16	3	2	2		7	23	9,0%
Direção	18	0	18	3	2	3	0	8	26	10,2%
Técnico superior	69		69	6	21	19		46	115	45,1%
Assistente técnico	24		24	17	15	17		49	73	28,6%
Grupo Pessoal TS e AT	93	0	93	23	36	36	0	95	188	73,7%
Informático	7		7					0	7	2,7%
Grupo Pessoal Informático	7	0	7	0	0	0	0	0	7	2,7%
Assistente operacional	15		15	10	8	1		19	34	13,3%
Grupo Pessoal AO	15	0	15	10	8	1	0	19	34	13,3%
Total	133	0	133	36	46	40	0	122	255	100,0%
%	52,2%	0,0%	52,2%	14,1%	18,0%	15,7%	0,0%	47,8%		

Considerando a **distribuição dos trabalhadores por Grupos Profissionais** (Figura 1) preenchem cargos de Direção (superior e intermédia) 26 dirigentes (10,2%). O Grupo de Pessoal Técnico Superior e Assistente Técnico compreende 188 trabalhadores (73,7%) (incluindo os militares com estatuto equivalente), o Grupo de Pessoal Informático totaliza 7 efetivos (2,7%) e o Grupo de Pessoal Assistente Operacional, 34 trabalhadores (13,3%) (incluindo militares com funções semelhantes)¹.

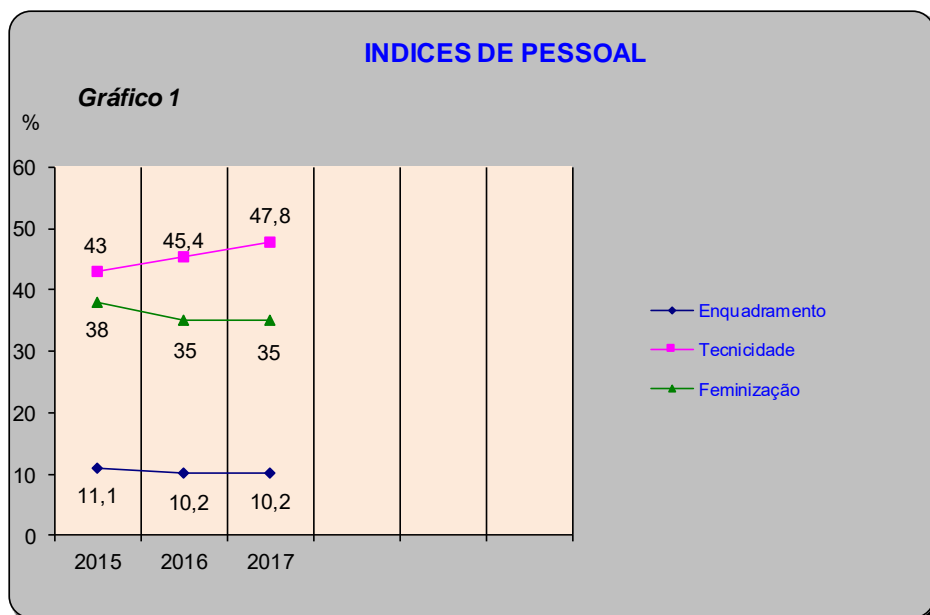
A divisão profissional transversal à análise do grupo/cargo/carreira (detalhe em Anexo 2, quadro 1), partilha o pessoal afeto à DGRDN, originando as **taxas de pessoal** seguintes:

- dirigente superior 1º grau – 1 (0,40%)
- dirigente superior 2º grau – 2 (0,80%)
- dirigente intermédio 1º grau – 8 (3,1%)
- dirigente intermédio 2º grau – 15 (5,9%)
- técnico superior – 69 (27%)
- assistente técnico – 24 (9,4%)
- assistente operacional – 15 (5,9%)
- informático – 7 (2,7%)
- forças armadas/oficiais, sargentos, praças (excluindo dirigentes) – 114 (44,8%)

O **índice de enquadramento** (exercício de funções dirigentes) foi de **10,2%** (Gráfico 1). O **enquadramento feminino** (face ao nº total de trabalhadores) representava **4,3%** (considerando exclusivamente o grupo dirigente – 38,4%).

O **índice de tecnicidade** (sentido restrito) (**47,8%**), abarca todos os trabalhadores na carreira técnica superior, especialistas de informática e militares equivalentes no cumprimento de funções idênticas (Gráfico 1), revelando desde 2015 a tendência para maior especialização técnica do serviço.

¹ Foram integrados no quadro da Figura 1 como exercendo funções de TS, AT e AO, 1 oficial, 16 sargentos e 7 praças, provenientes da Estação Ibérica NATO (IENATO) como desempenhando as correspondentes competências de TS, AT e AO, embora as funções cumpridas sejam de carácter militar.



As **taxas de pessoal** com origem na distribuição dos efetivos segundo a **modalidade de vinculação** apresentam-se da seguinte forma:

Nomeação definitiva – 92 (36%)

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – 115 (45,1%)

Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo – 22 (8,7%)

Comissão de Serviço no âmbito da LTFP – 26 (10,2%)

Assinala-se que a Direção-geral possuía no exercício de funções, 7 trabalhadores portadores de deficiência (6 técnicos superiores e 1 assistente técnico) (Anexo 2, quadro 6).

A repartição dos recursos humanos pela estrutura orgânica da DGRDN é a que se revela consolidada na Figura 2².

Excetuando a Direção (enquanto unidade orgânica), a Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar (DSPSM) integra o quantitativo mais elevado de efetivos (63; 24,7%), sucedido pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA) (39) e Direção de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIP) (25).

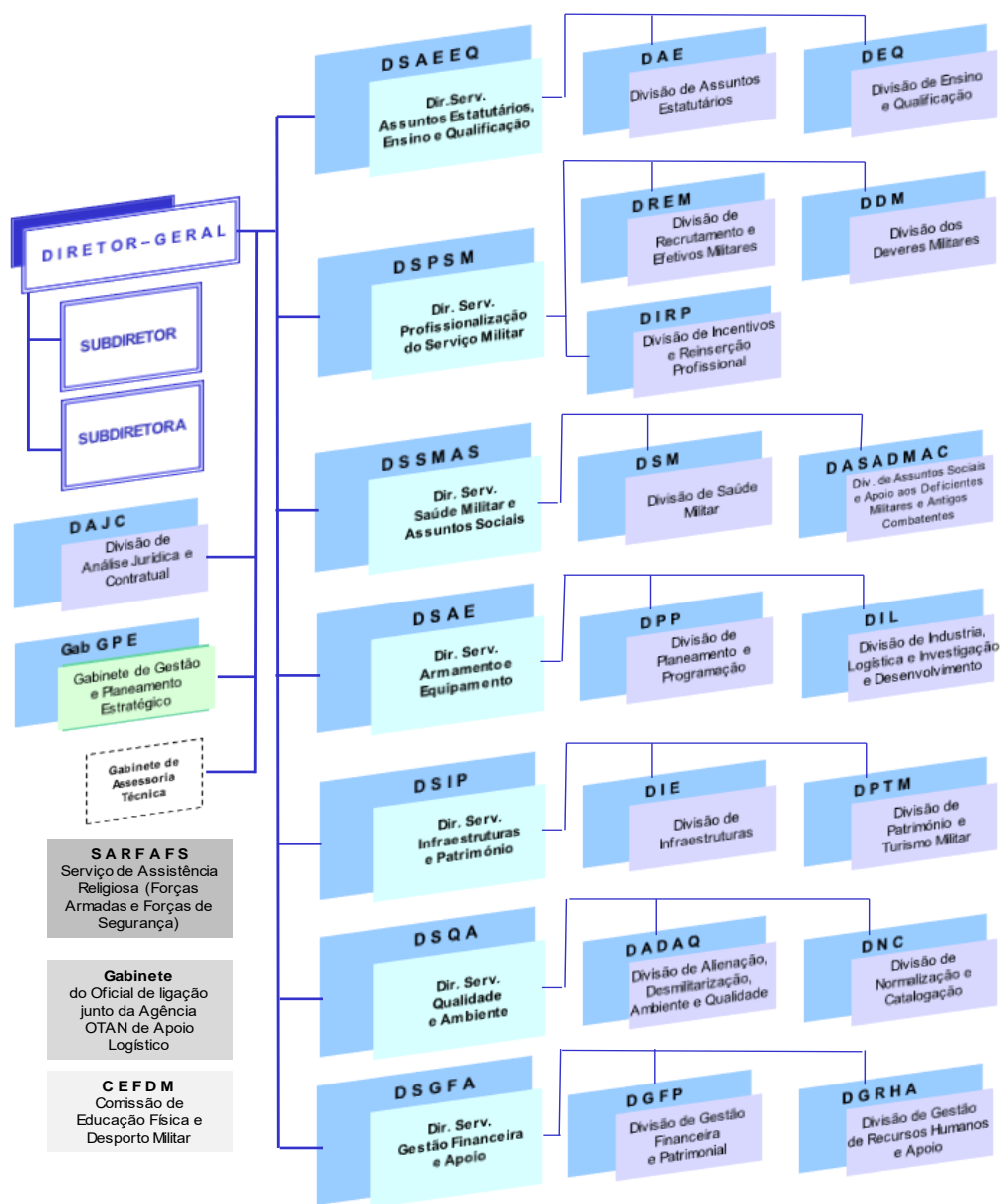
A DSPSM e a DSGFA apresentam igual número de trabalhadores dos grupos técnicos (19) seguidos pela Direção de Serviços Saúde Militar e Assuntos Sociais (DSSMAS) (14). Os trabalhadores assistentes operacionais exercem funções quase exclusivamente na DSGFA (12).

² Foram integrados na Direção, 1 oficial, 16 sargentos e 7 praças provenientes da Estação Ibéria NATO (EINATO)

Figura 2
Distribuição de Efetivos pela Estrutura Orgânica

Grupos/Cargos/Carreiras	DIR	DSAEQ	DSPSM	DSSMAS	DSAE	DSIP	DSQA	DSGFA	DAJC	GABGPE	GABOTAN	SARFAFS	GAT	CEFDM	Total
Direção superior	3														3
Direção intermédia		3	3	3	3	3	3	3	1	1					23
Direção	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	0	0	0	0	26
Técnico superior	3	9	15	9	2	12	5	9	1			1	3		69
Assistente técnico	3		4	5		1		10	1						24
Grupo Pessoal TS e AT	6	9	19	14	2	13	5	19	2	0	0	1	3	0	93
Informático			1		1		1	4							7
Grupo Pessoal Informático	0	0	1	0	1	0	1	4	0	0	0	0	0	0	7
Assistente operacional	2		1					12							15
Grupo Pessoal AO	2	0	1	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	15
Oficiais	13	1	12	1	6	5	5	1			1			1	46
Sargentos	18		16	1	1	4	8					1			49
Praças	7		11									1			19
Grupo Pessoal Militar	38	1	39	2	7	9	13	1	0	0	1	2	0	1	114
Total	49	13	63	19	13	25	22	39	3	1	1	3	3	1	255

Organograma da DGRDN

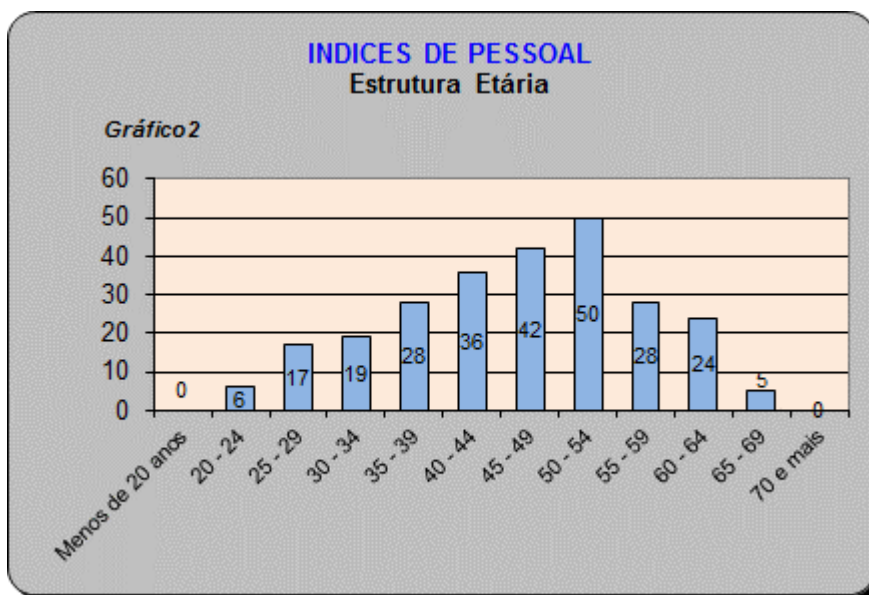


RECURSOS HUMANOS **ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE**

Considerando a estrutura etária dos recursos humanos da Direção-geral (detalhe em Anexo 2, quadro 2 e Gráfico 2) o indicador relativo à **idade média** dos trabalhadores é de sensivelmente **46 anos e meio**.

Por género, no sexo masculino a média de idades é de 44,7 anos e do sexo feminino de 48 anos e meio.

Assinala-se que o mais expressivo grupo etário situa-se entre os 50 aos 54 anos de idade (19,6%) sucedido pelo dos 45 aos 49 anos (16,5%) e do grupo 40 aos 44 anos (14,1%), totalizando 50,2% do pessoal da DGRDN.



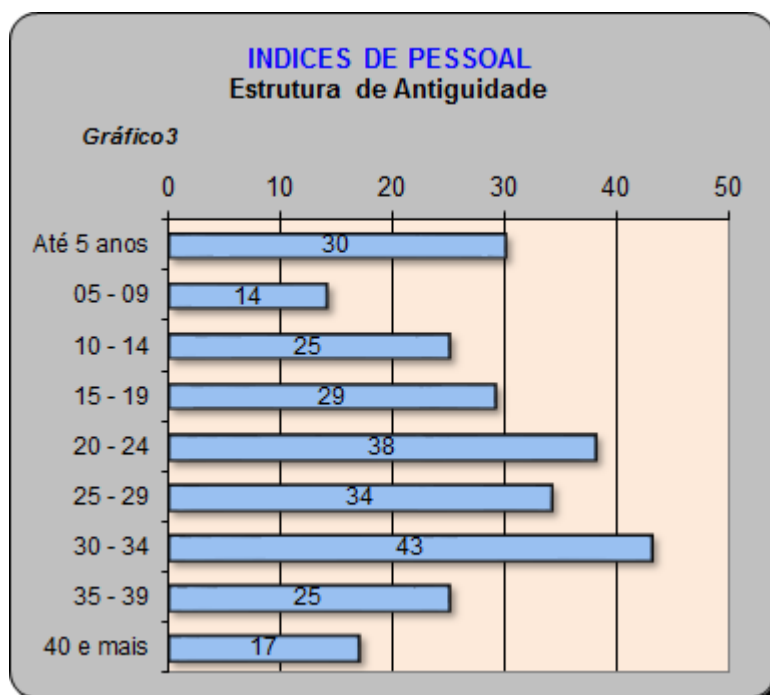
A **taxa de emprego jovem** verificada no grupo etário inferior aos 25 anos é menor do que a apurada em 2016 (3,1%) situando-se em aproximadamente **2,4%** (Gráfico 2).

Sobressai ainda a **taxa de envelhecimento** de **22,3%**, abrangendo o leque de idades igual ou superior a 55 anos, acentuando-se um aumento deste índice de 2,7 pontos percentuais.

Na administração pública o nível médio de antiguidade dos trabalhadores da DGRDN é de **22,4 anos** (detalhe em Anexo 2, quadro 3 e Gráfico 3).

O grupo de pessoal de antiguidade no intervalo dos 30 aos 34 anos de serviço revela-se como o mais significativo (16,8%), seguido do escalão entre os 20 e 24 anos (14,9%) (Gráfico 3).

A antiguidade no serviço dos trabalhadores do sexo feminino, é de 22,1 anos e dos trabalhadores do sexo masculino 22 anos e meio.



RECURSOS HUMANOS **ESTRUTURA HABILITACIONAL**

O nível de habilitações dos trabalhadores da Direção-geral possibilita um conhecimento pormenorizado da sua estrutura através da avaliação de indicadores específicos neste âmbito (detalhe em Anexo 2, quadro 4, Gráfico 4 e Figura 3).

O **índice de formação superior** foi de **57%**, verificando-se que relativamente ao grau académico de nível superior o serviço possuía 103 licenciados, 38 mestres e 4 doutorados que exerciam funções de direção e/ou técnicas.

A **taxa de formação secundária** situa-se em **35%** e a **taxa de formação básica** mantém-se **8%**.

A observação da Figura 3 permite obter a discriminação habitacional por grupos profissionais/carreiras.

Na distribuição da escolaridade por género, 34,2% dos efetivos do sexo masculino possui formação superior (87) e 30,6% o ensino básico/secundário (78).

No sexo feminino a taxa de formação superior é de 22,7% (58). Possuem o ensino básico/secundário 12,5% das trabalhadoras (32).

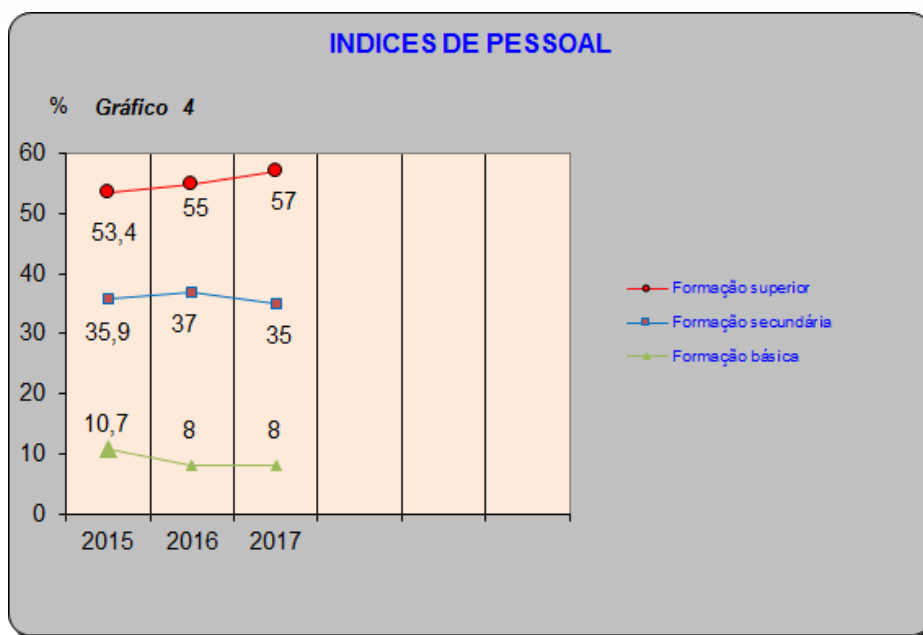
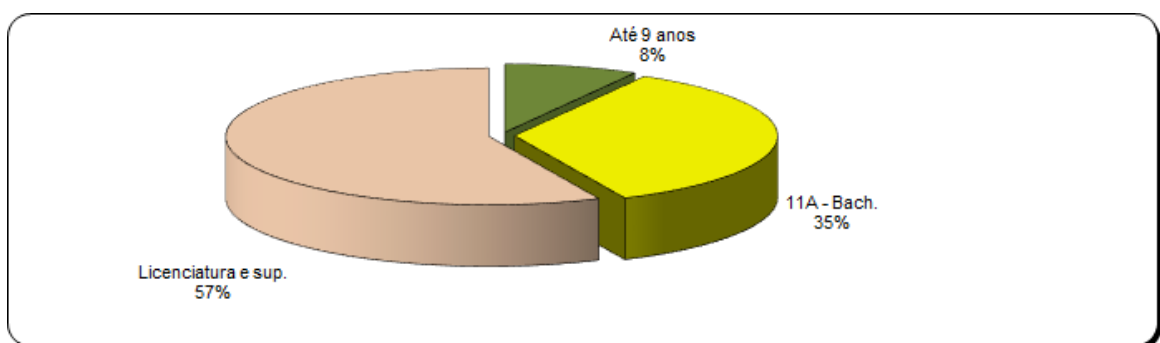


Figura 3
Habilitações Literárias

Grupos/Cargos/Carreiras	Até 9 anos		11A - Bach.		Licenciatura e sup.		Total	
Dirigentes		0,0%		0,0%	26	100,0%	26	10,2%
Técnico Superior		0,0%	3	4,3%	66	95,7%	69	27,1%
Assistente Técnico	2	8,3%	22	91,7%		0,0%	24	9,4%
Assistente Operacional	14	93,3%	1	6,7%		0,0%	15	5,9%
Informático		0,0%	2	28,6%	5	71,4%	7	2,7%
Militares	5	4,4%	61	53,5%	48	42,1%	114	44,7%
Total	21	8,2%	89	34,9%	145	56,9%	255	100,0%



RECURSOS HUMANOS **MOBILIDADE DO PESSOAL**

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 foram admitidos ou regressaram ao serviço **27 trabalhadores** (21 homens e 6 mulheres), correspondendo a um **índice de entradas** de **10,5%**. Descreve-se abaixo a distribuição por grupos, cargos e carreiras (detalhe em Anexo 2, quadro 7, Gráfico 5). Os dados percentuais apresentados têm por base o total do pessoal que entrou:

- Dirigente superior 2º grau – 1 (3,7%)
- Dirigente intermédio 1º grau – 1 (3,7%)
- Técnico superior – 8 (29,6%)
- Assistente técnico – 3 (11,1%)
- Assistente operacional – 1 (3,7%)
- Informático – 1 (3,7%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 12 (44,5%)

Salienta-se que conforme o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação, 7 trabalhadores ingressaram por “procedimento concursal”, 1 por “cedência”, 5 através de “mobilidade”, 2 em “comissão de serviço” e 12 em “outras situações” (p. e. militares).

No ano de 2017 deixaram a Direção-geral igualmente **27 trabalhadores** (21 homens e 6 mulheres), equivalendo ao **índice de saídas** de **10,5%** (Gráfico 5).

Quanto aos “nomeados” ou em “comissão de serviço”, verificou-se 1 falecimento, 3 terminaram a respetiva comissão e 16 em “outras situações”, designadamente militares que regressaram ao ramo (detalhe em Anexo 2, quadro 8). Apresenta-se a caracterização por grupos, cargos e carreiras:

- Dirigente superior 2º grau – 1 (5%)
- Dirigente intermédio 2º grau – 1 (5%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 17 (85%)
- GNR (guarda) – 1 (5%)

Relativamente à saída de contratados, 1 por “denúncia – iniciativa do trabalhador”, 4 por “mobilidade”, 1 por “cedência” e 1 “outra situação” (Anexo 1, quadro 9). Salienta-se a seguinte distribuição:

- Técnico superior – 3 (42,8%)
- Assistente operacional – 3 (42,8%)
- Informático – 1 (14,4%)

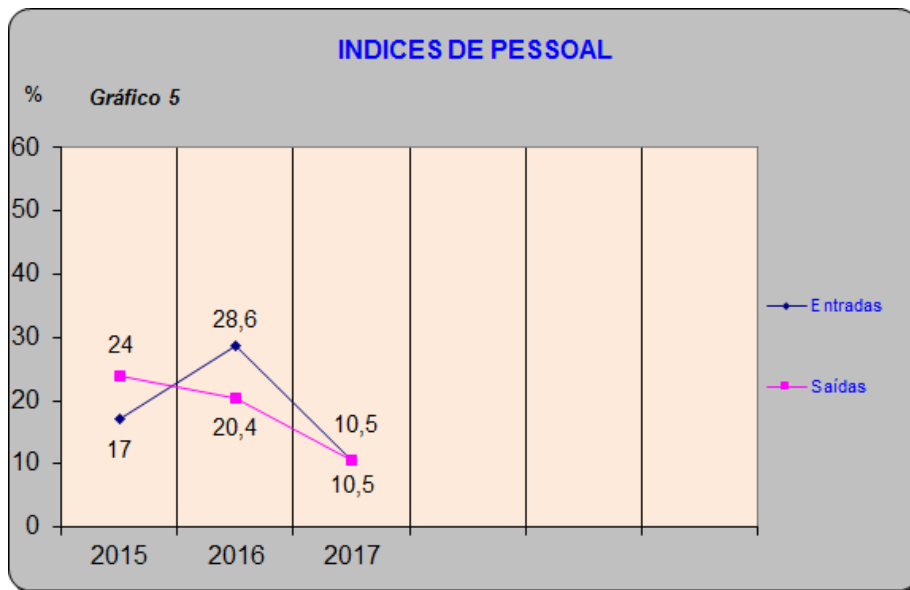
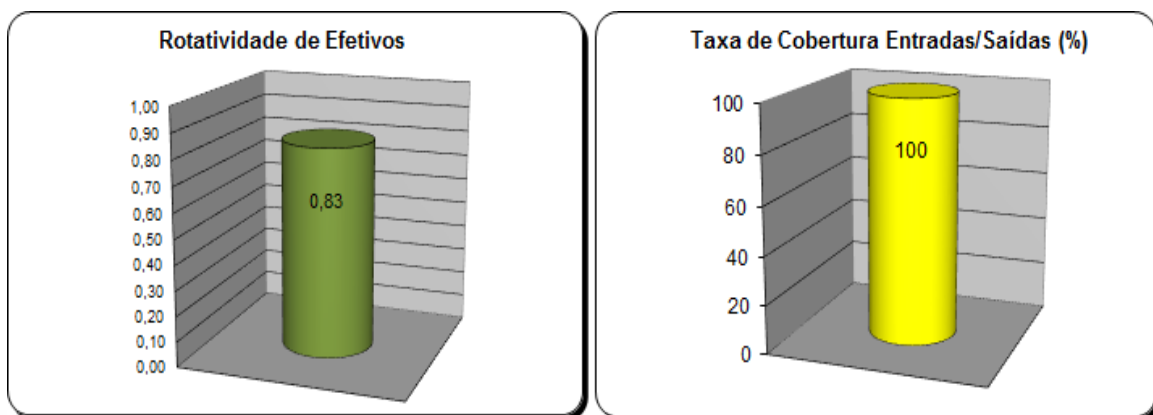


Figura 4
Movimentos de Pessoal



No âmbito da movimentação de pessoal verificou-se a igualdade quantitativa (27) entre o número trabalhadores admitidos/regressados e aqueles que saíram da DGRDN (Figura 4). Deste modo a **taxa de cobertura** (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, espelhando o acréscimo ou diminuição do número de RH existente) foi de **100%**. O **índice de rotatividade de efetivos** registou o valor **0,83** (1 = nula), o menor movimento de trabalhadores verificado nos últimos 2 anos.

Dados retrospectivos

Rotatividade de efetivos		Taxa de cobertura	
2015	2016	2015	2016
0,68	0,71	71%	140%

Atendendo à dificuldade de recrutamento (Anexo 2, quadro 10), constatou-se a situação de 1 trabalhador em “procedimento concursal improcedente”.

Consolidaram a mobilidade na categoria, 5 trabalhadores (detalhe em Anexo 2, quadro 11).

RECURSOS HUMANOS **MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE**

Em 31 de dezembro de 2017 as distintas **modalidades de horário de trabalho** praticadas pelos 255 trabalhadores da Direção-geral, distribuíam-se da seguinte forma (detalhe em Anexo 2, quadro 12):

- Rígido – 4 (1,5%)
- Flexível – 171 (67,1%)
- Jornada contínua – 25 (9,8%)
- Trabalho por turnos (militares EINATO) – 24 (9,4%)
- Especifico – 1 (0,4%)
- Isenção de horário – 30 (11,8%)

Salienta-se abaixo a caracterização dos trabalhadores pelo **período normal de trabalho** (PNT) no exercício das suas funções (detalhe em Anexo 2, quadro 13):

- Tempo completo de 35 h/semana – 229 (89,8%)
- Tempo parcial de 30 h/semana (jornada contínua) – 25 (9,8%)
- Especifico (25 h/semana) – 1 (0,4%)

No que refere às diferentes modalidades de **trabalho suplementar** durante o ano, contabilizam-se globalmente 4.884:30 h (mais 333 h que em 2016) (trabalho suplementar diurno: assistente técnico – 81 h; assistente operacional – 4.243:30 h; trabalho em dias de descanso semanal complementar: assistente operacional – 560 h) (detalhe em Anexo 2, quadro 14).

No ano de 2017 a **taxa de absentismo** no serviço foi de **2,4%** (redução positiva de 1% devido sobretudo à diminuição de dias por doença) (detalhe em Anexo 2, quadro 15, Figura 5 e Gráfico 6). Por género, nos trabalhadores do sexo masculino registou-se um absentismo de 1,4% e nos trabalhadores do sexo feminino 4,2%. O **índice de presença** foi de **97,6%**.

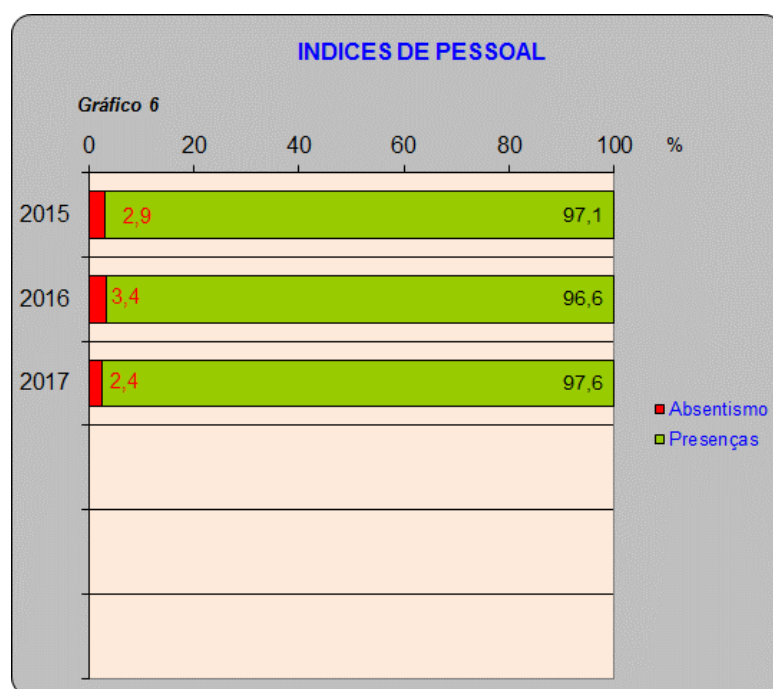
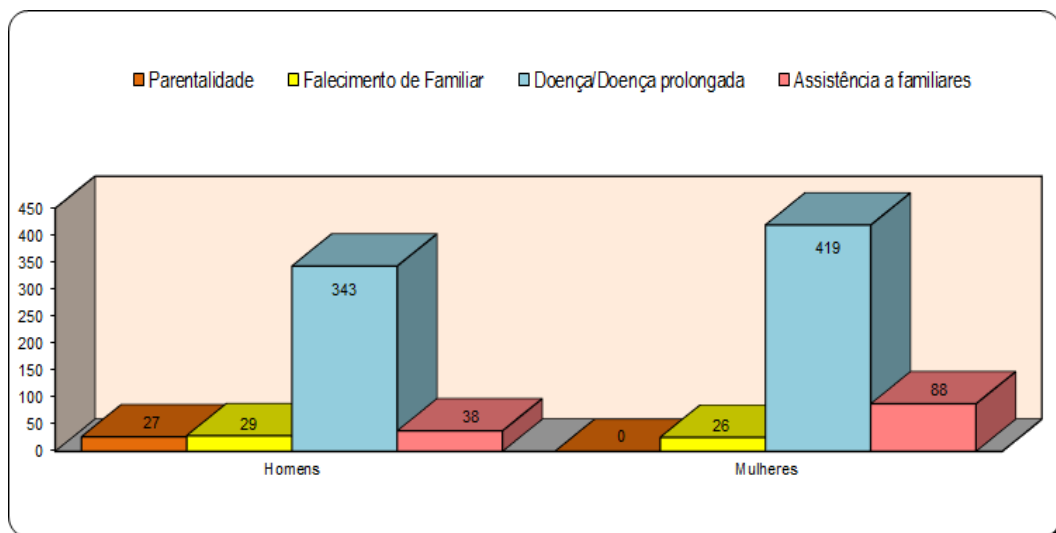
Considerando o tipo de ausências, as faltas por “doença ou doença prolongada” (54,5%) foram as mais frequentes. Um trabalhador exerceu o seu direito a greve durante um dia (Anexo 2, quadro 16).

Os grupos profissionais que assinalaram maior número de ausências foram o de Técnico Superior (615 dias), Assistente Técnico (235 dias) e Sargento das FA (173,5 dias).

Não se constatarem faltas injustificadas.

Figura 5
Assiduidade

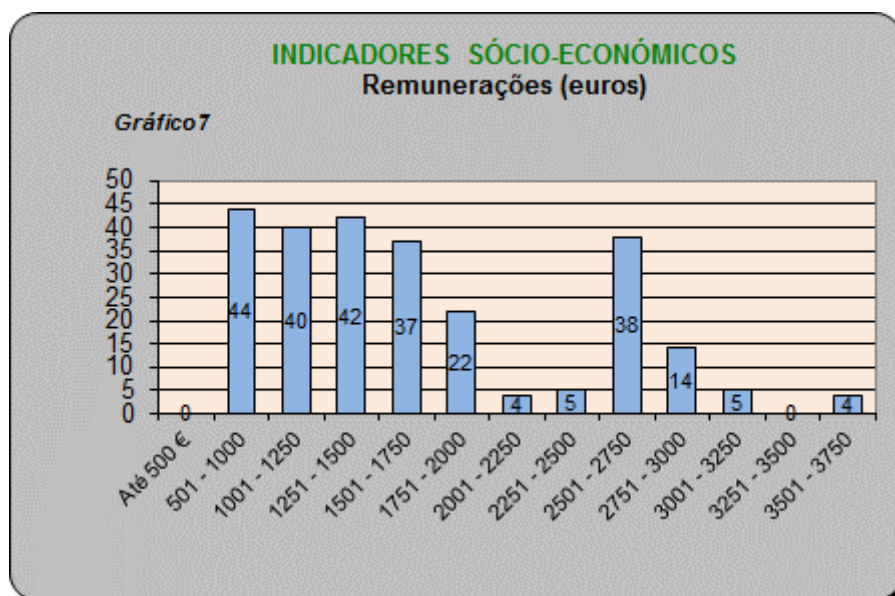
Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Parentalidade	27	100,0%	0	0,0%	27	1,9%
Falecimento de Familiar	29	52,7%	26	47,3%	55	3,9%
Doença/Doença prolongada	343	45,0%	419	55,0%	762	54,5%
Assistência a familiares	38	30,2%	88	69,8%	126	9,0%
Acidente serviço/Doença profissional	0	0,0%	60	100,0%	60	4,3%
Trabalhador estudante	60	49,6%	61	50,4%	121	8,6%
Com perda vencimento	5	3,4%	143	96,6%	148	10,6%
Outras	32,5	32,5%	67,5	67,5%	100	7,1%
Total de dias de Faltas [DF]	534,5	38,2%	864,5	61,8%	1399	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	165	64,7%	90	35,3%	255	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*228)	37 620	64,7%	20 520	35,3%	58 140	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	1,4%		4,2%		2,4%	



REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

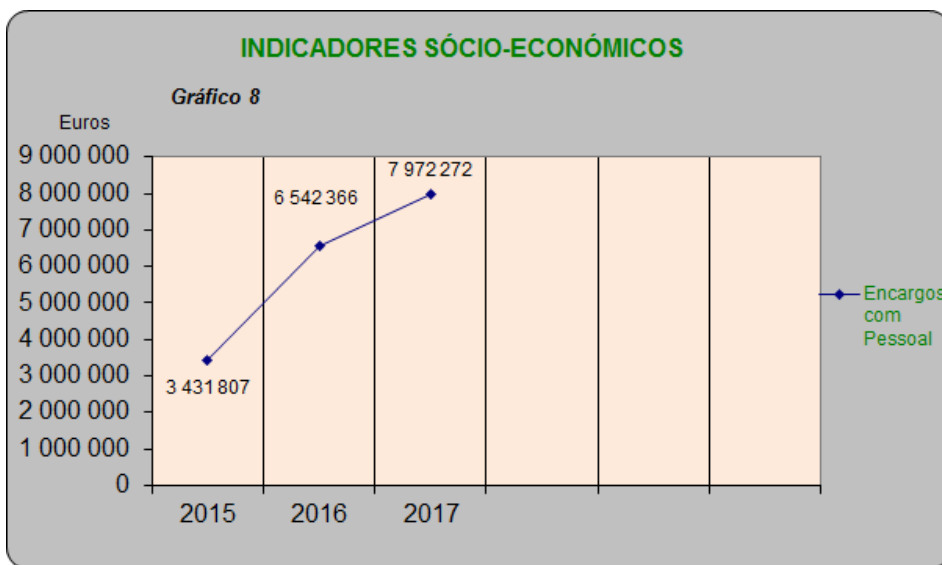
Em 31 de dezembro de 2017 a **estrutura remuneratória** do pessoal da DGRDN distribuía-se entre as classes remuneratórias “501 e 1.000 €” (557 €) e o máximo “entre 3.501 e 3.750 €” (3.734,06 €) (detalhe em Anexo 2, quadro 17, Gráfico 7).

Deste modo resultou o **leque salarial ilíquido** de **6,7** inferior em (- 1) relativamente a 2016.



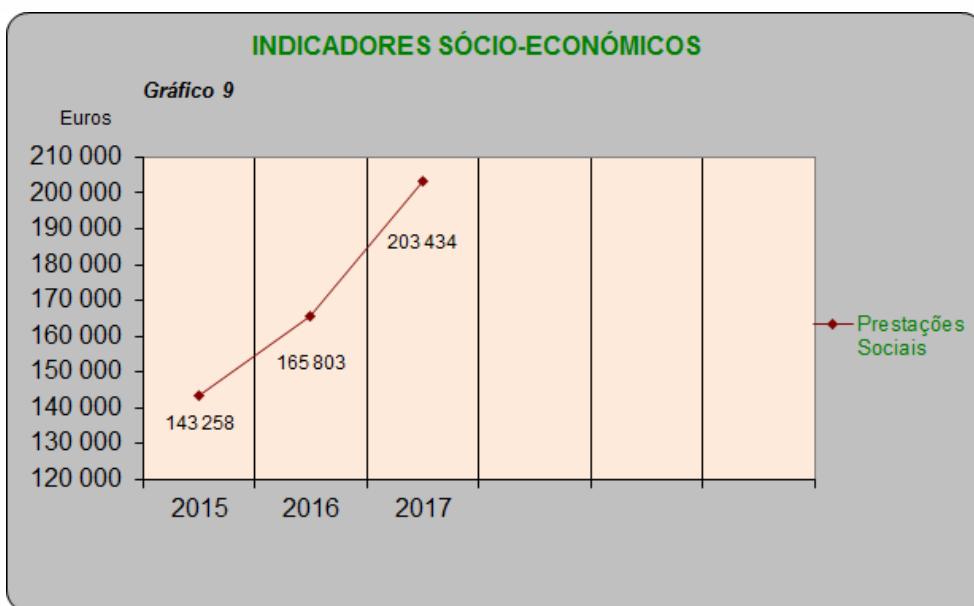
Os **encargos com pessoal** em 2017 constituíram uma despesa de 7.972.272,05 € (aprox. + 22%) (detalhe em Anexo 2, quadro 18 e Gráfico 8). Globalmente estes encargos agrupam itens como a “remuneração base”, “suplementos remuneratórios”, “prestações sociais” e “outros encargos com pessoal”. O incremento dos valores assumidos face a 2015 e 2016 refletem desde esta última data as obrigações orçamentais assumidas pelo serviço com a Segurança Social, a CGA e o pagamento das remunerações do pessoal militar (conforme determinação do EMFAR - Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio).

Concorreram principalmente para este montante os dispêndios em remunerações (5.841.988,03 € - 73,3%), suplementos remuneratórios (511.385,50 € - 6,4%), prestações sociais (203.434,52€ - 2,5%) e outros encargos (1.415.464 € - 17,8%).



A **taxa de encargos sociais** (divisão entre os encargos com prestações sociais e o total de despesa com a remuneração base) obteve o valor de **3,5%** (Anexo 2, quadro 18).

A despesa com **suplementos remuneratórios** (trabalho suplementar, ajudas de custo, representação, secretariado e outros suplementos) totalizou 511.385,50 €. Os encargos com **prestações sociais** registaram um quantitativo de 203.434,52 €, reunindo custos relativos a “subsídios no âmbito da proteção da parentalidade”, “abono de família” e “subsídio de refeição” (Anexo 2, quadro 18.1 e 18.2, Gráfico 9).



HIGIENE E SEGURANÇA

Relativamente a esta secção e no que refere aos **acidentes de trabalho** (AT) ocorridos em serviço durante o ano de 2017 verificou-se “em itinerário/deslocamento” apenas o seguinte caso (detalhe Anexo 1, quadro 19):

- Nº total de acidentes – 1 (masculino)
- Nº de AT com baixa – 1 (superior a 30 dias)
- Nº de dias de trabalho perdidos por AT – 85 dias

Consequentemente a **taxa de acidentes de trabalho** foi de **0,40%**. Registaram-se menos 3 ocorrências face a 2016 (- 1,16%).

Ocorreu um caso de **incapacidade temporária e parcial** (Anexo 2, quadro 20). Não se constatou qualquer ação no âmbito da **medicina no trabalho** (Anexo 2, quadro 22). Verificou-se uma reunião da comissão de segurança e saúde no trabalho (Anexo 2, quadro 23).

Foram frequentadas por 4 trabalhadores, duas ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho (Anexo 2, quadro 25).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

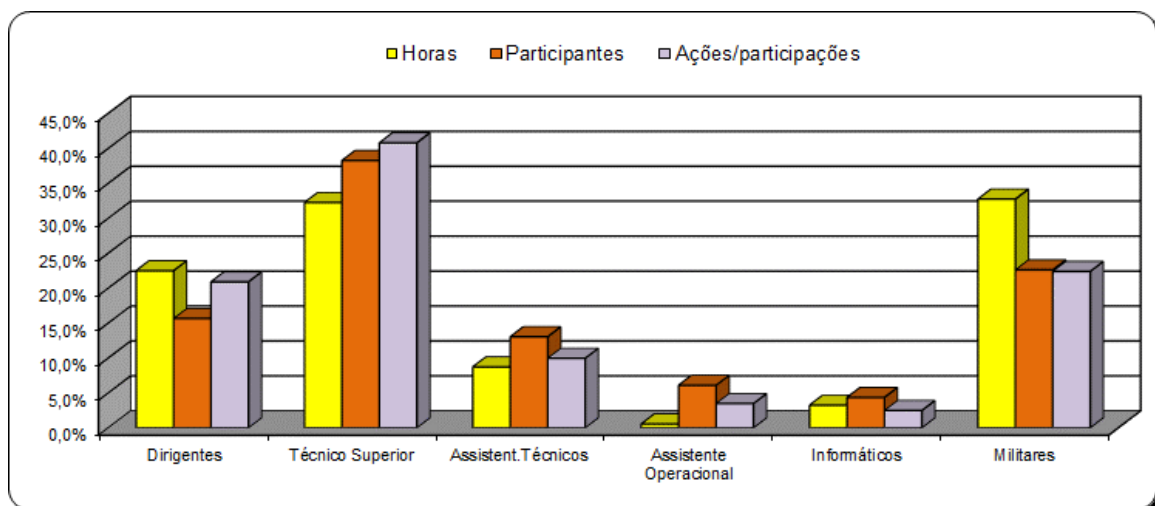
Investir na formação dos trabalhadores tem sido desde sempre, mais do que uma regra, um desígnio e objetivo da Direção-geral, procurando alcançar o equilíbrio entre as necessidades de conhecimentos específicos da organização para o exercício das suas atividades, e as vantagens, benefícios e compensação para o pessoal que a integra.

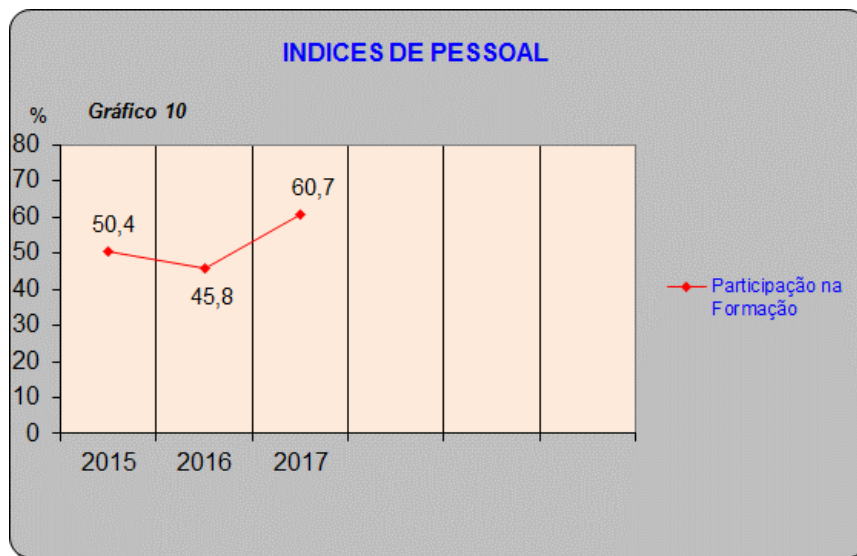
Acresce ainda que o envolvimento das pessoas nos objetivos estratégicos a atingir neste âmbito, possibilita a oportunidade do crescimento individual indispensável ao seu envolvimento no serviço, através da aprendizagem, qualificação e adaptação.

O *índice de participação* na formação foi de **60,7%** (+ 15%). Participou-se em 201 ações (15 internas e 186 no exterior) e 115 o nº de intervenientes (detalhe em Anexo 2, quadros 27 a 30, Figura 6 e Gráfico 10).

Figura 6
Formação
Profissional

Grupos/Cargos/Carreiras	Participantes		Ações/participações		Horas		Custos
Dirigentes	18	15,7%	42	20,9%	926,3	22,5%	
Técnico Superior	44	38,3%	82	40,8%	1328	32,2%	
Assistente Técnico	15	13,0%	20	10,0%	359	8,7%	
Assistente Operacional	7	6,1%	7	3,5%	23	0,6%	
Informático	5	4,3%	5	2,5%	133,3	3,2%	
Militares	26	22,6%	45	22,4%	1348,3	32,7%	
Total	115	100,0%	201	100,0%	4 118	100,0%	48 304 €





Considerando os períodos de formação em horas utilizadas pelos grupos profissionais/cargos/carreias, surgem primeiramente os militares (32,7%), sucedido dos técnicos superiores (32,2%) e dos dirigentes (22,5%) (Figura. 6).

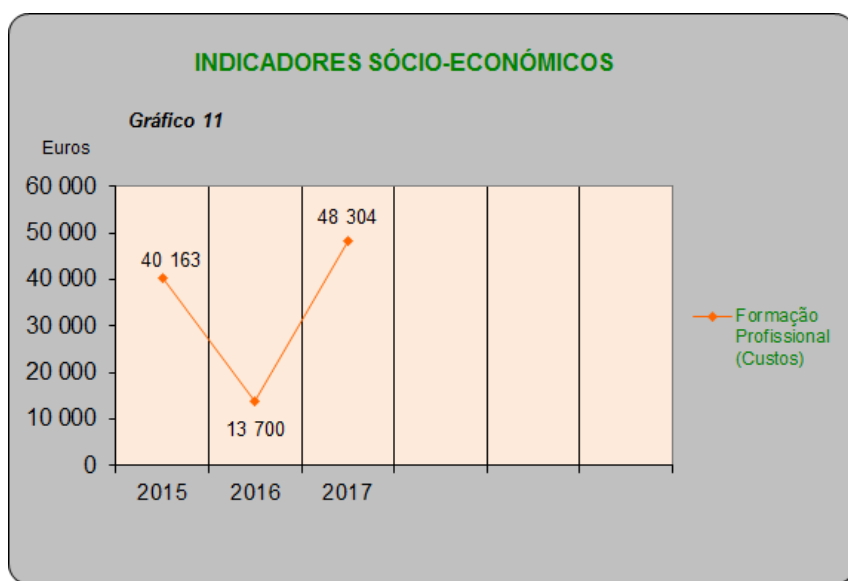
Em relação às participações/ações assistidas sobressaem os técnicos superiores (41%), os militares (22,4%) e os dirigentes (21%) (Figura 6).

Destaca-se ainda que o nº mais elevado de participantes ocorreu no grupo de pessoal técnico superior (38,3%), seguido pelos militares (22,6%) e finalmente nos dirigentes (15,7%) (Figura 6).

Segundo a duração das ações de formação, 149 (74,1%) foram de curta duração (inferior a 30 horas), seguida de 40 participações em ações com duração entre as 30 e as 59 horas (19,9%), 10 participações em ações de 60 a 119 horas (4,9%) e 2 participações em ações iguais ou superiores a 120 h (0,99%).

No ano em análise a **taxa de investimento em formação** foi de **0,6%** (+ 0,39%). O valor absoluto obtido, 48.304 € traduziu-se num aumento percentual de aprox. 252% resultante de ter havido muito menos ações internas (-74) e aumentado a formação externa (+98), mais dispendiosa (Gráfico 11).

Atendendo a outros encargos, salientam-se os seguintes indicadores: o **custo médio (despesa) da formação por participante foi de 420 €** e o **custo médio por trabalhador, 189,4 €**.



RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Em 31 de dezembro de 2017 verificavam-se 5 trabalhadores sindicalizados, correspondendo à **taxa de sindicalização** de **1,9%** (Anexo 2, quadro 31).

Não se registaram processos disciplinares, transitados ou instaurados no decorrer do ano (Anexo 2, quadro 32).

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN

Caracterização dos fatores mais significativos do **perfil profissional do pessoal da DGRDN**:

- Grupo de pessoal – civil (52%);
- Grupos profissionais (dominância) – militar (44,8%) e técnico superior (27%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (73,7%);
- Modalidade de vinculação – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – (45,1%);
- Colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica – DSPSM (24,7%);
- Sexo – masculino (65%);
- Idade – média 46 anos e meio;
(grupos etários dominantes: 50 a 54 anos – 19,6% e 45 a 49 anos – 16,5%)



- Antiguidade na AP – 22,4 anos (média);
- Habilitações – formação superior (56,9%);
- Assiduidade – 5,5 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 16,1 h (média horas de formação/trabalhador).

ANEXO 1

Índices de Gestão de Pessoal

PRINCIPAIS INDICES DE GESTÃO DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGRDN

índice de enquadramento (pessoal dirigente / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal técnico superior (técnicos superiores / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente técnico (assistentes técnicos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente operacional (assistentes operacionais / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal informático (informáticos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal das Forças Armadas (militares / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com nomeação definitiva (Nº trabalhadores com ND / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
(Nº trabalhadores com CTFPTI / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo
(Nº trabalhadores com CTFPTRC / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal em comissão de serviço (Nº trabalhadores em CS / total de efetivos, x 100)

taxa de feminização (Nº de efetivos do sexo feminino / total de efetivos, x 100)

taxa de masculinização (Nº de efetivos do sexo masculino / total de efetivos, x 100)

índice de tecnicidade - sentido restrito (grupo de pessoal técnico superior + esp. informáticos + militares equiparados / efetivos globais, x 100)

idade média (soma das idades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

taxa de emprego jovem (total efetivos < 25 anos / efetivos globais, x 100)

taxa de envelhecimento (total efetivos => 55 anos / efetivos globais, x 100)

antiguidade média (soma das antiguidades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

índice de formação superior (licenciatura+mestrado+doutoramento / total de efetivos, x 100)

índice de formação secundária (11º ano+12º ano / total de efetivos, x 100)

índice de formação básica (4º ano+6ºano+9º ano / total de efetivos, x 100)

índice de entradas (Nº de admissões / total de efetivos, x 100)

índice de saídas (Nº de saídas / total de efetivos, x 100)

índice de rotatividade ou "turn-over" – a rotação máxima de efetivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efetivo final a 31 Dez / efetivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

taxa de cobertura – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

taxa de absentismo (total dias de ausência / 233 dias úteis x efetivos, x 100) (2015)

leque salarial ilíquido (maior remuneração base ilíquida / menor remuneração base ilíquida)

taxa de encargos sociais (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

taxa de acidentes de trabalho (Nº de acidentes de trabalho / total de efetivos, x 100)

índice de participação na formação interna/externa (Nº de participantes em ações / total de efetivos, x 100)

taxa de investimento na formação (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

taxa de sindicalização (Nº de trabalhadores sindicalizados / total de efetivos, x 100)

ANEXO 2

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96 de 9 de outubro
(modelo da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2017

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 875792095

Ministério: Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

(Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2017 255

Em 31 de Dezembro de 2017 255

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2017 indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2017 na folha "Critério"

Contato(s) do(s) responsável(is) pelo preenchimento

Nome Luis Pinheiro

Tel: 213027284

E-mail: luis.mpinheiro@defesa.pt

Data fev/março 2017

BALANÇO SOCIAL 2017

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1									1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															1	1								1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)															5	3								5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)															9	6								9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																								0	0	0
Técnico Superior										25	44													25	44	69
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo										5	19													5	19	24
Assistente operacional, operário, auxiliar										7	8													7	8	15
Aprendizes e praticantes																								0	0	0
Informático										6	1													6	1	7
Magistrado																								0	0	0
Diplomata																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																								0	0	0
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0
Docente Ensino Universitário																								0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																								0	0	0
Médico																								0	0	0
Enfermeiro																								0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																								0	0	0
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0
Chefia Tributária																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0
Conservador e Notário																								0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0
Oficial de Justiça																								0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			32	2							9	3												41	5	46

Forças Armadas - Sargento b)			46	2							1										47	2	49
Forças Armadas - Praça b)			10								8	1									18	1	19
Polícia Judiciária																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																					0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																					0	0	0
Guarda Prisional																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																					0	0	0
Bombeiro																					0	0	0
Polícia Municipal																					0	0	0
Total	0	0	88	4	0	0	0	0	43	72	18	4	0	0	16	10	0	0	0	0	165	90	255

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																										0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																			1							1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)														1		1										1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)									1					4						2		1				5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)									1		2		4		2	4				1		1				9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																										0	0	0
Técnico Superior					1		5	2	1	10	3	8	4	9	4	4	3	4	4	6		1				25	44	69
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									1	3	3	3		3		1	1	5		3		1				5	19	24
Assistente operacional, operário, auxiliar								1	1		1		1	1		2	1		2	3	1	1				7	8	15
Aprendizes e praticantes																										0	0	0
Informático									1		2		2		1				1							6	1	7
Magistrado																										0	0	0
Diplomata																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																										0	0	0
Pessoal de Inspeção																										0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0
Docente Ensino Universitário																										0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																										0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																										0	0	0
Médico																										0	0	0
Enfermeiro																										0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																										0	0	0
Técnico Superior de Saúde																										0	0	0
Chefia Tributária																										0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																										0	0	0
Pessoal Aduaneiro																										0	0	0
Conservador e Notário																										0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																										0	0	0
Oficial de Justiça																										0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)					8	3	2			1	7		4		11		7	1	2							41	5	46
Forças Armadas - Sargento b)					1		5	1	5		6	1	11		16		3									47	2	49
Forças Armadas - Praça b)			5	1	4		3		3				2		1											18	1	19
Polícia Judiciária																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																										0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																										0	0	0

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																	1		1	0	1	
Dirigente superior de 2º grau a)		1													1				1	1	2	
Dirigente intermédio de 1º grau a)					1					1			2		1	1			2	5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1		1		1		3		3		3	2				1	9	6	15	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0	
Técnico Superior	4	4	4	3	1	10	3	8	3	5	5	2	3	6	2	2		4	25	44	69	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				1	1	1		3	3	5			1	2		3		4	5	19	24	
Assistente operacional, operário, auxiliar		1				2	1	1	1		1	1		1	1	2	3		7	8	15	
Aprendizes e praticantes																			0	0	0	
Informático							2		3	1	1								6	1	7	
Magistrado																			0	0	0	
Diplomata																			0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																			0	0	0	
Pessoal de Inspeção																			0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0	
Docente Ensino Universitário																			0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0	
Médico																			0	0	0	
Enfermeiro																			0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0	
Chefia Tributária																			0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0	
Conservador e Notário																			0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0	

Oficial de Justiça																		0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)	9	3		1		1		5	1	8	1	7		8		2		41	5	46	
Forças Armadas - Sargento b)	1		1	4	1	6		7	1	9		15		4				47	2	49	
Forças Armadas - Praça b)	6	1	4	2		3				2		1						18	1	19	
Polícia Judiciária																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																		0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras																		0	0	0	
Guarda Prisional																		0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																		0	0	0	
Bombeiro																		0	0	0	
Polícia Municipal																		0	0	0	
Total	20	10	10	4	11	14	17	12	25	13	27	7	32	11	17	8	6	11	165	90	255

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																					0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1						1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															1			1			1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)															5	3					5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)															7	6	2				9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																					0	0	0
Técnico Superior											1	2			17	36	5	6	2		25	44	69
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							1	1			4	18									5	19	24
Assistente operacional, operário, auxiliar			2	5	2	1	2	2			1										7	8	15
Aprendizes e praticantes																					0	0	0
Informático											2				4	1					6	1	7
Magistrado																					0	0	0
Diplomata																					0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																					0	0	0
Pessoal de Inspeção																					0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																					0	0	0
Docente Ensino Universitário																					0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																					0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																					0	0	0
Médico																					0	0	0
Enfermeiro																					0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																					0	0	0
Técnico Superior de Saúde																					0	0	0
Chefia Tributária																					0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																					0	0	0
Pessoal Aduaneiro																					0	0	0
Conservador e Notário																					0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																					0	0	0
Oficial de Justiça																					0	0	0

Forças Armadas - Oficial b)											1				19	2	19	3	2		41	5	46
Forças Armadas - Sargento b)							1		7		36	2			1		2				47	2	49
Forças Armadas - Praça b)							4				14	1									18	1	19
Polícia Judiciária																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																					0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																					0	0	0
Guarda Prisional																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																					0	0	0
Bombeiro																					0	0	0
Polícia Municipal																					0	0	0
Total	0	0	2	5	2	1	8	3	7	0	59	23	0	0	55	48	28	10	4	0	165	90	255

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Tarefa																							0	0	0	
Avença																								0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0

Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

- Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011,
- Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																										0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior														1	2	1				2							2	4	6
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																		1									0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar																											0	0	0
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático																											0	0	0
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefia Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																											0	0	0
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0

Serviço Estrangeiros Fronteiras																									0	0	0	
Guarda Prisional																										0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																										0	0	0
Bombeiro																										0	0	0
Polícia Municipal																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	1	0	2	0	0	0	0	2	5	7	

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																										0	0	0
Avença																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)									1						1	0	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)									1						1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior	5	1		1		1									5	3	8
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					1	2									1	2	3
Assistente operacional, operário, auxiliar		1													0	1	1
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático					1										1	0	1
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0

Pessoal de Administração Tributária																0	0	0
Pessoal Aduaneiro																0	0	0
Conservador e Notário																0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																0	0	0
Oficial de Justiça																0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)														7		7	0	7
Forças Armadas - Sargento b)														3		3	0	3
Forças Armadas - Praça b)														2		2	0	2
Polícia Judiciária																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																0	0	0
Guarda Prisional																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																0	0	0
Bombeiro																0	0	0
Polícia Municipal																0	0	0
Total	5	2	0	1	2	3	0	0	2	0	0	0	12	0	21	6	27	

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																							0	0	0	
Dirigente superior de 2º grau a)																			1				1	0	1	
Dirigente intermédio de 1º grau a)																							0	0	0	
Dirigente intermédio de 2º grau a)																			1				1	0	1	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0	
Técnico Superior																							0	0	0	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																							0	0	0	
Assistente operacional, operário, auxiliar																							0	0	0	
Aprendizes e praticantes																							0	0	0	
Informático																							0	0	0	
Magistrado																							0	0	0	
Diplomata																							0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0	
Pessoal de Inspeção																							0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0	
Docente Ensino Universitário																							0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0	
Médico																							0	0	0	
Enfermeiro																							0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0	
Chefia Tributária																							0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0	
Conservador e Notário																							0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0	
Oficial de Justiça																							0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)																				1		6	2	7	2	9
Forças Armadas - Sargento b)		1																				4		5	0	5
Forças Armadas - Praça b)																						2	1	2	1	3
Polícia Judiciária																							0	0	0	

Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																				1			1	0	1
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	13	3	17	3	20

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																															0	0	0
Técnico Superior																							1				1				1	2	3
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																															0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																1								1							2	1	3
Aprendizes e praticantes																															0	0	0
Informático																								1							1	0	1
Magistrado																															0	0	0
Diplomata																															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																															0	0	0
Pessoal de Inspeção																															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																															0	0	0
Docente Ensino Universitário																															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																															0	0	0
Médico																															0	0	0
Enfermeiro																															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																															0	0	0
Técnico Superior de Saúde																															0	0	0
Chefia Tributária																															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																															0	0	0
Pessoal Aduaneiro																															0	0	0
Conservador e Notário																															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																															0	0	0
Oficial de Justiça																															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																															0	0	0
Polícia Judiciária																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																															0	0	0
Guarda Prisional																															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																															0	0	0

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior				1		1
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	1	0	1

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0	
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0	0	0	
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0	0	0	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0	0	0	
Técnico Superior										1	1	1	1	2
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo												2	0	2
Assistente operacional, operário, auxiliar											0	0	0	0
Aprendizes e praticantes											0	0	0	0
Informático										1		1	0	1
Magistrado											0	0	0	0
Diplomata											0	0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0	0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0	0

Guarda Prisional											0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0	
Bombeiro											0	0	0	
Polícia Municipal											0	0	0	
Total		0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	2	3	5

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)													1	1	1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)													5	3	5	3	8
Dirigente intermédio de 2º grau a)													9	6	9	6	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior			22	31			2	12				1	1		25	44	69
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			2	16			3	1					2		5	19	24
Assistente operacional, operário, auxiliar	4		3	3				5							7	8	15
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático			4	1			2								6	1	7
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0

Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			39	5					1				1		41	5	46
Forças Armadas - Sargento b)			31	2					16						47	2	49
Forças Armadas - Praça b)			11	1					7						18	1	19
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	4	0	112	59	0	0	7	18	24	0	0	1	18	12	165	90	255

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo												TOTAL		Total
							Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F			
	células abertas para indicar nº horas/semana						células abertas para indicar nº horas/semana														
	35 horas		40 horas		42 horas		30 horas		25 horas - específico												
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	1																	1	0	1	
Dirigente superior de 2º grau a)	1	1																1	1	2	
Dirigente intermédio de 1º grau a)	5	3																5	3	8	
Dirigente intermédio de 2º grau a)	9	6																9	6	15	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																		0	0	0	
Técnico Superior	23	31					2	12	1									25	44	69	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	2	18					3	1										5	19	24	
Assistente operacional, operário, auxiliar	7	3						5										7	8	15	
Aprendizes e praticantes																		0	0	0	
Informático	4	1					2											6	1	7	
Magistrado																		0	0	0	
Diplomata																		0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																		0	0	0	
Pessoal de Inspeção																		0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																		0	0	0	
Docente Ensino Universitário																		0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																		0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																		0	0	0	
Médico																		0	0	0	
Enfermeiro																		0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																		0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																		0	0	0	
Chefia Tributária																		0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																		0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																		0	0	0	
Conservador e Notário																		0	0	0	

Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)	41	5																	41	5	46
Forças Armadas - Sargento b)	47	2																	47	2	49
Forças Armadas - Praça b)	18	1																	18	1	19
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	158	71	0	0	0	0	7	18	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	165	90	255

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o **número de trabalhadores** que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		81:00									0:00	81:00	81:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	3940:30	303:00					535:00	25:00			4475:30	328:00	4803:30
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático											0:00	0:00	0:00
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00

Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	3940:30	384:00	0:00	0:00	0:00	0:00	535:00	25:00	0:00	0:00	4475:30	409:00	4884:30

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e nocturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho nocturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:
Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se **apenas a trabalho nocturno**. Para o preenchimento da coluna “trabalho nocturno suplementar” neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0,0	0,0	0,0		
Dirigente superior de 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0		
Dirigente superior de 2º grau a)																											0,0	0,0	0,0		
Dirigente intermédio de 1º grau a)					5,0		1,0	25,0																			6,0	25,0	31,0		
Dirigente intermédio de 2º grau a)					3,0	7,0		4,0				7,0														3,0	2,0	6,0	20,0	26,0	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0,0	0,0	0,0		
Técnico Superior					4,0	4,0	165,0	207,0				38,0	10,0					143,0				1,0				11,0	32,0	190,0	425,0	615,0	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			2,0		2,0	10,0		54,0				28,0	50,0	61,0		3,0	5,0										20,0	59,0	176,0	235,0	
Assistente operacional, operário, auxiliar					1,0	5,0	5,0	116,0				15,0															2,0	7,5	8,0	143,5	151,5
Aprendizes e praticantes																												0,0	0,0	0,0	
Informático					3,0																					1,0	1,5	4,0	61,5	65,5	
Magistrado																												0,0	0,0	0,0	
Diplomata																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Inspeção																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Investigação Científica																												0,0	0,0	0,0	
Docente Ensino Universitário																												0,0	0,0	0,0	
Docente Ensino Superior Politécnico																												0,0	0,0	0,0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0,0	0,0	0,0	
Médico																												0,0	0,0	0,0	
Enfermeiro																												0,0	0,0	0,0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0,0	0,0	0,0	
Técnico Superior de Saúde																												0,0	0,0	0,0	
Chefia Tributária																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Administração Tributária																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal Aduaneiro																												0,0	0,0	0,0	
Conservador e Notário																												0,0	0,0	0,0	
Oficial dos Registos e do Notariado																												0,0	0,0	0,0	
Oficial de Justiça																												0,0	0,0	0,0	
Forças Armadas - Oficial b)					7,0		24,0	3,0			38,0																12,5	81,5	3,0	84,5	
Forças Armadas - Sargento b)			25,0		4,0		141,0																			3,0	0,5	173,0	0,5	173,5	
Forças Armadas - Praça b)							7,0	10,0																				7,0	10,0	17,0	
Polícia Judiciária																												0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																												0,0	0,0	0,0	

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
27/10/2017	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. 604_OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1	7:00	
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1	7:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			

40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o Nº de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	24	20	44
1001-1250 €	19	21	40
1251-1500 €	30	12	42
1501-1750 €	22	15	37
1751-2000€	19	3	22
2001-2250 €	2	2	4
2251-2500 €	1	4	5
2501-2750 €	31	7	38
2751-3000 €	10	4	14
3001-3250 €	3	2	5
3251-3500 €			0
3501-3750 €	4		4
3751-4000 €			0
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	165	90	255

NOTAS:

- i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- iii) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença;
- iv) Remunerações mensais íliquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base íliquida mais
- v) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- vi) Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	557,00 €	557,00 €
Máxima (€)	3 734,06 €	3 173,95 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;

Reportar a remuneração mensal base íliquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ referenci

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	5 841 988,03 €
Suplementos remuneratórios	511 385,50 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	203 434,52 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	1 415 464,00 €
Total	7 972 272,05 €

Nota:

Não incluir prestadores de serviços.

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas;
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;
- os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	19 125,87 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	
Isonção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	336 091,55 €
Representação	90 385,11 €
Secretariado	1 399,56 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	64 383,41 €
Total	511 385,50 €

Nota:

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno);

(**) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(***) - incluir também o subsídio de residência.

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	7 298,10 €
Abono de família	5 907,18 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	190 229,24 €
Outras prestações sociais	
Total	203 434,52 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	0,00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por gênero

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0						1					1
	F	0						0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0						1					1
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						85					85
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registrados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	0
- parcial	0
- absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	1
Total	1

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	0	0,00 €
Exames de admissão	0	0,00 €
Exames periódicos	0	0,00 €
Exames ocasionais e complementares	0	0,00 €
Exames de cessação de funções	0	0,00 €
Despesas com a medicina no trabalho (*)		0,00 €
Visitas aos postos de trabalho	0	

Nota:

(*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	1
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	0
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de duração do trabalho	0
Mobilidade interna	0

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	2
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	4

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamento de protecção (b)	0,00 €
Formação em prevenção de riscos (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €

Nota:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas		15			15
Externas	149	25	10	2	186
Total	149	40	10	2	201

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)		9	9	5
Dirigente intermédio de 2º grau a)	3	30	33	13
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior	6	76	82	44
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	2	18	20	15
Assistente operacional, operário, auxiliar		7	7	7
Aprendizes e praticantes			0	
Informático		5	5	5
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	

Forças Armadas - Oficial b)	4	34	38	20
Forças Armadas - Sargento b)		7	7	6
Forças Armadas - Praça b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	15	186	201	115
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEpendidas	Horas	Horas dEpendidas em acções internas	Horas dEpendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)				0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)			106:00	106:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)		108:00	712:30	820:30
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior		216:00	1112:00	1328:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		72:00	287:00	359:00
Assistente operacional, operário, auxiliar			23:00	23:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático			133:30	133:30
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00

Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)	144:00	1018:00	1162:00
Forças Armadas - Sargento b)		186:30	186:30
Forças Armadas - Praça b)			0:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	0,00 €
Despesa com acções externas	48 304,57 €
Total	48 304,57 €

Notas:

i) Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade;

ii) Considerar também as despesas de deslocação relacionadas com a formação.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	5
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0


Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	0
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	0
* Repreensão escrita	0
* Multa	0
* Suspensão	0
* Demissão (1)	0
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	0
* Cessação da comissão de serviço	0

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Av. Ilha da Madeira, 1 - 4º piso
1400-204 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 3028500, FAX + 351 21 3027221
EMAIL dgrdn@defesa.pt URL: <http://www.portugal.gov.pt>